



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO DE
PLANEJAMENTO SUDOESTE GOIANO**

Roberto Eduardo Castillo Pizarro
TESE DOUTORADO

BRASÍLIA-DF:
AGOSTO/2017



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO
SUDOESTE GOIANO

Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Orientador

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

TESE- DOUTORADO

BRASÍLIA-DF

AGOSTO/2017



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Tese de Doutorado submetido ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica Produção do Espaço e Território Nacional.

Aprovado por:

Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Doutor (UnB - PPGGEA)
(Orientador)

Fabio Fonseca Figueiredo (UFFRN – Departamento de Políticas Públicas)
(Examinador Externo)

João Mendes da Rocha Neto, Doutor (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)
(Examinador Externo)

Juscelino Eudamidas Bezerra, Doutor (UnB - PPGGEA)
(Examinador Interno)

Gloria Maria Vargas Lopez de Mesa, Doutora (UnB - PPGGEA)
(Examinador Interno)

Marília Luíza Peluso, Doutora (UnB – PPGGEA)
(Suplente)

BRASÍLIA-DF
AGOSTO/2017

Ficha Catalográfica

DEDICATÓRIA

*Para meu filhote Victor Augusto, mamãe Iris
Mariana, papai Herman Roberto e a mana
Cintya Alejandra .*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tão complexo, nossas relações afetivas e profissionais muitas vezes fundem-se e formam um sentimento único de amor e respeito.

Temos a satisfação de agradecer pessoas especiais neste momento.

Sentimento de gratidão infinita aos meus pais, Iris Mariana e Herman Roberto por permitirem e apoiarem minhas decisões de estudar e tornar-me um professor de Geografia, ciência que tanto amo. A minha irmã Cintya pelas palavras de apoio ao longo da vida.

Meu amor incondicional ao meu “filhote” Victor Augusto o qual presenciou, mesmo de longe, as angústias de um homem que almeja colaborar com um mundo.

O imenso respeito e admiração ao professor, orientador e amigo Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho o responsável pela construção desta tese cheia de indagações e respostas sobre um Sudoeste Goiano dinâmico e contraditório.

Aos meus professores da Unesp – Presidente Prudente (em especial João Lima, Elizeu e Carminha), do IESA-UFG (com muito carinho a Maria Geralda minha orientadora de mestrado) e aos docentes do PPGEA-UnB os quais por meios das suas aulas, comentários, sugestões e debates possibilitam conquistar o grau de doutor.

Os amigos de curta e longa data essenciais para nos apoiar nesta jornada de vida, um abraço especial para Claudia Martins, Lara Ferreira, Marcelo Judice, Daiane Melo, Ronei Coelho, Lincoln Sarmanho, Cleison Ferreira, Demerson Lima, Morgana Judice, Fábio Fonseca, Fernando Uhlmann, Juan Jorge (*in memoriam*), Eduardo Silvente, Michel Rezende e Telma Falbo.

Ao IFGoiano campus Rio Verde pela possibilidade de estudar com o afastamento total das atividades e a UnB pela oportunidade de fazer parte do quadro discente.

Resumo

"O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUDOESTE GOIANO"

A região de Planejamento Sudoeste Goiano, na década de 1970, teve seu espaço geográfico transformado pela introdução dos *pacotes tecnológicos* da modernização da agricultura a qual transformou as pastagens da pecuária bovina extensiva em campos monocultores de grãos (soja, milho e arroz). A industrialização da agricultura nas décadas de 1980 e 1990 constituiu o Complexo Agroindustrial (CAI) de grãos com a instalação de unidades agroindustriais processadoras de soja e milho. Este processo intensificou as relações comerciais e produtivas entre as agroindústrias, setor financeiro e os produtores rurais. Entre 1997 a 2008 são instaladas, nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, unidades industriais de uma grande corporação agroindustrial da cadeia produtiva de grãos, aves e suínos que introduz o sistema de produção integrado de animais. Consolida-se com esta cadeia produtiva o agronegócio no Sudoeste Goiano, o qual impõe novas relações comerciais, financeiras e produtivas no espaço rural e urbano. Estes processos (modernização da agricultura, industrialização da agricultura e agronegócio) foram e são resultado das ações das políticas e financiamentos públicos, investimentos públicos na infraestrutura (rodovias, eletrificação, silos de armazenagem etc.), incentivos e renúncias fiscais para favorecer e consolidar as médias e grandes propriedades rurais e, ainda, facilitar a instalação das grandes corporações agroindustriais sob a égide do discurso do desenvolvimento/progresso econômico. A modernização da agricultura é considerada como o marco/base para a construção das relações do atual agronegócio, o qual produz produtos conforme as exigências de qualidade nutricional e sanitária dos compradores internacionais. O Sudoeste Goiano é uma região do agronegócio com a função de produzir grãos, aves e suínos para atender o mercado nacional e internacional, com qualidade e preços baixos exigidos pelos compradores. O agronegócio cria um espaço pasteurizado, ou seja, homogêneo e controlado para eliminar doenças, produtos e ações que possam interferir nos resultados produtivos e financeiros das grandes corporações.

Palavras-chave: Região de Planejamento Sudoeste Goiano, agronegócio, produção do espaço, cadeia produtiva de grãos, aves e suíno.

Abstract

“AGRIBUSINESS AND PRODUCTION OF SPACE OF THE SOUTHWEST PLANNING REGION OF GOIÁS”

In the 1970s, the introduction of technology packages for agricultural modernization, which transformed pastures from extensive cattle ranching into single-grain fields (soybean, corn and rice) also altered the geographic space of the Southwest Planning Region of Goiás. The industrialization of agriculture in the 1980s and 1990s forged the creation of the Agroindustrial Complex (AIC) of grains with the formation of agroindustrial units of soybean and corn processing plants. This process has intensified the commercial and productive relations between agroindustries, the financial sector and farmers. This process has intensified the commercial and productive relations between agroindustries, the financial sector and farmers. Between 1997 and 2008, industrial units of a large corporation for the production chain of grain, poultry and pork were installed in the cities of Rio Verde, Jataí and Mineiros, introducing an integrated livestock production system. This productive chain consolidates the agribusiness in the southwest of Goiás, which creates new commercial, financial and productive relations in the rural and urban space. These processes (modernization of agriculture, industrialization of agriculture and agribusiness) are the outcome of public policies and financing, public investments in infrastructure (roads, electrification, storage silos, etc.), incentives and tax exemptions to advance and consolidate medium and large rural properties as well as to facilitate the installation of large agroindustrial corporations with the support of development and economic growth discourse. The modernization of agriculture is considered to be a landmark for the construction of relations of the current agribusiness, which produces products according to the nutritional and sanitary quality requirements from international buyers. The southwest of Goiás is an agribusiness region that holds the function of producing grains, poultry and pork for national and international markets, with quality and low prices demanded by buyers. Agribusiness creates a pasteurized space, i.e., homogenized and controlled space to eliminate diseases, products and actions, which may interfere in the productive and financial outcomes of large corporations.

Keywords: Southwest Planning Region of Goiás, agribusiness, space production, productive chain of grains, poultry and pork.

Lista de Figuras

Figura 2-1 - Cerrado: localização, área definida pela EMBRAPA (1980) e o IBGE (2004)...	45
Figura 2-2 - Fitofisionomias do bioma Cerrado.....	48
Figura 2-3- Cerrado: uso da terra (2008).....	51
Figura 2-4 - Cerrado: médias pluviométricas anuais.....	55
Figura 2-5 Perfil Topográfico do Sudoeste Goiano: Resumo	57
Figura 2-6 - Cerrado - Bacias Hidrográficas	59
Figura 2-7 - Cerrado: Pivôs-centrais instalados em 2002.....	62
Figura 2-8 - Cerrado - Unidades de Conservação	65
Figura 3-1: Distribuição dos principais sítios arqueológicos na região central e nordeste do Brasil antes de 8000 AP.....	71
Figura 4-1 : Empresa Familiar e Moderna: Fatores de Transformação	119
Figura 4-2 - Trilha das Tropas: Do Rio Grande do Sul até São Paulo.....	123
Figura 4-3: Ferrovia São Paulo - Rio Grande.....	126
Figura 4-4 - Ciclos Econômicos de Santa Catarina - características e elementos formadores do espaço geográfico.....	129
Figura 4-5 - Perdigão: gênese da empresa.....	133
Figura 4-6 - Anúncio da Sociedade de Banha Catarinense Ltda.....	135
Figura 4-7 - Primeira Logomarca da Perdigão	136
Figura 4-8 - Raças de suínos importadas pela Perdigão na década de 1950	144
Figura 4-9 - Coleta de sêmen de suíno.....	145
Figura 4-10 - Raças Indian River [®] , Hubaard [®] , Ross [®] e Cobb [®]	149
Figura 4-11 - Ave tipo Chester [®] e Propaganda da ave Crester [®]	151
Figura 4-12 - Perdigão: Produtos Linha Turma da Mônica	152
Figura 4-13 - Chukar e Cordona "Gigante Francesa": animal vivo e produto final.....	153
Figura 4-14 - Perdigão: empresas criadas e aquisições durante a gestão familiar (1940-1958)	155
Figura 4-15 - Perdigão S.A. Comércio e Indústria: Aquisições de empresas entre 1962 até 1988	156
Figura 4-16 - Perdix - Logomarca	167
Figura 4-17 - Perdix: Produtos Halal.....	168
Figura 4-18 - Perdigão S.A.: Aquisições 2000 até 2008	170

Figura 4-19 - Perdigão: Tipos produtos no mercado interno	175
Figura 4-20 - Perdigão: Mercado Externo e Tipos Produtos	176
Figura 4-21 : BRF: Brasil unidades 2015.....	204
Figura 4-22: BRF: Unidades no Mundo 2015	208
Figura 5-1: Cargill - principais unidades no Brasil	235
Figura 5-2: Cargill: marcas (2017)	236
Figura 5-3: Mosaic - unidades no Brasil	238
Figura 5-4: Louis Dreyffus Company - Kowalki: unidade Rio Verde.....	241
Figura 5-5: Nidera – unidades de pesquisa e produtivas no Brasil (2016).....	242
Figura 5-6 - Fases da construção do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano	250
Figura 5-7: Sistema produção integrado de aves e suíno.....	254
Figura 5-8: Granjas produtoras de Matrizes de Frangos: Rio Verde (GO)	257
Figura 5-10: Sudoeste Goiano: da pecuária extensiva do século XIX até o atual agronegócio elementos históricos de formação.....	293

Lista de Tabelas

Tabela 3-1 : Arroz - Evolução da Produção (%): 1970-1995	93
Tabela 3-2: Produção Soja (ton.): 1970-1995.....	93
Tabela 3-3 : Produção Milho (ton): 1970-1995	94
Tabela 3-4 : Silos para grãos: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano – capacidade (ton)	94
Tabela 3-5 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Tratores 1970-1995.....	102
Tabela 3-6 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: colheitadeiras mecânicas	102
Tabela 3-7 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Arados tração animal e mecânica %	103
Tabela 3-8 - COMIGO – Produto, Capacidade de Produção: 1998, 2006 e 2015	111
Tabela 4-1 : - Perdigão: Estrutura Produtiva 1999-2008.....	183
Tabela 4-2 - Perdigão: Produção de Produtos Frigorificados de Suínos/Bovinos e Aves 1994- 2008	185
Tabela 4-3: BRF - Receita Operacional líquida por setores 2011-2015 (%).....	206
Tabela 5-1 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: População Total, Rural e Urbana 1980, 1991, 2000 e 2010 (milhões e %).....	226
Tabela 5-2: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Crescimento da População 1980, 1991, 2000 e 2010 (%)	227
Tabela 5-3: Sudoeste Goiano: número de agências bancárias (2007-2016).....	244
Tabela 5-4:ICMS Industrial: Participação das Regiões de Planejamento (%) 2007-2016	248

Lista de Quadros

Quadro 1-1- Meio Natural, Técnico e Técnico- Científico-Informacional – Mundo.....	17
Quadro 1-2 - Meio Natural, Técnico e Científico-Informacional – Brasil.....	18
Quadro 1-3 - Meio Natural, Técnico e Científico-Informacional – Estado de Goiás e Região de Planejamento Sudoeste Goiano	19
Quadro 2-1 Municípios da Região de Planejamento Sudoeste Goiano e suas microrregiões do IBGE	44
Quadro 2-2 - Cálculo de área ocupada por cobertura vegetal natural e antrópica em cada unidade federativa coberta pelo bioma Cerrado	52
Quadro 2-3 - Cerrado: Participação e Produção Hídrica (%).....	60
Quadro 2-4 - Regiões Metropolitanas/RIDE´s e capitais abastecidas direta ou indiretamente pelas vazantes dos rios do Cerrado	60
Quadro 2-5 - Parna(s) do Cerrado: decreto de criação/regulamentação e área (ha).....	66
Quadro 3-1 POLOCENTRO: investimentos dos recursos públicos (%) (1985)	85
Quadro 3-2 - Participação Relativa dos Programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste durante o II PND	86
Quadro 3-3 - Principais ações da COMIGO: 1975-2015.....	104
Quadro 3-4 - COMIGO - Unidades Armazenadoras, Capacidade (t) e Secagem (t/h) (2015)	108
Quadro 4-1 : Oeste de Santa Catarina - Fases de Formação do Espaço Geográfico (Século XVI até Década de 1950)	127
Quadro 4-2 - Perdigão - atividades e empresas adquiridas	138
Quadro 4-3- Perdigão: Acionistas 1995	159
Quadro 4-4 - Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008.....	160
Quadro 4-5- Perdigão: Ampliação, modernização e novas plantas agroindustriais 1996-2007	169
Quadro 4-6: Sadia - Expansão das unidades (1994-2004).....	187
Quadro 4-7: Sadia - marcos importantes para o processo de internacionalização 1953-2009	193
Quadro 4-8 BRF: Unidades industriais de cárneos, produtos de soja e margarinas (2016)...	205
Quadro 4-9: BRF – Acordos Comerciais e Unidades Industriais no Mundo 2015.....	210
Quadro 5-1: Sudoeste Goiano: Municípios e Módulo Fiscal (ha) - 2013	223
Quadro 5-2:Área dos estabelecimentos rurais: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Brasil 1996 ...	224

Lista de Mapas

Mapa 2-1: Estado de Goiás- Localização (2017)	40
Mapa 2-2 :Estado de Goiás – Macrorregiões e Microrregiões do IBGE (2017)	41
Mapa 2-3: Goiás - Regiões de Planejamento segundo Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (2017).....	43
Mapa 2-4: Sudoeste Goiano - vegetação remanescente e uso do solo (2015)	54
Mapa 3-1: Fatores de Urbanização de Goiás e Tocantins (2002).....	75
Mapa 3-2 : POLOCENTRO: áreas de atuação no estado de Goiás	84
Mapa 3-3 : Programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste durante o II PND	87
Mapa 3-4 : COMIGO: Estrutura Física (2015).....	112
Mapa 4-1 : Oeste de Santa Catarina.....	131
Mapa 4-2 : Unidades da BRF – Região Sul (2008).....	178
Mapa 4-3 : Unidades da BRF – Região Sudeste (2008)	179
Mapa 4-4 : Unidades da BRF – Região Centro-Oeste (2008).....	180
Mapa 4-5 : : Unidades da BRF – Região Nordeste2008)	181
Mapa 4-6 - BRF: Localização das unidades operacionais por atividade 2012	200
Mapa 5-1 Sudoeste Goiano: Granjas de aves e suínos (2015)	256

Lista de Fotos

Foto 2-1: Paisagem em mosaico das fitosisionomias do Cerrado – Parque Nacional das Emas – Mineiros - Goiás.....	49
Foto 3-1 Sudoeste Goiano - Sítio Arqueológico Pedra da Pintura em Caiapônia (GO).....	72
Foto 3-2 Secagem de arroz na rua central de Rio Verde (1976)	95
Foto 3-3: COMIGO: Parque Industrial em Rio Verde (2015)	107
Foto 3-4: Tecnoshow COMIGO - Estandes de Expositores (2017)	110
Foto 4-1: Avião e caminhão da Perdigão: detalhe das caixas de madeiras para transporte dos produtos e caminhão sem motor refrigerado (1957)	141
Foto 4-2: Caminhões refrigerados da Perdigão em 1966	142
Foto 4-3 : Ave da raça New Hampshire	146
Foto 4-4 : Granja Santa Gema município de Videira-SC	147
Foto 5-1: Internacional Paper - unidade RioVerde (2017)	233
Foto 5-2: International Paper - placa informativa de recursos do Programa Fomentar (2016)	233
Foto 5-3: Cargill – unidade de Rio Verde (2016)	237
Foto 5-4: Mosaic: unidade de Rio Verde (2016)	239
Foto 5-5: Louis Dreyfus Company/Kowalski: produtos (2016).....	240
Foto 5-6 Nidera: unidade de pesquisa e produção de sementes de soja (2016).....	242
Foto 5-7: Granja de Produtora de Ovos: Vista da entrada (2016)	261
Foto 5-8: Granja Produtora de Ovos: Vista geral (2016).....	262
Foto 5-9 Granja Produtora de Ovos: Composteira e controle de roedores (2016).....	263
Foto 5-10 Granja Produtora de Ovos: controle de pragas e insetos por uso de cal virgem (2016)	263
Foto 5-11: Granja Produtora de Ovos - visão interna (2016).....	264
Foto 5-12: Granja de Produção de Ovos: seleção de ovos (2016).....	265
Foto 5-13 Granja Produção de Ovos: manejo de ovos (2016)	265
Foto 5-14: Granja de Ovos: Armazenagem de ovos (2016)	266
Foto 5-15: Granja de Frango de Corte: vista geral (2016).....	268
Foto 5-16: Granja de Frango de Corte - visão interna (2016).....	268
Foto 5-17: Granja de Frango de Corte: residência dos funcionários (2016)	270
Foto 5-18: Granja de Frango de Corte – Composteira (2016)	271

Foto 5-19 Global-Local: estabilização de umidade e temperatura de frangos (2016).....	273
Foto 5-20: Granja Produtora de Leitões - vista frontal (2016).....	276
Foto 5-21: Granja de Produção de Leitões – embarcadouro (2016).....	277
Foto 5-22: Granja de Produção de Leitões: vista lateral (2016).....	277
Foto 5-23: Granja de Produção de Leitões: vista lateral e corredor de passagem de animais (2016).....	278
Foto 5-24: Granja de Produção de Leitões - residências dos funcionários (2016)	278
Foto 5-25: Granja de Produção de Leitões: visão interna (2016).....	279
Foto 5-26: Granja de Produção de Leitões: inseminação de leitoas (2016)	280
Foto 5-27: Granja Produção de Leitões: marcação do lote do leitão recém-nascido (2016) .	280
Foto 5-28: Granja Produção de Leitões: berçário (2016)	281
Foto 5-29: Granja Produtora de Leitões: creche	282
Foto 5-30: Granja de Terminação de Suínos: casa do granjeiro (2016).....	283
Foto 5-31: Granja de Terminação de Suínos: vista frontal (2016)	284
Foto 5-32: Granja de Terminação de Suínos: visão interna (2016).....	285
Foto 5-33: Granja de Terminação de Suínos: visão interna (alimentação) (2016)	285
Foto 5-34: Granja de Terminação de Suínos: computador de controle de manejo das rações e medicamentos (2016)	286
Foto 5-35: Granja de Terminação de Leitões: Misturador de rações e medicamentos (2016)	287
Foto 5-36: Granja de Terminação de Suínos: central de distribuição de rações prontas para os comedouros (2016).....	287
Foto 5-37: Granja Terminação de Suínos: vista lateral e lagos de dejetos (2016).....	289
Foto 5-38: Granja de Terminação de Suínos: detalhe da lagoa de dejetos (2016).....	289
Foto 5-39: Pastagens com e sem uso de fertirrigação (2016)	290
Foto 5-40: Global-Local: Incêndio Centro de Distribuição Unidade de Rio Verde (2016)...	292

Lista de Siglas

AGF (Aquisição do Governo Federal)
BCC (Banco de Crédito Cooperativo)
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
BRASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial)
CAI (Complexo Agroindustrial)
CAMPO (Companhia de Produção Agrícola)
CELG (Centrais Elétricas de Goiás)
COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)
DER (Depósitos Especiais Remunerados)
DIR (Depósitos Interfinanceiros Rurais)
EGF (Empréstimo do Governo Federal)
FAF (Fundo de Aplicação Financeira)
FOMENTAR (Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás)
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)
IESA-UFG (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás)
JADECO (Japan-Brasil Agricultural Development Corporation)
PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos)
PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)
PPGEA-UnB (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília)
PROCAL (Programa Nacional de Calcário Agrícola)
PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás)
PROINVEST (Programa de Investimento Agropecuário)
PRONAZEM (Programa Nacional de Armazenagem Rural)
RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural)
SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural)
SEGPLAN (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento)
UnB (Universidade de Brasília)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1.ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO E ESTADO.....	11
1.1 Referenciais Teóricos de Espaço, Território, Região e Estado: construção da base para o debate	11
1.2 Produção do Espaço, Território, Estado, Neoliberalismo e Sudoeste Goiano: considerações iniciais.	29
2. SUDOESTE GOIANO E CERRADO: LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	36
2.1 Região de planejamento sudoeste goiano	36
2.2 Cerrado: características físicas.....	45
2.3 PARNAS (Parques Nacionais) e a preservação do Cerrado.....	64
3. FORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE GOIÁS E SUDOESTE GOIANO: DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO AGRONEGÓCIO	69
3.1 Meio Natural e Meio-Técnico: Goiás e Sudoeste Goiano.....	69
3.2 Principais Planos de Desenvolvimento adotados no país e suas repercussões nas áreas de Cerrados	79
3.3 Modernização da agricultura e industrialização da agricultura do Sudoeste Goiano	88
4 AS EMPRESAS MULTINACIONAIS BRASILEIRAS DO COMPLEXO GRÃOS-AVES-SUÍNOS	114
4.1 Empresas Familiares e Modernas: considerações Iniciais	115
4.2 Região Oeste de Santa Catarina.....	120
4.3 Perdígão	132
4.4 Sadia S.A.	187
4.5 BRF	194

5. AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE GOIANO: A CONCRETIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE GRÃOS-AVES-SUÍNOS	215
5.1 Agronegócio no Sudoeste Goiano.....	215
5.2 A Cadeia Produtiva de Grãos-Aves e Suínos no Sudoeste Goiano.....	251
CONSIDERAÇÕES PARA OUTROS DEBATES.....	295
BIBLIOGRAFIA.....	300

INTRODUÇÃO

A tese de doutorado é o resultado da história do pesquisador e sua ciência, compreender como o espaço geográfico da Região de Planejamento Sudoeste Goiano foi interesse desde o ano 1996 ao desembarcar na cidade de Rio Verde para iniciar a carreira de docente no ensino fundamental e médio. A dinâmica espacial imposta pela cadeia produtiva de grãos (soja e milho) levantavam perguntas ao jovem professor de Geografia que vinha do Oeste Paulista (Presidente Prudente) região marcada por um espaço rural destinada a pecuária bovina, conflitos de terras (Pontal do Paranapanema) e de certa estagnação econômica perante as demais regiões do estado de São Paulo.

Presenciar a instalação de grandes corporações em Rio Verde e detectar como transformaram as relações no campo e na cidade nos impulsionaram a compreender como o agronegócio, palavra pouco usada naquele momento e posteriormente substituiu a tão badalada grafia *agrobusiness*, impunha novas dinâmicas econômicas e até mesmo criava uma nova cultura na população local. Disseminava-se o tal discurso do agronegócio com *slogans* como “Rio Verde: Capital da Produção”, “A Perdigão é nossa”; e tantos outros que exaltavam a atividade como geradora de riqueza, de empregos e até, como nos últimos tempos, como sustentável. Esses discursos, políticas públicas adotadas e as grandes transformações sentidas no município levou o autor a defender em 2005 a dissertação de mestrado “Agronegócio e as potencialidades turísticas do município de Rio Verde” defendida na UFG/IESA (Universidade Federal de Goiás/ Instituto de Estudos Sócio-Ambientais). O trabalho identifica as características do agronegócio no município e sua interferência no espaço urbano, em destaque para o setor hoteleiro. Vivia-se naquele momento um *boom* do turismo como atividade econômica importante e de certa forma poderia ser desenvolvida em quase todo o território nacional. Porém, a conclusão da dissertação foi que o agronegócio era responsável pela articulação da rede hoteleira, dos setores de A&B (Alimentos e Bebidas) e não do turismo com o uso dos espaços destinados ao tempo de ócio pelas pessoas. Não haviam turistas em Rio Verde hospedados nos hotéis, mas sim trabalhadores em deslocamento os quais utilizavam alguns estabelecimentos considerados turísticos.

A produção da dissertação possibilitou compreender como as ações do agronegócio não estavam presentes apenas em setores agroindustriais tradicionais como indústrias, empresas rurais, comércio especializado, por exemplo. O agronegócio impõe novas relações na totalidade

do espaço onde produz e reproduz suas relações econômicas, políticas e sociais. A atual tese de doutorado tinha o pré-projeto de debater como a Região Turística Agroecológica (constituída até aquele momento pelos municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Serranópolis e Chapadão do Céu) tratava seus atrativos turísticos num “mar” de produção de grãos que deseja desmatar toda área com produção agropecuária. Sabe-se que o turismo está restrito as áreas de cachoeiras, Parque Nacional das Emas e algumas construções de cunho histórico, ou seja, locais onde as lavouras grãos, pastagens e granjas de aves e suínos não são possíveis de instalação ou por potencialidade natural ou impedimento legal. No final do primeiro ano do curso de doutorado e com muito debate e reflexões com o professor orientador delimita-se o objeto de estudo a cadeia produtiva de grãos-aves e suínos instalada no Sudoeste Goiano devido não apenas a importância econômica, mas nas interferências e construções das relações que impõem ao espaço.

No ato da qualificação apresentamos o projeto “Políticas públicas e o agronegócio na produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano: o caso da [...]” e as sugestões e os indicativos dos professores membros da banca (Gloria Maria Vargas Lopez de Mesa, João Mendes da Rocha Neto e Juscelino Eudamidas Bezerra) foram compreendidas e aplicadas na construção da tese final dentro do possível, pois após o trabalho de campo algumas exigências dos entrevistados foram atendidas entre elas, não citar o seus nomes ou siglas das empresas envolvidas. Para isso utilizamos a nomenclatura Global Local para a grande corporação industrial atuante no Sudoeste Goiano. Devido ao extenso tema sobre a cadeia produtiva de grãos-aves e suíno abordamos as políticas públicas como elemento importante para a construção do processo produtivo da cadeia e não mais o tema central da pesquisa, destacamos o agronegócio como categoria de análise e o provamos como este ocorre na região de estudo.

Apesar da Global-Local pedir não usar seu nome no texto da tese, a empresa realizou rico trabalho de campo com a visita em quase todas suas instalações desde as granjas produtoras de matrizes até a planta industrial. No desenvolvimento do trabalho de campo identificou-se não apenas processos produtivos, divisões do trabalho, espacialização e especialização do trabalho no espaço e das pessoas; detectou-se como o agronegócio constrói seu espaço produtivo sob a égide do controle total do processo produtivo, instalação/imposição da cultura do agronegócio gerador de riqueza, criação de espaços produtivos para atender as demandas das grandes corporações e estas são pressionadas por outras corporações e políticas econômicas e sanitárias dos Estados importadores. A cadeia não é apenas de produção, é também a cadeia de exigências impostas pelos compradores que almejam aparentemente

segurança alimentar, mas o resultado final de tantas exigências é o aumento do lucro das empresas de maior poder econômico. A Global-Local é obrigada a atender exigências e a mesma as impõem a seus produtores integrados, trabalhadores das plantas industriais, empresas terceirizadas e até mesmo aos municípios onde suas unidades estão instaladas. O trabalho de campo aliado a vivência de mais de duas décadas no Sudoeste, os referenciais teóricos, debate com profissionais atuantes na cadeia e pesquisadores do tema permitiram construir um trabalho com novas interpretações da região e seu espaço geográfico.

O recorte espacial adotado foi de Regiões de Planejamento do estado de Goiás e não das Microrregiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tal escolha decorre que as atividades da cadeia produtiva de grãos-aves e suínos abrange 14 municípios (Acreúna, Santo Antônio da Barra, Santa Helena de Goiás, Turvelândia, Maurilândia, Castelândia, Quirinópolis, Cachoeira Alta, Caçu, Jataí, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Montividiu) dos 26 da Região de Planejamento Sudoeste Goiano e apenas 3 granjas estão nos municípios de Bom Jesus de Goiás (RP Sul Goiano) e Paraúna (RP Oeste Goiano). As mais de 950 granjas de aves e suínos, as plantas agroindustriais da cadeia produtiva (Global-Local, processadoras de grãos, produtoras de sementes etc.) estão no Sudoeste Goiano.

A Região de Planejamento do Sudoeste Goiano é a principal produtora de proteínas vegetais (grãos: soja e milho) e animais (aves e suínos) do estado de Goiás. O espaço geográfico da região passou por grandes transformações, principalmente, com as aplicações das políticas públicas que fomentaram e permitiram a implantação das lavouras mecanizadas de grãos e de empresas privadas a partir da década de 1970. As áreas rurais antes ocupadas pelas lavouras de arroz de sequeiro, feijão e pastagens para os bovinos de corte e leite deram lugar para as lavouras de grãos. As máquinas substituíram as pessoas no trabalho do campo, algumas cidades cresceram tanto no número de habitantes como nos seus problemas em atender as necessidades básicas de saúde, habitação, segurança, educação e transporte.

A transformação do espaço rural e urbano foi promovida pela modernização da agricultura idealizada pelos governos militares com o intuito de integrar a economia do interior do brasileiro aos centros econômicos do país e do mundo por meio das exportações de produtos agrícolas de interesse mundial, no caso a soja. A década de 1980, no Sudoeste Goiano, é marcada pela industrialização da agricultura. Esta etapa é o estreitamento da produção agrícola com as plantas industriais e, o marco deste processo é a instalação da unidade processadora de soja em 1983 no município de Rio Verde pela COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano). Em 1997 o Sudoeste Goiano, precisamente o município de Rio

Verde, recebe novos investimentos do setor agroindustrial. A empresa Global-Local constrói a maior unidade frigorífica e não foi apenas a instalação de uma nova fábrica, foi a introdução e imposição de novos produtos agropecuários (aves e suínos), do sistema de produção integrado, inéditas legislações ambientais, multifuncionalidade das propriedades rurais, novas relações entre o capital e o trabalho etc.

Na primeira década do século XXI o espaço rural do Sudoeste Goiano foi “invadido” por granjas produtoras de ovos, aves e suínos. Estradas foram abertas e outras melhoradas para permitir fluxos de animais, rações e trabalhadores até as granjas. Além de Rio Verde, os municípios de Jataí e Mineiros também receberam unidades industriais. Sofreram os impactos do fenômeno de urbano-industrialização como crescimento populacional, dos setores de serviços, dos fluxos de capitais, das desigualdades sociais e, ainda, problemas socioambientais como contaminação dos mananciais hídricos responsáveis pelo abastecimento das cidades, aumento dos índices de criminalidade, déficit habitacional, precariedade do transporte público etc.

As maiores transformações registradas no espaço do Sudoeste Goiano ocorreram em três momentos: a fixação de população na segunda metade do século XIX; a modernização e industrialização da agricultura nas décadas de 1970 a 1990 e no final dos anos de 1990 até os dias atuais a consolidação do agronegócio. Tais transformações foram resultado direto das ações das políticas públicas de incentivos fiscais, as quais viabilizaram e viabilizam a articulação econômica da região como o restante do país e do mundo.

O objetivo principal da tese é compreender como a região do Sudoeste Goiano tornou-se grande produtor de grãos a partir da década de 1970 e no final do século XX passa a ser território produtivo por meio do sistema integrado de aves e suínos articulado pela empresa Global-Local. Os objetivos específicos da obra são: 1. Caracterizar o Cerrado como bioma e como suas potencialidades naturais foram apropriadas pelas atividades agropecuárias e agroindustriais; 2. Identificar e caracterizar o meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, este como sendo o próprio agronegócio e suas relações no Sudoeste Goiano; 3. Compreender como as grandes corporações são construídas, consolidadas e transformadas em agentes produtores importantes dos espaços onde atuam; 4. Descrever e explicar como o agronegócio é concreto no espaço do Sudoeste Goiano.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica para identificar o estado da arte do agronegócio no estado de Goiás e Sudoeste Goiano, debater e relacionar as categorias geográficas de espaço, território e região e; delimitar e caracterizar os períodos: meio natural,

meio técnico e meio técnico-científico-informacional no Estado de Goiás e na região de estudo. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 25 a 29 de julho de 2016 e as atividades foram executadas da seguinte maneira:

25.ago (segunda-feira) 9h – 11h Reunião na sede da empresa Global Local com diretores e gerentes do setor de aves, suínos e indústria para explicar o funcionamento da empresa e as medidas sanitárias tomadas para as visitas. Fomos questionados dos nossos objetivos da visita e orientados a não citar a empresa no trabalho final. Os padrões de controle sanitário para conter contaminação dos planteis dos animais incluíram a retirada de barba e a declaração de não termos visitado/entrado em granja de animais a menos de 7 dias ou mesmo o contato direto com aves em outros locais com residências ou feiras livres. Das 14h-17h30min realizamos a visita na granja produtora de matrizes produtoras de ovos, foi a granja com maior controle sanitário com a necessidade de 3 banhos supervisionados. Não foi possível entrar com nenhum pertence pessoal, inclusive roupas íntimas. Este procedimento impediu a entrada de celulares, máquinas fotográficas ou gravadores para registrar o interior das granjas e o desenvolvimento da visita na qual perguntas e explicações eram realizadas.

26.ago (terça-feira) 8h-15h – visita na granja produtora de ovos a qual possibilitou compreender a necessidade das medidas sanitárias, pois os frangos são suscetíveis à contaminação por salmonela desde a postura de ovos e qualquer contaminação pode condenar lotes de mais 100mil aves gerando prejuízo e problemas de locação das carcaças das aves sacrificadas. As instalações da granja foram explicadas pelos técnicos da empresa e realizamos várias perguntas e não deixamos de questionar os funcionários sobre o tipo e a qualidade do trabalho realizado, remuneração, tratamento pessoal, benefícios, pontos positivos e negativos de trabalhar naquela granja.

27.ago (quarta-feira) 7h30min-12h visita na granja produtora de frango, foi possível observar a estrutura físicas/equipamentos e manejo das aves produzidas para abastecer a planta industrial do município de Rio Verde. Registramos o diálogo entre o técnico e o proprietário da granja o qual evidenciou um conflito de interesses no qual o proprietário se queixava da falta de respaldo da empresa nos casos de furto de aves que estavam a ocorrer nas propriedades vizinhas. O proprietário (ex-funcionário da Global Local, atuou intensamente na implantação da unidade de 1997 até 2010) questionava a nova política de gerenciamento da empresa a qual não adotava políticas estratégicas de compra de grãos para garantir a produção de rações, evidenciou na sua fala a inexperiência dos atuais gestores da alta cúpula em não considerar que a produção de aves e suínos não era como administrar um supermercado ou seja, não é apenas

vender para ganhar mais e, sim, saber comprar grãos para garantir uma produção lucrativa da linha de produção dos animais. Das 14h até 18h30min visitou-se a fábrica de rações de aves e suínos e percebemos a complexidade na realização da produção tanto no âmbito de compra de grãos, tanto na logística para a distribuição das rações específicas para cada tipo de animal e seu estágio de crescimento. Em seguida a visita ao incubatório foi essencial para entender a magnitude da empresa no cenário nacional e mundial. A produção de mais de 500 mil ovos por dia não é apenas expressiva nos números, mas na capacidade da empresa em unir num segmento tantas empresas/corporações transnacionais na produção controlada de pintinhos que irão se tornar em aproximadamente 62 dias (do ovo postado até o abate) em proteína a ser comercializada no mercado nacional e internacional em forma de corte ou alimento processado. No incubatório as medidas de controle sanitário são tão rígidas que não há possibilidade das pessoas passarem de determinado setor para outro sem o banho para descontaminação, o controle é tão rígido que as cores dos uniforme determinam os lugares permitidos de trabalho e passagem pelo trabalhador.

28.ago (quinta-feira) das 8h-18h30min visita na granja produtora de leitões permitiu observar que estes animais são mais resistentes as doenças e assim as medidas de controle sanitário eram menores, porém não menos exigidas. O processo de produção de leitões evidenciou como o controle da produção de animais é realizado tanto com o manejo de equipamentos, como nos usos das porcentagens de produtividade. Animais abaixo da produção e produtividades são descartados. Os leitões recém-nascidos são monitorados por números marcados nas suas orelhas e sua vida é totalmente controlada até o final da sua curta vida, em torno de 6 meses. Foram viáveis os registros fotográficos e o tempo da visita nos possibilitaram conversas mais tranquilas com os trabalhadores da granja.

29.ago (sexta-feira) das 8h-12h visita na granja de terminação de leitões, a visita permitiu compreender como os equipamentos e as rações são administradas ao processo de engorda dos animais. A precisão do manejo das rações é realizada com dados estatísticos e a observação dos trabalhadores da granja. Os animais passam quase 4 meses neste estabelecimento o que torna a rotina de funcionamento algo essencial para atingir as metas estabelecidas pela empresa Global Local. O sistema de manejo dos dejetos dos suínos é realizado de forma a evitar derramamentos nos leitos dos córregos e rios. O uso dos dejetos na fertirrigação foram vistos e registrados fotograficamente. Das 14h às 18h30min realizou-se a visita técnica na unidade agroindustrial de aves e suínos a qual permitiu compreender todo o processo de produção dos animais, os porquês das exigências sanitárias e nos padrões de peso

e tamanho dos animais. O sistema de abate e o “desmonte dos animais” é importante para assimilar e compreender a criação de padrões por parte da indústria. Setores de produção de produtos para mercados específicos como de aves para o mercado europeu e o de costelas suínas para grande rede de restaurantes no Brasil. A precisão dos cortes, dos pesos, dimensões dos animais são exigências dos compradores e estas são repassadas aos produtores e aos trabalhadores da linha de produção. Contemplou-se o setor de armazenamento e distribuição dos produtos para o mercado consumidor local e mundial. A visita técnica foi finalizada com uma breve fala dos administradores da unidade agroindustrial ressaltando a importância da empresa na economia local e nacional. Devemos destacar que o trabalho de campo foi intenso e enriquecedor para a formação do geógrafo e pesquisador do agronegócio, possibilitou ver e sentir como a natureza é manipulada e transformada em produto/mercadoria de consumo global.

As entrevistas durante o trabalho de campo assinalaram novas observações sobre o espaço produzido e ainda, permitiu compreender de forma mais precisa como as relações da cadeia produtiva se concretiza. Os dados estatísticos de população, arrecadações, produção e produtividade agropecuária, agências bancárias, números e cifras das empresas e exportações, por exemplo, permitiram compreender a importância do agronegócio para o estado de Goiás e o Sudoeste Goiano. Os dados foram coletados nas páginas da internet dos órgãos estatísticos e de planejamento do Brasil (IBGE, SEPLAN GO, IPEA e Banco Central do Brasil) e com estes produzimos os mapas e cartogramas essenciais para visualizar como as relações da cadeia produtiva se concretiza desde a escala regional até a global.

O primeiro capítulo “Espaço, Território, Região e Estado” aborda as categorias de Espaço, Região, Território e Estado. Debate-se conceitos das categorias para compreender como o espaço é classificado para ser estudado pela ciência geográfica. Os autores como Dollfus (1991), Harvey (2010, 2012; 2012a), Montañez Gómez (2001), Silva (1991), Santos (1994; 1999; 2007; 2008), Santos e Silveira (2008), Smith (1988) permitem debater o espaço e seus elementos formadores sob a égide do sistema capitalista o qual o faz desigual e combinado para atender as demandas das grandes corporações. O espaço como objeto de estudo deve, segundo Santos (1999), ter suas características temporais identificar para possibilitar uma compreensão das relações entre os elementos espaciais e relacioná-los na escala da local até a global. A periodização realizada conforme Santos (1999) identificando as características do meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional e para tal utilizamos Santos (1994, 1999, 2008), Santos e Silveira (2008), Castells (1999), Santos e Silveira (2008), Santos (1994), Frederico (2008), Teixeira Neto (2009) Castilho e Arrais (2012), Arrais (2013). As

transformações espaciais promovidas e construídas pelo Estado são debatidas com Ianni (1986), Lipietz (1988), Rasffetin (1993), Hirsch (2010), Carnoy (2013), Bourdieu (2014) os quais consideram o Estado e suas políticas públicas como intervenções diretas na busca de atender os interesses do capital em construir um espaço propício para produção e a reprodução das relações capitalista, principalmente garantir o lucro das grandes corporações. No que tange a categoria Território debate-se os conceitos e as formas com são concretizadas no espaço e para tal foram usados de apoio as obras de Benko (1996), Benko e Pecqueur (2001), Santos e Silveira (2008) e Haesbaert (2012). A Região e suas derivações e debate, importante categoria neste trabalho, permeou-se das ideias de Guimarães (1942), Corrêa (1987), Lencioni (1999), Santos (2001), Oliveira (2008). Desenvolve o capítulo as formas do capitalismo neoliberal introduz novas relações no espaço mundial e no Sudoeste Goiano, desta forma explicamos algumas características econômicas propícias para a introdução das técnicas da Revolução Verde aqui denominada de Modernização da Agricultura.

No “Sudoeste Goiano e Cerrado: localização e características físicas” são abordados os critérios das regionalizações adotadas tanto pelo IBGE como IMB (Instituto Mauro Borges) – órgão de planejamento do estado de Goiás – e assim justificamos a nossa opção pelas Regiões de Planejamento. Os aspectos físicos que caracterizam o Cerrado brasileiro e o Sudoeste são descritos para compreender os motivos das transformações do bioma em grande área de produção de grãos. A necessidade de abordar o tema nos aspectos de vegetação, relevo, clima e hidrografia possibilitam conhecer alguns impactos socioambientais os quais atingirão em breve a maior parte da população nacional. O debate sobre PARNA (Parque Nacional) é importante para assinalar aos leitores da tese as formas como a natureza e seus elementos são tratados nas políticas públicas sob os interesses das grandes corporações. O Cerrado mostra sua força produtiva agroindustrial concretizada pelas atividades do agronegócio, por outro lado evidencia sua fragilidade no equilíbrio da biodiversidade frente as ações devastadoras do agronegócio. Utiliza-se nesta parte da obra os autores: Geiger (2013), IBGE (1990, 2002,) IMB (2006, 2013, 2014), Ab´Saber (2007), Sano, Rosa, et al. (2007), Ministério do Meio Ambiente (2007, 2015), Coutinho (2002), Pinto e Diniz- Filho (2005), Ferreira et al., (2009), Castro (2012), Silva (2009) entre outros.

O terceiro capítulo, “Sudoeste goiano: da modernização da agricultura ao agronegócio”, discorre sobre o processo de modernização da agricultura nas áreas do Cerrado e no Sudoeste considerando as políticas públicas e agentes públicos e privados responsáveis pela retirada da vegetação natural em campos produtores de grãos. Autores como Ianni (1981),

Gonçalves Neto (1997), Delgado (1985), Aguiar (1986), Salim (1986), Müller (1989), Kageyama (1990), Costa (1991), Saquet (2006)., (Arrais, 2013). Castro e Fonseca (1995) Campos (2010) e Fajardo (2008). Para comprovar o processo de modernização da agricultura no Sudoeste Goiano e a industrialização da agricultura são apresentados dados dos censos agropecuários do IBGE. Destacamos a importância da COMIGO (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores do Sudoeste Goiano) como agente na propagação e consolidação da região como detentora dos meios produtivos do CAI de grãos.

A formação das grandes empresas exportadoras de aves e suínos é descrita e explicada no capítulo “Empresas multinacionais brasileiras do complexo grãos-aves e suínos”. Com base em Chandler (2003), Dalla Costa (2005), Corazza (2016) e Wells Junior (2009) discorre-se sobre a transformação das empresas familiares norte-americanas do século XIX em grandes corporações multinacionais nas primeiras duas décadas do século XX. Esse processo de formação de grandes corporações mundiais também se deu com as empresas do Oeste de Santa Catarina produtoras de aves e suínos; as práticas de aumentar a produção, os mercados consumidores, necessidade de investimentos nas plantas agroindústrias, criar e aprimorar o sistema de logística, maximizar os resultados das empresas e a profissionalização da gestão foram necessárias para ganhar porcentagens importantes do mercado mundial de proteína oriunda de aves e suínos. Por meio dos autores Goularti Filho (2006), Brandt e Campos (2008) Goulart Filho (2009), Bavaresco, Frazen e Frazen (2013), Colbari (1997), Tassara(1996), Taffarel, Garcias e Gerigk (2009), Uller (2002), Ludkevitch (2005), Giordano e Lazzarini (1995), Goidanich (2009), Lopes (2010), Espíndola (2001), Fleck; Ludkevitch (2007), ainda, relatórios anuais e Formulários 20-F das empresas foi possível traçar a trajetória histórica, as fusões e ações no território nacional e mundial; e para tal foram construídos mapas, quadros e tabelas as quais provam como essas corporações são impactantes nas economias e nas relações socioespaciais onde possuem suas unidades produtivas.

O quinto e último capítulo, “Agronegócio no Sudoeste Goiano: a concretização da cadeia produtiva de grãos-aves e suínos”, por meio das definições de CAI (Complexo Agroindustrial) e agronegócio de Müller (1989), Leite (1990), Girardi e Fernandes (2006), Elias e Pequeno (2005) e Elias (2013) identificamos por meio de registro fotográfico, dados do IBGE, IMB, Banco Central e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como o agronegócio é constituído no Sudoeste Goiano. Detalha-se como os registros do trabalho de campo as formas como a cadeia produtiva do agronegócio de grãos-aves e suínos interfere no espaço da região, construindo sua rede de produção para atender seus interesses.

A tese é uma contribuição para a compreensão do espaço geográfico produzido pelo agronegócio da cadeia produtiva de grãos-aves e suínos o qual se apropriou dos elementos naturais, dos atos de Estado por meio do planejamento e dos incentivos fiscais ao longo da história da formação do Brasil e do estado de Goiás. A periodização da história da formação do espaço geográfico do Sudoeste Goiano é inovadora, pois ao longo do levantamento da história da arte não identificamos esse procedimento metodológico em outro trabalho da ciência geográfica. A periodização possibilitou e possibilitará novas interpretações sobre a formação não apenas do espaço geográfico da região de estudo, mas de outras regiões resultados de outros processos e agentes do capitalismo existente.

1. ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO E ESTADO

A produção do conhecimento geográfico tem suas bases no desenvolvimento e o debate de categorias científicas. No caso desta tese elegemos as categorias de espaço, território, região e Estado como as norteadoras para articulação e análise do nosso objeto de estudo que é a Região de Planejamento do Sudoeste Goiano. No capítulo debatem-se as categorias responsáveis pelas análises da produção e as transformações do espaço geográfico do objeto de estudo.

O espaço geográfico é construído a cada momento da história da sociedade humana em virtude das necessidades, interesses e capacidades técnica, econômica, cultural e política da classe dominante. Não há espaço produzido de forma aleatória ou mesmo ao acaso, toda construção material no espaço resulta de ações concretas da classe dominante a qual pretende manter-se no poder das decisões para ter não apenas o controle das ações, mas no intuito de tentar perpetuar a dominação sobre as demais classes. Temos conflitos de classes sociais na busca de poder do centro das decisões, de ações diretas na construção do espaço e ainda, determinar as formas e as funções as quais o espaço deve ter. No sistema capitalista e suas variações (liberalismo, neocapitalismo e neoliberalismo, por exemplo) o espaço é produzido com objetivos de atender aos interesses da classe capitalista dominante. Atualmente as empresas transnacionais do ramo do agronegócio, como as produtoras de biotecnologias, agrotóxicos e demais insumos para a produção de grãos determinam o que será produzido nos campos dos países, seja estes desenvolvidos economicamente ou não.

1.1 Referenciais Teóricos de Espaço, Território, Região e Estado: construção da base para o debate

O Sudoeste Goiano, como toda a Região Centro Oeste, teve ações das políticas públicas para formação, apropriação e expropriação do espaço e seus elementos socioambientais. Existem várias discussões sobre as definições da categoria espaço, quais os resultados das ações da sociedade humana na natureza e também apontamos as expressões dos seus valores culturais, políticos e econômicos da sociedade no espaço

Dollfus (1991) afirma que o espaço geográfico é constantemente transformado, é mutante e as suas diferenciações ocorrem na escala do visível, ou seja, na paisagem. O espaço

é formado por sistemas de relações sendo algumas determinadas pelas relações naturais e outras pelas relações sociais. Esta segunda relação organiza o espaço devido algumas variáveis, entre elas: a densidade demográfica, grau de utilização de tecnologia, organização socioeconômica.

Portanto, o espaço geográfico é uno, porém com características próprias em cada parte do seu todo, para Montañez Gómez (2001, p. 16-7)

El espacio geográfico, en apariencia sólo sensible y hasta banal, contiene gran complejidad tanto por tener un contenido relacional, complejo, funcional e histórico como por ser un medio holístico muy particular que expresa la extraordinaria dinámica e interacción social, económica y cultural de los pueblos. Estos pueblos, localizados siempre en porciones particulares de la superficie de la tierra y haciendo uso de sus formas de organización social y política, se han valido de los elementos y atributos físicos y ambientales de su entorno, y de los recursos de otros pueblos, además de las interacciones culturales con ellos, para andar determinados procesos históricos y geográficos que, a su vez, impulsan la creación de nuevas condiciones de posibilidad espacial y territorial para esas mismas sociedades. Este proceso continuo de la humanidad en la faz de la Tierra ha estado mediado a través de la historia por los progresos técnicos y, por la evolución de las lógicas de las formas de organización social y productiva.

O espaço é complexo, envolve elementos naturais e humanos e suas características sociais (culturais, econômicas, políticas) realizadas ao longo da história da sociedade. A partir do espaço podem sair outros elementos para estudo como a região, território e a paisagem.

Para Silva (1991), o espaço produzido é subordinado às relações sociais do modo de produção e seus elementos da infraestrutura e das superestruturas representadas pela ideologia, política, jurisdição, valores culturais e outros.

Santos (1994, p.111), afirma

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Sistema de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Assim o espaço é constituído de sistemas de objetos (construções, campos agricultáveis, igrejas, vias de circulação, etc.) e caracterizado por sua complexidade, pois estes sistemas são cúmplices entre si, não podem ser analisados isoladamente ou mesmo

considerados sistemas autônomos. O espaço, segundo a ideia de Santos (1994), está em constante transformação e resultados das ações do Estado, das empresas, das pessoas, dos movimentos sociais, do capital, por exemplo.

A concepção de Santos assemelha-se a Harvey que o qualifica como absoluto, relativo e relacional.

Segundo Harvey (2012; p.10, grifo do autor),

Espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia. É o espaço primário de individuação – a *res extensa*, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves.

O espaço absoluto é o visível ao ser humano, pode-se mensurar a extensão, contabilizar seus elementos, reconhecer as formas. Por outro lado, o espaço absoluto também é socialmente percebido por meio da delimitação oficial por meio das fronteiras nacionais, limites estaduais, regionais, municipais e demais formas oficiais de praticar, por exemplo, o planejamento. Ao se considerar na esfera social e sob a ótica do modo de produção capitalista, o espaço tem a qualidade de propriedade privada e passa a ter limites cada vez mais específicos e precisos. O espaço, Harvey (2010, p.10-11), também é relativo “em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem.”. O espaço passa a ser relativo quando é observado e quem o observa, coloca seus valores, interesses e pretensões que almeja ao trabalhar/explorar o espaço em questão. E por último há espaço-tempo relacional no qual temos a capacidade de compreender a relação espaço-tempo com determinados acontecimento da escala local ao global. Harvey (2010, p.26) aponta, inclusive, a importância do espaço-tempo relacional para os capitalistas e seus investimentos, como forma de ter o conhecimento e o domínio sobre o espaço.

Tampouco se poderia mais ignorar a questão de sua conectividade espacial e relacional com o resto do mundo. Até mesmo os investidores capitalistas não seriam avessos a uma combinação de seus interesses comerciais mundanos com os relatos mais simbólicos e inspiradores (que enfatizam o poder e a indestrutibilidade do sistema político-econômico do capitalismo global que recebeu tamanho golpe em 11/9) ao erigir, por exemplo, um imponente símbolo fálico provocador. Eles também buscam um poder expressivo no espaço-tempo-relacional. Mas há todo tipo de relacionalidades a explorar.

Santos (1994; 1999) aponta para o meio técnico-científico-informacional como característica da relação entre a técnica e o espaço. O processo de globalização é a característica marcante e propagadora da dominação do espaço. Assim, Harvey e Santos realizam um processo *relatividade* do espaço, a partir do tempo e das relações socioambientais de determinado período histórico. O espaço tem suas características físicas e simbólicas, para Santos (1994, 1999) a importância da tecnologia se concretiza no espaço como sendo o meio-científico-informacional.

O espaço é produto do trabalho da sociedade humana, organizado por um sistema de produção caracterizado por uma divisão do trabalho o qual tem características do seu tempo como formas e funções. A compreensão e estudo do espaço atual deve ocorrer com a busca da história e das características da sociedade humana o qual o construiu. Justifica-se assim a busca de Santos (1994, 199) em periodizar/identificar os usos das técnicas e das tecnologias e os resultados aplicados no espaço.

Existe um descompasso dos usos das técnicas e das tecnologias no espaço mundial, criam espaços articulados economicamente desiguais e originam

As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento em que cada uma delas se encontra, no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e às relações internas. Este princípio é universalmente reconhecido. Entretanto, não só as relações entre uma nação e outra, mas também toda a estrutura interna de cada nação, dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seus intercâmbios internos e externos. Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho. Na medida em que esta divisão do trabalho é mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas anteriormente (o aproveitamento de terras incultas, por exemplo) qualquer força produtiva nova traz como consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho. Marx e Engels (p. 10-1)

Desta maneira, o espaço e suas relações são modificados ao longo da história pela divisão do trabalho. Esta divisão manifesta-se em todas as escalas, do global ao local e, expressa

de maneira concreta as diferenças dos elementos espaciais. A história da sociedade humana é registrada pelos acontecimentos concretos no espaço.

Smith (1988, p.130) considera

O espaço geográfico como um todo é diferente. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que um simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvidos e desenvolvidos, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho

Portanto, o espaço é categoria de análise a qual envolve inúmeros elementos que se combinam, constroem, desaparecem e marcam ao longo da história e concretizam-se por meio do modo de produção vigente de determinado período histórico. E as marcas destes períodos históricos são observadas pelas construções físicas nas cidades, nos campos e até nos costumes das populações (idiomas, alimentação, vestimentas etc.)

O estudo do espaço e suas transformações ao longo da história deve, segundo Santos (1999, p. 19)

Da mesma maneira, e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o lugar; o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifícios e complementariedade entre a tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.

A compreensão do espaço do Mundo, Brasil, Goiás e o Sudoeste Goiano passa da escala global-local e vice-versa. Os acontecimentos/elementos ocorridos em escala global repercutem na local de maneiras e formas readaptadas aos elementos naturais e a sociedade do lugar. Apesar das formas hegemônicas das ações do capital sobre o espaço global, o espaço local cria suas dinâmicas para atender aos interesses das classes dominantes do lugar, adequar-se as características particulares da natureza e principalmente ser legitimado pelo Estado e as populações locais. A hegemonia do capital global esbarra nas características culturais, políticas

e econômicas das populações locais e assim é necessário para seu estudo compreender a periodização dos acontecimentos do espaço para viabilizar o estudo do espaço.

Santos (1999, p. 43) aponta

[...] a cada sistema temporal o espaço muda. Como, porém, ultrapassar essa constatação de ordem geral e obter os recursos analíticos ao tratamento de casos específicos? Uma primeira resposta é obtida com a construção não apenas de uma periodização à escala do mundo, mas com a elaboração de outras periodizações a escala menores, agindo, por sua vez, sobre as escalas espaciais inferiores.

Seguindo esta lógica, é importante compreender e explicar os acontecimentos no espaço pela metodologia da periodização em escala de tempo e espaço. A relação espaço-tempo de Santos (1994, 1999, 2008) caracteriza o Meio Natural, Meio Técnico e Meio Técnico-Científico-Informacional subsidiam o debate sobre as transformações do espaço na escala mundial, Brasil e Goiás/Região Sudoeste Goiano (Quadro 1-1, Quadro 1-2 e Quadro 1-3).

Quadro 1-1- Meio Natural, Técnico e Técnico- Científico-Informacional – Mundo

<p align="center">Meio Natural Até Século XVII</p>	<p align="center">Meio Técnico Século XIX – 1960</p>	<p align="center">Meio Técnico-Científico-Informacional 1970-atual</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Atividades agropecuárias desenvolvidas nas áreas onde os fatores naturais eram propícios, podemos afirmar que existia um determinismo geográfico em tais atividades; - A natureza era o obstáculo natural e muitas vezes intransponível para construção dos sistemas de engenharia que permitissem deslocamentos de pessoas e mercadorias; - O tempo da sociedade era determinado pelo tempo da natureza; - Poucas relações comerciais, interculturais, de informações entre os pontos do planeta; 	<ul style="list-style-type: none"> - Marcada pela I e II Revolução Industrial; - Utilização de fontes de energias, máquinas capazes de produzir grandes quantidades em pequeno espaço de tempo; - A natureza começa a ser transposta para a construção dos sistemas de engenharia; - O tempo cronológico da natureza passa a ser menos influente nas relações humanas; - A Revolução Verde transforma os campos pouco produtivos dos países subdesenvolvidos economicamente da Ásia e América Latina em grandes produtores de matérias primas para abastecer as unidades industriais de empresas transnacionais; - Grandes empresas de alimentos e tecnologia agropecuária iniciam formação de monopólios e oligopólios e, criam condições de subjugar países e seus produtores rurais aos moldes dos <i>pacotes tecnológicos</i> por eles criados e patenteados 	<ul style="list-style-type: none"> - III Revolução Industrial, criação do chip de computador que permite o desenvolvimento da biotecnologia, robótica e nanotecnologia; - Informatização dos territórios e assim permite a interligação e o aumento dos fluxos de dados, capitais, mercadorias e populações; - As atividades agropecuárias aplicam biotecnologia e máquinas com equipamentos de precisão (GPS), aumenta a produção e a produtividade para atender as demandas das unidades industriais; - O processo de urbanização caracteriza-se com os surgimentos de megalópoles e o enfraquecimento econômico das pequenas cidades.

Fonte: Santos (1994, 1999, 2008), Santos e Silveira (2008) e Castells (1999)
Organizado pelo Autor

Quadro 1-2 - Meio Natural, Técnico e Científico-Informacional – Brasil

<p align="center">Meio Natural Século XVI-XVIII</p>	<p align="center">Meio Técnico Século XVIII – Década 1970</p>	<p align="center">Meio Técnico-Científico-Informacional Década 1970 - atual</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Grupos étnicos desenvolvimento endógenos (índios) em organização tribal e ocupam o atual território brasileiro; - Assentamentos dos europeus ocupavam Recôncavo Baiano e Nordeste a explorar e produzir com o aproveitamento das condições naturais como extração do pau-brasil e a produção de cana-de-açúcar; - Ocupação do espaço natural pela sociedade humana 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil é arquipélago resultado de mecanização incompleta; - Produção nacional para atender a demanda internacional; - Formação de zonas econômicas; - Estado português cria cidades para fiscalizar a produção aurífera dessa forma interioriza a população; - Criação de portos e de ferrovias para escoamento de produção para o mercado externo; - Expansão do café e com ele as relações capitalistas no campo – mão-de-obra assalariada, terra transformada em propriedade privada; - Estado utilizado para manter a configuração territorial, forma de coesão territorial. - Espaço nacional construído/reestruturado por meio da ideologia do consumo, crescimento econômico, planejamento e políticas públicas; - Construção de Brasília - Modernização da agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> - As redes de transportes e fluxos de informações, energia, pessoas e capitais permite o território nacional estar sob a égide do capital e assim, toma novas formas, conteúdos e comportamento. - O meio técnico-científico-informacional consolida-se com infraestrutura, telecomunicações, circulação de dados e capitais; - Sistemas de engenharia reorganizados para atender quase exclusivamente determinadas empresas beneficiadas por incentivos fiscais e políticas públicas de fomento de instalação. - Aplicação de técnicas agropecuárias com alto teor tecnológico (sementes transgênicas), irrigações, plantas agroindústrias no interior do Brasil. - Consolidação e adensamento das redes rodoviárias, ferroviárias, energia elétrica, fibra ótica, refinarias e dutos. - Aumento das desigualdades econômicas no estado de Goiás e no Sudoeste Goiano - Constituição dos CAIs; - Consolidação do agronegócio.

Fonte: Santos e Silveira (2008), Santos (1994), Frederico (2010)
Organizado pelo Autor

Quadro 1-3 - Meio Natural, Técnico e Científico-Informacional – Estado de Goiás e Região de Planejamento Sudoeste Goiano

<p>Meio Natural Até século XIX</p>	<p>Meio Técnico 1940-1970</p>	<p>Meio Técnico-Científico-Informacional 1980-atual</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Presença dos índios Caiapós na região Sudoeste Goiano; - Exploração das áreas mineradoras no “Norte” de Goiás e atual estado de Tocantins; - Áreas de produção bovina extensiva e agrícola rudimentares para atender as regiões mineradoras - Sudoeste Goiano, considerado um “vazio demográfico”; 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de Goiânia (1936); - Construção de Brasília (1950); - Criação da Celg (1954-1962) - Estado aplica políticas públicas para viabilizar a modernização da agricultura pela implantação das lavouras de grãos principalmente na macrorregião Sul de Goiás com destaque para o Sudoeste Goiano; - Fundação da COMIGO com o intuito de favorecer e facilitar a compra de insumos e venda dos produtos agropecuários e ainda, a cooperativa foi utilizada para propagar e viabilizar a introdução dos <i>pacotes tecnológicos</i> no Sudoeste Goiano - Crescimento populacional do Sudoeste Goiano e do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição da CAI da soja no Sudoeste Goiano com o funcionamento da unidade processadora da COMIGO em 1984; - Introdução da agricultura de precisão com o uso de GPS nas máquinas agrícolas; - Instalação de unidades industriais da BRF no Sudoeste Goiano: Rio Verde (1999), Jataí (2005) e Mineiros (2007); - Introdução do sistema integrado de aves e suínos no Sudoeste Goiano impondo novas relações entre produtores rurais e indústria; - Criação da Região Metropolitana de Goiânia (2005); - O crescimento populacional do estado de Goiás e do Sudoeste com taxas acima da média nacional.

Fonte: Chaul (1997, 2006), Santos (1994), Santos e Silveira (2008), Teixeira Neto (2009), Frederico (2010), Castilho e Arrais (2012), Arrais (2013)

Organização: o Autor

Nota-se que não existe uma sincronia exata entre os meios e o espaço-tempo (mundial, brasileiro, Goiás e do Sudoeste Goiano). A tecnologia, não é aplicada e difundida de maneira homogênea e cria, portanto, espaços desiguais. O capitalismo e seus princípios consolidam-se com a Revolução Francesa e Industrial. A primeira permitiu a classe burguesa entrar no cenário do poder político e expressar, e porque não, impor sua ideologia; a segunda consolidou relações comerciais, explicitou as desigualdades políticas, econômicas e sociais entre o capital e trabalho, evidenciou as classes e a luta entre capitalista e a proletária, tornou o conhecimento em mercadoria e assim estimulou o crescimento tecnológico num primeiro momento. (SMITH; CASTELLS, 1988, 1999)

Os espaços articulam-se conforme as necessidades do capital e seus agentes, ou seja, áreas centrais do capital (países produtores de tecnologia e concentradores de capital) terão em seus espaços as aplicações de tais inovações tecnológicas primeiro que nos países menos articulados economicamente. Essas articulações do capital que são concretas com a instalação de unidades fabris, por exemplo, em países sem tradição industrial na década de 1970 quando as empresas buscam áreas com incentivos fiscais, mão de obra barata, legislações ambientais e trabalhistas mais brandas que dos países centrais de suas matrizes corporativas, recursos naturais abundantes, no caso das empresas alimentícias o essencial para produção é a água.

A sociedade humana sempre teve a necessidade de criar leis/normas para se governar. As primeiras leis/normas foram as “leis divinas” que estavam acima de qualquer indagação e podiam ser compreendidas e impostas para todos. As “leis divinas” determinavam as hierarquias de poder conforme as instituições religiosas e foram utilizadas pelos autocratas feudais europeus para garantir seu poder. Tais “leis divinas” não eram apenas para hierarquizar o poder, mas também definiam as relações sociais e econômicas. O enfraquecimento e o fim do feudalismo ocorreram devido as monarquias nacionais e autoritárias e, igreja perde seu poder. Isso leva a guerras entre o final do século XVI e XVII. Nos séculos XVII e XVIII os filósofos políticos constroem teorias de estado baseados na natureza humana, no individualismo e nas relações entre os indivíduos. O Estado passa a ter função de limitar as “paixões humanas” e não mais reprimi-las como no feudalismo. O Estado passa a ser controlador e mediador civilizador.

Apesar da teoria moderna de Estado e da doutrina clássica se desligarem dos valores políticos e religiosos do feudalismo, ainda persistia a influência da religião na razão, pois esta era de origem divina. Porém muitos filósofos clássicos rompem com a leis divinas e passam o poder político e econômico para os homens racionais. Hobbes em sua obra Leviathan (1651) aplica um método científico – lógica dedutiva - para compreender o comportamento do

indivíduo e melhorar a eficiência do Estado. Para isso, o indivíduo deveria ter um soberano que garantisse sua existência (medo da guerra) e como retribuição, o indivíduo seria submisso totalmente ao soberano. Por outro lado, o poder do soberano tornaria todos seus súditos iguais por meio de transformá-los em impotentes. Mas isso só seria possível por meio da renúncia do poder individual. (CARNOY, 2013)

O Estado sob o viés liberal seria a “mão invisível” do mercado não deveria sofrer influência/interferência do Estado, suas leis e obstáculos para a geração de riqueza. Assim, o mercado era o “jardim da ternura” a ser cultivado e o Estado era a loucura dos homens e que deveria ser controlado em seus limites. A regulação/leis da sociedade do livre mercado seria o amor, os sentimentos morais que direcionam e governam o comportamento humano numa interação positiva entre os indivíduos. A honestidade deve ser essencial para a sociedade capitalista, assim como o “senso de dever”, solidariedade vem de dentro do indivíduo e este é responsável, pela melhoria não intencional da condição social e da coesão social deliberada. O mercado apesar de ser livre, segundo Carnoy (2013), precisa do Estado para garantir as leis, a propriedade privada e assim garantir uma maximização dos “benefícios aos homens”.

Para Carnoy

Apesar de defender a “mão invisível” do mercado, o Estado para Smith, tem a função de regular a moralidade do indivíduo, ou seja, parte faz o indivíduo, a outra parte é “controlada” pelas instituições do Estado. [...] O Estado criticado por Smith era o intervencionista, o feudal, do antigo regime, o absolutista. Para ele, o Estado deveria ainda criar novas leis e cumpri-las e ter a função educacional para a criação de uma nova moralidade. (p 43-4)

Por uma análise marxista, o Estado representa e é ocupado pela burguesia, portanto, representa tal classe e seus anseios. Por ser burguês, o Estado está no seio dos conflitos, deve solucioná-los por ser, ele o Estado, um meio de dominação de classes. A comunidade transforma-se em Estado para mediar os interesses individuais perante os coletivos, porém, apesar da divisão entre indivíduo e comunidade, as relações são baseadas em grupos particulares e no capitalismo essas relações são determinadas pela divisão do trabalho. O Estado é o braço opressor da burguesia, mesmo que haja a separação deste com a comunidade a tal burguesia o usa para dominar e garantir propriedades e interesses. A necessidade do Estado ocorre para garantir as leis e a própria ascensão do Estado é inerente a sua repressão.

Para Carnoy (2013, p. 71), Marx e Engels abordam

O Estado surge da contradição entre os interesses de um indivíduo (ou família) e o interesse comum de todos os indivíduos. A comunidade se transforma em Estado, aparentemente divorciado do indivíduo e da comunidade, mas, na realidade, baseado em relações com grupos particulares – sob o capitalismo, com baseado em relações com grupos particulares – sob o capitalismo, com as determinadas pela divisão do trabalho. [...] O Estado capitalista é dominado pela burguesia. A propriedade privada emancipa-se da comunidade e o Estado se separa da comunidade, sendo uma entidade ao lado e de fora da sociedade civil, o que a burguesia usa para dominar e garantir suas propriedades e interesses.

O Estado não é composto por uma classe monolítica, assim não consegue utilizá-lo como instrumento, mesmo quando as pessoas sejam da mesma “classe dominante”. Os capitalistas dominam o Estado devido ao seu poder econômico global que interferem nas decisões dos Estados de forma que nenhum grupo da sociedade capitalista, pode desenvolver seja financeira ou politicamente. Os capitalistas possuem a arma da “greve de investimentos” a qual subjagam a economia e o Estado, aprisionando/segurando o capital, porém, nem sempre essas ações interferem nas decisões do Estado. Existem, segundo, Carnoy (2013) três formas de dominação do Estado.

1 - Uso de pessoas de classes não burguesa que devido a sua educação e formação são alistados na frente do Estado e assim, agem como se fossem capitalistas burgueses em seus ideais e ato.

2 – Domínio do Estado pelo capital global (poder econômico) que interfere nas ações estatais por meio da “greve de investimentos” quando há submissão do Estado as ações capitalistas

3 – A natureza do Estado é determinada pela natureza e pelas exigências do modo de produção, portanto o Estado, no capitalismo, age em favor do capital e dos capitalistas. Apesar dessa submissão do Estado ao capital, o Estado é um Estado de classe, mas deve ter um alto grau de autonomia e independência se vai agir como um Estado de classe.

A intervenção do Estado na produção do espaço brasileiro, segundo Ianni (1986), ocorre deliberadamente no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) com a criação de leis, órgãos, departamentos e institutos públicos¹ com a finalidade de organizar dados, informações

¹ Ianni cita: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931), Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia (ambos em 1932), Ministério da Educação e da Saúde Pública (1933), Instituto do Açúcar e do Alcool (1934), Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal (1937), Conselho Nacional do Petróleo, IBGE (1939), Fábrica Nacional de Motores (1941), Companhia Siderúrgica Nacional (1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (1943), Consolidação das Leis do Trabalho, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Serviço Social da Indústria (SESI) (1945) entre outros.

e, ainda, elaborar planos de desenvolvimento econômicos e territoriais para a integração do país na economia mundial.

A relação Estado e espaço na interpretação de Lipietz (1988, p. 149)

Não se trata somente da relação entre a *instituição política* e a *espacialidade do político*, ainda que esta, em muitos aspectos, desempenhe o papel principal no espaço social concreto (e, para começar, na sua delimitação geográfica). Mais profundamente, trata-se de compreender que, se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva, independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como uma força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse “coletivo” e aparecem como “comunidade ilusória”: como o Estado.

O Estado é um agente legitimador da produção do espaço. Não é e não pode ser considerado como neutro e imparcial nas suas decisões e ações, ao contrário da visão norte-americana tem a ideia que a eleição dos governantes garante que o Estado defenda os interesses dos cidadãos. (CARNOY, 2013). O Estado é uma categoria abstrata, contudo suas ações concretizam-se no espaço e repercutem nas pessoas e suas ações.

Como afirma Hirsch (2010, p. 20)

A abordagem materialista histórica leva em conta não apenas o fato de que as relações de dominação política têm bases e condições materiais, fundadas nas estruturas de produção social. [...] trata-se, portanto, de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como os conflitos e as lutas resultantes, e que eles são opacos. [...] por isso, não se trata apenas de explicar como o Estado funciona ou deve funcionar, mas que relação social ele apresenta e como ela pode ser superada.

Do outro lado, Bourdieu (2014, p. 38-9) aponta para a prudência em abordar a questão do Estado pelo materialismo histórico.

O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos – diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso. Essa realidade misteriosa existe por seus efeitos e pela crença coletiva em sua existência, que é o princípio desses efeitos. É alguma coisa que não se pode tocar com o dedo, ou tratar como o faz um agente vindo da tradição marxista que diz: “O Estado faz isso”, “O Estado faz aquilo”. Eu poderia citar-lhes quilômetros de textos com a palavra

“Estado” como sujeitos de ações, de preposições. É uma ficção absolutamente perigosa, que nos impede pensar o Estado. Portanto, como preâmbulo gostaria de dizer: cuidado, todas as frases que têm como sujeito o Estado são frases teológicas – o que não quer dizer que sejam falsas, na medida em que o Estado é uma entidade teológica, isto é, uma entidade que existe pela crença.

Bourdieu propõe não se referir as ações do Estado, mas a “atos do Estado”, esses sim são resultados de ações de políticas reconhecidas como legítimas, não sendo questionadas ou mesmo pelo simples fato de não terem outra forma de serem aplicadas. Assim, parte-se do fato que tais atos sejam legítimos pela entidade Estado e que, caso tomados por outra instituição não seriam legais. O Estado pode ser visto de maneira concreta nas fronteiras, nas divisões estaduais, nas formas de regionalizar o espaço. Constituem-se atos do Estado em legitimar relações de poder por jurisdições de governantes, órgãos e agentes públicos.

Pensar o Estado nos remete as relações de poder deste sobre o espaço. Para tal, Raffetin (1993, p. 143)

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Com Raffetin é possível debater território como um espaço com relações de poder, seja o Estado e seus atos públicos e/ou políticas públicas, seja o capital por meio de empresa privada. Existe a visão/apropriação do território pela população local e suas características culturais marcadas pela linguagem, escrita, religião, artes etc.

Haesbaert (2012, p. 40) aponta três sínteses de noções de território.

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobre tudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Por ser espaço, o território pode ser observado conforme os interesses do geógrafo, por exemplo. Os resultados/análises dependem do método e da metodologia adotada pelo pesquisador. Haesbaert (2012, p.14) e apontam para alguns pontos frágeis que o materialismo histórico tem ao tratar o território. Ou são de postura “naturalista” e assim afirmam ser a “territorialidade humana moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado”, ou são de postura de base material com destaque as “relações de produção”, como o fundamento para compreender a organização do território”. Para reforçar a ideia de Haesbaert sobre os cuidados do estudo e da definição de território, Benko e Pecqueur (2001, p. 40-1) “Território é uma união de práticas e de representações dos agentes econômicos, mas ele deve ser também o resultado de uma busca analítica e não seu pressuposto. A proximidade é um dos meios de teorizar o território”.

Os autores explicitam a linha de raciocínio "escola francesa de economia de proximidades", a qual enfatiza questão da proximidade dos recursos ou qualidades técnicas do território para que sejam instaladas, por exemplo, empresas. Destacam ainda os autores, a questão da competitividade das empresas no que se relaciona ao desenvolvimento tecnológico/técnico, rede de transporte e comunicações, mercados consumidores e demais elementos primordiais para tornar a empresa e seus produtos competitivos no mercado globalizado.

Santos e Silveira (2008) tratam o espaço geográfico como sinônimo de território usado e para seu estudo evocam para a necessidade de periodizar as transformações que esse espaço foi transformado e constituído em território e assim apontam

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria, e dos serviços o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (p.21)

Evidente que a partir das ideias de Santos e Silveira, Montañez Gómez e Raffestin o território é o espaço com relações de poder expressos pela sociedade e seus agentes públicos e privados e, também, as relações entre a sociedade e as condições naturais. Estes arranjos/combinções/“convivências” regidos por leis humanas ou naturais caracterizam o espaço e suas apropriações e seus uso.

Lencioni (1999) afirma para a Geografia ter cuidado em utilizar o materialismo histórico como método de pesquisa, pois algumas vertentes enfatizam apenas as questões de economicistas e reduz a simples essência econômica a riqueza dos processos sociais. A Geografia não é a ciência dos estudos dos fenômenos econômicos, mas dos elementos sociais e naturais. Sugere Lencioni (1999, p.170)

O essencialismo corresponde a uma perspectiva de análise que procede à redução dos processos ao mais essencial; ou seja, diz respeito a uma abordagem que procura apreender a essência dos processos sociais, como a produção e acumulação capitalista. Esta discussão é importante para a Geografia por que muitos trabalhos acabaram reduzindo a riqueza dos processos sociais à sua essência econômica, o que significou o desenvolvimento do determinismo econômico em Geografia.

Corrêa (1987) afirma que a região é o resultado de um desenvolvimento desigual e combinado no qual a divisão do trabalho, de escala nacional e internacional, e as relações de produção se expressam na paisagem e esta é característica da região. Essa região apresenta a “luta de classes entre as elites regionais e o capital de externo” (p. 45). Para o autor a região é

[...] considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre o quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. [...] é a especificação de uma totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial. Ou, em outras palavras, é a realização de um processo geral, universal, em quadro territorial menor, onde se combinam o geral - o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador - e o particular p as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação. (p. 46)

Essa definição de região nos leva a compreender como o território e os atos do Estado são realizados para articular o espaço em favor do capital e seus agentes. Oliveira (2008) aponta para definição de região como espaço de conflito, dialeticamente uma forma de reprodução do capital e formas específicas de lutas de classes, ocorre a fusão do econômico e do político e dão a forma de surgir no produto social e nos pressupostos de reposição

É possível reconhecer a existência de espaços econômicos-políticos-sociais em que, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem, no entanto, penetrar propriamente na produção; tal região se diferencia de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital comercial – em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é

indústria– o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente, as diversas formas de produção do capital conformariam “regiões” distintas. (2008, p. 148)

A região caracteriza-se, por exemplo, pelas relações das capacidades de produções e reproduções do capital, e essa forma de classificar apontando essas características é realizado pelos órgãos públicos ou empresas privadas. A regionalização brasileira construída na década de 1940 era baseada nos elementos dos quadros naturais e não havia coincidência com os limites dos estados e isso dificultava as políticas públicas para o crescimento econômico e a integração das economias regionais ao plano nacional e do país a ser integrado no cenário econômico nacional. Porém os critérios de denominar “região natural” são imprecisos e confusos:

Parece-nos, assim, que os motivos da desordem atualmente observada na divisão regional estão antes na variedade de critérios adotados e mesmo em certa falta de rigor científico quanto ao conceito de “região natural”. Em vez de se basearem no conjunto de caracteres de cada região, muitos autores dão preferência a determinados aspectos isolados: uns se baseiam sistematicamente no tipo de relevo, outros no clima, outros na vegetação, outros nos fatos econômicos ou ainda na simples posição geográfica. Se esses diversos autores demoninassem sempre com clareza as suas divisões, acrescentando ao termo “regiões” os qualitativos adequados (“orográficas”, “climáticas”, “botânicas” ou “econômicas”, conforme o caso) desaparecia o perigo de confusão; acontece, porém, que geralmente as denominam inadequadamente “regiões naturais” ou então simplesmente “regiões”, sem tornarem explícito o critério que presidiu à divisão (GUIMARÃES, 1942, p. 3-4)

Para Guimarães (1942), as regiões naturais são as melhores bases para criar um divisão regional com fins estatísticos com fins de comparação de dados em diferentes tempos históricos. Segundo o autor os dados econômicos, por exemplo, são instáveis e não permitem comparações ao longo da história, ou seja, são recortes temporais momentâneos.

A partir das “regiões naturais” são constituídas 5 regiões:

- I – Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;
- II Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- III – Este: Sergipe, Bahia e Espírito Santo
- IV Sul; Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul;
- V – Centro: Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (GUIMARÃES, 1942, p. 37)

O ato de criar regiões, no caso brasileiro, é para legitimar o planejamento econômico desde os tempos do Getúlio Vargas e, acentua-se nos governos militares. De tal

maneira se justificam as criações da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), por exemplo.

Os governos militares (1964-1985) regionalizaram o país para agir no planejamento com as alegações de modernizar e reduzir as desigualdades regionais nacionais, mas Ianni (1986, p. 68) afirma que o planejamento teve sua origem e prática por meio da

[...] combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em componente dinâmico do sistema político-administrativo. Ou melhor, a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses predominantes do setor privado da Economia.

Os governos militares utilizaram os planos de desenvolvimentos e a regionalização para privilegiar os investimentos do capital com o suporte financeiro e legal do Estado. As regiões e as regionalizações foram e são instrumentos para articular o espaço para atender as demandas do capital das grandes corporações em instalar suas unidades produtivas com uso de incentivos fiscais com a finalidade de maximizar os lucros, a exploração dos elementos naturais e da força de trabalho regional. O Estado brasileiro criou, por exemplo, a SUDENE (1959) (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), SUDAM (1966) (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDECO (1967) (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) com intuito de reduzir as desigualdades regionais. Essas superintendências foram produtos de outras políticas públicas brasileiras desde os tempos dos governos de Getúlio Vargas em articular e descentralizar as atividades econômicas das Regiões Sul e Sudeste. A exploração dos espaços do Nordeste, Norte e Centro-Oeste só se tornaram viáveis economicamente para o capital e suas corporações com os investimentos públicos em infraestrutura, incentivos fiscais e empréstimos com juros atrativos.

O processo de centralização das atividades econômicas no Sul-Sudeste e com extremadamente no eixo Rio-São Paulo leva Santos (2001) desenvolver a ideia de Região Concentrada, ou seja, aquela que têm o poder de econômico, da concentração populacional, industrial e, ter em seu espaço as principais redes (comunicação, transportes, dutos etc.), os centros consumidores.

1.2 Produção do Espaço, Território, Estado, Neoliberalismo e Sudoeste Goiano: considerações iniciais.

A definição de neoliberalismo e suas formas de manifestação no espaço são importantes para entendimento e compreensão da maneira como os espaços e os territórios estão sendo subjugados aos interesses das grandes empresas, das elites de poder locais, nacionais e internacionais e dos próprios indivíduos que ocupam, momentaneamente, os cargos nos órgãos do Estado Nacional. As ideias e os atos sobre neoliberalismo e o seu processo de formulação, implantação, propagação e consolidação são neste texto são baseadas em Harvey (2011, 2012a) o qual nos traz a luz essa fase do capitalismo promulgado como a vitória da liberdade de individual e da dignidade.

Sobre a crise do fordismo vamos utilizar a obra de Benko (1996) que nos permite desvendar as transformações do espaço, da sociedade e da natureza são transformados pela produção flexível ou, também denominado de toyotismo. Mas como tudo isso se relaciona com o processo de consolidação do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano e a perda de qualidade de vida das populações em pleno século XXI?

A década de 1970 marcada pelas crises do petróleo, do estado de bem-estar social e do modelo de produção fordista nos países mais ricos que obrigam seus Estados Nacionais a recuperarem o poder das elites por meio de políticas para retomarem o aumento da concentração da riqueza a qual não ocorrerá nos ritmos esperados desde a II Guerra Mundial. A perda do poder das elites era resultado das políticas dos países mais articulados economicamente em garantir, por meio de impostos e leis trabalhistas, o estado de bem-estar social via o razoável pleno emprego, garantia de direitos trabalhistas, estabelecimento de padrões de salários e investimentos em setores importantes como saúde, educação entre outros. Essas ações além de prejudicarem as taxas de lucro das empresas e o acúmulo de riqueza das elites, promoveram colapsos financeiros nas contas públicas. Assim, muitos governos foram obrigados a pedir empréstimos junto aos bancos, principalmente dos EUA, para salvar as dívidas do Estado.

Portanto, segundo Harvey (*Idem*), foi o momento que as elites e as corporações encontraram para impor e exigir as implantações de medidas neoliberais como as reduções nos investimentos em saúde, educação e, ainda, na necessidade de flexibilizar as leis trabalhistas para “permitirem” gerar mais empregos ou mesmo para evitar o fechamento de unidades produtivas. O melhor exemplo sobre a implantação de políticas neoliberais foi o caso da cidade

de Nova York na década de 1970, segundo Harvey (*Idem*), passou a ser a “Nova York Delirante” ao invés da “Nova York Democrática”.

A cidade foi obrigada a aumentar impostos, reduzir investimentos em infraestrutura, na saúde pública e educação para sanar seus compromissos financeiros com os bancos. A população nova yorkina teve o espaço da cidade degradado devido ao empobrecimento da população, bairros foram totalmente abandonados e recriados por atividades ilícitas. Novas formas de exploração do espaço foram observadas como a perda de imóveis das populações para os agentes financeiros e imobiliários, a transformação da cidade em produto turístico com o viés nas grandes produções de espetáculos e a chegada de pessoas com novas sexualidades e costumes.

E aí, novamente, surge uma questão: Como políticas capitalistas são aplicadas nas áreas dos “confins” do Cerrado brasileiro, no tão “distante” Sudoeste Goiano para produzir soja na década de 1970?

Harvey (*Ibidem*) nos afirma que as políticas e as ações do neoliberalismo não ocorrem de maneira sincronizada no mundo e também não são exclusividades de governos de gestões democráticas e, o caso que ilustra neoliberalismo e regime ditatorial é o Chile no governo de Augusto Pinochet Ugarte (1973-1990). O neoliberalismo manifesta-se nas particularidades do local, assim Massey (2000) demonstra que *compressão tempo-espaço*² impôs uma falsa ideia que os espaços são homogêneos ou mesmo, são ocupados e produzidos por comunidades homogêneas. Os espaços são constituídos por diferentes grupos que entram em conflitos não apenas econômicos, mas também culturais. Portanto, o lugar, é o resultado desse conjunto, não harmônico, de pessoas e os próprios elementos da natureza. O lugar do Cerrado, do Sudoeste Goiano em virtude das suas características físicas (relevo plano, fácil correção de acidez dos solos, índices pluviométricos entre outros) será o palco da imposição da modernização da agricultura por meio dos *pacotes tecnológicos*³ e da implantação das lavouras de arroz, soja e milho.

Apesar de não serem considerados como um todo de políticas públicas, e sim por partes (linhas de crédito para calagem dos solos, utilização de fertilizantes e etc.), os *pacotes tecnológicos* são classificados como intervenção do Estado na produção agrícola do país na

2 Vamos considerar esta expressão compressão espaço tempo como o processo de globalização

3 Aguiar (1986, p.42) [...] pode-se definir pacote tecnológico como conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa.

década de 1970, proporcionando o aumento da produção agrícola de produtos exportáveis (entre eles soja e milho). Criam novos mercados consumidores de produtos industrializados de empresas multinacionais (máquinas, agrotóxicos e fertilizantes).

Nos anos de 1960/70 a modernização da agricultura foi um processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro por meio: da inserção do trabalho assalariado, das inovações técnicas e tecnológicas, da expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, pelos recursos financeiros dos empréstimos públicos ao setor agropecuário fomentando as desigualdades regionais entre as unidades da federação e dos países e o acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006).

Todas essas inovações tecnológicas só foram possíveis via as interferências do Estado e suas políticas públicas na construção de um novo espaço agrário que teria que atender aos anseios políticos para garantir o apoio ao governo ditatorial como o controle dos índices inflacionários com a redução dos preços dos alimentos. Essa modernização da agricultura é conhecida como modernização conservadora. Foi moderna nas ferramentas, máquinas e nos insumos agrícolas, mas conservou a concentração da propriedade das terras e impediu a expansão dos movimentos sociais no campo brasileiro.

Essas políticas de modernização eram de fato políticas de Estado e estavam definidas no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Para Hess (1987), as políticas públicas eram produzidas pelos governos militares para atender os interesses das grandes empresas agropecuárias e serviam para incentivar as ocupações de grandes extensões de terras em áreas de expansão da fronteira agrícola por meio de incentivos fiscais, créditos agrícolas facilitados, exportações subsidiadas e política de preços mínimos.

No caso do Sudoeste Goiano a modernização da agricultura foi devido a políticas públicas como POLOCENTRO que previa a construção de infraestrutura como a construção das vias de circulação para o escoamento da produção agrícola local, eletrificação rural, construção de silos e armazéns. Outro fator importante para fomentar a modernização foi às condições financeiras de estocagem da produção agrícola por intermédio do Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF) proporcionado à proteção dos preços dos grãos produzidos na região em relação aos da região sul do país. Ainda, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) viabilizava as compras de máquinas e dos demais insumos para o plantio do arroz, soja e milho.

O interessante no caso brasileiro é que os recursos financeiros utilizados na década de 1970 pelos agricultores e as empresas eram obtidos com juros subsidiados, porém a origem

do dinheiro estava nos empréstimos realizados pelo governo brasileiro junto aos bancos internacionais, principalmente os norte-americanos. Talvez não fosse um ideal neoliberal, mas essa modernização da agricultura permitiu que o espaço rural do Sudoeste Goiano fosse dominado pelos princípios de tal política como o aumento da concentração de capital a qual deu a impressão que tal modernização era para todos e que garantiria à liberdade de todos terem acessos às benesses do sistema capitalista.

A década de 1980 é marcada pela denominada Industrialização da Agricultura. Para Kageyama et al. (1990) a industrialização da agricultura é quando o campo se torna um ramo da indústria, sua produção não é apenas uma matéria prima, mas um produto intermediário para outras indústrias. Agora, o campo tem que produzir conforme a necessidade das plantas industriais, seguindo padrões, qualidade e quantidade exigidos por seus compradores.

É clara a característica da produção flexível, do *toyotismo* a ideia do *just in time*, do produzir na quantidade, na qualidade e no tempo exato. Desta forma o processo de modernização da agricultura é irrevogável, pois a industrialização da agricultura obriga os produtores a manterem a produção e a produtividade compatíveis com a tecnologia injetada nas plantas industriais e com as necessidades dos mercados consumidores.

O circuito da soja, como denomina Arroyo (2003), implicou nas alterações da divisão do trabalho ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Nítida é a transformação no Sudoeste Goiano (o município de Rio Verde que em 1983 terá a primeira unidade esmagadora de soja do Centro Oeste) de produtor de matérias-primas para produtos alimentícios industrializados que são exportados para o mercado internacional. O Estado foi um dos responsáveis pela constituição do CAI (Complexos agroindustriais), viabilizando a industrialização pesada do país através de investimentos públicos no setor da indústria de base nacional (siderurgia, infraestrutura) e promovendo posteriormente a produção de fertilizantes e defensivos para atender à agricultura nacional. Essa especialização do Sudoeste Goiano na produção de soja e milho, viável devido às políticas públicas da década de 1970. Proporcionou ao capital privado explorar cada vez mais as potencialidades agrícolas da região e a partir do final da década de 1990 a tal industrialização da agricultura começa a tomar a forma do agronegócio.

Os altos índices de tecnificação do campo, as grandes extensões das terras propriedades rurais, o grande poder econômico dos proprietários e políticas públicas tornaram possível à instalação de grandes unidades produtoras de aves e suínos que adotam o sistema de produção integrado. Tal sistema exige a parceria e grandes vultos de investimentos públicos em

rede de circulação, rede elétrica urbana e rural, rede de telecomunicações. Também exige do Estado a criação de linhas de financiamento, no caso se explica pela criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) e Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (FOMENTAR).

Para Girardi e Fernandes (2004) caracterizar o agronegócio é necessário nove preceitos, são eles: concentração de terras, uso intenso de tecnologia, elevados impactos ambientais, uso de elevado de água para cultivo irrigado, produção de plantas e animais modificados geneticamente, concentração de capitais, financiamentos facilitado devido a propriedade da terra ser garantia dos mesmo, predomínio de trabalho assalariado, uso e dependência de insumos estrangeiros e a produção destinada na sua maior parte para o mercado externo.

De acordo com estas definições o agronegócio manifesta-se no espaço de Sudoeste Goiano, por meio dos serviços de pesquisa e assistência técnica nas atividades agropecuárias realizadas pela COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), UNIRV (Universidade de Rio Verde), UFG (Universidade Federal de Goiás), IFGoiano (Instituto Federal Goiano).

Os processamentos dos produtos agropecuários, com ênfase para a soja, milho, sorgo, aves e suínos, ocorrem nas plantas industriais da COMIGO, BRF (Brasil Foods), Kowalski Alimentos (óleo e farelo de soja), Cargill (óleo e farelo de soja), Cereal (rações animais, óleo e farelo de soja) e Adubos Moema. Os recursos financeiros são gerenciados pelo Banco do Brasil que administra as linhas de crédito para o setor industrial, agropecuário e agroindustrial. Na mesma instituição financeira os produtores rurais podem comercializar sua produção diretamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) de São Paulo e Bolsa de Valores de Chicago. A produção agropecuária e agroindustrial é transportada por empresas que deslocam as mercadorias a serem exportadas para os portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná) e para o mercado consumidor interno. Portanto, as transformações do Cerrado no Sudoeste Goiano foram realizadas pelo Estado Nacional que apresentou várias características de governos de militares ditatoriais até o “desenvolvimentismo social” ou “pós-liberal” ou “liberal periférico” (STEINBERG, 2013).

Desta maneira, Taylor e Flint (2002) indicam que o governo é o agente do Estado e assim, realiza as atividades estatais cotidianas. Seus mecanismos são de “curto prazo” para administrar os objetivos de “longo prazo”. Afirmamos então que a modernização da agricultura foi planejada para atender não apenas os interesses das elites ou capitais da década de 1970,

mas sim, para criar um ambiente propício para a constante produção e reprodução do capital e do poder.

Benko (1996) afirma que a nova forma de acumulação modifica o modo de produção capitalista e o consumo, as transações e os mecanismos institucionais das relações comerciais e também reestruturam o espaço e a sociedade como nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo. Isso é claro no Sudoeste Goiano, se até a década de 1970 a região era produtora de gado bovino no sistema extensivo, a modernização da agricultura promove um rompimento da produção “rudimentar” e inclui no espaço novas formas modernas de produção. Essa “modernidade” da produção de grãos leva a industrialização da agricultura, a reconfiguração territorial da propriedade da terra, a novos modelos de uso do solo agrícola, a reconfiguração das cidades a partir do recebimento de plantas agroindustriais e ao ápice da consolidação do agronegócio, a partir da intensificação da financeirização do campo e da cidade do agronegócio.

Todo esse processo só foi possível devido ao Estado e suas políticas. Então pensar o Estado é um elemento a ser descartado pela atual fase neoliberal do capitalismo é um equívoco. O Estado é sim o elemento que garante a ordem social e econômica do sistema capitalista, são os padrões impostos pelo Estado que permitem aos capitais, pessoas, mercadorias e informações transitem pelos espaços dos Estados. E, todavia, é o Estado que salva as instituições capitalistas (bancos, indústrias e grandes corporações) dos “erros” de transações financeiras que poderiam levar tais instituições a banca rota. Isso ficou evidente com crise imobiliária nos EUA em 2008 – crise da bolha imobiliária, quando o Estado teve a obrigação de realizar empréstimos às instituições financeiras para não levar a um colapso econômico norte-americano e mundial.

No Brasil, a presença do Estado é clara na produção do espaço. As políticas públicas promovem as articulações de determinadas partes do território nacional por meio da construção de infraestrutura que serão utilizadas pelas grandes corporações e as elites que acumulam a cada ano mais riqueza. E também com existência de linhas de financiamentos para fomentar as implantações de unidades industriais com juros e tempos carências atrativos e privilegiados.

No processo de produção do espaço brasileiro permeado de transformar o território em grande produtor de *commodities* agroindustriais (soja, milho, proteína animal etc.) privilegiam-se os grandes investimentos em atividades de grandes impactos socioambientais os quais, muitas das vezes, atropelam ou conseguem modificar legislações; criam-se linhas de financiamento com juros subsidiados ou com taxas mais favoráveis, isentam-se de impostos

lucros e as circulações das mercadorias com destinos de exportações. O Estado e suas políticas são produzidas para viabilizar e legalizar a produção capitalista mesmo que esta prejudique a maior parte da população por meio dos resíduos e dejetos produzidos pela produção, a redução drástica da biodiversidade dos biomas acarretando desequilíbrios socioambientais, por exemplo.

O Estado e suas políticas públicas são utilizados pelo capital privado por meios dos poderes legislativos e executivos os quais recebem recursos financeiros milionários para viabilizar campanhas políticas, corrupção ativa e passiva, favorecimentos ilícitos nas tramitações de leis. O Estado produz na maioria das vezes os espaços para a produção ao invés de atender as demandas sociais, reduz os investimentos nos setores sociais por um lado e por outro, aumenta as isenções ou diminui os impostos das grandes fortunas ou dos lucros. Enfim, o Estado legitima as desigualdades sociais, aprimora a acumulação de capital por minoria de pessoas e empresas e corrobora com a consolidação de relações capitalistas mais severas aos cidadãos e cidadãs comuns por meio da perda de direitos trabalhistas, microcrédito, financiamento de estudos, redução nos setores de saúde, educação, habitação e segurança, por exemplo.

O afastamento do Estado em agir sobre os setores e os interesses sociais, legitimam-se as desigualdades e ainda, os trabalhadores são inseridos como capitalistas por meio das cooperativas, a criação dos partidos políticos garante a tranquilidade da classe capitalistas e o voto universal não vence o capitalismo. As alianças políticas dos partidos fizeram que a classe trabalhadora tivesse posturas mais moderadas por reformas. Os aumentos de renda também fizeram os trabalhadores não derrubarem o sistema capitalista, mas apenas tentar as reformas do sistema. A classe dominante utiliza as formas democráticas (eleições, parlamento) para iludir as massas por uma participação democrática. O Poder econômico garante a reprodução das relações entre o capital e o trabalho. Existe a luta para dar novos conteúdos sociais as formas democráticas, buscando levar o controle da democracia para o povo/bases. (CARNOY, 2013)

Para compreender as transformações do espaço geográfico do Sudoeste Goiano, no próximo capítulo será descrito e analisado os elementos naturais que favoreceram a introdução e o desenvolvimento das atividades do atual agronegócio o qual tem como objetivo fortalecer as grandes empresas agroexportadoras sob a égide de produzir, gerar riqueza e empregos.

2. SUDOESTE GOIANO E CERRADO: LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

O capítulo tem como objetivo localizar o estado de Goiás e a Região de Planejamento do Sudoeste Goiano com seus respectivos municípios os quais estão totalmente encaixados no bioma do Cerrado. As primeiras transformações mais expressivas do Cerrado goiano ocorrem com o ciclo da mineração a partir da primeira metade do século XVIII e a sua decadência econômica faz se fortalecer as atividades da pecuária de corte extensiva que não ficou restrita as antigas áreas das minas de pedras e metais preciosos. A construção de Goiânia (1933-1936) e Brasília (1956-60) transformam as áreas do Cerrado, principalmente o goiano e as atividades da modernização da agricultura do final da década de 1960 decretaram o quase extermínio do bioma nas áreas com potencialidades agropecuárias. Tais transformações só foram possíveis aos elementos naturais de solo, relevo, clima e hidrografia a permitir a articulação de novas atividades capitalistas num espaço até então ditado por atividades de menor importância e impactos socioambientais.

Compreender os elementos naturais do Cerrado justifica este capítulo, as transformações, principalmente da modernização da agricultura e das atuais relações do agronegócio, são viáveis economicamente devido as adaptações que as tecnologias promoveram no espaço natural. Podemos afirmar que os elementos até então desprezados do Cerrado, como solos pobres e ácidos, aliados as pequenas declividades levam o bioma e seus elementos ao processo intenso de destruição, desequilíbrios e extinção.

2.1 Região de planejamento Sudoeste Goiano

O ato de regionalizar⁴ uma porção do espaço ou território é relacionado ou de responsabilidade, primeiramente, do Estado o qual cria regiões para planejar, elaborar e aplicar políticas públicas em determinadas partes do seu território. As empresas privadas, por sua vez, regionalizam ou se apropriam dos espaços e/ou das regiões delimitadas pelo Estado para aplicar investimentos, buscar mercados consumidores, articular fontes produtoras de matérias primas

⁴ Vamos tratar do tema região e regionalização mais adiante e não se fará aqui um debate teórico.

para ampliar os valores monetários do lucro, diversificar investimentos e crescer participações nos segmentos atuantes.

A partir do início do século XVI os interesses do Estado lusitano na exploração de recursos minerais e na monocultura da cana de açúcar na zona da mata nordestina não produziram ações sincronizadas de produção de valores econômicos, políticos e sociais aos moldes do pré-capitalismo ou mercantilismo europeu no espaço em virtude das limitações tecnológicas, a imprecisão dos limites das fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas e a escassez de mão-de-obra, por exemplo,

O planejamento territorial nacional institucionalizado com objetivo ao crescimento econômico se dá na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) com a criação de órgãos estatais para coletar e organizar dados, por exemplo, a fundação em 1939 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁵. Outros órgãos, como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa (1940), surgem para elaborar e executar políticas e ações públicas para integrar o heterogêneo espaço brasileiro e colocá-lo no cenário da economia mundial de valores capitalistas. (IANNI, 1986) (GEIGER, 2013)

Aponta Geiger (2013, p. 1749)

No começo dos anos 40, sob o Estado Novo, logo abaixo das Grandes Regiões, as unidades de maior hierarquia eram definidas através dos quadros naturais e seus limites não se ajustavam às fronteiras estaduais, como a reafirmar o território unificado. Associada à ideologia da integração, a perspectiva regional oficial valorizava o modelo hierarquizado, no qual o nível mais elevado era ocupado pelas Grandes Regiões, em número de 5.

Geiger (2013) afirma sobre o “capitalismo administrado autoritariamente” no regime militar (1964-1985) consolidam as Macrorregiões com objetivo de padronizar um logotipo de propaganda oficial nas emissoras de televisão e enquadrar a ciência regional praticada na década de 1950 ao considerar as unidades regionais como resultado de processos sociais. As cinco grandes regiões do Brasil ou Macrorregiões Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste, Norte e Sul foram instituídas pelo decreto 67.647 de 24 de novembro de 1970.

⁵ “Ainda em 1938, foi fundado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir da união do Instituto Nacional de Estatística - INE, criado em 1936, com o Conselho Brasileiro de Geografia, criado em 1937. Em 1940, essa instituição realizou seu primeiro recenseamento geral e nacional com investigação de temas ligados à população, indústria, comércio e agropecuária passando a fazê-lo regularmente a cada década.” (IBGE, 2011, p. 16)

Na década de 1990 o IBGE consolida os conceitos de Macrorregiões e Microrregiões a partir das regionalizações realizadas nas décadas de 1960 e 1970. (IBGE, 2002; 2010).

Elabora-se o conceito de Mesorregião, o qual para o IBGE (1990, p. 8) é:

[...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. O conhecimento da realidade espacial brasileira evidencia que o Agreste, a Mata e o Sertão Nordestinos; o Sul de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro; a Campanha Gaúcha; as áreas coloniais Antigas e Novas do Rio Grande do Sul; Vale do Itajaí; o Norte do Paraná; o Pantanal Mato-Grossense; a Bragantina são unidade espaciais identificadas com mesorregiões.

A Mesorregião é parte da Grande Região com características naturais e de sociais em comum. Mesmo assim, só é possível observar que o IBGE identificou num primeiro momento 11 Mesorregiões pelos critérios de características físicas e processo histórico social de formação. Mesorregião é a subdivisão dos estados que congrega diversos municípios de determinada área geográfica com similaridades econômicas e sociais. A Microrregião é parte da Mesorregião e tem a função de integrar, organizar o planejamento e as exceções públicas, definidas por lei complementar estadual. Utilizada mais para fins estatísticos do IBGE devido às singularidades econômicas e sociais. (IMB, 2013)

As Microrregiões são

Definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores quer a mesorregião à Unidade da Federação que à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares a exemplo respectivamente das serras úmidas nas áreas sertanejas ou à presença dominante da mão-de-obra não remunerada numa área de estrutura social capitalista. (IBGE, 1990, p. 8)

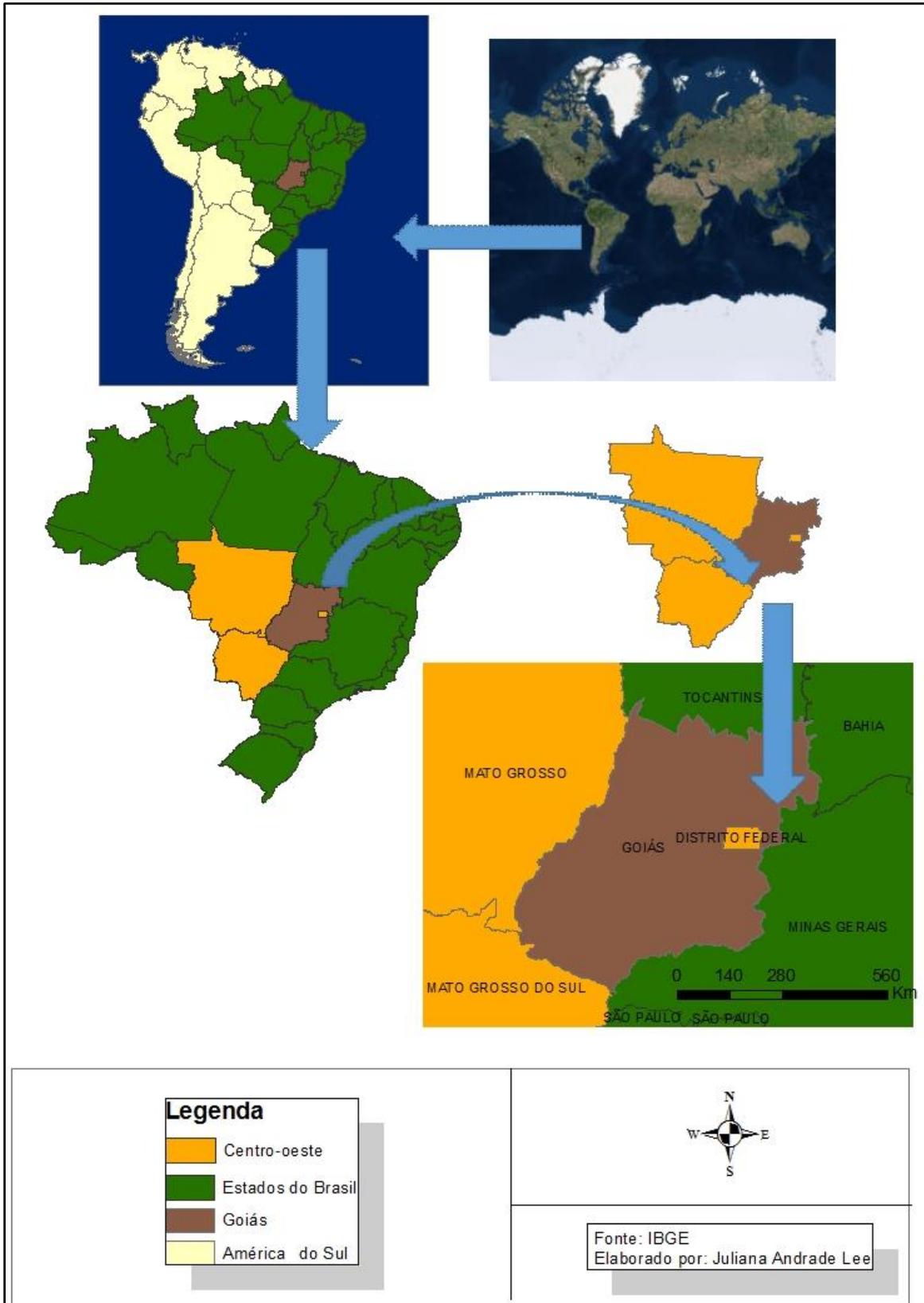
As Microrregiões são definidas pela Constituição de 1988 como um conjunto de municípios que fazem divisa. A função das Microrregiões é proporcionar integração e organização, planejar e executar os atos públicos de interesses comuns definidos por leis

complementares de cada estado. A sua função está mais relacionada para organizar dados estatísticos em virtude das semelhanças econômicas e sociais internas as quais fomentam argumentos para definir políticas públicas de instalação de atividades econômicas, sociais e tributárias aptas para justificar o planejamento, estudos e identificar estruturas espaciais nas regiões metropolitanas ou em outras formas de aglomeração urbana ou rural. (IMB, 2013)

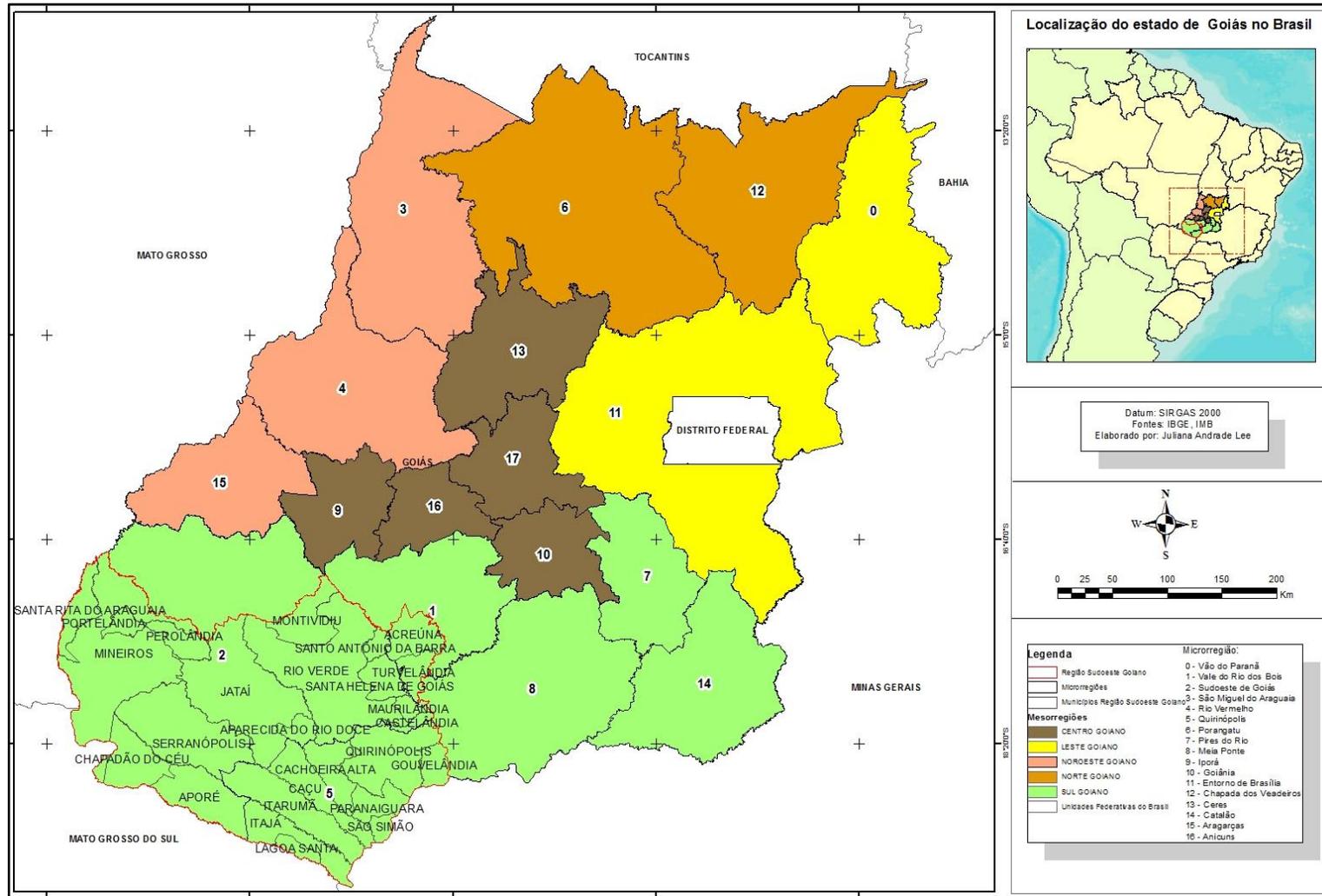
O processo de regionalização realizado pelo estado brasileiro de 1930 até a década de 1980 é de perfil do Estado empreendedor (estado empresarial), aquele que investe diretamente na infraestrutura e até mesmo nos meios de produção, com a urbanização e o fortalecimento de uma classe social dominante e a entrada de grandes capitais na economia brasileira, as regionalizações são vistas e utilizadas para a instalação de novos empreendimentos a utilizar as políticas públicas e os incentivos fiscais criados pelo Estado para articular áreas escolhidas por suas características e necessidades econômicas. Nos anos de 1990, o processo de articulação do espaço nacional é feito nos moldes dos eixos de desenvolvimento, resgata com isso, a proposta de articulação dos corredores de exportação (Plano Brasil em Ação 1996-1999). Nos primeiros anos do século XXI, no “Avança Brasil (2000-2003) ocorre a escolha das áreas para receber os investimentos, estas seriam os “pilares de uma construção regional”. (GEIGER, 2013, p. 1750)

O estado de Goiás localiza-se (Mapa 2-1) na Macrorregião Centro-Oeste conforme a divisão regional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e tem seu território dividido em cinco Mesorregiões (Mapa 2-2) (Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano) e dezoito Microrregiões (São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Vão do Paranã, Entorno de Brasília, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis).

Mapa 2-1: Estado de Goiás- Localização (2017)



Mapa 2-2 :Estado de Goiás – Macrorregiões e Microrregiões do IBGE (2017)



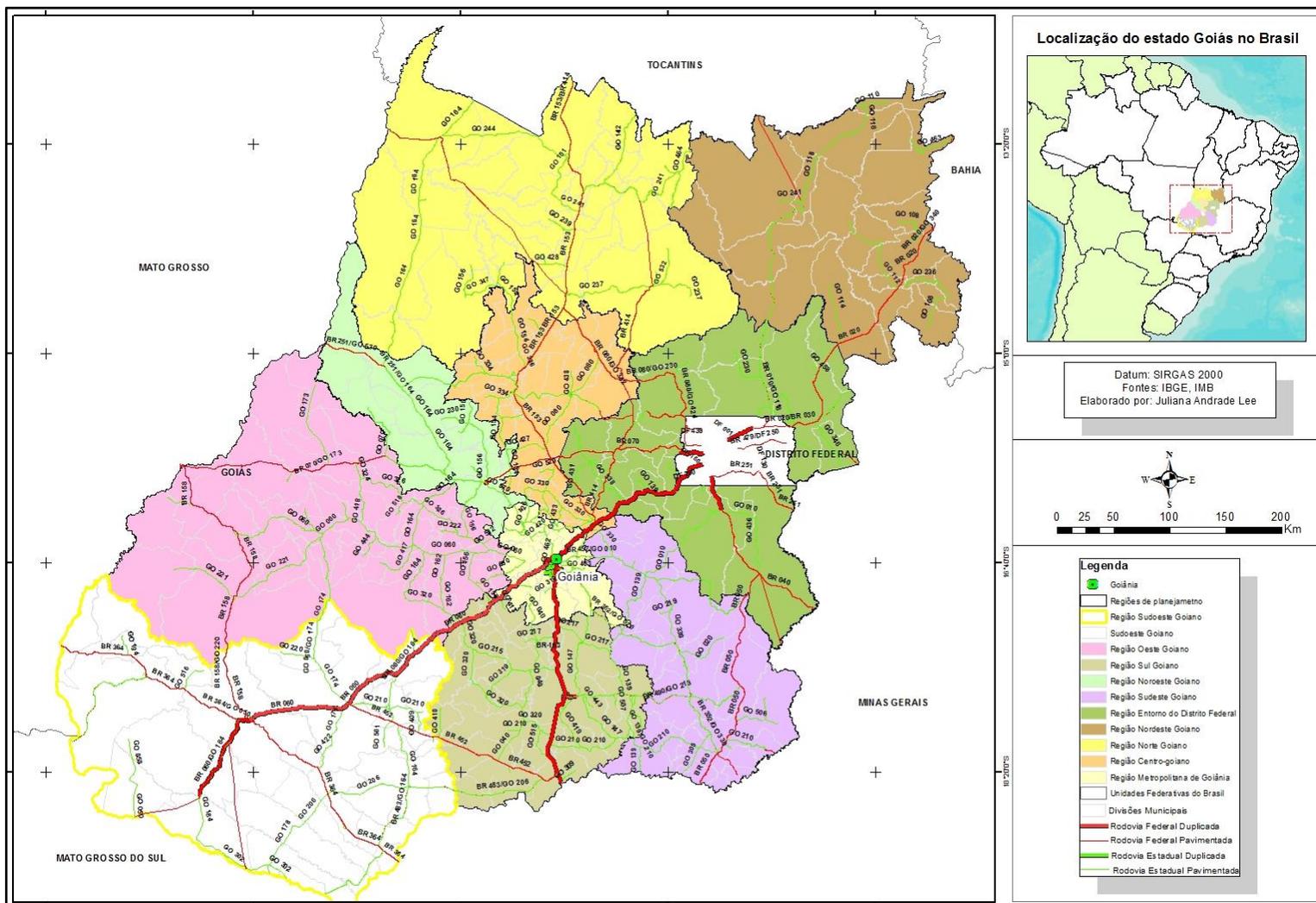
O território goiano é regionalizado pelo governo estadual em dez Regiões de Planejamento (Mapa 2-3**Erro! Fonte de referência não encontrada.**): Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do Distrito Federal, Sudeste Goiano, Sul Goiano, Sudoeste Goiano, Oeste Goiano e Noroeste Goiano.

As Regiões de Planejamento são:

[...] em número de 10 (dez), foram definidas segundo os critérios abaixo. São integrantes da Lei do PPA 2004/2007. A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54 de 23 de maio de 2005. A Grande Goiânia compreende 13 municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Guaporé, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade; e a Região de Desenvolvimento Integrado é composta por 7 municípios: Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes ainda no primeiro PPA de 2000-2003, foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais. As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento. (IMB, 2013; p.6)

O critério para delimitar a Região de Planejamento do Sudoeste Goiano são os eixos rodoviários: a BR060 (ligação da região até a capital Goiânia e o Distrito Federal) e a BR452 (rodovia de Rio Verde – Itumbiara, divisa com o estado de Minas Gerais). Essas rodovias e a presença do porto de São Simão (hidrovia Tietê-Paraná) permitem a escoação da produção agroindustrial do Sudoeste Goiano para os centros consumidores do Sudeste brasileiro e para os portos de Santos e Paranaguá que despacham a produção para o mercado internacional. (IMB, 2006)

Mapa 2-3: Goiás - Regiões de Planejamento segundo Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (2017)



A Região de Planejamento do Sudoeste Goiano é composta por 26 municípios (Quadro 2-1) os quais fazem parte das Microrregiões do IBGE: Vale do Rio dos Bois, Sudoeste de Goiás e Quirinópolis. No caso da regionalização do estado de Goiás em Regiões de Planejamento torna-se evidente os critérios para classificar uma região (Macro, Meso ou Microrregião) dependem dos interesses daqueles que ocupam as cadeiras do poder político que administram os órgãos públicos e suas ações.

Quadro 2-1 Municípios da Região de Planejamento Sudoeste Goiano e suas microrregiões do IBGE

Municípios da Região de Planejamento Sudoeste Goiano e suas microrregiões do IBGE	
Sudoeste Goiano (IMB)	Microrregião IBGE
Acreúna	Vale do Rio dos Bois
Aparecida do Rio Doce	Sudoeste de Goiás
Aporé	Sudoeste de Goiás
Cachoeira Alta	Quirinópolis
Caçu	Quirinópolis
Castelândia	Sudoeste de Goiás
Chapadão do Céu	Sudoeste de Goiás
Gouvelândia	Quirinópolis
Itajá	Quirinópolis
Itarumã	Quirinópolis
Jataí	Sudoeste de Goiás
Lagoa Santa	Quirinópolis
Maurilândia	Sudoeste de Goiás
Mineiros	Sudoeste de Goiás
Montividiu	Sudoeste de Goiás
Paranaiguara	Quirinópolis
Perolândia	Sudoeste de Goiás
Portelândia	Sudoeste de Goiás
Quirinópolis	Quirinópolis
Rio Verde	Sudoeste de Goiás
Santa Helena de Goiás	Sudoeste de Goiás
Santa Rita do Araguaia	Sudoeste de Goiás
Santo Antônio da Barra	Sudoeste de Goiás
São Simão	Quirinópolis
Serranópolis	Sudoeste de Goiás
Turvelândia	Vale do Rio dos Bois

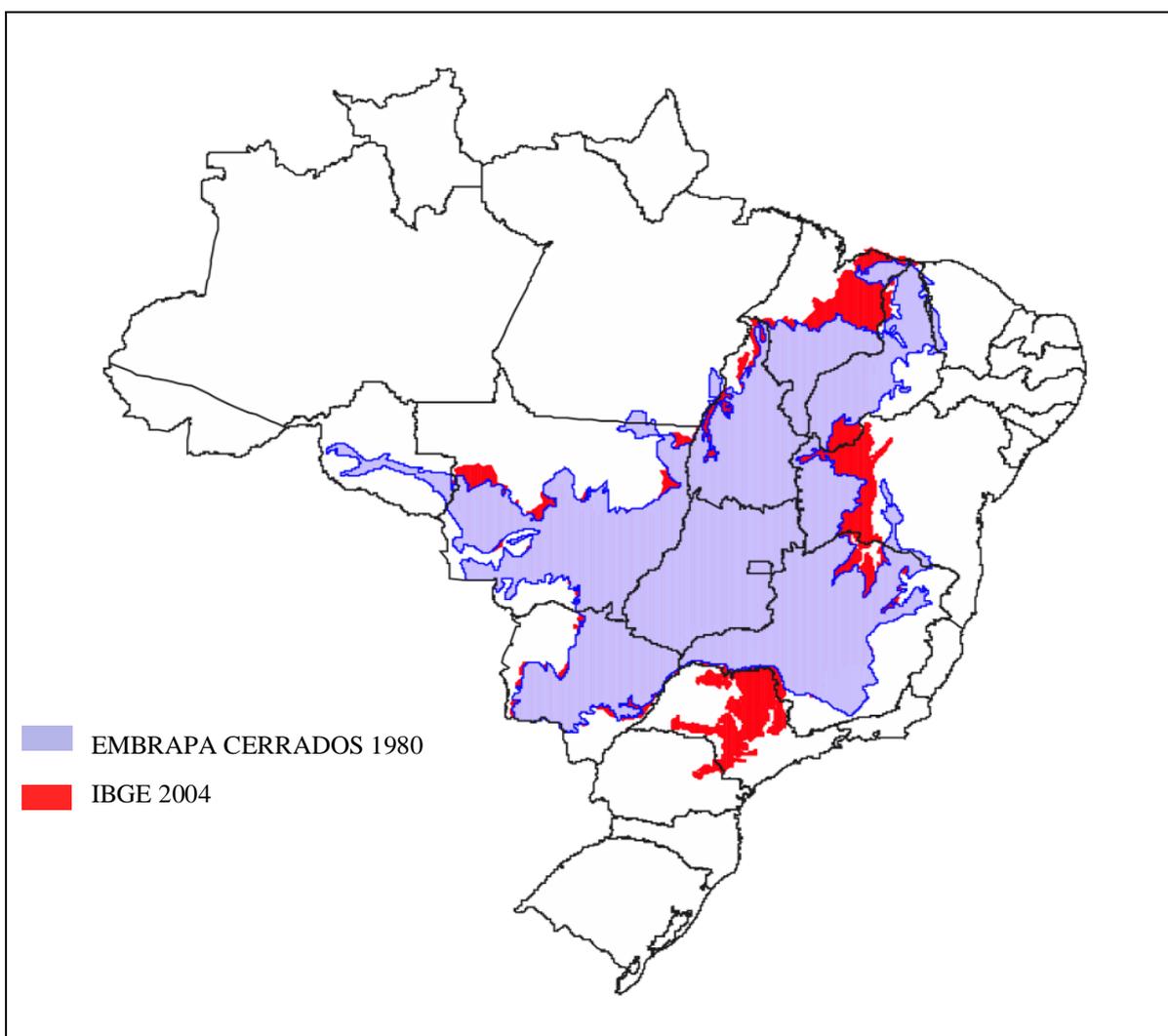
Fonte: IMB (2013 e 2014)

Organização: o Autor

2.2 Cerrado: características físicas

O Estado de Goiás e o Sudoeste Goiano encontram-se no Cerrado (Figura 2-1), este bioma ocupa de 21% a 24% do território nacional, abrange 1.398 municípios e está presente nos estados (com as respectivas participações no total territorial da unidade federativa): Distrito Federal (100%), Goiás (97%), Tocantins (91%), Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), Mato Grosso (40%), Piauí (37%), São Paulo (33%), Bahia (27%), Paraná (2%), Rondônia (0,2%). (SANO, ROSA, *et al.*, 2007) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015)

Figura 2-1 - Cerrado: localização, área definida pela EMBRAPA (1980) e o IBGE (2004)



Fonte: Sano, Rosa, *et al.* (2007, p. 18)
Organização: o Autor (dez/2015)

Para utilizar o termo/palavra/conceito Cerrado é prudente compreender

“O emprego do termo “cerrado” evoluiu, de modo que atualmente existem três acepções gerais de uso corrente, e que devem ser diferenciadas. A primeira e mais abrangente, refere-se ao bioma predominante no Brasil Central, que deve ser escrita com a inicial maiúscula (“Cerrado”). Quando se fala em região do Cerrado ou região dos Cerrados, normalmente a referência é feita ao bioma, ou à área geográfica coincidente com o bioma. O termo Cerrado não deve ser usado no plural para indicar o bioma, pois existe apenas um bioma Cerrado. A segunda acepção, cerrado sentido amplo (lato sensu = s.l.), reúne as formações savânicas e campestres do bioma, incluindo desde o cerradão até o campo limpo (Coutinho, 1978; Eiten, 1994). Portanto, sob este conceito há uma única formação florestal incluída, o cerradão. O Cerrado sentido amplo é um tipo de vegetação definido pela composição florística e pela fisionomia (formas de crescimento), sem que o critério estrutura seja considerado. Alguns autores falam em região dos cerrados, ou cerrados, fazendo referência apenas ao Cerrado sentido amplo e não ao bioma. A terceira acepção do termo, cerrado s.s. (sensu stricto), designa um dos tipos fitofisionômicos que ocorrem na formação savânica, definido pela composição florística e pela fisionomia, considerando tanto a estrutura quanto as formas de crescimento dominantes. Por ser uma das suas principais fitofisionomias o cerrado s.s. caracteriza bem o bioma Cerrado. Outras aplicações que a palavra “cerrado” pode apresentar são variantes ou subdivisões de algum dos três conceitos anteriores, principalmente do Cerrado sentido amplo. Em geral designam tipos de vegetação. Como exemplos, na literatura são encontrados termos como campo cerrado, cerrado aberto, cerrado denso e cerrado interfluvial, cuja adoção segue algum autor ou determinada escala de trabalho.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007, p. 25)

A área do Cerrado não é totalmente exata, necessita de definições e mapeamento.

A primeira definição a ser tomada no mapeamento da cobertura vegetal natural e antrópica do Cerrado é quanto ao limite do bioma. Existem duas propostas principais. A primeira é a da EMBRAPA Cerrado [...] totaliza uma área de 207,4 milhões de hectares. A segunda proposta é a do IBGE, que em 2004, lançou o mapa dos biomas brasileiros [...], o Cerrado ocupa uma área de 204.667.716 hectares. (SANO, ROSA, *et al.*, 2007, p. 17)

Essa diferença nos mapeamentos das áreas de cobertura vegetal natural repercute nos resultados alcançados e mensurações das ações humanas através das atividades agropecuárias, silvicultura, construção de hidrelétricas e mineradoras, por exemplo. (SANO, ROSA, *et al.*, 2007) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015)

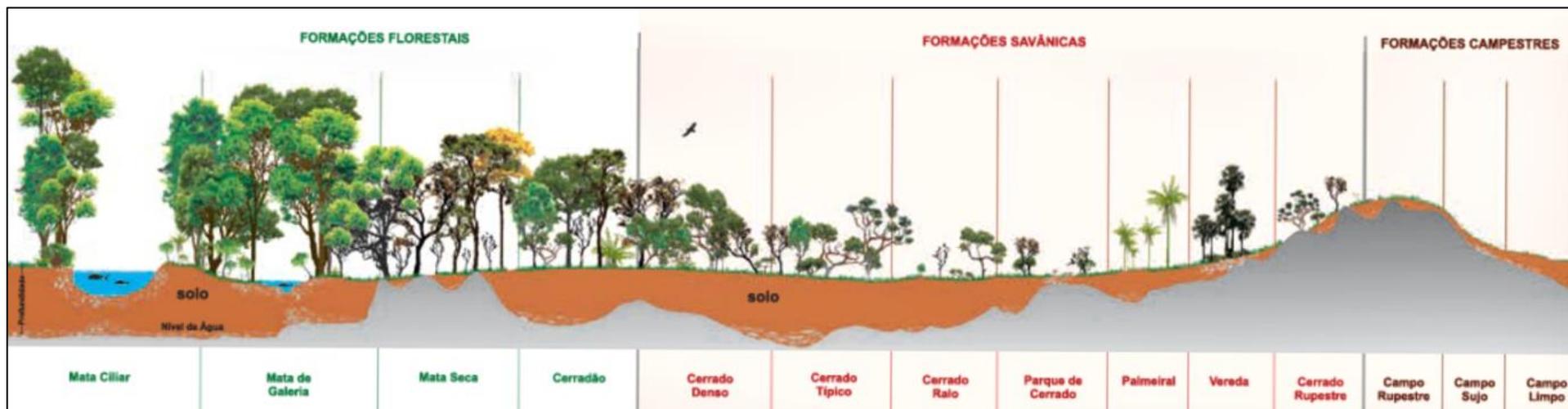
Ab´Saber (2007, p. 37) descreve a vegetação do Cerrado como

Nas áreas onde ocorriam os cerradões – hoje muito degradadas por diferentes tipos de ações antrópicas – existiam verdadeiras florestas baixas e de troncos relativamente finos e esguios, comportando uma fitomassa bem inferior à das grandes matas pluviais tropicais. [...]. Os cerrados, também chamados de campos cerrados, são conjuntos de arboretas da mesma composição que os cerradões, são conjuntos de arboretas da mesma composição que os cerradões, porém não escondem a superfície dos solos pobres que lhes servem de suporte ecológico. Os campestres ilhados no meio de grandes extensões de cerrados e cerradões não passam de enclaves de campos tropicais e, portanto, de savana brasileira, distribuídos descontinuamente pelos domínios dos cerrados: noroeste de Mato Grosso; sudoeste de Goiás; faixas de campos limpos de áreas dessecadas em cabeceiras de sub-bacias hidrográficas; serranias quartzíticas, situadas ao norte de Brasília; e pradarias mistas subtropicais de planalto (campo de vacaria, em Mato Grosso do Sul).

A vegetação alterna-se nas variadas formas fisionômicas, que vão de campo sujo (cerradão), para campo cerrado e campo cerrado ou campo limpo. Há dois tipos de estrato na vegetação do Cerrado: o lenhoso (árvores e arbustos) e o herbáceo (subarbustos). Ambos são heliófilos e a vegetação arbórea e arbustiva possui troncos e ramos tortuosos, súber espesso, macrofilia e esclerofilia. As raízes das plantas podem atingir 10 a 15m de profundidade permitindo abastecer-se permanente da umidade dos solos, mesmo no período das estiagens. A vegetação herbácea e subarbustiva é perene, com bulbos, xilopódios, sóboles etc, que permitem sobreviver à seca e ao fogo. Possui raízes com pouco mais de 30cm e as folhagens são aéreas, anuais, secando e morrendo durante a estação seca. São mais de 3mil espécies, sendo 80% da flora herbáceo-arbustiva. Fauna é pouco conhecida, porém sabe-se que é rica, destacando-se o grupo dos insetos. (COUTINHO, 2002)

O Cerrado, portanto, é um mosaico ou um complexo vegetacional (Figura 2-2) sendo 32% de formação florestal, 61% formação savânica e 7% de formação campestre (SANO, ROSA, *et al.*, 2007). Estas formações foram resultado das ações das mudanças climáticas da Terra as quais deixaram suas marcas como, por exemplo, a presença das cactáceas no Cerrado, no Pantanal e até mesmo nas porções da Mata Atlântica. (PINTO e DINIZ-FILHO, 2005) (AB´SABER, 2007)

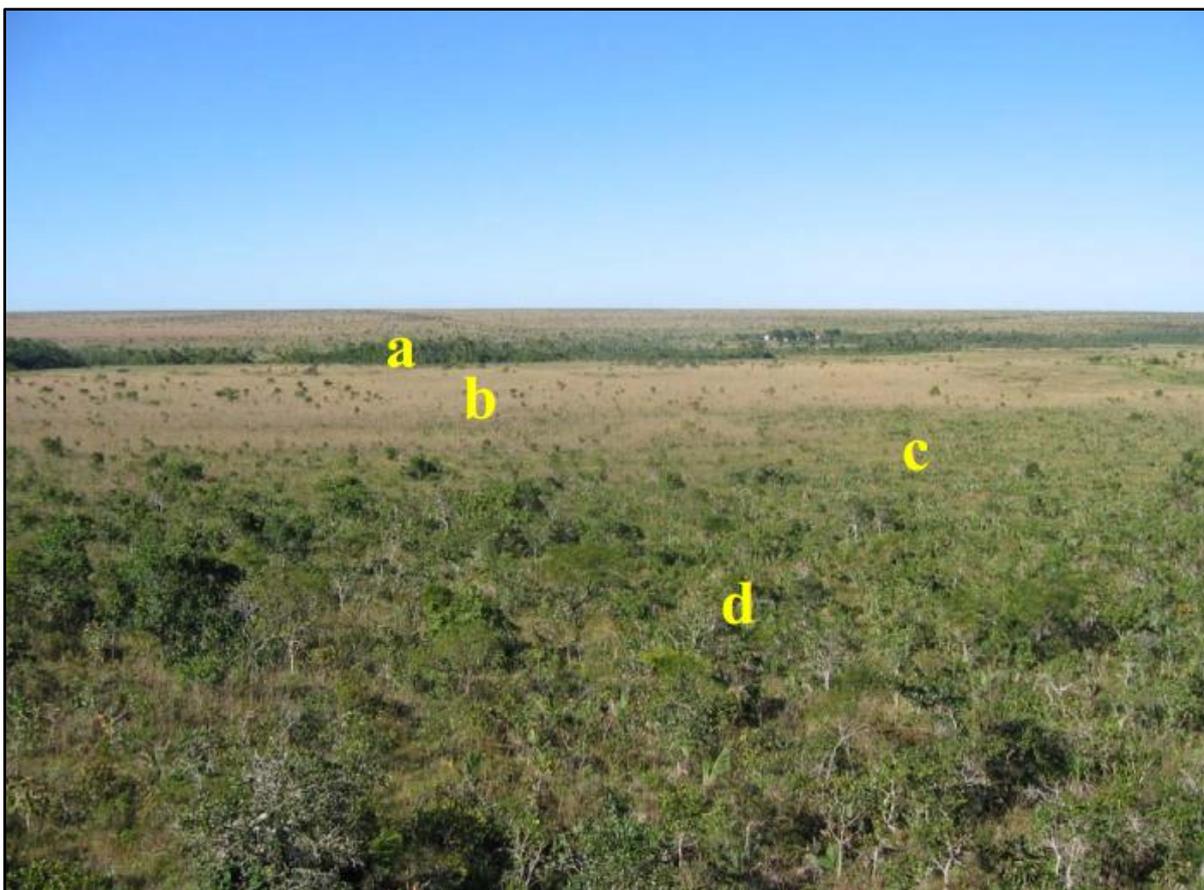
Figura 2-2 - Fitofisionomias do bioma Cerrado



Fonte: (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 30)

No Sudoeste Goiano o Cerrado apresenta as variadas Fitofisionomias como as apresentadas e descritas pelo MMA (2015) como pode ser vista na figura abaixo (Foto 2-1)

Foto 2-1: Paisagem em mosaico das fitofisionomias do Cerrado – Parque Nacional das Emas – Mineiros - Goiás



a) Mata de Galeria b) campo sujo c) Cerrado sensu stricto d) cerradão
Fonte: (FLEURY, 2008; p. 27)

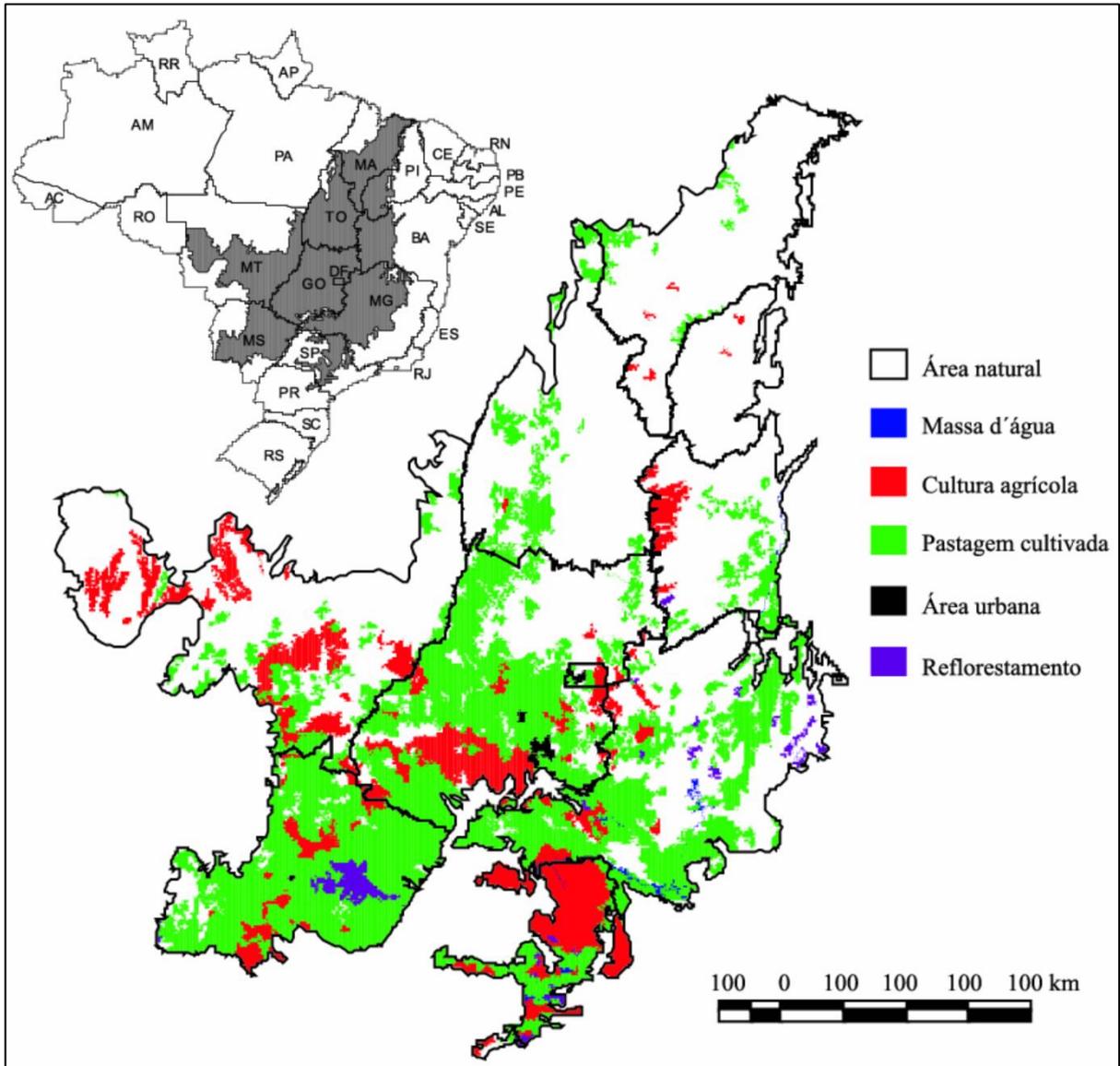
O Cerrado é classificado, igualmente a Mata Atlântica, como um *hostpots* de biodiversidade do mundo, ou seja, tem de forma endêmica 0,5% ou 1.500 das 30 mil espécies do planeta. O bioma tem catalogados 10 mil espécies e destas 4 mil são endêmicas, portanto 1,5% de toda flora mundial está no Cerrado. (PINTO; DINIZ-FILHO, 2005). Os dados sobre o desmatamento da cobertura vegetal não são precisos, porém é claro o processo de transformação da vegetação natural em áreas/regiões pelas ações antrópicas. Sano, Rosa, *et al.* (2007) afirmam que a cobertura natural é de 60,5%, Pinto e Diniz- Filho (2005) aponta que 67% a 80% do Cerrado já foram desmatados pelo uso humano e o MMA (Ministério do Meio Ambiente) indica a retirada de 48,21% da cobertura original. (Ministério do Meio Ambiente, 2011)

Ab´Saber (2007) aponta que as áreas agricultáveis do Cerrado até as décadas de 1950/60 eram os varjões (fundos de vales úmidos) enquanto as chapadas, desprovidas de recursos hídricos abundantes, eram explorados pela pecuária extensiva. Tal cenário será transformado com a aplicação das técnicas da modernização da agricultura a qual permitiu o plantio de grãos devido o regime pluviométrico de duas estações bem definidas (verão chuvoso e inverno seco).

O Cerrado passa por significativas transformações partir da década de 1930 quando o Estado brasileiro por meio de políticas públicas de integração nacional, na busca de modernizar o país aos moldes internacionais inicia a construção das cidades planejadas para romper com arcaico/velho/atrasado como por exemplo Goiânia (1933-36) e Brasília (1956-1961). Estas duas cidades fometam a construção das redes rodoviárias, elétricas, movimentos migratórios, urbano-industrialização da porção central do Cerrado. (ARRAIS, 2013) (AB´SABER, 2007) (MATOS; PÊSSOA, 2011) (SANTOS e SILVEIRA, 2008)

Observam-se na Figura 2-3 que as áreas de cultura agrícola e das pastagens cultivadas são as principais ações antrópicas de retirada da vegetação. Este processo de retirada da vegetação original do Cerrado tem suas intensificações com a modernização da agricultura no início da década de 1970. O Cerrado e os números das áreas desmatadas são expressivos (Quadro 2-2). Os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso são as unidades com maior extensão em hectares desmatados. Este é resultado do processo de modernização da agricultura das décadas de 1980 e 1980.

Figura 2-3- Cerrado: uso da terra (2008)



Fonte: (SANO, ROSA, *et al.*, 2008)

Quadro 2-2 - Cálculo de área ocupada por cobertura vegetal natural e antrópica em cada unidade federativa coberta pelo bioma Cerrado

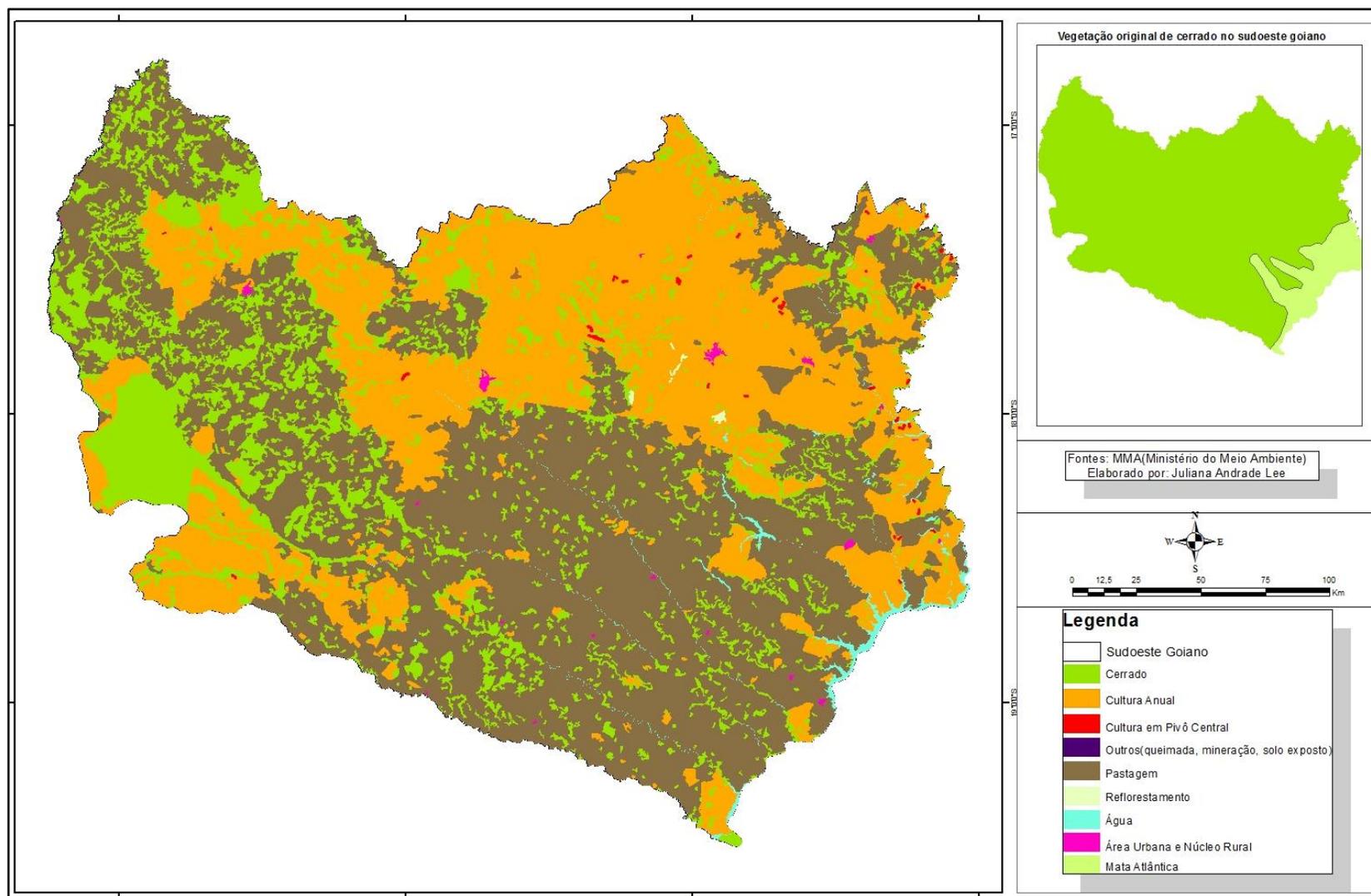
Região	Estado	Bioma no estado (%)	Total da Área (ha)	Cobertura Antrópica (ha)	Cobertura Antrópica (%)	Cobertura Vegetal Natural (ha)	Cobertura Natural (%)	Formações Florestais (ha)	Formações Savânicas (ha)	Formações Campestres (ha)
Centro-Oeste	Goiás	97	32.887.178	18.180.482	55,3%	14.706.696	44,7%	2.929.033	11.090.161	687.502
	Mato Grosso do Sul	61	21.658.166	14.722.762	68,0%	6.935.404	32,0%	2.867.267	3.599.826	468.311
	Distrito Federal	100	575.665	362.138	62,9%	213.527	37,1%	44.645	162.178	6.164
	Mato Grosso	40	35.888.428	12.148.095	33,8%	23.740.333	66,2%	7.717.102	15.868.080	155.151
Nordeste	Bahia	27	15.172.991	3.963.095	26,1%	11.209.896	73,9%	3.333.902	7.357.605	518.389
	Maranhão	65	21.071.734	2.318.028	11,0%	18.753.706	89,0%	12.337.965	6.032.951	382.790
	Piauí	37	9.349.005	758.423	8,1%	8.590.582	91,9%	2.319.035	6.210.085	61.462
Sudeste	São Paulo	33	8.012.919	6.934.203	86,5%	1.078.716	13,5%	833.387	210.441	34.888
	Minas Gerais	57	33.213.563	15.418.690	46,4%	17.794.873	53,6%	3.279.762	11.322.147	3.192.964
Norte	Tocantins	92	25.090.246	4.838.460	19,3%	20.251.786	80,7%	4.639.932	13.362.688	2.249.165
Sul	Paraná	2	374.257	255.565	68,3%	118.692	31,7%	20.558	14.048	84.085

Fonte: (SANO, ROSA, et al., 2008)
Organizado o autor (dezembro/2015)

Estados como Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí possuem o Cerrado com ações antrópicas menores, porém os avanços dos novos fronts da soja tendem a reduzir a vegetação natural (FREDERICO, 2008) (SANO, ROSA, *et al*, 2008). O estado de São Paulo, Paraná e o Distrito Federal são as unidades da federação com a maior devastação do Cerrado, porém são as que apresentam as menores extensão do bioma. Porém, o Cerrado paulista foi o primeiro a ser substituído por atividades agropecuárias comerciais, o ciclo do café da metade do século XIX foi um dos agentes para este desmatamento.

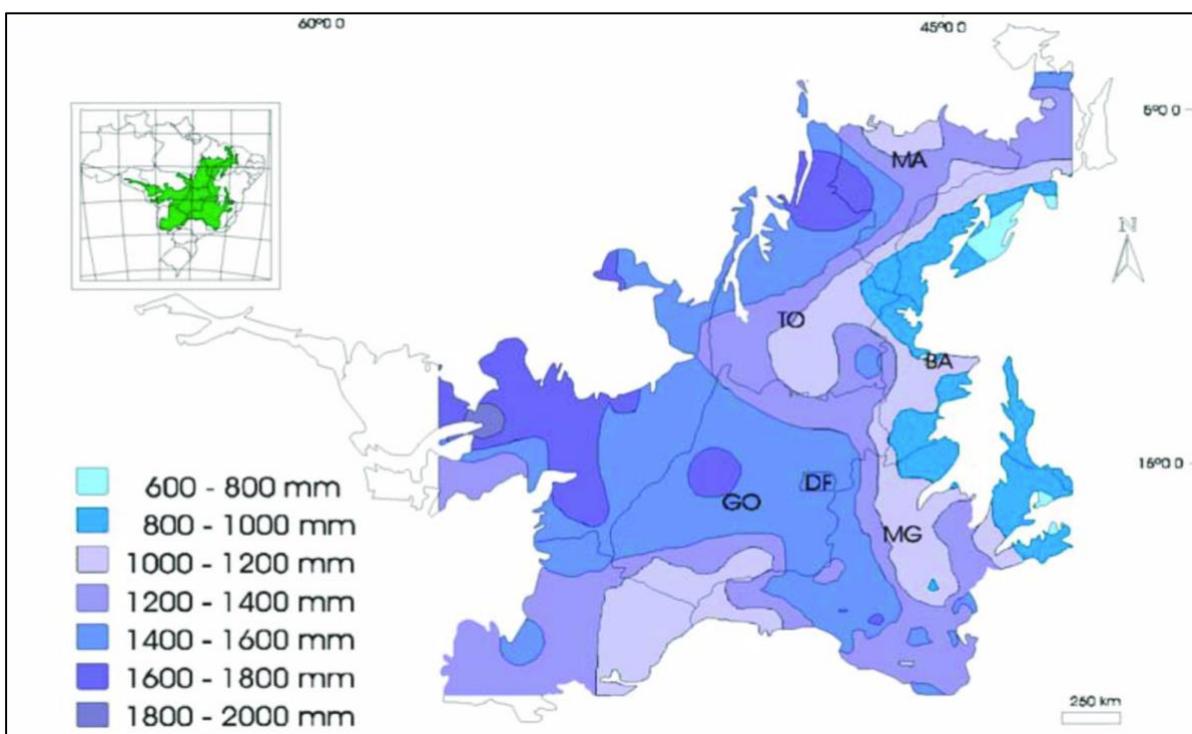
A cobertura original do Cerrado no Sudoeste Goiano tem suas maiores retiradas com a implantação das atividades das culturas de grãos da década de 1970. As leis de conservação do Cerrado para conservação do bioma Cerrado são inversamente proporcionais ao bioma Amazônico, então a floresta equatorial deve ter 80% da sua cobertura vegetal preservada, o Cerrado tem a autorização legal de desmatamento de 80%. O Sudoeste Goiano apresenta municípios com taxas inferiores à 10% da cobertura original, são eles Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás. Não apenas as atividades da cadeia de grãos tomaram o Cerrado, mas nos últimos anos as atividades sucroalcooleiras e a pecuária intensificaram o processo de ação antrópico. A figura X evidencia a retirada do Cerrado no Sudoeste Goiano, sendo que menos de 20% da vegetação nativa ainda está presente no espaço atual. (FERREIRA *et al.*, 2009) (CASTRO, 2012) (SILVA, 2009)

Mapa 2-4: Sudoeste Goiano - vegetação remanescente e uso do solo (2015)



O Cerrado apresenta o clima predominante tropical sazonal (verões chuvosos e invernos secos), médias térmicas anuais varia de 20-22°C até a máxima de 24-26°C, tal diferença é ocasiona pela extensão do bioma o qual, segundo Ab´Saber (2007), vai do Mato Grosso do Sul ao Maranhão. O inverno apresenta altas amplitudes térmicas diárias com máximas de 40°C e mínimas próximas a 0°C. Precipitações anuais entre 1.200 até 2.000 mm (Figura 2-4) as quais se concentram nos meses de primavera e verão (outubro até março) e entre os meses de maio a setembro não é raro termos meses secos. (COUTINHO, 2002) (AB´SABER, 2007) (OLIVEIRA, 2005) (REATTO e MARTINS, 2005)

Figura 2-4 - Cerrado: médias pluviométricas anuais



Fonte: Reatto e Martins (2005, p.55)

As temperaturas médias do Sudoeste Goiano estão os 19° e 22°C em decorrência de cotas de altitudes superiores, em alguns casos, a dos 1.000 nm (nível do mar) e, ainda, a ação das menores latitudes. A região sofre a influência da massa de ar Massa Polar Atlântica, Massa Tropical Continental e Massa Tropical Atlântica. A primeira traz ao Sudoeste baixas temperaturas nos meses de inverno e as outras duas tropicais promovem a chegada de ar quente, porém a suas ações são amenizadas como já foi dito pelas altitudes. As médias pluviométricas do Sudoeste estão nas casas dos 1.800 a 2.200mm de precipitações anuais. Afirma-se que a

região tem clima Cwa – segundo Köppen-Geiger, ou seja, temperado úmido com inverno seco e verão quente. (CARDOSO; MARCUZZO; BARROS, 2014)

O relevo do Cerrado é caracteriza por Ab´Saber (2007, p. 37)

O domínio dos cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares que variam entre 300 e 1700 m de altitude. As formas de terreno são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terremos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos.

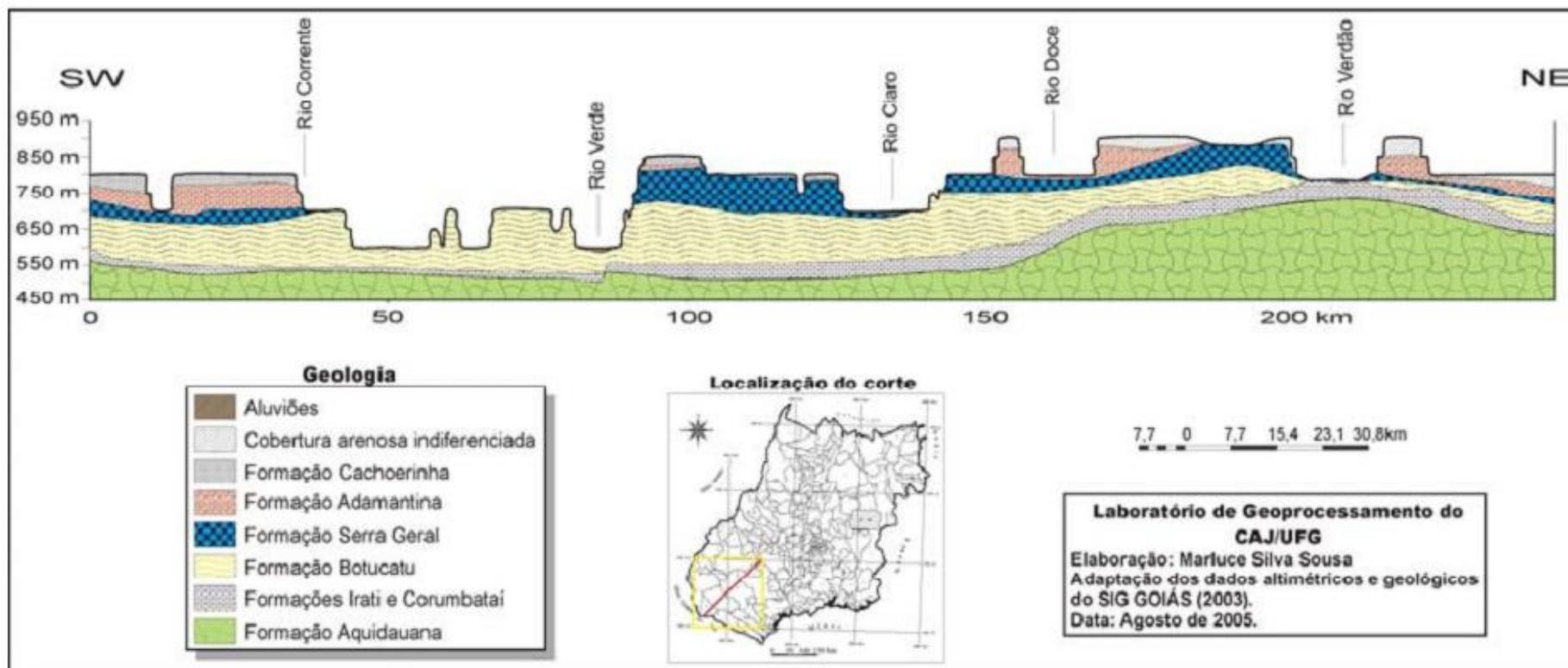
Com características planas ou com pequenas ondulações, o relevo do Cerrado, estende-se por imensos planaltos e chapadões. Cerca de 50% estão em altitudes 300-600m acima do nível do mar. Fundos dos vales são ocupados por mata galerias, veredas e varjões e os outros 50% são compostos de terras com altitudes entre 600 a 1.100m. (COUTINHO, 2002) (AB´SABER, 2007)

O Sudoeste Goiano localiza-se no Planalto Setentrional da Bacia Sedimentar do Paraná com a presença de rochas areníticas Botucatu e Grupo Bauru, basalto Serra Geral e rochas mais antigas como os arenitos Aquidauna (Figura 2-5), tais formações originaram solos do tipo Latossolos, Neossolos Quartzarênicos e Argilosos. (SCOPEL *et all*, 2006).

Os chapadões merecem destaques são áreas com pequenas declividades e com altos índices de desmatamento da vegetação nativa, assim descreve Oliveira (2014; p. 323)

Em Goiás, uma característica marcante do relevo são as extensas áreas planas ou suavemente onduladas, que dominam as paisagens em quase todas as regiões do estado, com variações altimétricas que vão desde menos de 200m até pouco mais de 1.600m, como pode ser visto no mapa da Figura 4, elaborado com base no processamento de imagens do Space Shuttle Radar Topography Mission (SRTM). Em um passeio aéreo sobre o território goiano, vemos, a sudoeste, extensos chapadões e chapadas, que chegam a mais de 1.000m de altitude, muitas vezes interrompidos por desníveis estruturais, como escarpas oriundas de antigas falhas. Indo em direção ao Vale do Araguaia, no oeste-noroeste de Goiás, a paisagem lembra uma escadaria em declive, a partir da Serra do Caiapó (uma cuesta), para os níveis mais baixos e extremamente planos da Depressão do Araguaia, com altitudes entre menos de 300m e cerca de 400m. Seguindo o curso do rio, chegamos às belas paisagens de acúmulo fluvial, marcadas pelas extensas faixas de areia e lagos de meandros abandonados que bordejam o médio Araguaia, com altitudes inferiores a 200m.

Figura 2-5 Perfil Topográfico do Sudoeste Goiano: Resumo



Fonte: SCOPEL et al (2006)

Os solos são profundos, porosos, permeáveis, com boa drenagem e profundamente lixiviados. Possuem texturas, predominante, a fração de areia, seguidos de argila e silte. Assim apresentam características predominantemente arenosas, areno-argilosos e eventualmente argilo-arenosos. São de baixo teor orgânico, com pH que variam de 4 a um pouco mais de 5. Em alguns pontos podem apresentar concreções ferruginosas – cangas as quais dificultam a infiltração das águas das chuvas. (Coutinho, 2002) (AB´SABER, 2007)

Os solos predominantes são os latossolos de coloração que tendem do vermelho para o amarelo devido a existência de ferro em sua composição, possuem boa drenagem, ácidos e pobres em magnésio, cálcio e potássio. Os latossolos ocupam aproximadamente 48% da área do bioma, 7,5% da área tem a presença de solos Neossolos Litólico (rasos e pedregosos) os quais aparecem nas encostas, Argissolos ocupam as áreas baixas das encostas e estão presentes em 15% do espaço, os Neossolos Quartzarênicos (arenosos) são 15% do espaço do Cerrado e em menos quantidades estão os solos Organossolos (solos orgânicos de formação recente (REATTO e MARTINS, 2005) (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE, 2011)

O Cerrado drena água para oito bacias hidrográficas (Figura 2-6)

[...] a bacia Amazônica (rios Xingu, Madeira e Trombetas), a bacia do Tocantins (rio Araguaia e Tocantins), a bacia Atlântico Norte/Nordeste (rios Parnaíba e Itapecuru), a bacia do São Francisco (rios São Francisco, Pará, Paraopebas, das Velhas, Jequitaiá, Paracatu, Urucuai, Carinhanha, Corrente e Grande), a bacia Atlântico Leste (rios Pardo e Jequitinhonha) e a bacia dos rios Paraná/Paraguai (rios Parnaíba, Grande, Sucuriú, Verde, Pardo, Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Aquidauana, entre outros. (LIMA e SILVA, 2005, p. 65)

A maior bacia hidrográfica do país é a Amazônica, participa como 73% da produção hídrica nacional. O Cerrado e seus rios e bacias participam com 14% dos recursos hídricos superficiais. Porém, a bacia Amazônica não abastece as principais áreas de população do país e assim evidencia-se a importância do Cerrado. Os rios originados nos Cerrados participam com apenas 4% do volume de água da bacia Amazônica, por outro lado as bacias Tocantins/Araguaia, São Francisco e Paraná/Paraguai dependem das vazantes dos rios cerratenses, os quais são responsáveis por mais de 70% da água de tais bacias. (LIMA e SILVA, 2005)

Figura 2-6 - Cerrado - Bacias Hidrográficas



Fonte: Lima (2011, p. 27)

Apesar da importância do volume hídrico da bacia Amazônica e a baixa participação dos rios do Cerrado na vazão das águas fluviais, isso não retira a importância do bioma para outras essenciais bacias do Brasil (Quadro 2-3).

Quadro 2-3 - Cerrado: Participação e Produção Hídrica (%)

Bacia	Área do Cerrado na bacia %	Produção Hídrica %
Tocantins/Araguaia	78	71
Atlântico Norte/Nordeste	27	11
São Francisco	47	94
Paraná/Paraguai	48	71
Total Brasil	24%	14%

Fonte: Lima e Silva (2005)

Organização: o Autor

As águas dos rios do Cerrado abastecem direta ou indiretamente 51.774.996 brasileiros, 25,2% do total do país (205.504.345 habitantes), residentes nas RMs (Regiões Metropolitanas) (Quadro 2-4). Segundo WWF (2012) metade da energia elétrica produzida no Brasil são dependentes das vazões das águas do Cerrado e 90% da população utiliza essa energia.

Quadro 2-4 - Regiões Metropolitanas/RIDE's e capitais abastecidas direta ou indiretamente pelas vazantes dos rios do Cerrado

Região Metropolitana e Capitais	População
São Paulo	21.090.791
Rio de Janeiro	12.280.703
Belo Horizonte	5.829.921
RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito federal e Entorno)	4.201.737
Campinas	3.094.181
Goiânia	2.421.831
Aglomeración Urbanas de Piracicaba (AUP)	1.421.721
Campo Grande	853.622
Cuiabá	580.489

Fonte: (IBGE, 2015)

Organizado: o autor (dez/2015)

A recarga hídrica dos rios do Cerrado é ameaçada pelas atividades do hidronegócio a construir barragens para Usinas Hidrelétricas (UHE) as que interferem negativamente nas vazões de água para os demais rios a jusante, reduz a biodiversidade e até mesmo introduz espécies animais e vegetais exóticas ao bioma natural e leva ao desequilíbrio da cadeia alimentar local. (CAMPOS FILHO, 2010) (WWF BRASIL, 2012) (COUTINHO, 2002).

O Sudoeste Goiano tem no território as Regiões Hidrográficas do Paraná (Bacia do Rio Paranaíba) delimitadas: ao noroeste – Bacia do Rio Araguaia, nordeste – Bacia do Rio dos Boias, Sudoeste – Bacia do Rio Aporé e a sudeste pelo Rio Paranaíba. Os leitos dos rios são afetados pelas ações das atividades econômicas que despejam resíduos de origem urbana, industrial (alimentícia e agroindustrial), frigoríficos, curtumes, laticínios e ainda, a

contaminação por agrotóxicos utilizados nas lavouras de grãos e cana-de-açúcar muitas vezes aplicado via pulverização aérea (prática proibida em muitos países europeus, por exemplo). Os usos de agrotóxicos contaminam os mananciais hídricos e dos solos, a retirada das matas nativas, ciliares e das reservas de proteção permanentes e das reservas legais afetam os rios do Cerrado e Sudoeste Goiano. (GOIÁS, 2011)

Os recursos hídricos do Cerrado sofrem ameaças pelas atividades do agronegócio o qual desmata e reduz a capacidade de absorção de água pelos solos e diminui o reabastecimento do lençol freático fontes importantes das águas dos rios do bioma. O agronegócio e suas atividades agropecuárias com altos índices de utilização de fertilizantes químicos catalisam a salinização dos solos, tornando-os num futuro próximo estéreis, e ainda, os contaminam solos e as águas com os usos abusivos de agrotóxicos (CAMPOS FILHO, 2010) (WWF BRASIL, 2012) (MESQUITA, 2009) (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE. 2011)

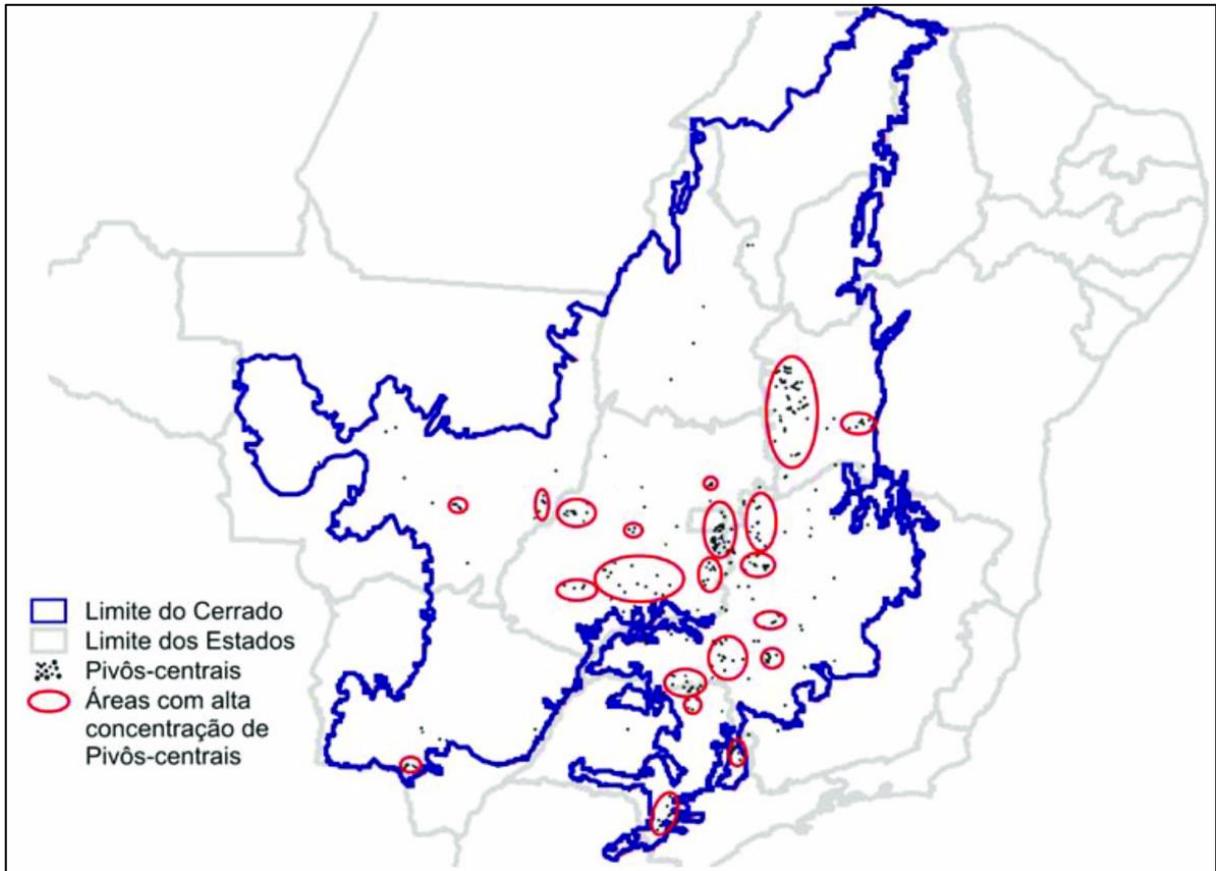
As águas superficiais e subterrâneas do Cerrado são exploradas, sem planejamento pelas atividades agropecuárias ligadas diretamente ao agronegócio. Exemplo concreto dessa exploração é a utilização de pivôs de irrigação (

Figura 2-7) destinados para produção em grande escala. Recebe destaque a região de Cristalina-GO que possui a maior concentração de pivôs de irrigação da América Latina. (CAMPOS FILHO, 2010) (MESQUITA, 2009) (LIMA, 2011) (LIMA, SANO, *et al.*, 2007)

Campos Filho (2010, p. 96)

Essa condição, embora tenha tornado Cristalina um dos municípios com maior produtividade agrícola e o colocado na liderança da produção por irrigação, gera também as mesmas consequências citadas nos exemplos que levam à escassez de água em outras partes do mundo: Mar de Aral, Lago Chade, Bacia de Murray-Darling, Rio Colorado. O uso excessivo das águas, no entanto, poderá vir a se transformarem outro grave problema a acelerar a degradação do Cerrado. Em Goiás, por exemplo, calcula-se a existência de mais de 2.500 pivôs centrais a alimentarem um método de irrigação altamente dispendioso, em que a água jorra intensivamente acentuando a salinização do solo e desperdiçando um percentual em torno de 30% por meio da evaporação.

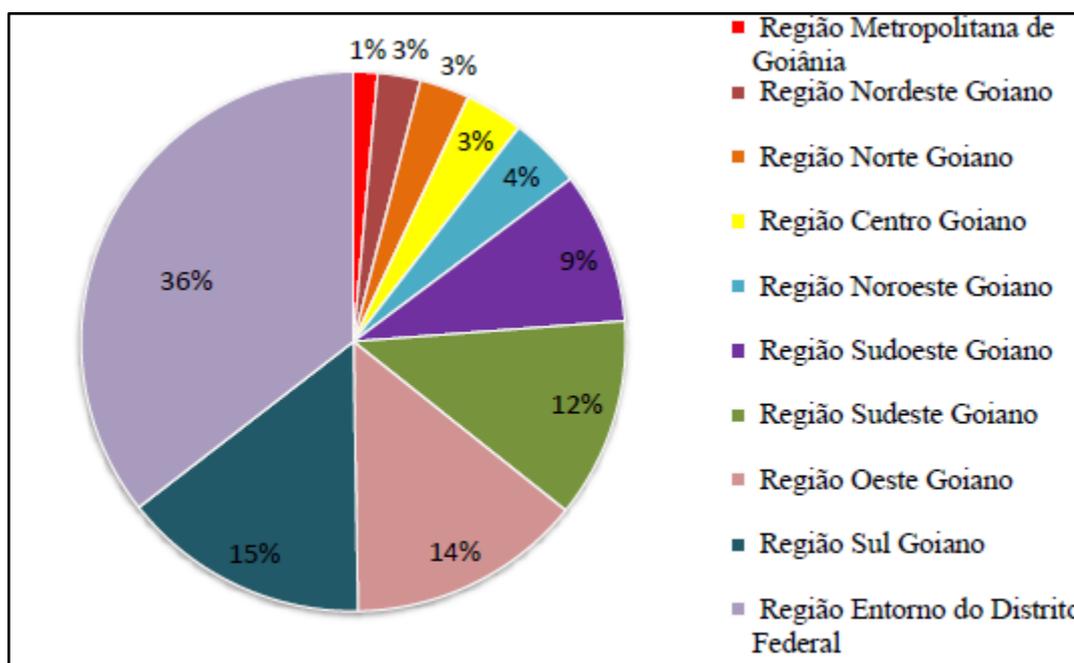
Figura 2-7 - Cerrado: Pivôs-centrais instalados em 2002



Fonte: Lima, Sano, et al., (2007, p. 7)

Para confortar os dados de 2002 e 2010, o número de pivôs no estado de Goiás cresceu de 1478 para 2.895 equipamentos, ou seja, um crescimento de 95,6% no período (IMB, 2014). O uso dos recursos hídricos pelas empresas rurais e agroindustriais causam impactos nos leitos dos rios devido ao represamento ou mesmo da extração não controlada de água. Ocorrem os desequilíbrios dos ecossistemas aquáticos e terrestres e, também, a distribuição desigual das águas para abastecer atividades rurais de pequeno porte como e os sistemas de água das cidades. Os usos dos pivôs centrais de irrigação são identificados em todas as regiões de planejamento do estado de Goiás (Gráfico 2-1).

Gráfico 2-1: Regiões de Planejamento de Goiás: % de Pivôs de Irrigação



Fonte: (MARTINS et al., 2014)

Martins et al. (2014) identificaram o uso de pivôs em áreas de pequeno porte (2,12 hectares) no município de Goiânia (Região Metropolitana de Goiânia) até a dimensão de 444 há no município de Ipameri (Região do Sudeste Goiano). Os municípios do Sudoeste Goiano que mais apresentam pivôs de irrigação são Rio Verde 41 unidades, Acreúna 28 unidades e Turvelândia 23 unidades. Segundo os autores a Região Sudoeste Goiano na sua totalidade não apresenta riscos dos eminentes pelo uso dos recursos hídricos, mas a Bacia do Rio Verde ou Verdão merecem atenção das autoridades e dos produtores rurais, pois a existência de 214 pivôs de irrigação colocam em risco o abastecimento de água tanto nas áreas urbanas, na manutenção das atividades agropecuárias e industriais existentes e a possibilidade de redução de expansão de novas atividades econômicas ligadas diretamente ao agronegócio.

2.3 Parques Nacionais (PARNAS) e a preservação do Cerrado

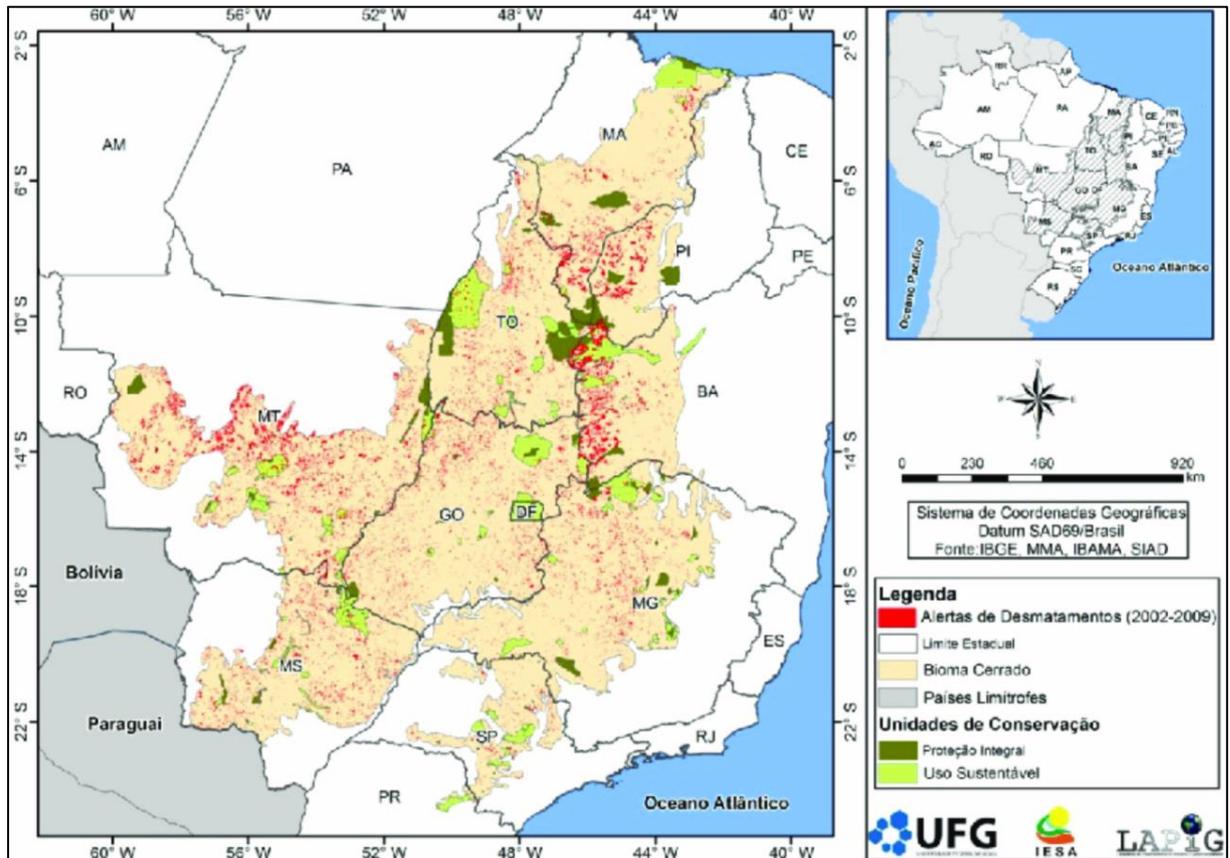
As políticas de preservação do Cerrado quando comparada a outros biomas. Enquanto o bioma Amazônico a permissão de desmatamento por propriedade rural é de 20%, no Cerrado os desmatamentos são de 80%. Para piorar ainda mais o cenário de devastação, são permitidas as reservas legais extras propriedades, ou seja, propriedades rurais no Cerrado com elevado potencial natural (declividade dos terrenos, por exemplo) podem ter suas reservas legais fora dos limites da propriedade. As unidades de proteção federais do Cerrado (Figura 2-8) cobrem apenas 8,21% de seu território legalmente protegido dos quais 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (Reserva Particular de Patrimônio Natural) (0,07%). (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015)

Afirmam Garcia, Ferreira e Leite (2011, p. 4087)

Embora seja inegável a expansão das áreas protegidas no bioma Cerrado nas últimas décadas, ainda não conseguimos alcançar o mínimo de 10% de áreas protegidas estipulado pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), índice atrelado à sobrevivência de inúmeras espécies de animais e plantas e à manutenção de serviços ambientais como fornecimento de água e matérias-primas e regulação do clima. Acrescente-se a esse cenário, o fato de que o Cerrado é o bioma brasileiro que possui a menor porcentagem de áreas sob Proteção Integral. De seu território legalmente protegido (9,4%), apenas 2,9% são UCs de Proteção Integral, sendo 6,5% de unidades de Uso Sustentável.

Observa-se desde o Código Floresta de 1965, artigo 16, item II, o Cerrado não tinha legislação de proteção específica da sua cobertura original. Existia sim, a preservação do Cerrado na região Amazônica a garantir 35% da vegetação original. Nas demais áreas do país o índice de conservação era de apenas 20% e, todavia, era permitido o proprietário ter 15% da vegetação original extra propriedade, porém na mesma microbacia hidrográfica. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Figura 2-8 - Cerrado - Unidades de Conservação



Fonte: Garcia, Ferreira e Leite (2011, p. 4087)

Os PARNAs (Parque Nacionais) foram instituídos em 1938 no país com a promulgação da Constituição e da criação do primeiro Código Florestal brasileiro. (DEUS, 2013) (SANTOS, 2011). Surge o PARNA Itatiaia com o objetivo “socializar o usufruto das belezas cênicas excepcionais e, ao mesmo tempo, resguardar tais belezas dos efeitos destrutivos da sua exploração direta”. (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010, p. 209). O ato de criar PARNA no Brasil se dá com quase meio século de atraso em relação aos primeiros países a adotarem esse tipo de unidade de conservação. Os primeiros parques nacionais no mundo foram instalados nos EUA (1872 – Parque Yellowstone), Austrália (1879 – Parque Nacional Royal), Canadá (1885 – Parque Banff), Nova Zelândia (1887 – Parque Nacional de Togariro), Suécia (1909 – Parque Nacional Abisko) e Chile (1926 – Parque Vicente Pérez Rosales). (DEUS, 2013).

O modelo adota pelo país é o norte-americano o qual não considera as populações existentes dentro das reservas o que ocasionou e ocasiona conflitos entre Estado e populações locais. (SANTOS, 2011) No Cerrado os primeiros PARNAs (Parques Nacionais) foram

instituídos a partir de 1961 (Quadro 2-5) no estado de Goiás e Distrito Federal com o objetivo de proporcionar áreas de lazer e turismo aos novos habitantes da capital federal e não de cunho de preservação e pesquisa do bioma Cerrado. (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010)

Quadro 2-5 - Parna(s) do Cerrado: decreto de criação/regulamentação e área (ha)

PARNA	Estado	Decreto n° de Criação/Regulamentação	Área (ha)
Araguaia	Tocantins	47.570 de 31 de dezembro de 1959	555.517,8300
Emas	Divisas entre Goiás e Mato Grosso do Sul	n° 49.874, de 11 de janeiro de 1961/n° 70.375, de 6 de abril de 1972	132.642, 0700
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Goiás	49.875, de 11 de janeiro de 1961/ 86.596, de 17 de novembro de 1981.	64.795,37
Parque Nacional de Brasília	Distrito federal	241, de 29 de novembro de 1961. 241 de 29 de novembro de 1961/ Lei n° 11.285, de 8 de março de 2006	42.355,54
Canastra	Minas Gerais	70.355 de 03 de abril de 1972	197.809,78
Serra do Cipó	Minas Gerais	90.223 de 25 de setembro de 1984/ 94.984 de 30 de setembro de 1987	
Chapada dos Guimarães	Mato Grosso	n° 97.656 de 12 de abril de 1989	32.769,55
Grande Sertão Veredas	Minas Gerais e Bahia	97.658 de 12 de abril de 1989/s/n° de 21 de maio de 2004	230.853,4200
Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais	s/n° de 21 de setembro de 1999	56.448,32
Serra da Bodoquema	Mato Grosso do Sul	s/n° de 21 de setembro de 2000	77.021,58
Sempre-Vivas	Minas Gerais	s/n° de 13 de dezembro de 2002	124.154,47
Nascentes do Rio Parnaíba	Divisa entre Tocantins e Bahia	s/n° de 16 de julho de 2002	724.324,61
Chapada das Mesas	Divisas do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins	s/n° de 12 de dezembro de 2005	159.951,6200

Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado.html>

Organizado: pelo autor (dez/2015)

A partir dos anos 1970 os PARNAs modificaram o objetivo de contemplação da natureza, de turismo e lazer. Passaram a ter funções de pesquisa científica, proteção de espécies da fauna e da flora, educação ambiental e ainda, garantir que os ecossistemas e suas paisagens

fossem representados no contexto nacional. (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010). O crescimento de PARNA e Unidade de Conservação nas áreas do Cerrado, o bioma continua sem proteção nas leis da Constituição. Exemplo maior dessa situação de risco é descrito no artigo 225§ 4o determina da Constituição

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2012, p. 151)

Essas determinações da Constituição Federal tornam claros os objetivos das ocupações das áreas do Cerrado a preservar o mínimo exigido por lei, ou seja, apenas 20% do Cerrado têm “garantia de existência” e as áreas do Cerrado na Amazônia Legal a “garantia por lei” é de 35%. O Novo Código florestal brasileiro, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, manteve os índices de “preservação”, não houve avanço para a preservação do bioma Cerrado.

Os atos de Estado não são eficientes para proteger o Cerrado devido as suas potencialidades naturais propícias para o desenvolvimento das atividades agropecuárias de grande porte as quais atendem os interesses dos grandes latifundiários e das corporações globais controladoras da produção de *commodities* como grãos e proteína animal. A dificuldade de preservar e recuperar as áreas do Cerrado é visível pelos atos dos grupos políticos ligados aos interesses do agronegócio e a bancada ruralista⁶ que atuam no poder legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) brasileiro impedindo e dificultando a promulgação de leis que protejam o Cerrado, como foi o caso da aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro de 2012. Essa dificuldade é concreta pelos atos dos grupos políticos ligados aos interesses do agronegócio e a bancada ruralista os quais atuam no poder legislativo brasileiro impedindo e dificultando a promulgação de leis que protejam o Cerrado.

O PARNA das Emas na Região do Sudoeste Goiano tem a origem nas terras nas rotadas tropas de rebanhos de bovinos e de escravos as quais utilizavam o local para pouso das longas viagens entres as terras do Mato Grosso (em destaque para Cuiabá e suas jazidas de pedras e metais preciosos) e a capital paulista (centro comercial). A área original do parque foi

⁶ É a maior bancada do Congresso Nacional. Oficialmente conta com 162 deputados e 11 senadores, sob a sigla de Frente Parlamentar da Agropecuária. Para se registrar como frente é necessário um terço dos congressistas (198). Porém, a bancada conta com uma legião de adeptos de última hora. A pesquisadora da USP Sandra Helena G. Costa pesquisou a vida de 374 deputados e senadores para fazer a tese “Questão agrária e a bancada ruralista no Congresso Nacional”. (fonte: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela-terra/4/29182>)

doada em 1961 pelo pecuarista Filogônio Garcia com a finalidade de livrar-se dos pagamentos de impostos a propriedade da terra. O ato de se livrar dos pagamentos de impostos foi visto com boa estratégia pelo ex proprietário, mas a partir de 1975 quando os recursos dos financiamentos com juros subsidiados começaram a transformar as áreas “atrasadas” de pecuária extensiva em campos produtores de grãos agroexportáveis há uma tentativa de reverter a situação legal das terras com tentativas frustradas de reversão de PARNA para áreas produtoras de *commodities*. Conflitos entre proprietários vizinhos que tiveram suas terras desapropriadas para criação de áreas de amortecimentos dos impactos, principalmente de incêndios, causou e causa disputas judiciais entre os latifundiários e Ministério do Meio Ambiente (MMA). O parque é responsável por grande biodiversidade, existem mais de 600 espécies de plantas vasculares entre elas 7 exemplares inéditos no cenário científico, todavia ressalta-se que atualmente 8,5 a 20% das espécies da flora do Cerrado esteja ali preservada. Habitam 400 espécies de aves das quais 19 são endêmicas e 14 ameaçadas de extinção. Das 13 espécies de lagartos endêmicos do Cerrado, 8 ali vivem e ainda, 85 espécies de mamíferos das 94 que povoam as regiões do entorno do parque. (FLEURY, 2008)

Os interesses do capital aliados aos agentes que ocupam o Estado brasileiro ao longo da história do país são claros quando o bioma o Cerrado é visto como área de expansão econômica devido suas potencialidades naturais, mas sua fragilidade natural as ações antrópicas permitem afirmar que em breve estará restrito as áreas de conservação permanente protegidas por leis federais e entidades de cunho socioambientais. O Cerrado é o bioma brasileiro com mais transformações e destituições espaciais nas últimas quatro décadas e não existem, conforme diversos estudos, a possibilidade de regeneração como nas áreas de mata atlântica a qual devido as perdas de interesses econômicos, o fim do ciclo do café nas primeiras décadas do século XX, fizeram recuperar áreas. O Cerrado, como veremos a seguir tem etapas de transformações espaciais diretamente ligadas as transformações da meios técnicos e meio técnico-científico- informacional e seus agentes.

3. FORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE GOIÁS E SUDOESTE GOIANO: DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO AGRONEGÓCIO

3.1 Meio Natural e Meio-Técnico: Goiás e Sudoeste Goiano

A formação do espaço geográfico do Cerrado não pode ser vista apenas a partir das invasões lusitanas iniciadas no século XVIII e suas atividades mineradoras, captura de populações indígenas e as rotas das bandeiras e bandeirantes. Os sítios arqueológicos registram (Figura 3-1) a presença humana nas áreas do Cerrado datadas com 8.000 AP. Segundo Bertran (1988, 1994) e Barbosa (2002) apontam para os sítios de Serranópolis e Caiapônia (ambas no Sudoeste Goiano) como um dos mais importantes registros da atividade humana devido à presença de pinturas rupestres e utensílios encontrados pelas pesquisas arqueológicas.

A Pré-história do Planalto Central, segundo Bertran (1994, p. 9) pode ser dividida em três fases:

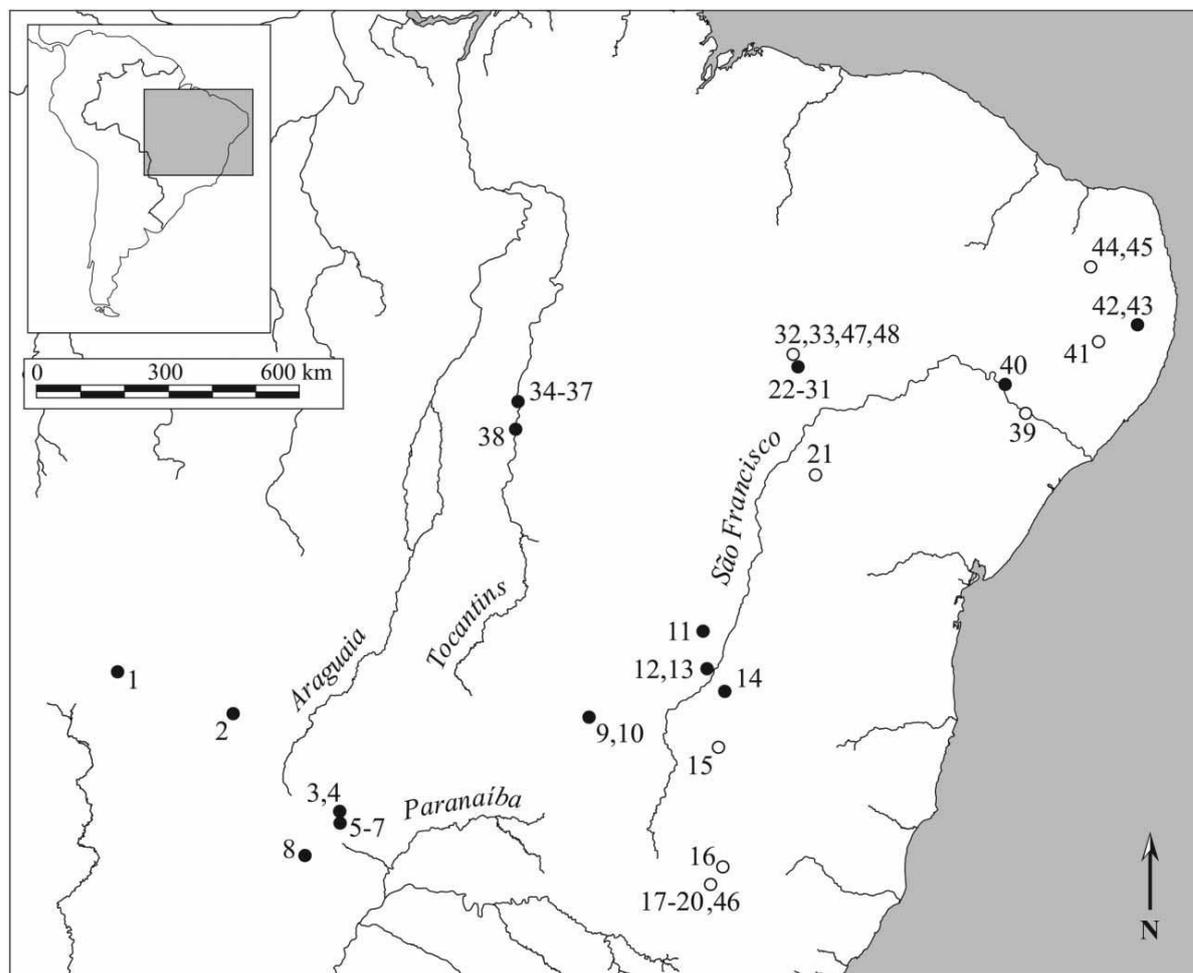
[...] fase Paranaíba – da grande tradição brasileira denominada de Itaparica -, mais antiga, datando de 10.500 a 9.000 anos AP, e que é caracterizada por grupos caçadores que viveram durante um período mais frio e úmido do que o atual. Logo em seguida, a fase Serranópolis, que durou até os anos 1.000 de nossa era, de clima mais quente, permitindo ao homem pré-histórico uma alimentação retirada da caça generalizada, da pesca e da coleta de moluscos e répteis; tornando-o mais sedentário e ligado a uma agricultura nascente. Finalmente a fase Jataí, do último milênio, na qual os grupos indígenas levariam uma vida bastante sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas e da coleta silvestre.

As populações (Figura 3-1) tinham atividade natural e organizada em pequenos grupos seminômades sobrevivendo da caça e da agricultura em pequenos territórios delimitados para os distintos grupos, adaptaram-se as transformações naturais do Cerrado como o aumento da temperatura e a redução da umidade as quais permitiram os primeiros cultivos e assim, reduz os movimentos nômades. A característica de campos do Cerrado e a utilização de utensílios de barros e de madeira, não permitiu a conservação dos vestígios de tais populações, pois ficavam expostas as ações do tempo (umidade, vento etc.) degradando-as. (BERTRAN, 1984;1994)

A etnia Jê dominou o Cerrado da pré-história até a colonização dos Setecentos. Eram considerados caçadores de precisão mesmo com o uso de utensílios rudimentares para caça, por exemplo, o veado campeiro, animal de grande porte e de difícil captura devido a sua velocidade empreendida nos campos do Cerrado. A capacidade de caça também tornou os Jês, especificamente os Caiapós, em populações temidas pelos portugueses, pois eram mortos caso fossem surpreendidos ao invadirem o território indígena. Por outro lado, a presença dos Tupis foi resultado do afastamento da região costeira em virtude dos conflitos com os portugueses e dos confrontos entre as diversas tribos. (BERTRAN;1988; 1994)

A imposição dos valores socioculturais e econômicos europeus no Centro-Oeste e do estado de Goiás se dá partir do século XVI pelos espanhóis e posteriormente pelos portugueses com a finalidade de escravizar os índios e apropriar/expropria-los do território. (BERTRAN, 1988, 1994) (BOAVENTURA, 2007). As bandeiras foram expedições responsáveis pela busca das jazidas minerais e pedras preciosas. Seus primeiros passos dados nas áreas do Centro-Oeste são datados nos anos de 1700 com a descoberta do ouro em Cuiabá em 1719 e na cidade de Goiás no ano de 1725. Com a mineração surgem povoados como Bom Jesus de Cuiabá (1729), Vila Boa de Goiás (1726) e Meia Ponte (1729). Essa exploração do espaço mato-grossense toma os rumos para a Chapada dos Parecis e os avanços a partir de Goiás rumaram para o atual estado da Bahia e das fronteiras de Minas Gerais. (BERTRAN, 1988, 1993, 1996) (CHAUL, 1997) (PALACIN, 1994) (SALLES, 1994) (BOAVENTURA, 2007)

Figura 3-1: Distribuição dos principais sítios arqueológicos na região central e nordeste do Brasil antes de 8000 AP



Pontos negros indicam os locais onde pelo menos uma camada rendeu artefatos moldados

Pontos brancos indicam sítios na falta de ferramentas.

(1) Santa Elina, (2) MT-SL-31 (Mato Grosso), (3) GO-JA-01, (4) GO-JA-02, (5) GO-JA-03, (6) GO-JA-14, (7) GO-JA-26 (Goiás), (8) MS-PA-02 (Mato Grosso do Sul), (9) Lapa do Gentio II, (10) Lapa da Foice I, (11) Lapa do Dragão, (12) Lapa do Boquete, (13) Lapa do Bichos, (14) Lapa do Boqueirão Soberbo, (15) Lapa Pequena, (16) Santana do Riacho, (17) Lapa Vermelha IV, (18) Cerca Grande VI, (19) Lapa das Boleiras, (20) Lapa do Santo (Minas Gerais), (21) Abrigo do Pilão (Bahia), (22) Toca do Boqueirão da Pedra Furada, (23) Toca do Pica-Pau, (24) Toca do Sítio do Meio, (25) Toca do Bojo I, (26) Toca do Baixão do Perna I, (27) Toca dos Coqueiros, (28) Toca da Baixa das Cabaceiras, (29) Toca da Cerca do Elias, (30) Toca do João Leite, (31) Toca do Pau Dóia, (32) Toca do Paraguaio, (33) Toca Nova do Inharé (Piauí), (34) Miracema 1, (35) Miracema 2, (36) Lajeado 18, (37) Mares 2, (38) Capivara 5 (Tocantins), (39) Justino (Sergipe), (40) Gruta do Padre, (41) Furna do Estrago, (42) Pedra do Caboclo, (43) Chã do Caboclo (Pernambuco), (44) Pedra do Alexandre, (45) Mirador (Rio Grande do Norte), (46) Lapa do Sumidouro, (47) Vale da Pedra Furada, (48) Toca da Tira Peia.

Mapa de distribuição dos principais sítios arqueológicos na região central e nordeste do Brasil antes de 8000 Até Presente Data.

Fonte: (LOURDEAU, 2015)

Foto 3-1 Sudoeste Goiano - Sítio Arqueológico Pedra da Pintura em Caiapônia (GO)



Fonte: o Autor (2012)

A mineração obrigou movimentos migratórios de negros africanos para as áreas do Cerrado como escravos para o trabalho nas minas, o europeu branco e o índio. Essas três etnias segundo Bertran (1994, p. 18) deu origem ao cerradeiro ou cerratense – *Homo cerratensis*.

Vagamente ateu, com inclinação às superstições, mais céptico do que fatalista, temente aos caprichos de Varia Fortuna, o cerradeiro ou cerratense é por excelência um homem barroco. Criado nos ociosos sertanejos, acredita na liberdade, sua natural condição: daí a dificuldade de aceitar o trabalho de rotina ou qualquer trabalho, a menos que lhe acene a deusa romana da Varia Fortuna. Não tem preconceitos, como os terríveis do universo de Gilberto Freire. Em consequência é o povo mais miscigenado de negro do país e um dos poucos em que, contraditoriamente, não há herança cultural marcadamente africana, devorada pelo barroquismo imperante.

Segundo Teixeira Neto (2009) as atividades mineradoras fomentaram a produção agropecuária de subsistência para atender as pequenas populações instaladas, mesmo que provisoriamente, em Goiás. Essas atividades agropecuárias eram consideradas de menor valor social e econômico, as pessoas que trabalhavam nas minas, com exceção dos escravos, tinham acesso mesmo que precário aos produtos de melhor qualidade oriundos da metrópole.

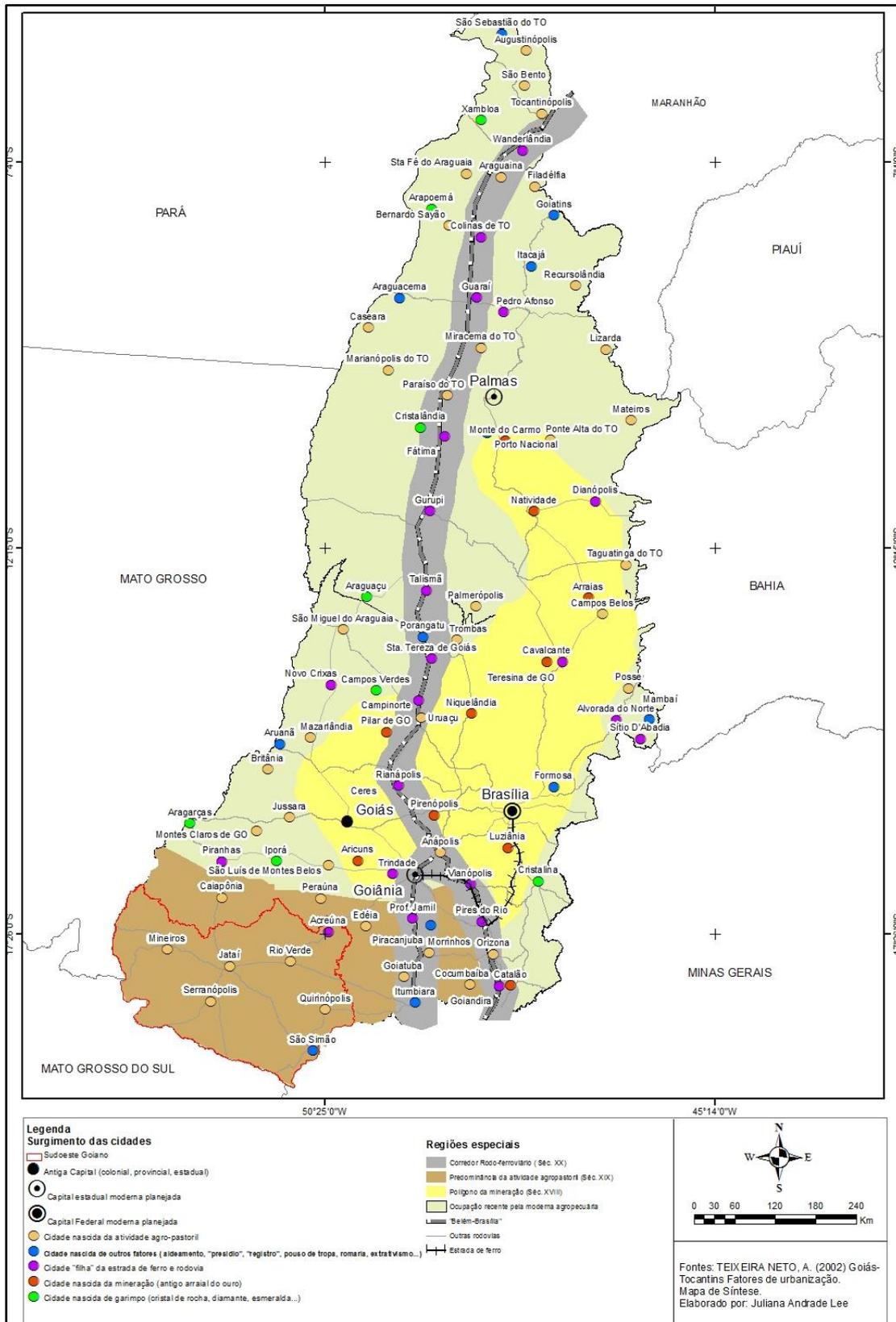
Os preços dos produtos agropecuários não eram altos, o que não permitia um acúmulo de capital relevante para os produtores que viviam na linha tênue em manter suas produções de gado bovino e de agrícola. A decadência da produção aurífera evidencia uma Província de Goiás atrasada/estagnada e imobilizada econômica, social e politicamente. Os diários dos viajantes do século XIX de Pohl, Saint-Hilaire e Spix descrevem a província povoada por pessoas ociosas (visão europeia da realidade), de caminhos precários, de miséria e de abandono (CORRÊA, 2001).

O Sudoeste Goiano era considerado um “vazio demográfico” resultado do pequeno contingente populacional existente no país, o que impedia o intenso processo de exploração do território. E assim as áreas do interior com maiores potencialidades econômicas, na época das jazidas de ouro e pedras preciosas, eram utilizadas, pois faziam partes dos registros oficiais da coroa e da própria história oficial. Para Ratts (2003), a distância do tempo e do espaço entre os indígenas e o colonizador criava a ideia de que o índio habitava áreas longínquas dos centros urbanos e restringiam-se à região Amazônica.

O desconhecimento do espaço goiano, por parte da coroa portuguesa e posteriormente pela brasileira, levou-o à condição de periferia durante a mineração. Assim se justificavam os pequenos e/ou quase inexistentes investimentos nas melhorias dos caminhos

que eram em número reduzido e com péssimas condições de tráfego, dificultando a fiscalização para se evitar o contrabando de ouro (CHAUL, 1999). Mesmo com declínio da mineração na segunda metade do século XIX muitas populações mantiveram-se fixas no território goiano e continuaram a manter suas atividades pecuárias sem documentos da posse legal das terras e ocupando as áreas próximas dos leitos dos rios. O mapa de Teixeira (Mapa 3-1) concretiza os fatores da urbanização em Goiás e Tocantins. A seguir vamos considerar os processos identificados pelo autor.

Mapa 3-1: Fatores de Urbanização de Goiás e Tocantins (2002)



Fonte: o Autor

O rompimento definitivo com a fase do “atraso da mineração”, consideramos o marco inicial do meio-técnico do estado, se dá com a construção de Goiânia idealizada pelo então interventor do estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira no ano de 1930. A nova capital objetivava romper com as velhas oligarquias rurais, em especial a dos Caiados e atender os anseios políticos das classes ruralistas já articuladas no Sul e Sudoeste Goiano. (CHAUL, 2006)

Segundo Chaul (*Ibidem*) os grandes pecuaristas do Sudoeste Goiano dão seus primeiros passos nas decisões políticas ao contrapor-se aos interesses das velhas oligarquias goianas as quais dominavam a esfera política goiana nos tempos do Brasil Colônia até a Velha República apoiando a construção da nova capital responsável por introduzir novas relações econômicas e políticas no interior do Brasil. A Marcha para o Oeste como política pública de Getúlio Vargas não é oficial, portanto a construção de Goiânia não pode ser assim ser considerada como política pública do Governo Federal, inclusive é rebatida por Quintela (2006, p.55):

Nesse sentido, a incorporação de Goiânia ao projeto da Marcha para o Oeste foi, da perspectiva cronológica, uma consequência casual e indireta. Quando, aos 31 de dezembro de 1937, Getúlio Vargas enuncia, na transmissão radiofônica da sua mensagem de fim de ano à nação, que “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste”, a transferência da capital do Estado para Goiânia havia nove meses que fora decretada. Unicamente no discurso pronunciado por Vargas em Goiânia, no Palácio do Governo, aos 5 de agosto de 1940, explicita-se, embora vagamente, que o governo nacional pretendia auxiliar Goiás no desenvolvimento das suas potencialidades econômicas por meio da melhora das comunicações ferroviárias, fluviais e aéreas, o que facilitaria o escoamento da produção de um Estado que haveria de se transformar em celeiro do país e em ponto de irradiação da onda civilizadora nacional em direção ao Oeste e ao Nordeste.

Apesar de não oficializada a Marcha para Oeste como política pública, segundo Quintela, às ações de ocupar⁷ o Oeste do Brasil era concreto para introduzir os padrões capitalistas dos principais centros urbanos da região Sudeste, essencialmente das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, seriam implantado/reproduzidos no interior do país com o objetivo

⁷Consideramos o termo ocupar segundo o Dicionário Houaiss como “1 (t.d.) preencher (um espaço); encontrar-se em (um lugar), 2 (t.d.) instalar-se em (um lugar conquistado pela força ou sem autorização) 3 (t.d.) submeter (um território); dominar”. Assim, o termo ocupar não é relativo ao ato entrar num espaço vazio ou mesmo sem conflito.

de integrá-los e desenvolvê-los na economia nacional. A construção de Brasília e o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) criaram impactos diretos no espaço geográfico de Goiás. A construção de infraestrutura (rodovias, rede elétrica, telecomunicações etc.) viabilizou o funcionamento das atividades burocráticas da capital, como também iniciou a interligação com os mais variados pontos do país até o centro do poder político.

A Marcha para Oeste permitiu a interiorização das relações capitalistas no interior do país, da mesma forma a construção de Brasília e o Plano de Metas fundamentaram-se na entrada do capital privado na economia por meio da substituição das importações com a produção industrial de bens de consumo e, os investimentos públicos na implantação de indústrias de base e a construção da infraestrutura. Para atingir seus objetivos, segundo Almeida (2004, p.10), o Plano de Metas era compreendido em 30 metas entre elas:

1) Energia (com 43,4% do investimento total): elétrica; nuclear; carvão mineral; produção e refinação de petróleo; 2) Transportes (29,6% dos recursos previstos): reaparelhamento e construção de ferrovias; pavimentação e construção de rodovias; serviços portuários e de dragagens; marinha mercante; transportes aviários; 3) Alimentação (com apenas 3,2% dos investimentos previstos): trigo; armazéns e silos; armazéns frigoríficos; matadouros industriais; mecanização da agricultura; fertilizantes; 4) Indústrias de base (com 20,4% dos investimentos previstos): siderurgia; alumínio; metais não-ferrosos; cimento; álcalis; celulose e papel; borracha; exportação de minérios de ferro; indústria automobilística; construção naval; mecânica e material elétrico pesado; 5) Educação (3,4% dos recursos): formação de pessoal técnico

A construção de Brasília por meio da expansão das redes de comunicação, transporte e energia fomentou a imigração para o Centro-Oeste. Portanto, essa articulação do espaço permitiu ondas migratórias e a inserção da região no cenário econômico nacional e internacional. (FREDERICO, 2008).

Santos (2007, p.130) afirma sobre a construção de Brasília como novo pacto territorial:

Ela se inscreve em um movimento bem mais amplo, o da modernização do país, cujo território devia se equipar de um modo adequado à enorme mudança programada. Equipam-se alguns pontos privilegiados, mediante uma obra consistente de renovação urbana e o próprio território como um todo é chamado a ter mais fluidez.

Indica Santos, o capitalismo exigia um Estado mais dinâmico e moderno, com um território no qual as “ordens e mensagens” chegassem com eficiência. Todos esses investimentos em infraestrutura são, segundo o autor, justificados para tornar o território mais dinâmico na fluidez de capitais, pessoas, dados, mercadorias etc. Mas uma característica desse processo é a presença de monopólios e oligopólios nacionais ou internacionais para as novas áreas do mercado as quais são confundidas com os “próprios limites geográficos, facilitando a concentração econômica, e a concentração espacial.” (SANTOS; 2007, p. 131)

As obras relevantes para o estado de Goiás realizado pelo Plano de Metas foram a BR-060, que liga o Sudoeste Goiano até Brasília, (CARMO, GUIMARÃES E AZEVEDO 2002) e a usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada (BNDES, 1996). As principais transformações espaciais do Sudoeste Goiano, como em grande parte do Cerrado, no fim da década de 1960 e início de 1970 foram promovidas pela modernização da agricultura a qual introduziu as lavouras mecanizadas de soja e milho.

O Meio Técnico-Científico-Informacional no território goiano se dá com a industrialização da agricultura e as primeiras tecnologias e técnicas da agricultura de precisão (por exemplo o uso de GPS), a introdução de novas atividades no campo como a produção de aves e suínos pelo sistema de integrado entre agroindústria de grande capital nacional com atuação em escala global. A urbanização do estado de Goiás é intensificada ao ponto de ser criada em 2005 a Região Metropolitana de Goiana. No Brasil as transformações espaciais são intensas com a intensificação das redes de transportes, dados, energias, pessoas e de capitais os quais dão novas características e conteúdos aos hábitos socioculturais. As formas de engenharias (rodovias, hidrovias, aeroportos, linhas de transmissões de energia elétrica, redes de dados como fibras ópticas etc.) são construídas para atender as necessidades do capital em expandir e consolidar suas ações e acúmulos de riquezas nas mais variadas e distantes localidades do país. O Estado e seus recursos econômicos são utilizados para garantir a hegemonia do capital na expansão de áreas produtivas introduzidas no cenário econômico mundial.

Para compreender as transformações do espaço do Sudoeste Goiano é necessário compreender o processo de modernização da agricultura e da industrialização da agricultura e assim entender a concretização do agronegócio e suas ações na região.

O espaço e seus elementos são apropriados pelo sistema capitalista por meio das suas ações em tornar quase tudo em mercadoria e lucro. Tal processo é resultado das ações produtivas e até mesmo especulativas que o capital faz pelos fluxos (dinheiro e mercadorias),

infraestrutura, migrações etc. O espaço agrário não é mais um simples fornecedor de matérias-primas para as cidades e as indústrias. O país transforma-se, ou melhor, as regiões escolhidas pelo capital e as ações das políticas públicas, em Regiões Produtoras do Agronegócio. Pensar o Agronegócio como algo finalizado, com sua gênese a partir dos anos de 1990 no Sudoeste Goiano é um equívoco. Este é apenas mais um estágio de apropriação do espaço pelo capital financeiro e industrial. Todo processo capitalista de produção, o ato de apropriação do espaço e seus elementos, o Agronegócio teve suas bases concretadas na década de 1960 com a Modernização da Agricultura.

Explica-se o que é e de que maneira a Modernização da Agricultura e processo de Industrialização da Agricultura se intensificam e aproximam das relações da agricultura com as plantas industriais com a construção dos Complexos Agroindustriais (CAIs). E finalmente a constituição do Agronegócio apropria-se dos elementos do espaço do Sudoeste Goiano. Temos, portanto, um movimento contínuo do capital financeiro e industrial com o aporte de políticas e financiamentos públicos para reproduzir as relações capitalistas no espaço rural e urbano da região.

3.2 Principais Planos de Desenvolvimento adotados no país e suas repercussões nas áreas de Cerrados

Os programas de desenvolvimento econômicos voltados para a agricultura, com destaque no período militar, que instauraram a fase monopolista do capitalismo, são o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1976), o I PND (Plano Nacional de desenvolvimento) (1972-1974) e o II PND (Plano Nacional de desenvolvimento) (1975-1979).

O Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) tinha em vista a estabilização financeira, criando condições econômicas para o desenvolvimento das “forças de mercado” e a predominância da livre empresa no sistema econômico” no intuito de conter o processo inflacionário ocorrido no período de 1964/65 e equilibrar os preços a partir de 1966; destaca neste programa o favorecimento do imperialismo através da entrada de capitais estrangeiros (IANNI: 1981). O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1976) considerado por Ianni (1981) como a expressão totalitária dos governos militares em desenvolver um plano estratégico tendo em vista a permanência no poder por longos anos no

controle do Estado, por meio do planejamento da produção, consumo e de investimentos da União e suas Autarquias, Empresas e Sociedades de Economia Mista (Roberto de Oliveira Campos, In. Ianni (1980: 9).

O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) foi promulgado pela Lei 4.829 de 05/11/1965 e regulamentado pelo decreto 58.380 de 10/05/1966, suas intenções eram de :

I – estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor rural; II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; III – possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; IV – incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, e à adequada defesa do solo. (BRASIL , Leis e Decretos, etc., “Lei n.º 4829 de 5 de novembro de 1965: In: GONÇALVES NETO; 1997, p.160)

A estrutura financeira do SNCR era composta pelo Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, BNCC (Banco de Crédito Cooperativo), BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), bancos estaduais, caixas econômicas, bancos privados, sociedades de crédito e cooperativas; as modalidades de crédito eram destinadas para custeio (cobria os custos de produção para aquisição de fertilizantes, agrotóxicos, combustíveis, sementes, vacinas, medicamentos veterinários e contratação de mão-de-obra.), investimentos (máquinas agrícolas, aquisição de terras, animais, formação de pastagens, correção e formação dos solos, técnicas de irrigação, construção e ampliação de infraestrutura), comercialização e estocagem (GONÇALVES NETO; 1997, p.160).

Os recursos destinados para o SNCR privilegiavam os médios e grandes produtores das áreas de Cerrados, sendo uma contradição do projeto inicial, que objetivava os recursos para os pequenos e médios produtores. O SNCR concretizou o PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) que, por sua vez, viabiliza a expansão das atividades agropecuárias nas regiões de fronteira através de dois mecanismos: EGF (Empréstimo do Governo Federal) e AGF (Aquisição do Governo Federal). No que se refere ao tema comercialização e estocagem, o EGF garantia o pagamento dos custos de armazenamento da produção agrícola através de empréstimos aos produtores que poderiam esperar o momento mais oportuno (melhores preços) para a venda da sua produção e possibilitar o pagamento dos custos de produção. Paralelamente o AGF incumbia-se de adquirir a produção garantindo o preço mínimo ao produtor rural. Os

produtos adquiridos pelo Governo Federal através do AGF, transferia para o comprador, no caso o Estado, os custos de transporte para os centros consumidores. Através do AGF, o Governo Federal constituía os estoques reguladores que objetivavam reduzir os impactos inflacionários decorrentes da elevação dos preços dos alimentos.

Castro e Fonseca (1995) afirmam que o EGF, na região Centro-Oeste, não foi apenas o único responsável pela redução dos fretes dos produtos agrícolas, mas também possibilitando a comercialização da produção de grãos nos grandes centros consumidores, cujos fatores exequíveis são o aumento da população, aplicação de novas técnicas agrícolas que fez aumentar a participação da região no cenário nacional, baixos preços das terras que possibilita a produção em grande escala e a PGPM que garantia a substituição dos recursos do SNCR. Para os autores, a potencialidade dos fatores naturais, a dinâmica econômica e das políticas públicas na viabilidade da produção e inserção do Centro-Oeste na produção agrícola nacional, modificando as características do espaço agrário regional, como também inserem o Centro-Oeste na economia nacional. Cria-se ainda um mercado consumidor local devido ao deslocamento populacional, em virtude da expansão das fronteiras agrícolas na década de 1970 e do próprio processo de agroindustrialização daí decorrente, na década de 1980.

Inserido no SNCR destaca-se o BCC (Banco de Crédito Cooperativo) possibilitando a formação e a constituição de cooperativas que tiveram a função de organizar os produtores rurais, desta forma facilitando a introdução das técnicas e novos insumos da modernização da agricultura. O I PND (Programa Nacional de Desenvolvimento) (1972-1974) enfatizava dois pontos na política pública nacional para a agricultura, segundo Gonçalves Neto (1997; p. 20):

1. utilização dos incentivos fiscais e financeiros para aumento da produção, ao investimento, à comercialização e a transformação tecnológica no setor agrícola
2. Disseminação de insumos modernos, forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre absorção de mão-de-obra

O processo de modernização da agricultura foi o responsável pelo financiamento da modernização da indústria, revertendo a balança comercial deficitária gerando divisas para sustentar as importações de tecnologia industrial; reduzindo os preços dos alimentos, contendo os índices inflacionários (aumentando o poder aquisitivo da população) e criando um mercado consumidor para os produtos industrializados utilizados no campo (insumos agrícolas).

Segundo Delgado (1985; p.21)

[...] consistia na mediação de interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais urbanos. Essa política não abrangia o conjunto do setor agrícola, mas unicamente os setores ligados ao modelo primário-exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e indústria interna. Buscava-se, predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, em plena ênfase na década dos cinquenta e parte dos setenta, com a obtenção de divisas a partir das exportações agrícolas para viabilizar o processo de substituições de importações, assim como abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais

O I PND segundo Roberto de Oliveira Campos (In. IANNI 1981, p.13),

[...] oficializava ambiciosamente o conceito de “modelo brasileiro”, definindo-o como o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em Nação desenvolvida.

A integração da economia nacional à dinâmica da economia internacional era a principal meta do I PND, porém esta integração ocorreria através da intervenção do Estado e esta segundo Aguiar (1985, p.97) caracterizava-se

[...] por uma política de ampla franquia ao ingresso de capitais estrangeiros, via as subsidiárias das empresas multinacionais. De outro lado, por uma política de “produção para o exterior”, exclusivamente destinada a esse mercado, não se tratando, assim, de escoamento de excedentes não absorvidos pelo mercado interno. Mas ao mesmo tempo, a intervenção do Estado manifestava-se, também, através da ação repressiva, de forma a garantir, mediante a extorsão da força de trabalho operária e camponesa, os meios necessários à efetivação daquele processo de modernização

No I PND, o Estado buscava focar as políticas territoriais na “integração nacional”, incentivando a expansão das “fronteiras econômicas do Centro-Sul em direção ao Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste” (COSTA 1991, p. 63-4). O II PND projetou o desenvolvimento da agricultura aos moldes industriais considerados pelo Estado como os responsáveis pelo crescimento econômico do país. Desta forma os agricultores se adequariam às novas formas de produção, passando a existir não mais um fazendeiro e sim empresários rurais e suas propriedades seriam transformadas em modernas empresas, cuja consequência seria a utilização de novas técnicas agrícolas. (Brasil, 1972;1975)

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural - pequena, média e grande - principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos. (BRASIL 1975, p.43)

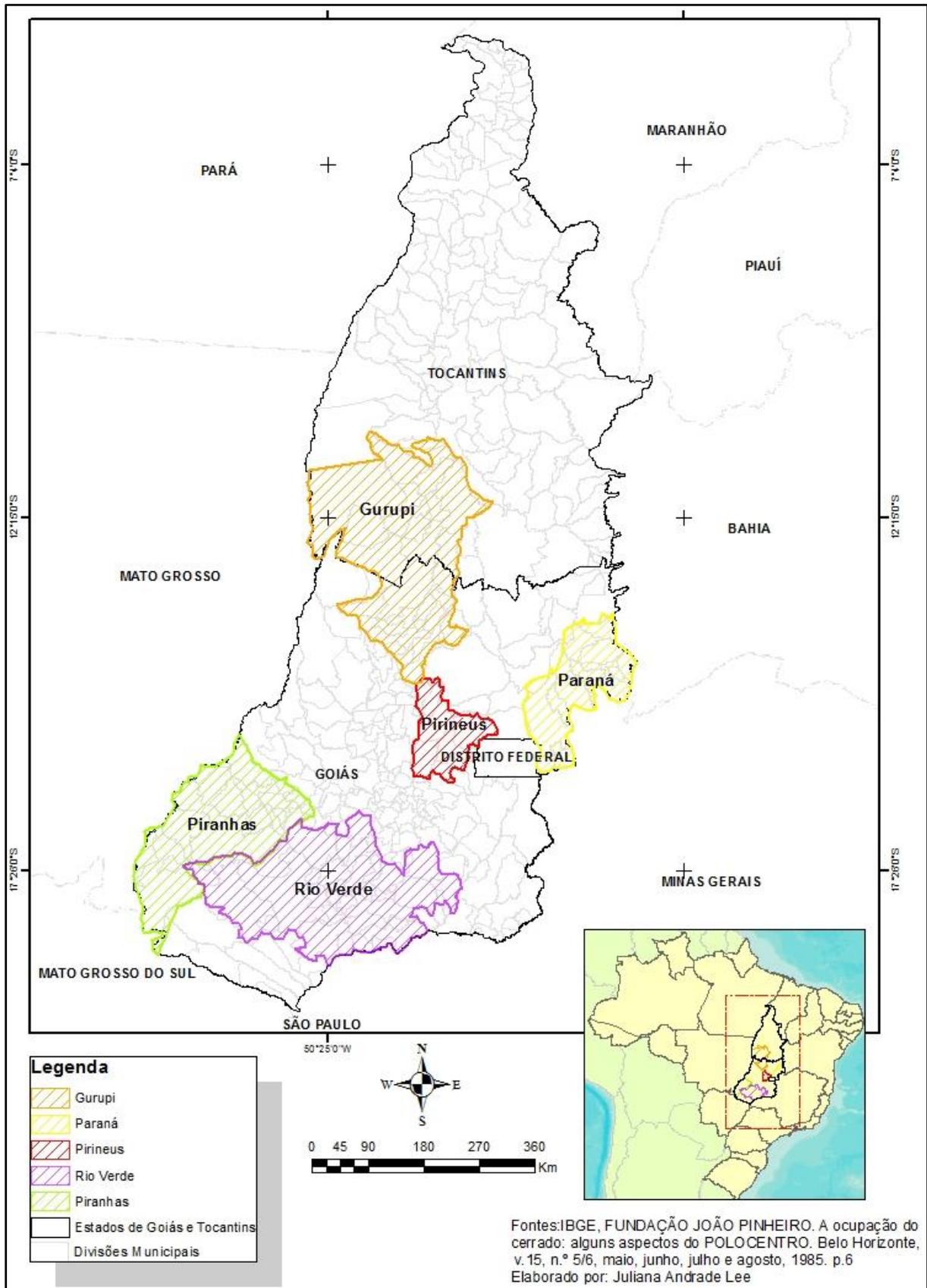
Inseriu-se o II PND na ambição do Estado em reverter às balanças comerciais até então deficitárias, aumentando as exportações. A importância da agricultura se dará como uma nova produtora e exportadora de produtos primários e também como consumidora dos produtos industrializados nacionais. Costa (1991), caracteriza o período do II PND como a centralização dos esforços no crescimento econômico dos setores de maior potencialidade para exportações. Destacamos, portanto, o papel da agricultura e das ocupações das “áreas vazias” do território nacional, e as ações das políticas públicas que favoreceram os grandes empreendimentos da fase monopolista do capitalismo. Agregando capitais nacionais e estrangeiros e com o Estado participando de diversas formas, principalmente com a infraestrutura.

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) criado através do decreto 75.320 de 29/01/1975 possuía como principal objetivo a ocupação racional e ordenada do Cerrado através do cambio dos

[...] sistemas de manejo primitivo – obstáculo comprovadamente superável, para grande variedade de culturas -, pela utilização de insumos modernos (calcário, fertilizantes, mecanização, etc.), em sistema de manejo mais intensamente capitalizados” (BRASIL, Presidência da República 1975. In. Salim, 1986)

A forma de ação do POLOCENTRO consistia na seleção de pólos de desenvolvimento agropecuário em regiões estratégicas (Mapa 3-2), sendo cinco em Goiás (Gurupi, Paranã, Pirineus, Piranhas e Rio Verde); três em Minas Gerais (Triângulo Mineiro, Alto São Francisco e vão do Paracatu); duas em Mato Grosso do Sul (Campo Grande –Três Lagoas e Bodoquema) e três no Mato Grosso (Cuiabá – Rondonópolis, Xavantina e Parecis). Estes pólos apresentavam potencial agrícola e infraestrutura, propiciando a propagação dos *pacotes tecnológicos* nas áreas de cerrado.

Mapa 3-2 : POLOCENTRO: áreas de atuação no estado de Goiás



As ações do POLOCENTRO consistiam em o apoio na forma de créditos com taxas de juros especiais para o financiamento de desmatamento, correção e conservação dos solos, estímulos aos projetos de florestamento-reflorestamento, construção de estradas vicinais, eletrificação rural, implantação de beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos agrícolas; além de estimular a produção e comercialização regional de calcário e outros insumos agrícolas. (BRASIL, Presidência da República 1975; p. 11-2. In Salim 1986, p. 318-9).

A partir do **Erro! Autoreferência de indicador não válida.**, os investimentos dos recursos públicos do POLOCENTRO são perceptíveis aproximadamente 65,5% dos investimentos foram destinados a financiamento das vias de circulação, implantação de projetos agropecuários e armazenamento da produção agrícola, criando condições para inserir novas culturas agrícolas (soja e milho), para transporte e armazenamento dos grãos.

Quadro 3-1 POLOCENTRO: investimentos dos recursos públicos (%) (1985)

Setor	Proporção aplicada (%)
Transportes	23,8
Agropecuária	22,0
Armazenamento	20,8
Energia	17,4
Assistência técnica	14,7
Administração e acompanhamento	0,8
Ações complementares	0,5
Total dos recursos investidos	100,0

Organização: o Autor (2016)

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1985

Segundo SALIM (1986), as condições favoráveis para aquisição de recursos com juros abaixo do mercado, viabilizou a transformação da base produtiva das propriedades rurais da região como também resultou no atrativo de outros produtores de outras regiões para o Cerrado, devido aos preços das terras mais baixas em relação as outras áreas do país (principalmente no Sul e Sudeste) e a segurança de financiar projetos agropecuários de forma integral, compensando os custos operacionais para elevar a fertilidade dos solos do Cerrado.

O II PND criava outros projetos para viabilizar as ocupações da Região Centro-Oeste (Quadro 3-2) (Mapa 3-3), entre eles: Região da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul), Região Geoeconômica de Brasília (Distrito Federal), POLAMAZÔNIA e PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) (BRASIL, 1975)

Quadro 3-2 - Participação Relativa dos Programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste durante o II PND

Programa	Participação Relativa (%)
POLOCENTRO	61,0
Região da Grande Dourados	16,5
Região Geoeconômica de Brasília	9,7
POLAMAZÔNIA	7,4
PRODEPAN	5,4
TOTAL	100,0

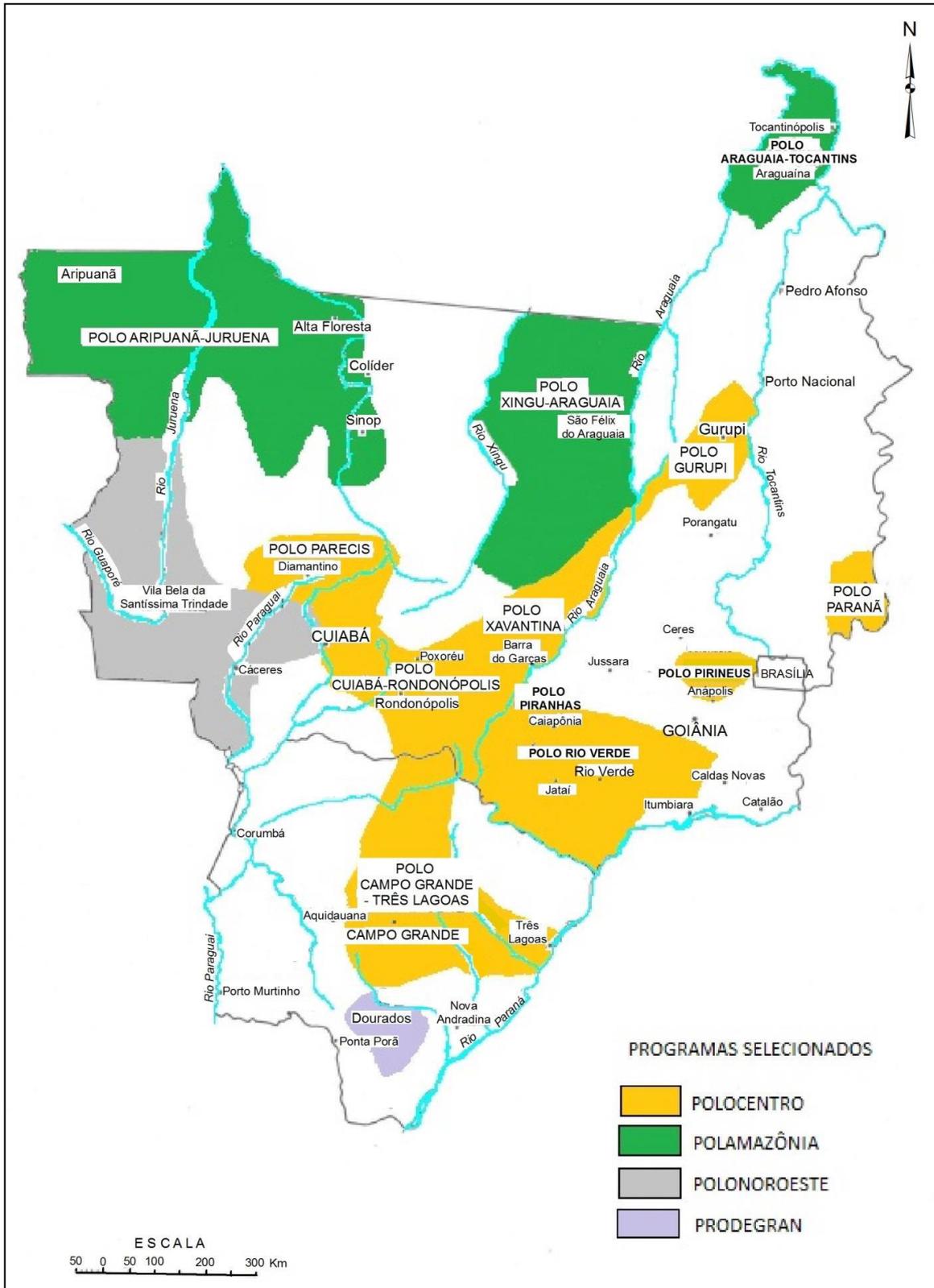
Organização: o Autor (2015)

Fonte Brasil (1975)

A importância do POLOCENRO no II PND é nítida ao se observar que aproximadamente 61% dos recursos destinados para a ocupação da Região Centro-Oeste. Assim, a inserção da região no contexto da economia nacional se concretizava, por meio da infraestrutura e das novas formas de produção agropecuária. O PRODECER, descrito por Müller (1989), é resultado do acordo de cooperação assinado em 1976, entre Brasil e Japão, com o intuito de fomentar a expansão da agricultura moderna nas áreas de Cerrados.

Os resultados seriam alcançados através de créditos direcionados para empreendimentos agrícolas de produtores rurais de um conjunto de projetos de assentamento dirigido. Ocorreria a seleção dos agricultores por meio de cooperativas credenciadas, que averiguariam se o produtor teria aptidão para desenvolver atividades agrícolas nas áreas de Cerrados, exigindo-se dedicação integral no desenvolvimento do empreendimento. Este programa direcionava a constituição de propriedades de médio porte (250 a 500 ha), voltadas para a produção de grãos. Müller (*Ibidem*) descreve que em 1979 a Companhia de Produção Agrícola (CAMPO) é a designada na administração do I PRODECER. A empresa era composta por dois holdings: a BRASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), detentora de 51% do controle acionário e com participação de 49% a JADECO (Japan-Brasil Agricultural Development Corporation). Os recursos eram provenientes de empréstimos do governo japonês e a outra equivalência provinda do governo brasileiro.

Mapa 3-3 : Programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste durante o II PND



Fonte: Lima (2015, p.76)

A BRASAGRO constituía-se por instituições como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazéns) e empresas produtoras de insumos e equipamentos agrícolas. A JADECO era composta por empresas de grande porte como a Mitsubishi, Mitsui e o Banco de Tóquio. O PRODECER I foi implantado em 1980, no oeste de Minas Gerais, atingindo 70 mil ha do Cerrado do estado, onde foram assentadas 135 famílias, em propriedades de 375 ha, em média, além de três empresas agrícolas. Em 1987 inicia-se o PRODECER II, que assentou produtores em áreas de 250 a 400 ha, nos estados de Minas Gerais (4 projetos), Mato Grosso do Sul (1 projeto), Goiás (2 projetos), Mato Grosso (2 projetos) e Bahia (2 projetos). O destaque de MULLER (1989) para o PRODECER II, está nos projetos dos estados da Bahia e Mato Grosso, que implantados em áreas menos articuladas e dimensionaram a função de catalizadores de frentes comerciais. As ações garantiram empréstimos para crédito fundiário, para o desmatamento, limpeza, preparo e correção dos solos, construções, compra de equipamentos e o custeio dos dois primeiros anos de plantio.

Outros Programas de desenvolvimento do Cerrado foram PRONAZEM (Programa Nacional de Armazenagem Rural) liberava a construção de armazéns com prazos de até 10 anos de financiamento; PROCAL (Programa Nacional de Calcário Agrícola) linha de crédito com o intuito de importar e explorar as jazidas de calcário e os prazos de pagamento era de até cinco anos e o PROINVEST (Programa de Investimento Agropecuário) destinava recursos para a aquisição de capitais fixos e semifixos para proporcionar a produção agropecuária e seus prazos chegavam até seis anos.

3.3 Modernização da agricultura e industrialização da agricultura do Sudoeste Goiano

O Cerrado foi utilizado como área de expansão dos mercados urbanos brasileiros e ainda, aumentar a oferta de produtos agrícolas, principalmente cereais, para o mercado internacional. Estes fatores contribuíram com as diretrizes governamentais com vistas à integração das áreas periféricas por meio da interiorização da Capital (Brasília) e os eixos viários os quais se direcionavam as áreas de ocupação. O Estado e suas políticas públicas

(crédito subsidiados, órgãos de assistência técnica, construção de infraestrutura, incentivos fiscais etc.) permitiram que essa modernização se propagasse pelos campos do Sudoeste Goiano.

A modernização da agricultura, como processo econômico e político, faz parte dos planos de desenvolvimento dos governos militares da década de 1960 se caracteriza pela intervenção direta do Estado na produção do espaço agrário com forte atuação nas áreas do Cerrado e da Amazônia. O processo de modernização da agricultura compunha um grande projeto de desenvolvimento da economia nacional que teria por objetivos inserir o país na categoria dos países desenvolvidos economicamente. Por outro lado, a modernização objetivava ampliar os vínculos das atividades agrícolas com as industriais, com este processo fomentando as modificações da agricultura em decorrência da necessidade de criar novas formas de financiamento ao setor industrial. Até os anos 1970 as atividades agrícolas não eram tão dependentes dos insumos industriais para seu desenvolvimento. O setor agrícola tinha a função de gerar divisas por meio das exportações de matérias-primas e permitia um acúmulo para o financiamento do setor industrial.

A Modernização da Agricultura foi a expansão das técnicas e tecnologias aplicadas durante a Revolução Verde da década de 1950, estas eram desenvolvidas pelos países centrais produtores de tais inovações produtivas as quais introduziram nos espaços dos países mais periféricos do sistema capitalista aproveitando-se não apenas das potencialidades naturais (solos, climas, topografias, hidrologia etc.), mas sobretudo das benesses políticas e econômicas dadas pelos Estados de tais países. O capitalismo e suas relações sociopolíticas e econômicas são impostas: políticas públicas, exploração incessante dos elementos naturais, trabalho assalariado, as inovações técnicas e tecnológicas, expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, recursos financeiros dos empréstimos públicos, fomenta as desigualdades regionais entre os estados brasileiros, acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006).

Segundo Kageyama (1990, p.113), a modernização da agricultura se define como

[...] a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos e etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.

O Brasil e em especial o Sudoeste Goiano não ficaram imunes a tais inovações tecnológicas no campo. Vale destacar que a estrutura agrária nacional caracterizada desde os primórdios da invasão portuguesa no século XVI consolidou-se através das grandes concessões de terras e posteriormente a solidificação das grandes propriedades rurais. A Modernização da Agricultura no território nacional só foi possível por meio das políticas públicas que subsidiaram a implantação de tais inovações tecnológicas e com destaque para os denominados *pacotes tecnológicos*. O processo de Modernização da Agricultura integrava um grande projeto de desenvolvimento da economia nacional que teria por objetivos inserir o país na categoria dos países desenvolvidos. Também a modernização objetivava ampliar os vínculos das atividades agrícolas com as industriais e isto fomentou as modificações da agricultura em decorrência da necessidade de criar novas formas de financiamento para setor industrial. A Modernização da Agricultura consistiu na introdução de novas técnicas e tecnologias no setor produtivo agropecuário brasileiro e de vários países subdesenvolvidos. O conceito de Modernização e Industrialização da Agricultura é preeminente para a compreensão das políticas públicas adotadas no Brasil a partir da década de 1960. Esta Modernização foi um processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro por meio da inserção do trabalho assalariado, das inovações técnicas e tecnológicas, da expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, pelos recursos financeiros dos empréstimos públicos ao setor agropecuário, fomentando as desigualdades regionais entre as unidades da federação e dos países e o acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006).

Observa-se que a modernização da agricultura modificou as relações da pecuária bovina extensiva, com utilização de mão-de-obra desqualificada, poucos ou mesmo nulos investimentos tecnológicos na produção. Estas modificações da base técnica da agricultura ocorrem com a implantação dos *pacotes tecnológicos*, conforme Aguiar (1986, p.42),

[...] pode-se definir pacote tecnológico como conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agronômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa.

Os *pacotes tecnológicos* são a necessidade e a viabilidade do aumento da produção e da produtividade agrícola, proporcionando a inserção desta atividade econômica no cenário econômico nacional e internacional. Apesar de não serem considerados como um todo de políticas públicas, e sim partes (linhas de crédito para calagem dos solos, utilização de

fertilizantes etc.), os *pacotes tecnológicos* são classificados como intervenção do Estado na produção agrícola do país na década de 1970, proporcionando o aumento da produção agrícola de produtos exportáveis (entre eles soja e milho). Criam-se novos mercados consumidores de produtos industrializados de empresas multinacionais (máquinas, agrotóxicos e fertilizantes).

O aumento da produtividade reduzia os preços dos alimentos combatendo os altos índices inflacionários, expandia as fronteiras agrícolas e/ou econômicas aos vazios nacionais, integrando-os ao cenário da economia nacional. Compreender os *pacotes tecnológicos* como produção de tecnologia nacional seria um equívoco. Aguiar (1986) afirma que estes representam a transferência de tecnologia dos países centrais para os periféricos, pois as tecnologias aplicadas são produzidas nos centros de pesquisas dos países desenvolvidos e propagados pelas empresas multinacionais.

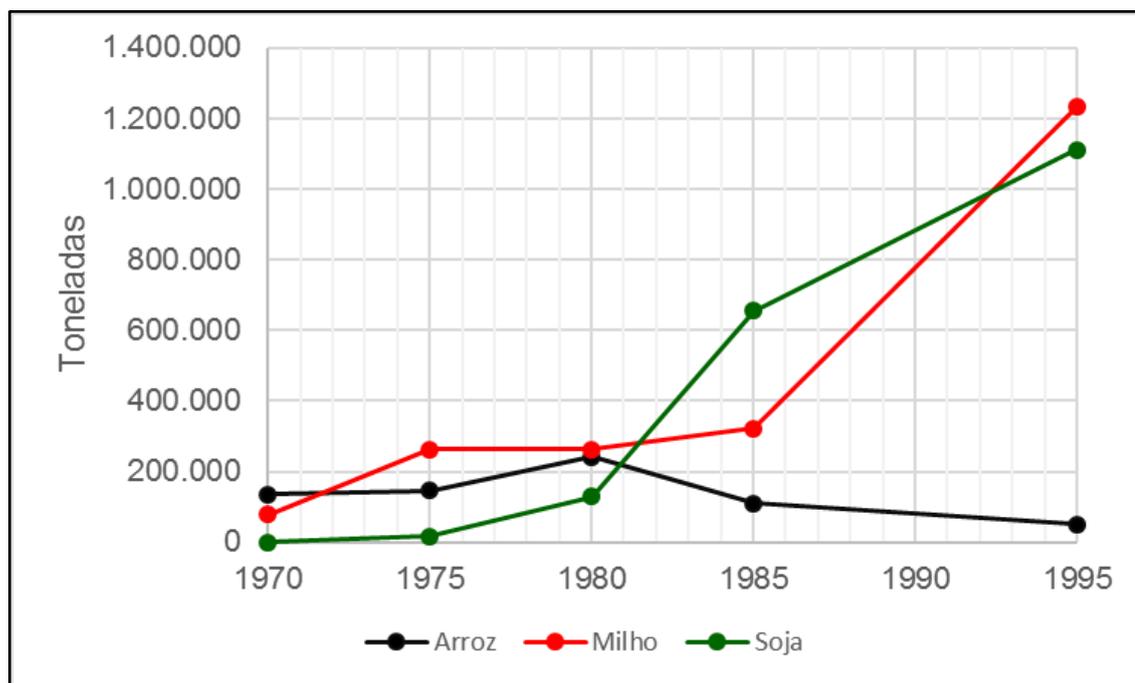
A produção de tecnologia ocorreria para Aguiar (1986, p. 48),

[...] muito mais que uma simples cópia de modelo organizacional, estava-se diante da montagem de uma complexa e eficiente rede de transferência internacional de conhecimentos tecnológicos – ou, com maior, de difusão internacional da capacidade de uso de determinados padrões tecnológicos -, à qual se associaram, também, os cursos de ciências agrônômicas das universidades dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos.

Esta transferência de tecnologia não permitiu autonomia do setor produtivo brasileiro, pelo contrário, aumentou a dependência da produção nacional agropecuária à tecnologia importada dos países desenvolvidos economicamente. Os avanços do uso dos adubos químicos, da mecanização, da especialização da monocultura e os recursos financeiros, levaram a produção agropecuária à dependência dos setores não-agrícolas para existência da manutenção da vida no campo (Balsan, 2006).

As marcas da modernização da agricultura no Sudoeste Goiano são sentidas com a expansão das lavouras de arroz, milho e soja (Gráfico 3-1). A região é colocada no cenário da modernização da agricultura por apresentar características físicas e de estrutura agrária própria para o desenvolvimento das lavouras comerciais de grãos em virtude dos seus elementos naturais, terras disponíveis para o aumento rápido da produção de grãos (Arrais, 2013).

Gráfico 3-1 : Sudoeste Goiano: Produção de Arroz, Milho e Soja (ton) 1970-1995



Fonte: Censo Agropecuário (1970, 1975, 1980, 1985, 1995). Organizado pelo autor (2016)

A primeira cultura introduzida nas áreas de cerrado durante o processo de modernização da agricultura foi o arroz. Este produto agrícola é considerado como “amansador” dos cerrados, ou seja, permitiu a melhoria nas condições naturais dos solos, proporcionando posteriormente a introdução, da soja e do milho. Comuns são os relatos de agricultores sobre os primeiros anos da década de 1970: cultivavam o arroz, não apenas para melhorar as condições dos solos, mas por motivos comerciais, os preços na época eram atrativos e os estados da região Sudeste do Brasil eram mercados consumidores certos da produção.

A importância do arroz pode ser percebida desde 1965, com as instalações dos armazéns da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) no município de Rio Verde. Estes eram estruturados para o recebimento do arroz da região e serviam ainda de estoques reguladores do governo, como também se prestaram para garantir a expansão das fronteiras agrícolas da época através dos incentivos estatais. O arroz passava a perder a importância no cerrado devido a expansão das lavouras de soja as quais despertam interesse maior nos agricultores resultado preços mais atrativos. Como a produção de arroz é destinada ao mercado interno e as políticas governamentais das décadas de 1980 e 1990 privilegiam os produtos agro-exportáveis produzi-lo não era tão vantajoso economicamente e, também, a concorrência do arroz produzido no Uruguai e a Argentina terem preços mais atrativos.

Para Castro e Fonseca (1995), a redução da produção da área de arroz (Tabela 3-1) deve-se ao fato de a cultura ser essencial para a abertura da fronteira agrícola, tanto no controle das pragas através da rotação de cultura para evitar problemas sanitários da monocultura, mas também por ceder espaço para um padrão produtivo elevado e de uma produção estável de grãos em grande escala. Os dados da tabela 1 tornam evidente a redução na acima dos 50%, em números absolutos, a produção passa de 136.022 toneladas em 1970 para 50.007 toneladas no ano de 1995.

Tabela 3-1 : Arroz - Evolução da Produção (%): 1970-1995

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Sudoeste Goiano
1970	-	-	-	-
1975	43,2	60,4	23,2	6,7
1980	7,1	31,6	21,6	66,6
1985	11,1	-39,5	-42,4	-54,5
1995	-10,4	-41,4	-73,9	-54,6

*Fonte: Censos Agropecuários 1970-1995.
Organizado pelo Autor (2016)*

A produção de soja e milho são inversamente proporcionais aos dados da rizicultura do Sudoeste Goiano (Tabela 3-2 e Tabela 3-3). Os números de crescimento são expressivos, a soja cresce entre 1970-1995 com os seguintes índices: 5.6715%, 6345, 403,1% e 68%. O milho no Sudoeste Goiano tem a produção com índices menores, porém, não menos significativo: 237% (1975), 1980 variação menor de 1%, 22,4% (1985) e 283% (1995), números maiores se comparados com a produção brasileira, do Centro Oeste e Goiás com exceção da safra 1980.

Tabela 3-2: Produção Soja (ton.): 1970-1995

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Sudoeste Goiano
1970	1.884.227	24.568	10.219	307
1975	8.721.274	250.160	82.173	17.717
1980	12.757.962	1.509.861	368.477	130.136
1985	16.730.087	4.646.369	1.157.704	654.686
1995	21.563.768	8.246.281	1.960.112	1.111.334

*Fonte: Censos Agropecuários 1970-1995.
Organizado pelo autor (2016)*

Tabela 3-3 : Produção Milho (ton): 1970-1995

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Sudoeste Goiano
1970	12.770.216	768.379	547.432	77.856
1975	14.343.556	1.315.983	1.090.193	262.552
1980	15.722.581	1.565.805	1.277.414	262.586
1985	17.774.404	2.010.987	1.507.916	321.409
1995	25.510.505	5.616.168	2.971.570	1.232.195

Fonte: Censos Agropecuários 1970-1995.

Organizado pelo autor

A estrutura de silos no Sudoeste Goiano (Tabela 3-1) não acompanha o crescimento da produção apesar do elevado crescimento do período, se em 1970 existia capacidade para armazenar 1.308 toneladas de grãos em 1995 a capacidade armazenadora é de 608.257 toneladas, mas relatos de produtores e empresários da região destacavam a necessidade de investimentos em novas unidades armazenadoras e, ainda, registravam-se nos anos 1990 a secagem e guarda provisória da produção de arroz em grandes avenidas das cidades de Rio Verde e Jataí.

Tabela 3-4 : Silos para grãos: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano – capacidade (ton)

	Brasil		Goiás		Sudoeste Goiano	
	Ton.	Crescimento	Ton.	Crescimento	Ton.	Crescimento
1970	1.163.675	-	9.463	-	1.308	-
1975	8.580.043	637%	124.168	1212,1%	18.396	1306%
1980	101.913.843	1088%	2.406.806	1838,3%	379.116	1961%
1985	139.381.490	37%	1.514.749	-37,1%	229.141	-40%
1995	141.295.333	1%	3.921.555	158,9%	608.257	165%

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995

Organizado pelo Autor (2016)

As ruas e avenidas de Rio Verde e Jataí (Foto 3-2), conforme relatos de moradores e produtores rurais, era comum na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. A deficiência do sistema de armazenamento de arroz era um dos principais problemas da região. Somente no final dos anos 1980 a capacidade de armazenamento foi sendo condizente com a produção regional, isso é resultado das ações das políticas públicas para beneficiar a produção agrícola e a cadeia produtiva de grãos composta por grandes proprietários rurais e capitais agroindustriais que iniciavam a instalação de suas unidades no Sudoeste Goiano.

Os dados da produção de grão demonstram como a modernização da agricultura transformou o campo e sua produção no Sudoeste Goiano, Arrais (2013, p.45) enfatiza

[...] Sudoeste Goiano, região que já se preparava para atender ao chamado nacional. Daí a positividade do discurso da modernização agrícola estar relacionada às necessidades econômicas nacionais, como o equilíbrio das contas públicas a partir da ampliação da pauta de exportações primárias. Tal perspectiva presente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), documento que qualifica o Centro-Oeste como celeiro nacional – uma velha função que, na divisão internacional do trabalho, era reservada aos países periféricos.

Foto 3-2 Secagem de arroz na rua central de Rio Verde (1976)

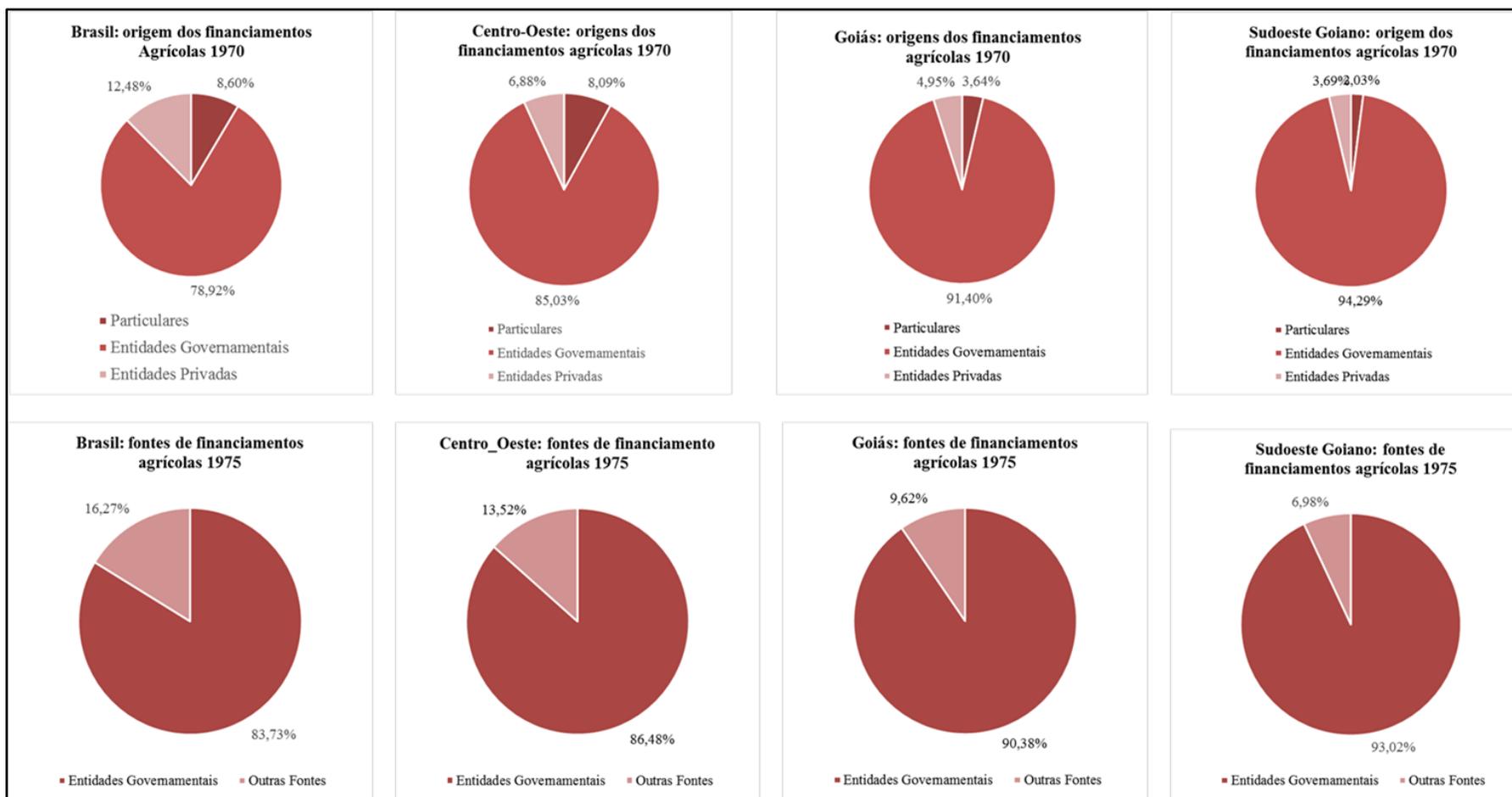


Fonte: <http://marciomarxs-go-br.blogspot.com.br/2012/08/rio-verde-moderna.html>

A modernização da agricultura propiciou, segundo Müller (1989) a integração da indústria com agricultura por meio das relações estreitas entre as grandes empresas, grupos econômicos e o Estado. Os gráficos (Gráfico 3-2 e Gráfico 3-3) demonstram que o Estado por meio de seus agentes financeiros como o Banco do Brasil, viabilizaram os empréstimos para a modernização da agricultura até os áureos dos financiamentos como juros subsidiados. No

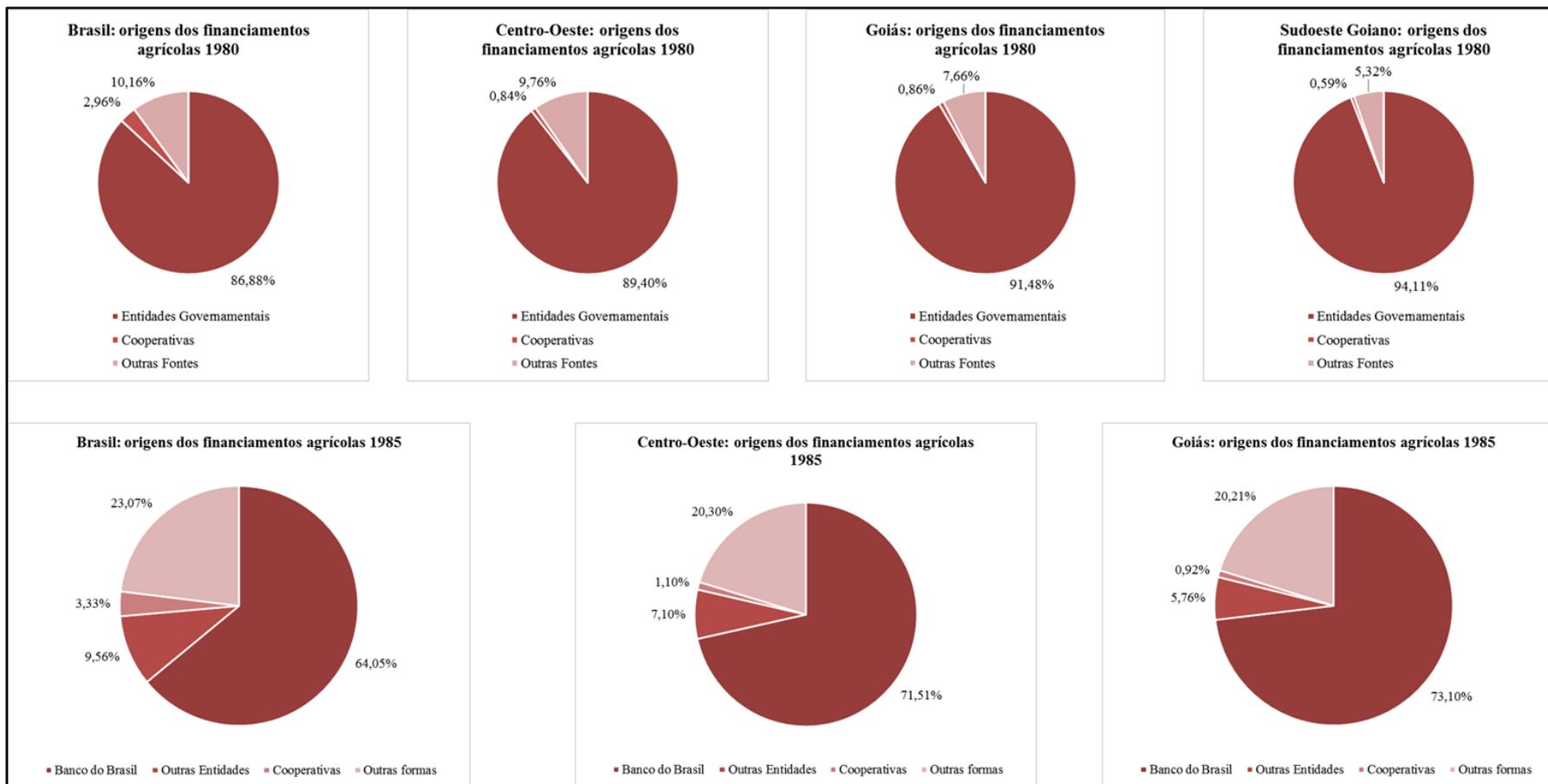
Brasil entre 1970 a 1975 os empréstimos via órgão governamentais variavam de 78,92% em 1970 os mesmos passaram em 1985 para 64,05% no ano de 1985, em via contrária, o Sudoeste Goiano continuou a concentrar os empréstimos agrícolas nos agentes públicos, em 1970 a origem dos recursos se dava 94,29% por esses agentes e 1980 94,11%, todavia estavam os empréstimos nas operações de órgão públicos. Os dados de 1985 não foram identificados pelo Censo Agropecuário por município, o que não permite realizar uma análise comparativa mais precisa.

Gráfico 3-2 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: origens dos financiamentos agrícolas 1970-1975



Fonte: Censos Agropecuários 1970 e 1975
Organizado pelo Autor

Gráfico 3-3 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: origens dos financiamentos agrícolas 1980-1985



Fonte: Censos Agropecuários 1970 e 1975
Organizado pelo Autor

A industrialização da agricultura foi a próxima etapa da modernização agrícola, pois neste momento temos uma relação da indústria não mais como fornecedora de insumos e máquinas agrícolas, e sim como consumidora de matérias-primas e/ou produtos semielaborados, para KAGEYAMA et al. (1990:113-4)

A “industrialização da agricultura” envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da industrialização. (...) A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção, e para produzir ela depende dos insumos que leva e recebe de determinadas indústrias; e não produz apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

Desta forma o processo de modernização da agricultura é irrevogável, pois a industrialização da agricultura obriga os produtores a manterem a produção e a produtividade compatíveis com a tecnologia implantada nas plantas industriais e com as necessidades dos mercados consumidores. A modernização da agricultura insere as relações comerciais e a utilização em grande escala de novas técnicas, como insumos e máquinas. Este processo se concretiza através das políticas públicas e da ênfase excludente da distribuição dos recursos financeiros estatais.

Instaura-se uma dependência das inovações tecnológicas inseridas na produção rural, que implicam em ciclo de infinitas inserções de inovações, deixando dependente o produtor e a sua produção. Deste modo, o papel das políticas públicas nas transformações do espaço agrário, adotadas pelo Estado é essencial para introduzir a agricultura no processo de modernização do país. As políticas públicas são responsáveis pelo direcionamento dos recursos públicos para organização de determinadas áreas, que recebem incentivos fiscais, infraestrutura e direcionamento da produção agrícola e industrial. As intervenções provocam transformações no espaço agrário, criando movimentos migratórios, introduzindo novas técnicas de produção, novas relações de trabalho, novos produtos (mercadorias) e mercados consumidores internos e externos.

O Estado foi um dos responsáveis pela constituição do CAI (Complexos agroindustriais), viabilizando a industrialização pesada do país através de investimentos públicos no setor da indústria de base nacional (siderurgia, infraestrutura) e promovendo posteriormente a viabilidade da produção de fertilizantes e defensivos para atender à agricultura

nacional. E também, como elemento principal da propagação dos *pacotes tecnológicos* através de instituições públicas como a EMBRAPA, e a criação de linhas de créditos com juros favoráveis para aquisição e a produção dos *pacotes tecnológicos*.

Devemos considerar que as políticas públicas são o resultado das ações do Estado em determinado local e tempo cronológico, são os interesses da classe dominante na manipulação do território, criando e consolidando-se por meio dos planejamentos. Para Aguiar o planejamento brasileiro viabiliza as intervenções do Estado e a acumulação de capital em determinadas áreas:

De fato, não se pode tomar o planejamento – especialmente nas circunstâncias em que se propagou no Brasil – como um conjunto de técnicas que se propõe a organizar *racionalmente* a ação governamental com base em critérios e normas de eficiência administrativa, ditada pelo *bom senso*. *Forma de intervenção do Estado, a importância do planejamento resulta da necessidade de influir sobre o sentido e a cadência do processo de acumulação, privilegiando determinados locais de valorização. Nesse sentido, portanto, o planejamento autoritário constitui um mecanismo útil a esse processo, orientando e dando consistência formal à ação estatal.* (grifo do autor) (1986; p.89)

Para Hess (1987; p. 200),

[...] as políticas públicas beneficiavam as grandes empresas agropecuárias e incentivavam, basicamente, a ocupação de grandes extensões de terras, principalmente de áreas novas, através da concessão de incentivos fiscais, facilidades para obtenção de crédito agrícola, subsídios à exportação e política de preços mínimos.

Um paralelo das ideias de Aguiar (1986) e Hees, Sá e Aguiar (1987), é possível assinalar os reais objetivos do planejamento dos governos militares e da inserção da agricultura no plano econômico nacional, promovendo nos vazios demográficos, relações econômicas centradas nos representantes da classe dominante, dos grandes grupos econômicos e a continuação da concentração fundiária nacional que já ocorria desde o século XVI. Com o intuito de promover um processo de acúmulo de capital nas fronteiras agrícolas, o Estado realiza investimentos no setor de infraestrutura, com destaque para a construção de estradas vicinais, eletrificação rural e implantação de beneficiamento e armazenagem de produtos agrícolas, principalmente soja e arroz, sendo o primeiro destinado para o mercado externo o que condizia com os interesses do Estado (HEES; SÁ; AGUIAR, 1987). Esta modernização da agricultura é

considerada de cunho conservador, em decorrência da ampliação da concentração fundiária, a facilidade de empréstimos com juros subsidiados a grandes propriedades produtoras de grãos, mostrando uma clara diferença entre a agricultura comercial e a de subsistência.

As linhas de crédito favoráveis e os investimentos em infraestrutura garantem não apenas os privilégios das grandes propriedades agrícolas, mas realmente legitimaram a sua existência, desacreditando nas ideias de reforma agrária incitada antes dos governos militares. A ideia essencial da modernização da agricultura encontra-se no fato de promover uma produção agrícola em escala comercial, associada à ideia do novo, da necessidade de o Brasil ser o “país do futuro”, através de uma agricultura moderna na utilização das técnicas, porém, arcaico e reacionário no acesso ao um bem de produção que é a terra.

A tecnologia, ao invés de torna-se um aliado dos produtores rurais de qualquer porte, exclui os pequenos produtores, devido à modernização tecnológica ser apenas uma tecnificação, ou seja, a manipulação da produção pelas indústrias compradoras de matérias-primas e um aumento da dependência da pequena produção rural ao capital comercial e bancário, retirando o poder de autonomia dos pequenos produtores na geração de lucro em seus estabelecimentos e da sua possibilidade de transformar-se em um empreendimento capitalista.

No Sudoeste Goiano como no restante do país o crescimento do número de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) evidencia o aumento intenso da dependência de técnicas e tecnologias para a produção de grãos, por exemplo, para o mercado externo. Podemos observar na (Tabela 3-5) os índices de crescimento dos uso de tratores, especialmente entre 1970 até 1985. O país tem um crescimento de 300% entre 1970 a 1985. O Sudoeste Goiano registra um acréscimo de 689% no número de tratores, esses índices são maiores que os apresentados pelo Centro-Oeste e Goiás, respectivamente 200% e 489%. O uso dos tratores representa a modernização do processo produtivo do campo com a substituição da tração animal pela mecânica, aumentando a capacidade de produção e produtividade

Tabela 3-5 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Tratores 1970-1995

	1970	1975	1980	1985	1995
Brasil	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742
Centro-Oeste	10.340	29.032	63.391	31.076	114.684
Goiás	5.692	13.634	27.600	33.548	43.313
Sudoeste Goiano	1.397	3.112	5.978	11.036	10.444

*Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995
Organizado pelo Autor (2016)*

O uso de colheitadeiras (Tabela 3-6) apresenta os impactos das transformações da produção agrícola, tal máquina não era utilizada no Sudoeste antes da modernização da agricultura. A pecuária de corte de bovinos, como já vimos anteriormente, era a atividade predominante. Os primeiros relatos dos plantios de soja na região são de 1967, em propriedade privada no município de Rio Verde da família Penha. As colheitadeiras invadiram o espaço agrário brasileiro, mas a Região Centro-Oeste e especial, o Sudoeste Goiano apresentou índices altamente expressivos. Entre 1970 a 1985, o Brasil teve um acréscimo de apenas 12% no número de colheitadeiras, o Centro-Oeste com expressivos 386% aumentou sua frota, Goiás cresce no período 196% e o Sudoeste Goiano atinge a taxa de crescimento de 546%.

Colheitadeiras Mecânicas

Tabela 3-6 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: colheitadeiras mecânicas

	1970	1975	1980	1985
Brasil	98.184	84.707	119.076	110.420
Centro-Oeste	2.931	5.260	9.782	14.257
Estado de Goiás	1.575	2.569	3.392	4674
Sudoeste Goiano	291	593	909	1.881

*Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995
Organizado pelo Autor (2016)*

Existe no interior do Sudoeste Goiano a concentração dos usos das máquinas agrícolas, Jataí, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Quirinópolis até 1995 são os municípios os maiores números de colheitadeiras. Observa-se uma redução significativa na participação das colheitadeiras de Santa Helena de Goiás e Quirinópolis devido a expansão das atividades da cana-de-açúcar a qual não era mecanizada naquele período. A concentração da mecanização é resultado não apenas dos fatores econômicos, mas também naturais que permitiram a

mecanização da agricultura e em seguida uma concentração das atividades agroindustriais com as instalações de parque industriais nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros.

A substituição dos arados de tração de animal por mecânica (Tabela 3-7) é intensa no campo do Sudoeste Goiano. Enquanto no Brasil o uso da tração animal é a forma dominante, no Centro-Oeste e Goiás ocorreu quase um equilíbrio do uso dos equipamentos, porém, no Sudoeste Goiano desde 1970 o uso é quase dividido, mas após 25 anos os arados de tração animal eram de apenas 7,5%. Estes números nos comprovam que a modernização da agricultura não se deu de forma homogênea, mas no Sudoeste Goiano os impactos foram intensos.

Tabela 3-7 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Arados tração animal e mecânica %

Ano	1970		1975		1980		1985	
	Animal	Mecânica	Animal	Mecânica	Animal	Mecânica	Animal	Mecânica
Brasil	91,4	8,6	86,0	14,0	75,0	25,0	74,6	25,4%
Centro-Oeste	84,7	15,3	66,9	33,1	44,7	55,3	43,4	56,6%
Goiás	85,3	14,7	64,9	35,1	46,9	53,1	48,3	51,7%
Sudoeste Goiano	53,8	46,2	39,7	60,3	13,7	86,3	7,5	92,5%

Fonte: Censo Agropecuários 1970, 1975, 1980 e 1985
Organizado pelo Autor (2016)

Da mesma forma que o uso dos arados mecânicos no Brasil não ocorreu de forma homogênea, no Sudoeste Goiano também apresentou discrepâncias no uso e aumento de tal equipamento. Entre 1970 e 1975 municípios como Jataí, Mineiros, Rio Verde e Santa Rita do Araguaia tiveram crescimento de 316,7%, 212,8%, 183,1% e 1.700% respectivamente. Essas taxas de crescimento são superiores aos 118% da taxa média de aumento de uso de arados de tração mecânica no Sudoeste Goiano.

As tecnologias dos *pacotes tecnológico* são propagadas pelas áreas do Sudoeste Goiano por meio da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano). A EMBRAPA, segundo Aguiar (1986), é criada 1972 e sua gênese justifica-se na importância da modernização da agricultura para internacionalizar a economia nacional e para isso reduzir os movimentos sociais no campo por meio da fortificação das médias e grandes propriedades rurais.

As ações e as expansões da COMIGO (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) (Quadro 3-3) desde sua criação, em 1975 atua no fortalecimento

econômico dos cooperados junto aos fornecedores de insumos para produção agropecuária e na redução da influência dos atravessadores nas comercializações dos produtos.

Quadro 3-3 - Principais ações da COMIGO: 1975-2015

Ano	Acontecimento
1975	– Fundação da COMIGO
1976	– Abertura da primeira loja de bens de consumo em Rio Verde – Cria-se o DAP (Departamento de Assistência Técnica) – Aquisição da área do atual complexo industrial na rodovia BR-060 km 389
1978	– Instalação do primeiro entreposto com de recebimento de cereais e abertura de loja de bens de consumo em Santa Helena de Goiás
1980	– Construção de loja de bens consumo, peças e acessórios agropecuários nas cidades de Jataí e Acreúna – Construção do armazém graneleiro na cidade de Santa Helena – Primeira exportação de soja para a Suíça
1982	– Início da construção da unidade esmagadora de soja e três armazéns graneleiros em Rio Verde
1983	– Início das atividades da agroindústria de soja (esmagamento e refino)
1984	– Construção de graneleiros nos municípios de Jataí e Acreúna – Aumenta o processamento de soja e cria linha de envasamento de óleo refinado. – A necessidade de lenha para abastecer a unidade agroindustrial, adquire 372 hectares para o plantio de eucalipto. – Aberta o entreposto de recebimento de soja em Serranópolis. – Cria dois laboratórios: análise de solos e de patologia animais. – Firma convênio com a EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária)
1985	– Cria a Transportadora COMIGO Ltda para garantir o transporte dos produtos agrícolas e industrializados – Inicia a produção do sabão em barra COMIGO – Aumenta a produção de óleo de soja refinado de 90 t/dias para 120 t/d e passa de enlatar 400 latas (900ml) por minuto.
1986	– Construção das unidades armazenadoras em Jataí (70 mil toneladas), Rio Verde (70 mil toneladas) e Montividiu (70 mil toneladas)
1987	– Abertura de entreposto nos municípios de Indiará, Edéia e Jandaia. – Construção de lojas de bens de consumo em Jataí e Santa Helena.
1988	– Incorpora/adquire a CAMPAL (Cooperativa Mista de Paraúna Ltda.). – Construção de unidade armazenadora de grãos (30mil toneladas) no município de Indiará
1991	– Inauguração de loja de revenda de bens de consumo em Maurilândia – No complexo agroindustrial de Rio Verde são construídasna unidade de descaroçamento de algodão (5 mil arrobos/dia), fábrica de ração (10t/h). Ambas entram em operação em 1992.
1993	– Inauguração da indústria de laticínios no complexo agroindustrial de Rio Verde com capacidade de 100mil litros/dia
1994	– Construção de silos graneleiros em Jataí (12mil toneladas) e Montividiu (25 mil toneladas)

Ano	Acontecimento
1995	– Assina contrato de parceria com a empresa Nieuw Dalland (Holanda) para desenvolvimento de núcleo genético de suínos
1996	– Instalada misturadores de fertilizantes com capacidade de 90t/h – Instala unidade de beneficiamento de sementes de soja como capacidade de 100 mil sacos/ano – Início da desativação das lojas de bens de consumo – Denomina-se por meio do novo estatuto de Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
1988	– Mudança de nome de Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano para A Cooperativa Mista dos Produtores do Sudoeste Goiano (COMIGO) e o desenvolvimento da região de Rio Verde-GO
1999	– Instalação de novo secador de grãos em Montividiu (100t/h)
2000	– Compra o armazém Estrela Dalva no município de Jataí (30 mil sacos) – Recebe leite somente no sistema a granel para atender as novas exigências de legislação. – Adere ao RECOOP (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária) ⁸ com empréstimo de R\$12,2 milhões para aumentar a capacidade de esmagamento de 700 t/dia para 1000 t/dia. – Junto com a COODETEC (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola) ⁹ adquire a área no Anel Viário Paulo Campos km 07 de 169 ha, e passa a ser denominado de Centro Tecnológico COMIGO para propagar novas tecnologias e desenvolver novas variedades de soja, milho, trigo, algodão.
2001	– Inaugura armazém com capacidade para 1,4 milhão de sacas
2002	– Inauguração do CTC (Centro Tecnológico COMIGO) – Realiza o 1º Encontro Tecnológico COMIGO (feira agropecuária dinâmica)
2003	– Inauguração dos armazéns: município de Serranópolis ((280 mil sacos) e na região do Paraíso no município de Jataí com capacidade para 700mil sacos – Adquire o armazém de transbordo da região do Rio Preto no município de Rio Verde (GO 174 km26) com capacidade de 120t/h
2004	– Inauguração no parque agroindústria de Rio Verde unidade de processamento de 2.500 t/dia de soja e armazém para farelo de soja com capacidade de 25mil toneladas.
2005	– Inauguração do transbordo Cinquentão (BR 452 km 42 município de Santa Helena de Goiás) com capacidade de 200 t/h
2006	– Inauguração de armazém no parque industrial de Rio Verde com capacidade de 90 mil toneladas
2009	– Inauguração de armazém graneleiro no município de Caiapônia com capacidade de 450 mil sacas

⁸PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (2000). Decreto nº 3701, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, de que tratam os Decretos nos 2.936, de 11 de janeiro de 19. **Decreto 3701**: legislação federal. Brasília, DF, 27 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3701.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

⁹ COODETEC, criada em 1995, era órgão vinculado a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná) desde 1974 com o objetivo de desenvolver técnicas e tecnologias para os agricultores das cooperativas do estado do Paraná e em 2015 foi adquirida pela multinacional Dow Chemical Company.

Ano	Acontecimento
2010	<ul style="list-style-type: none"> – Inaugura armazém graneleiro no complexo industrial de Rio Verde com capacidade 1,5 milhão de sacas
2011	<ul style="list-style-type: none"> – No município de Montes Claros de Goiás ocorre a compra da fábrica de Sal Mineral Plantel com capacidade de produção de 3,5 mil sacos/dias – Reforma da primeira unidade de esmagamento de soja após 27 anos. – Inauguração de armazém graneleiro em Montividiu com capacidade de 1,5 milhão de sacas. – Construção de silos: para 300 mil sacas em Santa Helena de Goiás e Jataí (Estrela Dalva) permitiu que esta unidade passasse a ter capacidade de armazenamento de 1,25 milhão de sacas. Silos construídos na unidade de Montes Claros de Goiás (2 silos com 300 mil toneladas cada) elevam a capacidade de armazenamento para 700 mil sacas. – Construção de dois silos de 300 mil toneladas cada no município de Caiapônia aumenta a capacidade de armazenamento para 1,050 milhão de sacas
2012	<ul style="list-style-type: none"> – Inauguração da fábrica de Suplemento Mineral (270 ton/h) em Rio Verde. – Unidade de Estrela Dalva (Jataí) passa a comportar estocagem de 1 milhão de sacas – Inauguração no complexo industrial de Rio Verde novo laboratório para análise de produtos alimentícios, matérias primas e amostra de solos. – No parque agroindustrial de Rio Verde se faz ampliação da fábrica I de esmagamento de soja (300 t/h), do laticínio para produção de leite longa vida, nova fábrica de ração passando a produção de 50 para 110ton/h. – Ponte de Pedra (Rio Verde) aumento da capacidade de armazenagem para 1,2 milhão de sacas
2015	<ul style="list-style-type: none"> – Inauguração da Fábrica de Rações: rações peletizadas (25t/h) para equinos coelhos, rações extrusadas (20t/h) para cães e peixes e rações para ruminantes 110t/h) – Duplicação do processamento de leite para 250 mil l/dia – Fábrica de fertilizantes com produção de 240t/h

Fonte: www.comigo.com.br

Organizador: o autor (nov/2015)

A COMIGO fundada com a participação de 114 cooperados. A princípio, os produtores rurais visavam melhorar suas condições de produção através da compra de sacarias, óleo lubrificante e da secagem e estocagem da produção de arroz e milho. Eram as duas principais culturas da época, compradas por cerealistas da região de Uberlândia (Minas Gerais), que ditavam os preços a serem praticados. Por outro lado, também almejavam adquirir insumos com preços e qualidade favoráveis para a produção rural. (CAMPOS, COMIGO; 1999, 2010)

O Governo Federal fomentou a criação e a expansão das cooperativas por meio do Banco do Brasil e do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Com recursos e juros subsidiados as cooperativas financiavam as construções de silos e armazéns, estruturavam o quadro administrativo de pessoal nos setores de comercialização. (COMIGO, 2010). A Cooperativa participou do processo de modernização da agricultura através da utilização dos recursos dos *pacotes tecnológicos* (máquinas, insumos, fertilizantes, sementes, defensivos),

promovendo o aumento das áreas dos produtos agroexportáveis. Em 1976, inicia-se a venda de bens de consumo, cria-se o DAT (Departamento de Assistência Técnica) e são adquiridos 114 hectares na BR-060, atual complexo industrial. No ano de 1978, é construída a primeira unidade armazenadora de grãos por meio de chamada de capital junto aos 117 cooperados. No mesmo ano é aberto na cidade de Santa Helena de Goiás o entreposto para venda de produtos com a área total de 47.972 hectares e dois armazéns para depósito de cereais.

Em 1980, nas cidades de Jataí e Acreúna são abertas lojas de consumo, peças e acessórios para máquinas agrícolas. Nesse ano ainda, ocorre à primeira exportação de soja para a Europa, mais precisamente para a Suíça. Com recursos do BNCC, no ano de 1981, tem início a construção da unidade esmagadora e refino de óleo de soja e de três armazéns graneleiros para suporte do complexo industrial. Em 1983, tem início o esmagamento de soja que apenas atendia à produção dos subprodutos como o óleo bruto e o farelo. O ano de 1984 é marcado pelo refino e envasamento do óleo de soja e da construção do laboratório de análises de solos e de patologia animal. Em 1985, entra em atividade a fábrica de sabão que utiliza os resíduos da fábrica de óleo de soja.

A COMIGO (Foto 3-3) transforma-se em empresa inovadora de novas atividades agropecuárias, por meio da implantação/divulgação/comercialização dos *pacotes tecnológicos* junto aos seus cooperados, pela agroindústria processadora, através da comercialização, armazenagem e esmagamento de soja, refino do óleo de soja, laticínio, beneficiamento de algodão, beneficiamento e empacotamento de arroz, fabricação de sabão, de rações e fertilizantes, sal mineralizado.

Foto 3-3: COMIGO: Parque Industrial em Rio Verde (2015)



Fonte: <http://www.comigo.com.br/>

A capacidade atual de armazenagem de grãos da cooperativa é de 1.425.840 toneladas e distribui-se conforme o quadro abaixo.

Quadro 3-4 - COMIGO - Unidades Armazenadoras, Capacidade (t) e Secagem (t/h) (2015)

Unidade Armazenadora	Capacidade		
	Armazenagem		Secagem (t/h)
	(t)	%	
Acreúna	60.000	4,2%	270
Caiapônia	63.000	4,4%	300
Indiara	30.000	2,1%	100
Jataí	132.000	9,3%	320
Jataí - Estrela Dalva	75.000	5,3%	300
Jataí - Paraíso	56.400	4,0%	250
Jataí - Bom Jardim	72.000	5,0%	300
Montes Claros de Goiás	40.800	2,9%	190
Montividiu	235.200	16,5%	400
Paraúna	104.040	7,3%	350
Rio Verde	373.200	26,2%	1.420
Rio Verde - Rio Preto	600	0,0%	0
Rio Verde - Ponte de Pedra	73.800	5,2%	300
Rio Verde - Monte Alegre de Goiás	720	0,1%	0
Santa Helena de Goiás	40.680	2,9%	250
Santa Helena de Goiás - Cinquentão	54.000	3,8%	150
Serranópolis	14.400	1,0%	125
Total Armazenado	1.425.840	100,0%	5.025

Fonte: www.comigo.com.br

Organização: o autor (nov/2015)

Segundo Campos (1999), a COMIGO cresce na década de 1980 devido a três fatores externos: as políticas públicas da década de 1970, com grandes volumes de recursos financeiros para o crédito rural subsidiado, aos programas de desenvolvimento regional, com vistas à formação da infraestrutura para a articulação da modernização da agricultura e a política agrícola dos anos de 1980, que reduziu o crédito agropecuário. E ainda há um fator endógeno: a estratégia de crescimento na adoção de inovações tecnológicas.

A cooperativa é utilizada pelo Estado durante as décadas de 1970 e 1980 como instituição de propagação dos *pacotes tecnológicos*, através de linhas de crédito e assistência técnica. Assim, beneficia o grande e médio proprietário e produtor rural ao contrário dos seus

ideais cooperativos do século XIX, que propunham um fortalecimento dos trabalhadores, expropriados dos meios de produção em virtude das inovações da Revolução Industrial.

Os *pacotes tecnológicos* são divulgados e disseminados pela cooperativa, através de eventos denominados de “dia de campo” e pela feira dinâmica Tecnoshow COMIGO (Foto 3-4) realizada desde 2004 que expõem resultados de novas técnicas, insumos e máquinas que visem ao aumento da produção e da produtividade agropecuária. Os resultados são apresentados em propriedades “modelos” para cooperados, profissionais das atividades agropecuárias, estudantes, funcionário do setor financeiro, pesquisadores e até mesmo autoridades (que muitas vezes são produtores rurais).

Oliveira (1993) destaca a importância das cooperativas em relação à comercialização da soja. De fato, elas desde 1974, detinham 56% do total exportado pelo Brasil. A COMIGO não se distancia da realidade da época, pois há a necessidade de agregar valor à soja, beneficiando-a e transformando-a em farelo e óleo. A COMIGO ao ritmo que investe e atrai investimentos, insere-se nos padrões tecnológicos modernos e realiza transformações não apenas no espaço agrário dos municípios onde está presente como também provoca uma organização/configuração territorial, envolvendo as atividades sociais, econômicas e políticas.

Foto 3-4: Tecnoshow COMIGO - Estandes de Expositores (2017)



A. Estande da Syngenta B. Estande da Monsanto C. Estande da Basf D. Estande da Bayer E. Estande dos Implementos Pampeana F. Estande da Case Máquinas Agrícolas G. Estande Civemasa Implementos Agrícolas H. Circuito Ambiental parceria entidades públicas, privadas e de pesquisas
Fonte: o Autor (abr. 2017)

O crescimento da produção e da produtividade de grãos na região determinou um crescimento da capacidade armazenadora e de secagem da cooperativa (Tabela 3-8). Por outro lado, a empresa precisou adequar-se às novas exigências do mercado e dos setores públicos e financeiros. No ano de 2001, fechou a sua rede supermercados, implantando em seu lugar lojas exclusivas de produtos agropecuários para atender seus cooperados em atendimento ao RECOOP (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária). (COMIGO, 2010)

Tabela 3-8 - COMIGO – Produto, Capacidade de Produção: 1998, 2006 e 2015

Produto	Produção		
	1998	2006	2015
Beneficiamento de sementes de soja	80 mil sacos/ano	180 mil sacos/ano	200 mil sacas/ano
Descaroçamento de algodão	7.500@/dia	7.500 @/dia	desativado
Fábrica de fertilizantes	90 t/dia	100 t/h	240 t/h
Fábrica de ração	40 t/h	40 t/h	110 t/h
Fábrica de sabão	20 t/dia	20 t/dia	s/d
Moageira de Soja	1.000 t/dia	3.500 t/dia	5.500 t/dia
Produção de sal mineralizado/Suplemento Mineral	21 t/dia	36 t/dia	350 t/dia ¹
Refinaria de óleo de soja	150 t/dia	150t/dia	250 t/dia
Unidade de processamento de leite	s/d	120.000 l/dia	250.000 l/dia

¹ Unidade de Jataí 130 t/dia e unidade Montes Claros de Goiás 220 t/dia

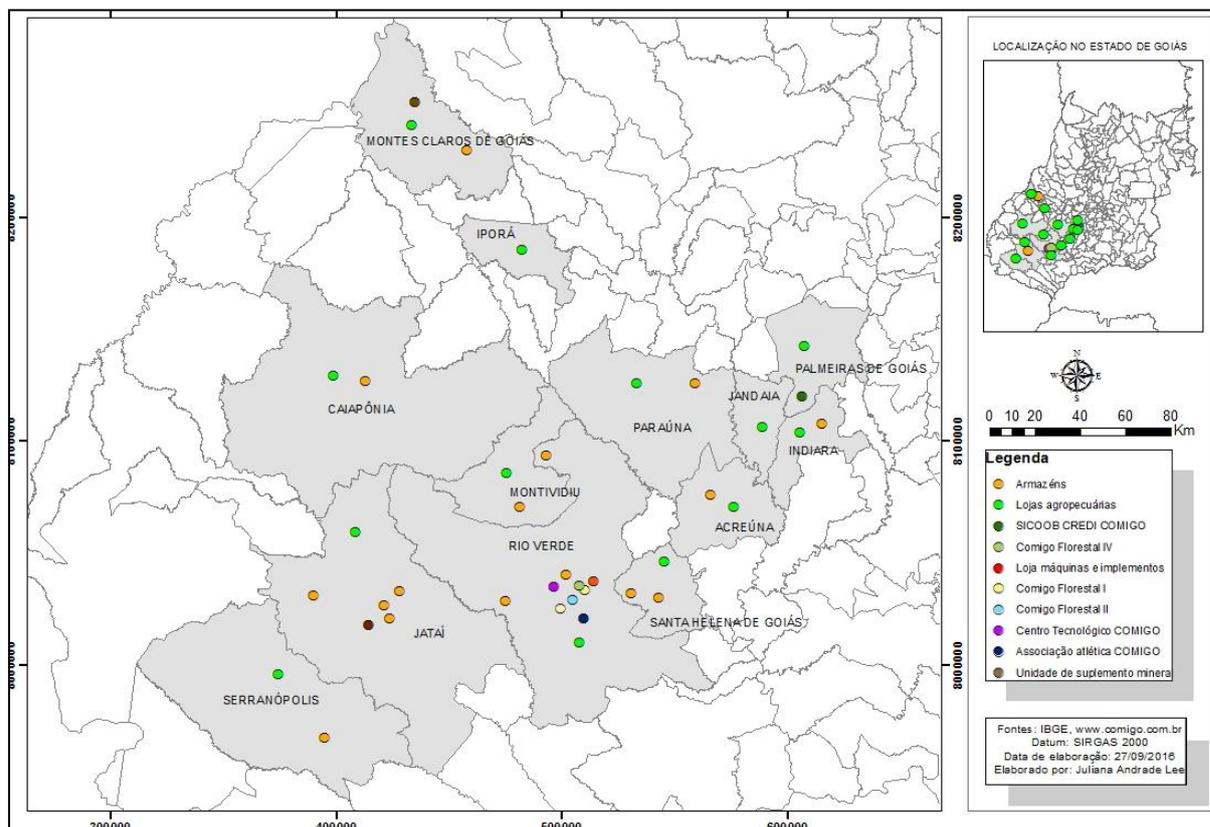
Fonte: Fonte: <http://www.comigo.com.br/cadastro.php> (acessado em jul.1998, 10 de mai.2006 e 20.set.2015)

Organizado: pelo autor (nov/2015)

A estrutura da cooperativa (Mapa 3-4) passou por transformações e incorporou os vários segmentos da agroindústria. Os dados permitem concluir que a COMIGO investiu nos segmentos mais importantes na cadeia do agronegócio da soja, o processamento de sementes, a produção de fertilizantes e na moagem do grão. Desta maneira a cooperativa disputa mercados locais e mundiais, agregando valores à produção local, além de viabilizar grande parte do sistema produtivo da soja, aumentando a lucratividade da cooperativa. Porém ela, não demonstra um retorno econômico aos seus cooperados que muitas vezes compram os insumos

de empresas nacionais e multinacionais devido aos preços mais altos praticados pela cooperativa.

Mapa 3-4 : COMIGO: Estrutura Física (2015)



Fonte: www.comigo.com.br.
Organizados pelo Autor e Juliana A. Lee(2016)

É possível afirmar que a industrialização da agricultura do Sudoeste Goiano ocorre com a implantação da unidade esmagadora e indústria de óleo de soja em 1983 na cidade de Rio Verde no parque industrial da COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano). Esta unidade industrial foi a primeira instalada no Centro-Oeste brasileiro e possibilitou a região deixar de exportar somente a soja em grãos e passou a comercializar o farelo de soja e óleo de soja. (COMIGO, 2010)

O aumento da oferta de grãos intensifica a cadeia do agronegócio, ou seja, os insumos, as prestações de serviços, as mercadorias compradas e vendidas circulam com maior intensidade. A cooperativa participou do processo de modernização da agricultura através da utilização dos recursos dos *pacotes tecnológicos* (máquinas, insumos, fertilizantes, sementes,

agrotóxicos) promovendo o aumento das áreas dos produtos agrícolas, soja, com finalidade de exportação.

A modernização da agricultura caracteriza um processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro por meio da inserção do trabalho assalariado, das inovações técnicas e tecnológicas, da expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, pelos recursos financeiros dos empréstimos públicos ao setor agropecuário, fomentando as desigualdades regionais entre as unidades da federação e dos países e o acúmulo de capital e de terra. (LEAL, 1985) (DELGADO; 1985, 2012) (SAQUET, 2006) (FAJARDO, 2008).

A industrialização da agricultura é o processo de impor aos produtores e produtos agropecuários um padrão de qualidade, quantidade e prazo de entrega definido pela indústria. O campo não é apenas mais um consumidor de produtos industrializados de máquinas e insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc.). A produção agropecuária é a mais que matéria prima padronizada pelos critérios industriais, por prazos de contratos de compra e venda das indústrias, o campo, agora, produz bens intermediários para as mais variadas indústrias, segundo Kageyama et al. (1990).

Enquanto o Sudoeste Goiano modernizava e industrializava seu espaço agrícola nas décadas de 1970 a 1990, na região Sul criavam-se as agroindústrias de aves e suínos as quais tornariam-se as maiores empresas mundiais do ramo e se apropriariam do espaço do Sudoeste Goiano no final da década de 1990 e constituiriam no século XXI um espaço do agronegócio e assim, consolidando a dependência do campo as plantas agroindustriais, as máquinas, técnicas, tecnologias e sistema financeiro.

A seguir um histórico das principais empresas da cadeia de aves e suínos para compreender as transformações que promoveram em seus espaços de origens, no mercado consumidor nacional, nos seus processos produtivos e o como se consolidaram como empresas globais.

4 AS EMPRESAS MULTINACIONAIS BRASILEIRAS DO COMPLEXO GRÃOS-AVES-SUÍNOS

A história das grandes empresas multi e transnacionais não é tema de grande relevância nos estudos geográficos brasileiros, não nos atentamos ao desenvolvimento das empresas familiares ao decorrer das décadas transformam-se em corporações líderes na produção e comercialização de determinados produtos e se associam a outras empresas para fortalecer e manter o domínio de determinados setores da economia.

A articulação das grandes corporações tem seus principais agentes na economia norte-americana nos primeiros anos do século XIX, consolida-se com a proliferação das inovações tecnológicas da II Revolução Industrial e os arranjos de acordos capitalistas explorados por tais empresas e empresários. As amarras do capital e dos capitalistas obriga o Estado norte-americano a interferir nas relações entre as corporações e o mercado consumidor afim, por exemplo, de limitar e até mesmo proibir os cartéis e monopólios em setores estratégicos da economia.

Neste capítulo aborda-se a questão das empresas familiares modernas para compreender como surgem as grandes corporações dominantes da tecnologia, técnicas e do capital e, com isto, submetem aos seus interesses os concorrentes, produtos oferecidos aos mercados consumidores e inclusive sua interferência nas decisões nas políticas públicas dos Estados nacionais. Na segunda parte do texto destacamos a formação das empresas familiares do Oeste de Santa Catarina as quais foram responsáveis pela articulação do espaço geográfico daquela região para atender as unidades industriais, inicialmente, processadoras de banha de suínos e posteriormente consolidaram-se como as maiores produtoras mundiais de proteína aves e suínos. Descrevemos como ocorreu a formação de tais empresas por meio da criação de empresas dos grupos, das aquisições de concorrentes e as fusões realizadas na primeira década do século XXI.

4.1 Empresas Familiares e Modernas: considerações iniciais

As articulações econômicas e administrativas das empresas capitalistas podem ser caracterizadas por períodos segundo Chandler (2003). Até 1850 as empresas privadas eram praticamente de cunho familiar, os quadros de trabalhadores eram reduzidos, os gestores eram os próprios proprietários e a divisão do trabalho não apresentava significativas especializações. Isso decorria do pequeno consumo, das grandes distâncias entre os centros consumidores, no caso dos EUA, da predominância da população rural a qual necessitava de menos produtos industrializados para sua vida cotidiana.

Before 1850 very few American businesses needed the services of a full-time administrator or required a clearly defined administrative structure. Industrial enterprises were very small, in comparison with those of today. And they were usually family affairs. The two or three men responsible for destiny of a single enterprise, hand all its basic activities – economic and administrative, operational and entrepreneurial. In the agrarian and commercial economy of ante-bellum America, business administration as a distinct activity did yet exist. In mining, manufacturing, marketing, and even transportation, the largest firms were direct by a general superintendent and a president or treasurer. The general superintendent personally supervised the laboring force, whether miners, operators, engineers, conductors, or station agents. In the bigger textile and other manufacturing companies, the president or the treasurer usually handled the finances and arranged for purchasing of materials and the sale of finished products from and to commissioned agents or other middlemen. On the railroad, the general superintendent carried on the commercial transaction of the company, setting rates, making contract with shippers, buying materials and equipment, as well as scheduling trains and keeping track and equipment in good condition. Chandler (2003, p. 19)

As empresas que até 1850 apresentavam alguma organização mais complexa nos seus quadros administrativos eram os bancos públicos e as empresas ferroviárias. Os primeiros detinham funcionários exclusivos para o trabalho do caixa e o “gerente” era algum empresário que fiscalizava e negociava os produtos bancários, porém este não deixava de exercer as atividades comerciais do seu estabelecimento. As segundas, durante as construções das vias férreas exigia a presença de pessoal técnico (engenheiros, por exemplo) e dos trabalhadores braçais. Essa divisão do trabalho e as distâncias das sedes das empresas, obrigava a criação de cargos de gerência/administração e de representações físicas (filiais/escritórios) da sede em vários locais do território norte-americano.

As the first private enterprises in the United States with modern administrative structures, the railroads provided industrialists with useful precedents for organization building when the industrial enterprises grew to be of comparable size and complexity. More than this, the building of the railroads, more than any other single factor, made possible this growth of the great industrial enterprise. By speedily enlarging the market for American manufacturing, mining, and marketing firms, the railroads permitted and, in fact, often required that these enterprises expand and subdivide their activities. Such subdivision or specialization, in turn, called for a concentration of effort on coordinating, appraising, and planning the work of the specialized units. Expanding markets also encouraged the use of more complex machinery in manufacturing establishments. This new and increasingly complicated machinery in turn spurred further increases in output and so provided another pressure for expansion and continued growth. (Chandler, 2003, p. 23)

O autor enfatiza a importância do fim da Guerra da Secessão (1861-1865) e as ferrovias como molas propulsoras para expansão das áreas agrícolas da porção Oeste e da urbanização do Nordeste do território. Assim os mercados consumidores aumentaram significativamente. As expansões das linhas férreas reduziram as distâncias (relação espaço-tempo), a circulação de mercadorias e pessoas intensificou-se e as empresas conseguiam atingir um número maior de consumidores. Foi então necessário aumentar a produção e a produtividade e ainda, instalar novas unidades produtivas, escritórios administrativos em regiões mais distantes das sedes das firmas.

A análise de Dalla Costa (2005, p.4) é pertinente sobre as transformações que Chandler aponta no processo administrativo das empresas

À medida que o mercado cresceu e se complexificou, aumentou o volume e a diversificação das mercadorias, exigindo uma evolução constante do setor empresarial. Para Chandler, a « empresa moderna » veio substituir a « tradicional e familiar ». Esta passagem aconteceu, nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e o início do século XX. O que passou a caracterizar a empresa moderna foi, por um lado, o fato dela possuir numerosas unidades operacionais distintas e, de outro, ser dirigida por uma hierarquia de profissionais assalariados.

Então, com a descentralização produtiva e administrativa das empresas, surgiu um novo cenário empresarial. As empresas saem do formato/administração familiar e passam a *multifunction enterprise* ou seja, aprimora-se todo o sistema produtivo - da compra de matérias primas, produção, distribuição e marketing. Para tal a verticalização da produção se fez necessário, empresas se uniram para produção e distribuição das mercadorias. Como ênfase

dessa transformação de organização empresarial e produtiva, Chandler (p. 24) utiliza o exemplo da Swift, empresa de processamento de carnes.

The story of Gustavus Swift provides an excellent example of an enterprise that grew through vertical integration by the creation of a marketing organization. A New England wholesale butcher, Swift moved to Chicago in the mid-1870's. Coming from Massachusetts, he was aware of the growing demand for fresh meat in the eastern cities. After the Civil War, Boston, New York, Philadelphia, and other urban areas were calling for much more meat than could be supplied locally. At the same time, great herds of cattle were gathering on the western plains. Swift saw an opportunity to bring together the new supply and the new demand by exploiting the new technology of refrigeration. In 1878, shortly after his first experimental shipment of refrigerated meat, he formed a partnership with his younger brother, Edwin, to market fresh western meat in the eastern cities.

O crescimento do mercado consumidor da porção Leste (Nordeste) e suas cidades (Nova York, Filadélfia, Chicago, Boston, por exemplo) criou oportunidade de negócio para a empresa de Gustavo Swift. Abastecer essas cidades com a carnes dos animais da planície Oeste só foi possível devido a ferrovia a qual permitia o transporte dos animais vivos ou dos cortes dos animais por meio de vagões frigorificado. A alta demanda pelo produto carne bovina leva Swift a criar e agregar novas empresas para comercialização, abatedouros, transporte e distribuição de carne. A verticalização do processo produtivo da carne bovina criou um oligopólio chamando de “Big Five”¹⁰ dominando o mercado norte-americano as quais seguiram os modelos comerciais da Swift.

Com o fortalecimento do segmento de bovinos em corte e industrializados, a Swift começou a investir em carnes de ovinos, suínos, frango de corte, ovos, produtos lácteos. Os subprodutos como gorduras, sabão, fertilizantes, cola entre outros, também foram comercializados e criou um aumento dos lucros e fortalecimento da empresa perante os concorrentes. A entrada no mercado internacional de carne ocorre em 1907 com a compra de frigorífico na Argentina (Buenos Aires), 1911 no Uruguai (Montevideo) e 1915 no Brasil (Rio Grande-RS) marcam multinacionalização da empresa. Chandler afirma que a consolidação da Swift como empresa multinacional reduziu e eliminou a concorrência em escala nacional e internacional e as pequenas e médias empresas do setor ficaram quase que exclusivamente na escala local e no máximo regional. Outra característica explícita da Swift, segundo Chandler, é

¹⁰Swift, Armour, Morris, Cudahy e Schwarzschild & Sulzberger (CHANDLER, 2003, p.26)

a administração, comercialização e distribuição dos produtos por segmentos, ou seja, produtos distintos como fertilizantes e carnes tinha departamentos separados devido as suas particularidades. Nota-se a diversidade dos setores de atuação da empresa, que foi copiado por outras de segmentos distintos (cigarros, farinhas de trigo, bananas, máquinas por exemplo), e para maximizar os resultados financeiros, a Swift criava outras empresas para administrar/gerir os novos negócios nessa uma cadeia complexa de produção. Por exemplo, produção de carne gera como subproduto e a gordura tem uma dinâmica e mercado distinto da carne.

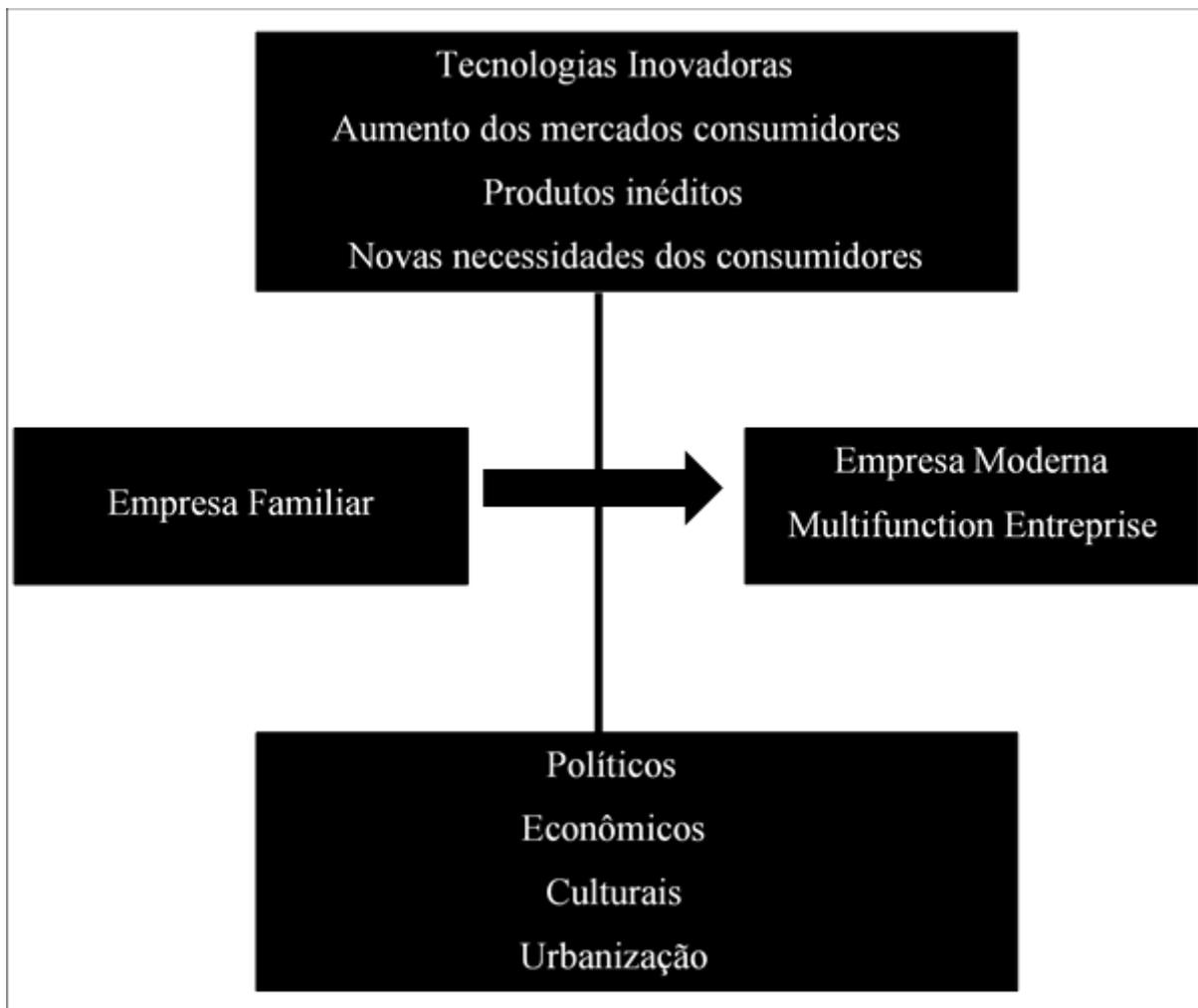
Corazza (2016, p. 65) descreve a importância da expansão das empresas dos países industrializados para os países periféricos

Do ponto de vista externo, o final do século XIX era um período de expansão do capitalismo mundial, com exportações de capital e conquista de novos mercados, processo associado à II Revolução Industrial, um período de concentração econômica, com o surgimento das grandes corporações multinacionais e a formação de trustes e cartéis. Grandes mudanças também ocorriam nas comunicações, com o telégrafo, e nos transportes, com o navio a vapor e o trem de ferro, como o carro-chefe do desenvolvimento, abrindo novos mercados e valorizando produtos antes inacessíveis. É nesta perspectiva que se coloca o financiamento para a construção de ferrovias nos países da periferia capitalista, onde as taxas de juros e as oportunidades de lucro eram muito mais atrativas do que nos países centrais.

O fortalecimento econômico e a necessidade da especialização produtiva/administrativa das empresas norte-americanas provem da busca de mercados dos países menos industrializado que a partir da integração territorial, naquele momento histórico feito pela ferrovia, criam cenários favoráveis de consumo e de aplicações financeiras. Esse crescimento consolida, primeiramente, as indústrias de bens de consumo dos EUA em trustes e cartéis como o caso da “Five Big” do setor produtivo de proteínas animais.

A transformação das empresas familiares em modernas foi resultado de fatores e combinações como descreve Chandler (Figura 4-1). Essas combinações de fatores, na segunda metade do século XIX, permitiram as empresas capitalistas, com destaque para as norte-americanas, se tornassem no início do século XX em multinacionais atuantes como em diversos países como compradoras de matérias primas até a venda de produtos com alto grau de tecnologia como os casos da General Motors e da General Electric em diversos países.

Figura 4-1 : Empresa Familiar e Moderna: Fatores de Transformação



Fonte: Chandler (2003)
Organizado pelo Autor (2016)

No Brasil esse processo de formação das empresas familiares iniciou-se com a imigração dos europeus para as lavouras de café e ao início do processo de urbanização na segunda metade do século XIX, tendo a formação do mercado consumidor interno. Esse processo também foi motivado pela I Guerra Mundial (1914-18) que dificultou as importações brasileiras de bens de consumo dos países industrializados como EUA e Inglaterra. Wells Junior (2009, p. 27) afirma

[...] held in the form of technology particularly suited to small-scale and labor-intensive manufacture, and know-how that enabled firms to use locally available materials to substitute for imported materials. Their mastery of small-scale technology had arisen from a need to serve autarchic home markets, safe from imports of mass-produced products from abroad. The

small-scale technology was, of course, often an adaptation of technology originally imported from the rich countries.

Assim os países menos industrializados do início do século XX adaptaram tecnologias importadas dos países mais articulados tecnologicamente, utilizaram matérias primas locais e mão de obra para atender as necessidades dos mercados consumidores locais. Porém, como destaca o autor, em pequena escala e não tinham até aquele momento a intenção e a capacidade de competir com as empresas e os produtos dos países exportadores de produtos industrializados.

Importante enfatizar que o processo de industrialização nacional é gerado e planejado pelo Estado e suas políticas. Estas bem impactantes a partir da década de 1930 no governo do Estado Novo (1930-1945), e neste mesmo período, as empresas multinacionais norte-americanas já estavam em fase de expansão e consolidação no mercado mundial.

A seguir vamos caracterizar as formações das principais empresas de produção de aves e suínos do país. Estas até o início dos anos de 1950 eram familiares e devido ao aumento do consumo, da urbanização e metropolização, novos meios de transporte, tecnologias nos setores produtivos e novos produtos irão se tornar empresas modernas.

4.2 Região Oeste de Santa Catarina

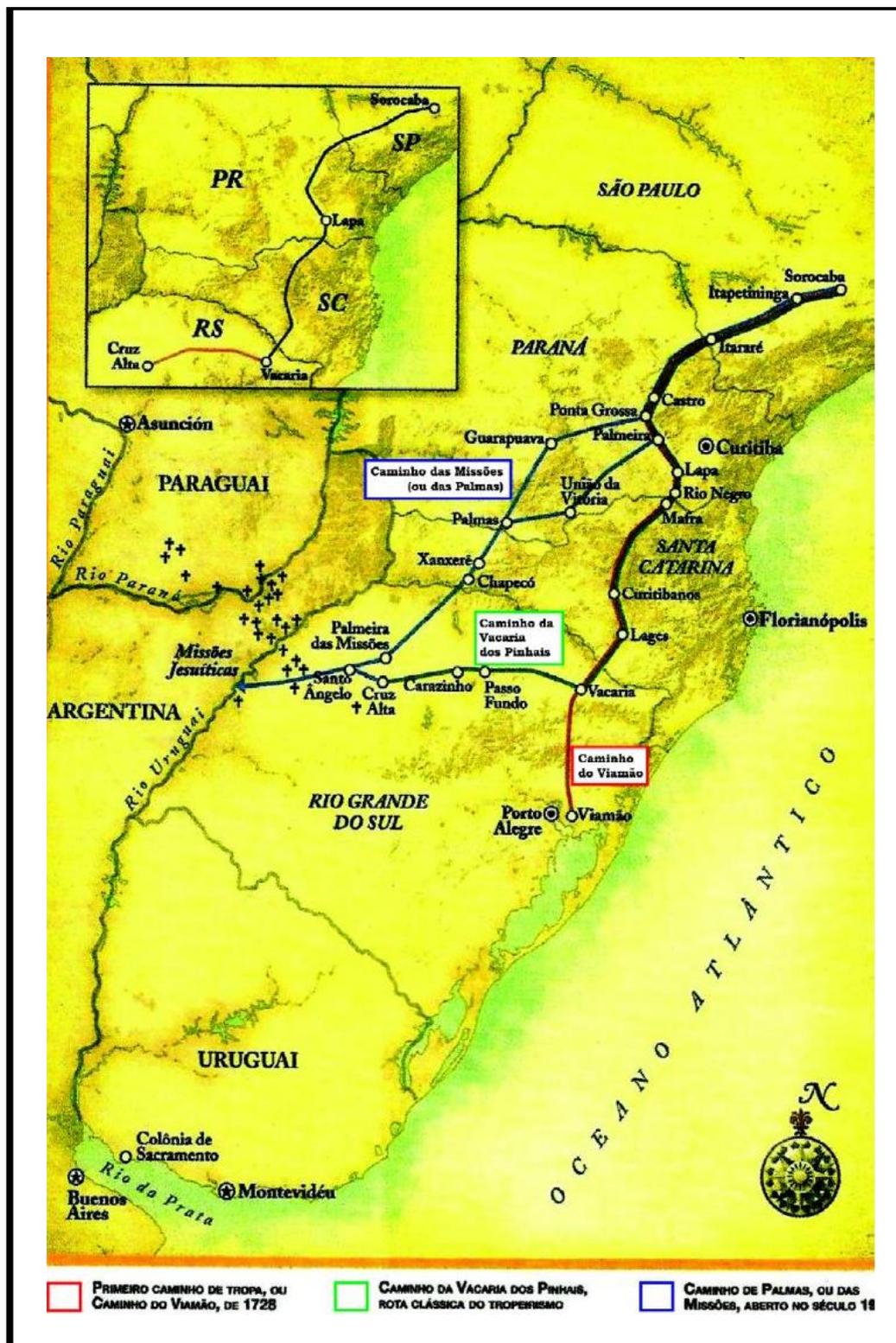
O processo de formação do espaço geográfico do Oeste Catarinense caracteriza-se por investidas da Coroa Portuguesa e, posteriormente, a Brasileira em legitimar a região como parte do seu território. Para tal feito, expedições foram realizadas, incentivos para colonização por meio de concessão de terras e de investimentos em infraestrutura ocorreram desde a segunda metade do século XIX. As passagens das tropas de gado sul rio-grandense até o estado de São Paulo articulo de maneira tímida o território, a erva-mate teve importância econômica para desenvolver pequenas atividades agropecuárias de subsistência. A ferrovia será a responsável pela fixação da população, da vinda dos imigrantes europeus e a introdução das relações capitalista e posteriormente sua introdução definitiva no cenário econômico nacional.

Compreender como o Oeste de Santa Catarina inicia as atividades de agroindústrias da cadeia de aves e suínos se faz necessário compreender como o espaço foi produzido. Essa cadeia produtiva está ligada diretamente aos imigrantes italianos e alemães que se fixaram desde os primeiros anos da segunda metade do século XIX, mas será na década de 1930 o marco

passagem entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, primeiro, através do “caminho das tropas” e depois pela “estrada de ferro”. Em segundo lugar, a região foi palco de intensos e prolongados conflitos de natureza política, social e cultural, cuja expressão maior foi a Guerra do Contestado, finda em 1917, mas que se prolongou depois no processo de colonização. Por último, após um demorado processo de ocupação e povoamento, o acelerado processo de integração com a economia nacional e de desenvolvimento, experimentado na segunda metade do mesmo século XX. (p.59)

A formação do espaço do Oeste de Santa Catarina , como afirma Corazza, fundada nos “caminhos das tropas” (Figura 4-2) e “estrada de ferro” (Figura 4-3) permitiram um processo, no primeiro momento lento devido as dificuldades dos caminhos e da desarticulação política e econômica da região e, no segundo momento uma articulação mais rápida tanto pela introdução de novas tecnologias da I Revolução Industrial de fácil reprodução, como pelo apoio de políticas públicas para as transformações espaciais essenciais para a reprodução do capitalismo.

Figura 4-2 - Trilha das Tropas: Do Rio Grande do Sul até São Paulo



Fonte: <http://www.atlaspatrimoniolapa.com.br/HistoriaDaLapa.html>

O Oeste de Santa Catarina tem a formação do espacial ligadas a três movimentos importantes destacados por Corazza (2016), são eles:

- - Tropas (por volta de 1728 até os anos 1850) – nos meados de 1728, as Tropas fomentaram a criação de povoados responsáveis para dar suporte as tropas de bovinos os quais se deslocavam do Rio Grande do Sul até o Sudeste (grande centro consumidor o qual tinha o ciclo da mineração em articulação). Surgiram novos caminhos de circulação, fazendas de proprietários paulistas de produção de bovinos, primeiras circulações de capitais e das explorações da erva-mate;
- Erva-mate (anos 1850-anos 1910) – interiorizou a produção do espaço em direção as matas não utilizadas pela pecuária. Incluiu o caboclo no sistema produtivo como o extrato da erva-mate levando essa população a constituir pequenas moradias e plantio de subsistência e criações. O comércio da extração era realizado tanto com Rio Grande do Sul e Paraná, como também com cidades da Argentina. Ainda ocorreu a instalação de pequenas unidades beneficiadoras de erva-mate. O declínio do ciclo ocorre com a introdução da erva-mate na região de Sacramento na Argentina por volta de 1910. Tal intervenção espacial não garantia o território da região a tutela brasileira e para aumentar sua presença oficial funda em 1859 a Colônia Militar de Chapeco-SC, mas instalada apenas em 1882.
- - Estrada de Ferro (final século XIX- anos 1930) – a construção da estrada de ferro passa por concessões do Estado para a iniciativa privada com a entrada de empresas estrangeiras detentoras de tecnologia e capital para a construção e a exigência estatal de criar infraestrutura para a fixação dos colonos e assim garantir a legitimidade do território por parte do Estado brasileiro. A concessão dos trilhos também criou a concentração fundiária nas mãos das empresas com vistas na extração da madeira, tanto para a produção de dormentes como para a exportação de matéria prima. A ferrovia fez, como nos EUA e Inglaterra, a introdução e intensificação das relações capitalistas e por consequência, reduz e extermina as relações menos articuladas entre a terra e o trabalho. Por exemplo, os caboclos e os indígenas foram expulsos das terras para a instalação de propriedades mais produtivas e articulada do ponto vista econômico e tecnológico.

- Agricultura familiar e complexo industrial – a presença do colono imigrante italiano e alemão são essenciais para o início das atividades agroindustriais. Destaca-se antes a presença de atividades comerciais importantes para a criação de cidades, o comércio acumula capital, cria redes circulação de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Os acúmulos de capital por parte de determinados comerciantes promovem os investimentos nas primeiras plantas industriais que após a partir da década de 1940 se fortaleceram e criaram grandes empresas atuantes em vários segmentos econômicos. A presença do porco desde os tempos coloniais deu origem a criações mais cuidadosas por parte dos produtores devido as exigências das leis e das fábricas que começavam a exportar para os mercados mais urbanos do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro.

A Figura 4-3 e o Quadro 4-1 nos evidencia o movimento das pessoas, empresas e Estado para produzir, controlar e explorar o espaço em benefício e os interesses do capital e, ainda, construir um território em prol do sistema produtivo por meio da expropriação da terra, perda da identidade cultural e imposição de novas relações econômicas capitalistas. (BRANDT, 2008). As imigrações fomentadas na segunda metade do século XIX para o Brasil objetivavam garantir não apenas mão de obra para as atividades agropecuárias exportadoras, almejavam também introduzir e intensificar as relações capitalistas no cenário econômico e cultural do país e ainda, redefinir o perfil do brasileiro a partir novos ideais.

Figura 4-3: Ferrovia São Paulo - Rio Grande (1954)



Fonte: IBGE (1954)
Organizado pelo Autor

Quadro 4-1 : Oeste de Santa Catarina - Fases de Formação do Espaço Geográfico (Século XVI até Década de 1950)

Século XVI-XVIII	Século XIX		Século XX até década 1950
	1801-1850	1851-1900	
<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação dos indígenas Xoklengs e Kaingangas - 1552-3 Incursão e jesupítica paraguaia/espanhol - 1608 – provável fundação da aldeia de Guarapoava-PR - 1628/30 – exploração dos Bandeirantes Paulistas - 1728 – Abertura do “Caminho das Tropas” - 1775 – Comissão mista dos governos de Portugal e Espanha visita a região para colocar em prática o Tratado de Madrid 	<ul style="list-style-type: none"> - 1810 – 1838 Surgem várias fazendas produtoras de gado em Guarapova e Palmas-SC - 1820 Lages passa a ser província de Santa Catarina e cobra imposto do transporte de gado para São Paulo e leva o “Caminho das Tropas” para porções mais oeste 	<ul style="list-style-type: none"> - 1870 – Declínio do ciclo das tropas e fragmentação da estrutura agrária - Ciclo da erva-mate promove a construção de estradas, usinas de beneficiamento e exportações para o mercado argentino - Pequena propriedade com policultura de subsistência realizada pelo cabloco - 1858-1882 Criação e instalação da Colônia Militar de Chapecó-SC - Colono local pobre e sem meios para demarcar terras, governo brasileiro inicia o processo de colonização - 1889 Concessão da Coroa Brasileira para construção da ferrovia de Marcelino Ramos-SC até Taubaté - 1895 – Incorporação definitiva de Santa Catarina ao território brasileiro 	<ul style="list-style-type: none"> - As companhias ferroviárias eram responsáveis por colonizar a região oferecendo transporte e infraestrutura aos novos colonos - 1910 – Inauguração da Ferrovia - As empresas ferroviárias de capital belga, francês e norte-americano tinham a concessão para explorar a extração de madeiras nativas nobres - 1912-16 Guerra do Contestado retrai as atividades econômicas da região, principalmente a madeira - Década de 1920 Ciclo da Madeira, integra a economia catarinense à nacional; os colonos desenvolviam imigrantes desenvolviam a agropecuária com destaque as produções de milho, trigo e suínos - “Viagem de 1929” reconhecimento do território pelo governo de SC, chamada também de “Marcha para o Oeste” - 1940 Novos fluxos de colonização do RS, italianos, polones e alemães Década 1950 – Fim do Ciclo da Madeira

Fonte: Tassara(1996), Colbari(1997), Dalla Costa(2005), Goularti Filho (2006;2009), Bavaresco; Frazen; Frazen (2013) e Corazza(2016)

Organizado pelo Autor

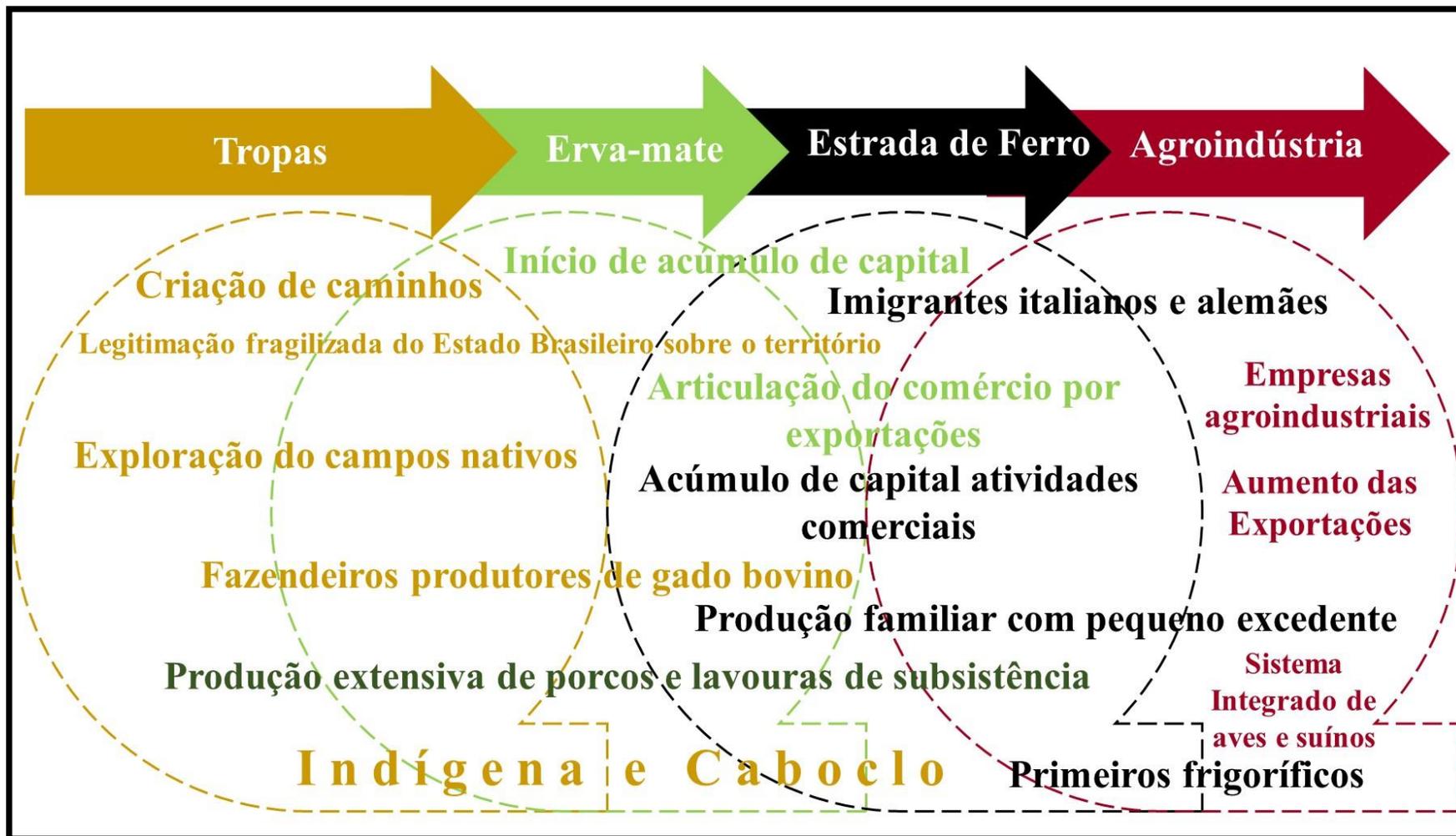
Colbari (1997) afirma

Mas a questão que nos interessa destacar é que ambos os propósitos - povoamento e formação do mercado de trabalho - estavam cimentados por uma outra questão: a necessidade de regeneração física do povo e a reforma moral da sociedade. Para tanto, um cálculo racial orientava como deveria se processar a constituição do tipo humano brasileiro, o que tinha como desdobramentos a definição do imigrante ideal (branco, camponês, resignado) e a do imigrante indesejável. O momento de constituição do Estado Republicano repõe a necessidade de elaboração das representações acerca da Nação, da identidade nacional - ambas sustentadas na questão da formação do povo. O cálculo racial das elites agrárias e republicanas incorporava uma classificação elaborada a partir de ingredientes físicos e culturais e que construiu um esquema classificatório ("uma hierarquia de positivities e de negatividades") elencando os adequados e os inadequados tanto para a constituição do mercado de trabalho, em supressão à mão-de-obra escrava, quanto para os objetivos de povoamento e de construção da nação brasileira, na crença de que a integridade da comunidade política pressupunha uma unidade racial e cultural. Nesse ponto, o tema da imigração de população branca e com certos atributos culturais tornava-se central. Um esquema classificatório separava a população nativa em dois pólos: os brancos, cristãos, homens livres e proprietários, de um lado, e índios, negros e mestiços de outro. Ao branco, herdeiro da colonização portuguesa, cabia o fardo civilizador de construir a "ordem moral através da fé cristã, a ordem civil através da lei e a ordem econômica através da educação para o trabalho".

A colonização italiana, por exemplo, estava a garantir as fronteiras e integridade do território nacional – no caso da região Sul - e garantir a mão de obra para a atividade agroexportadora do café – como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Além, de intensificar a cultura do trabalho como ferramenta de construção de nação e do progresso. No sul do país, com destaque para o norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o trabalho do imigrante foi baseado na mão de obra familiar, policultura, produção de grande parte dos artefatos e ferramentas, pequena e micro propriedade familiar, produção de subsistência e pequeno excedente de produção para abastecer as cidades. (SANTOS, 1978) (BRANDT, 2008) (BAVARESCO, FRAZEN, FRAZEN; 2013)

O processo de formação do espaço do Oeste de Santa Catarina e seus ciclos econômicos (Figura 4-4) demonstram como a imigração e as demais políticas públicas concretizaram as relações do capitalismo.

Figura 4-4 - Ciclos Econômicos de Santa Catarina - características e elementos formadores do espaço geográfico



Fonte: Tassara(1996), Colbari(1997), Dalla Costa(2005), Goularti Filho (2006;2009), Bavaresco; Frazen; Frazen (2013) e Corazza(2016)
Organizado pelo Autor

O espaço produzido pelo imigrante italiano através dos seus valores culturais, econômicos e, ainda os objetivos do Estado brasileiro em articular o território originaram as empresas produtoras de suínos e aves no Oeste Catarinense (Mapa 4-1), nas cidades de Videira (Perdigão) e Concórdia (Sadia). Estas tornaram-se gigantes do ramo de aves e suínos, criaram holdings, expandiram seus limites de negócios para fora dos limites nacionais, introduziram novos produtos e padrões de consumo, passaram da administração familiar para a profissional devido aos erros de condução das empresas com atuações em setores econômicos não relacionados com a produção de alimentos e aplicações de recursos financeiros de altos riscos no mercado internacional.

A fixação dos colonos na região Oeste de Santa Catarina consolida-se nos anos seguintes à Guerra do Contestado¹¹. As disputas entre os fazendeiros, cablocos e indígenas contra os colonos e as empresas ferroviárias e colonizadoras, mesmo ao fim da guerra, ainda impuseram dificuldade de exploração territorial pelas novas ideias do capitalismo. Para intensificar as relações capitalistas e assegurar a consolidação do território

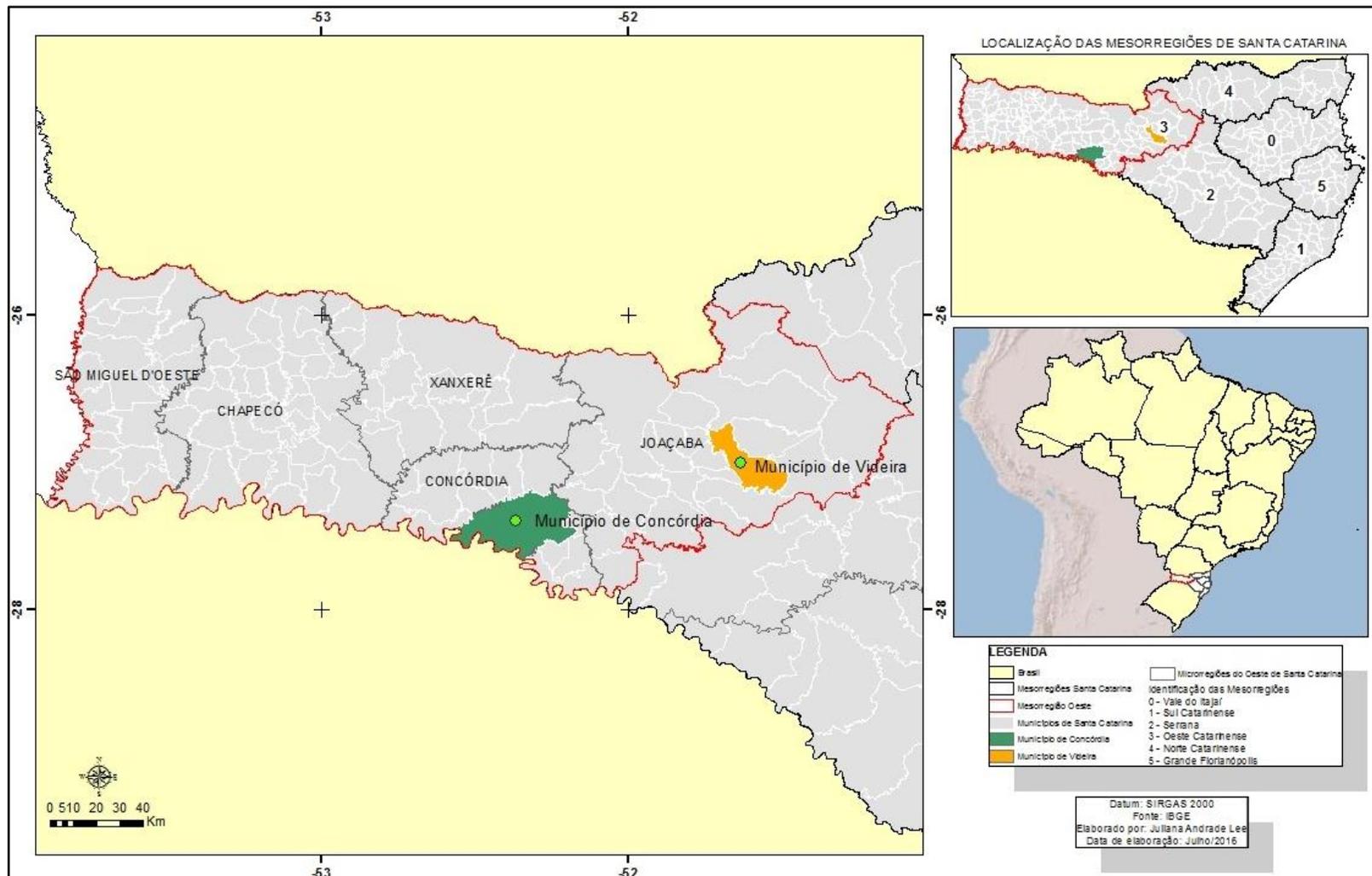
Os imigrantes italianos, segundo Dalla Costa (2005, p.5), buscaram no Oeste de Santa Catarina

A ocupação do oeste catarinense foi fruto do deslocamento dos colonos, descendentes de imigrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul, que buscavam novas terras para se estabelecer. O Vale do Rio do Peixe, onde iniciou a Perdigão, foi ocupado somente a partir de 1916, com o fim da Guerra do Contestado e após muita negociação, ao final da qual, as terras da região conflituosa passaram a pertencer ao Estado de Santa Catarina.

A antiga região do Contestado interessou aos imigrantes porque, além de próprias para o cultivo de vários gêneros alimentícios, aquelas terras eram vizinhas da estrada de ferro recém construída, que facilitaria o comércio dos produtos regionais.

¹¹ “Território do Contestado – compreendia uma vasta área geográfica aproximadamente 48 mil quilômetros quadrados, disputada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, desde o ano de 1853 com a criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo sem ter havido umas definições jurídicas dos limites, originando a “Questão do Contestado” – disputa litigante visando à demarcação de limites entre os respectivos estados, em nível institucional no transcurso de mais de meio século de indefinições (TONON, 2008, p.39)

Mapa 4-1 : Oeste de Santa Catarina



Por outro lado, Tassara (1996) afirma, os imigrantes alemães e principalmente os italianos do início do século XX não tiveram escolha a não ser ocuparem a região norte do Rio Grande do Sul e o Oeste Catarinense, pois os imigrantes alemães e portugueses dos anos a partir de 1850 já tinham ocupado as melhores terras, planas e agricultáveis. Fato da fertilidade dos solos e da ferrovia eram atrativos para fixação, mas as grandes distâncias do litoral impediam as relações comerciais mais intensas com os grandes centros consumidores, econômicos e políticos da época. As terras do Oeste de Santa Catarina eram consideradas “terras sem dono”, um sertão (GOULARTI FILHO, 2006) (BRANDT, 2008) (BAVARESCO, FRAZEN; FRAZEN; 2013)

Com a fixação do imigrante italiano, principalmente no Oeste de Santa Catarina, criaram-se:

- Mercado consumidor de produtos industrializado (bens de consumo não-duráveis);
- Produção agropecuária para produção de matérias primas;
- População com cultura para criar as primeiras empresas comerciais e industrial de capital familiar.

A formação espacial do Oeste de Santa Catarina criou condições para o surgimento de grandes empresas do setor de aves e suínos. A Perdigão e a Sadia têm histórias semelhantes de gênese, crescimento, expansão e dilemas de gestão que levaram à fusão em 2009.

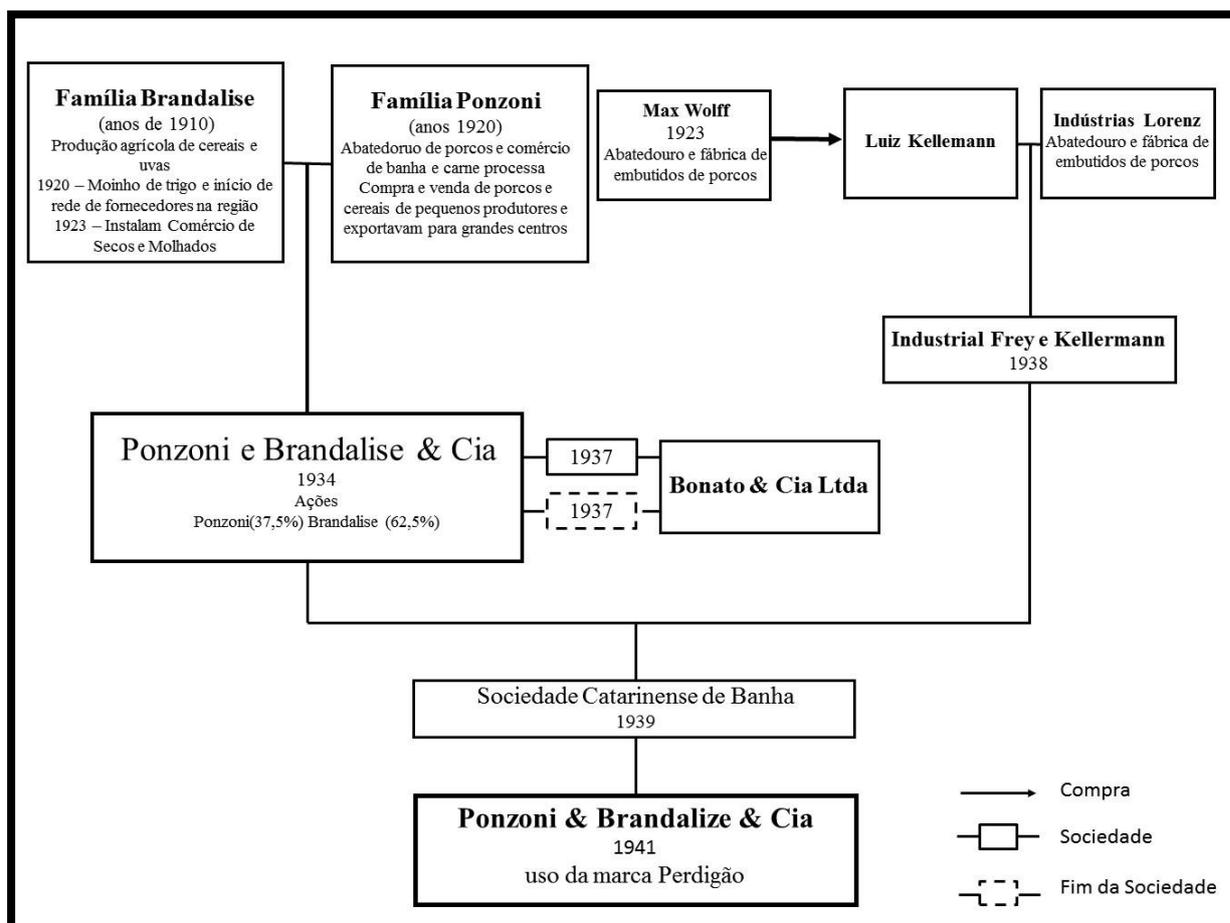
4.3 Perdigão

A imigração italiana e alemã no Oeste Santa Catarina e os ideais de articulação econômica e integração da região no cenário econômico nacional e mundial previsto pelas políticas públicas desde o tempo colonial se consolidaram com a formação, expansão e consolidação das empresas da cadeia do agronegócio de grãos-aves e suínos.

A Perdigão tem sua gênese nas famílias de descendência italiana, os Brandalise e os Ponzoni. Ambas se instalaram no vale do Rio do Peixe, na atual cidade de Videira entre as décadas de 1910 e 1920. Os primeiros eram comerciantes de joias e investiram na aquisição de terras para a produção de cereais e uvas, produção de farinha de trigo em pequeno moinho. Os segundos eram comerciantes de cereais, porcos e de pequeno abatedouro para produção de banha e de embutidos. Em 1934 surge a Ponzoni e Brandalise & Cia (família Ponzoni detinha

37,5% das ações e os Brandalise os outros 62,5%) (Figura 4-5) - com atuação nos segmentos de compra produtos camponeses (queijos, cereais, mel, erva-mate) e venda de produtos aos colonos que necessitam de tecidos, sal, ferramentas, utensílios domésticos. Muitas dessas transações comerciais eram na base da troca com os colonos e a empresa vendia os produtos locais para mercados extra catarinenses, com destaque no mercado paulista. É possível afirmar que as atividades do moinho (compra de cereais e venda de farinha) e de banha criou uma rede comercial dos negócios das famílias, possibilitou além de acumular capital para novos investimentos e diversificar as atividades, viabilizou criar relações comerciais de compra de matérias primas para as futuras atividades industriais e a exploração do mercado consumido fora dos limites catarinenses. (TASSARA; 1996), (BRF FOODS; 2009), (FIB; 2008) (BRF; 2016)

Figura 4-5 - Perdigão: gênese da empresa



Fonte: Tassara(1996), BRF Foods S.A.(2009), FIB(2008), BRF Foods S.A.(2009) e BRF(2016)
Organizado pelo Autor

O porco é introduzido no período colonial devido as suas vantagens de criação. Brandt (2015) aponta a facilidade de alimentação por ser um animal onívoro, as florestas eram, portanto, sua fonte natural de alimentação em virtude das frutas e vegetais abundantes para sua alimentação. A resistência do animal as doenças e a reprodução fácil no habitat, quase, natural permitiam aos proprietários das terras/colonos a encontrarem os animais facilmente para o consumo e ainda, a conversão alimentar (alimento em carne e banha) é superior ao gado bovino.

Juntamente com a abundância de recursos florestais disponíveis, outro fator que pode explicar a adoção do porco é sua capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, em comparação aos bovinos. Os porcos convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bois. Tal fato fez com que a criação de porcos fosse considerada vantajosa, não apenas por exigir menos manejo, mas também pela capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, e com redução do tempo necessário para a comercialização, que poderia ser até de um ano. Vantagem da qual também os fazendeiros das áreas de campos se aproveitavam, utilizando para isso seus capões e florestas. (BRANDT; 2015, p. 308)

A transformação do porco em produto industrializado é influência do imigrante alemão. Pequenas empresas frigoríficas e de embutidos (salames e linguiças) eram na sua maioria comandadas por imigrantes alemães que utilizavam técnicas e maquinários germânicos. O porco produzido era do tipo banha e esta era utilizada tanto para o consumo doméstico alimentar como na queima de combustível de lamparinas, conservação de alimentos (carne de lata) e lubrificação de ferramentas. (TEHORST; SCHMITZ, 2007)

Max Wolff em 1923, na atual cidade de Videira, administrava um pequeno abatedouro de porcos (2 a 4 cabeças/dia) com objetivo de produzir banha e embutidos vendidos na região. Wolff vendeu a empresa para Luiz Kellermann (sem data precisa) em decorrência da crise provocada pelas péssimas condições das vias de circulação e isso impedia a venda dos produtos. Kellemann, em 1938, vendeu parte acionária do frigorífico para a Industrial Frey, a nova razão social Industrial Frey e Kellermann chegou a abater de 30 a 40 porcos dias. No ano seguinte, 1939, a Ponzoni e Brandalise & Cia adquirem a maioria das ações do frigorífico e comanda o ramo com a empresa Sociedade de Banha Catarinense Ltda (Figura 4-6). (TASSARA, 1996) (BRF FOODS S.A., 2009) (BRF,2016)

Figura 4-6 - Anúncio da Sociedade de Banha Catarinense Ltda (1939)

Sociedade de Banha Catarinense Ltda.

Fábrica de Produtos Suínos

Associada de LOPES, RAMOS & CIA. LTDA. -- Rio de Janeiro

Registrada no Ministério da Agricultura, sob n. 87 - Inspeção Federal Permanente -- End. Telg: "Sodebanha" - VITÓRIA-PERDIZES - Santa Catarina

SALAMES -- Especial, la., lla. e cosido BANHA -- Em latas de 20, 5, 4 e 2 kgs. e pacotes de 1 kg. MIUDOS -- Pés, rabos e orelhas com fucinho PRESUNTOS -- Com osso e sem osso	LINGUIÇAS -- MORTADELAS - COPAS LOMBOS -- SALCICHAS -- XARQUES e QUEIJO DE PORCO TOUCINHOS -- salgados e defumados MORCILHAS -- Pretas e brancas Tripas de porco, especiais beneficiadas	CARNES -- Salgadas e defumadas (em barricas) COSTELAS -- Salgadas e defumadas (em barricas) SABÃO -- la. lla
--	--	--

Couros salgados de porco e gado

AÇOUGUE: Carnes frescas, com osso e sem osso: buchos, linguas, etc. Abatemos as melhores rezes dos campos de Santa Catarina e Paraná. Oferecemos aos nossos distintos freguezes, carnes sadias e livres de toda molestia contagiosa, porque são garantidas por uma eficiente Inspeção Federal. Nas vilas de Perdizes e Vitória entregamos a domicilio.

Todos os nossos produtos trazem a marca **"Perdigão"**, que é um simbolo de garantia e de bôa qualidade

Fonte: Tassara (1996, p.51)

O abate Sociedade de Banha Catarinense chegou abater 25 animais/dia e exigiu esforços para garantir matéria prima para todos os dias do ano, porém eram registrados dias sem porcos para o abate, isso porque que os animais eram criados (desde os tempos das tropas até a década de 1950) no sistema extensivo, portanto, criados soltos e pastavam como as demais criações de gado bovino; alimentavam-se de pinhões (semente da araucária) e demais frutas silvestres, isso fazia do porco um produto sazonal (vinculado a temporada de pinhões); não haviam cuidados sanitários; as distâncias e as más condições dos caminhos/estradas dificultavam o transporte dos animais até a sede dos frigoríficos, além da perda por mortalidade. As tropas que até o século XIX eram de gado bovino, eram então agora tropas de porcos guiados por tropeiros pelos campos catarinenses. (TASSALA, 1996) (BRANDT; CAMPOS, 2008) (BRANDT, 2015)

Já nos anos da década de 1930 a empresa já explorava os mercados paulista e região Sudeste do país com a fixação de moradia e escritório comercial da família Ponzoni na cidade de São Paulo (TASSARA, 1996). Neste período o uso de marcas registradas não era necessidade empresarial. Como a Ponzoni e Brandalise Cia fez várias aquisições e sociedades

(depois desfeitas como o caso da Bonato e Cia Ltda) a marca das empresas envolvidas não foi construída e desenvolvida. No ano de 1941, o diretor Achyles Ponzoni cria a logomarca Perdigão (macho da ave perdiz) (Figura 4-7) em vista do crescimento do negócio com exportações para grandes mercados nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro e também, devido a presença de empresas de produtos similares na região e no país. Dalla Costa (2005) destaca a importância da profissionalização da empresa tanto no setor produtivo como no comercial para competir com frigoríficos multinacionais instalados no Rio Grande do Sul e em São Paulo como da Armour, Swift e Wilson

Figura 4-7 - Primeira Logomarca da Perdigão (1941)



Fonte: Tassara (1996, p. 47)

A utilização da marca Perdigão pelo grupo Ponzoni e Brandalise Cia representa o marco do crescimento da empresa familiar e em 1943 adquire a Sociedade Curtume Catarinense com vista a agregar valor na cadeia produtiva do porco beneficiando as peles tinham o mercado externo, dos EUA, por exemplo como principal comprador. Para atender a demanda de produção e de exportação, os equipamentos do curtume foram importados da Checoslováquia e a mão de obra técnica foi trazida da Alemanha. (Tassara, 1996). A expansão dos negócios e dos produtos transformou não apenas a estrutura produtiva e administrativa da empresa, transformou também a sua razão social para Ponzoni e Brandalise S.A. Comércio e Indústria. A mudança foi seguida com a construção do segundo moinho de trigo com processamento de 6 ton/dia e a quantidade foi aumentada na década seguinte para 25 ton/dia com a aquisição de

máquinas¹² e com isso cresceu a rede de fornecedores e consumidores. (TASSALA, 1996) (DALLA COSTA, 2005) (BRF FOODS S.A., 2009) (TAFFAREL; GARCIAS; GERIGK, 2009) (BRF,2016)

Podemos afirmar, a lei adotada pelo Governo Federal em 1937 que proibia o abate doméstico dos porcos tipo banha para exportação beneficiou as empresas e os frigoríficos, pois somente estas tinham autorização para comercializar a banha (produto importante para a época) nos mercados nacionais (TEHORST; SCHMITZ, 2007). Oportuno observar que o mesmo ocorreu com o vinho com a Lei do Vinho, também de 1937, que proibia a venda dos vinhos de cantinas diretamente para os consumidores finais (SANTOS, 1978) (JALFIM, 1991). Essas leis podem ser interpretadas tanto pela busca de padrões higiênicos de produção mais seguros; aumentar a fiscalização da produção por parte do Estado e assim aumentar as arrecadações de impostos e, ainda, aumento do poder econômico das empresas garantido oferta abundante de matérias primas para as linhas de produção e reduzir o mercado consumidor dos produtores rurais familiares e de pequeno porte. Portanto, a fragilidade do produtor rural em comercializar suas mercadorias com os interesses das grandes empresas e estas são beneficiadas pelas leis promulgadas pelo Estado, este por sua vez deveria defender os interesses e a sanidade financeira dos produtores rurais.

As atividades da empresa crescem tanto em tamanho como na diversificação dos ramos econômicos. O Quadro 4-2 aponta as localidades, as empresas envolvidas e a atividade desenvolvida até o ano de 2008.

¹² As máquinas eram da marca Buhler, esta empresa é suíça e atua no mercado de máquinas de processamento de cereais. Segundo a empresa “*Com moinhos Bühler, cerca de 65 por cento do trigo colhido no mundo é transformado em farinha. Da mesma forma, é alta a contribuição para milho, arroz, massas, chocolate e cereais matinais. Além disso, a Bühler é um provedor líder em soluções baseadas em tecnologias de fundição sob pressão, moagem úmida e revestimento de superfícies, com foco nas indústrias automobilística, ótica, eletrônica, de impressão, de embalagens e de vidro. As soluções para essas indústrias destacam-se por sua alta eficiência energética e mobilidade sustentável. Na qualidade de grupo tecnológico líder, a Bühler investe até 5% do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. A empresa tem orgulho de sua origem suíça e gera em mais de 140 países com cerca de 10.800 funcionários um faturamento de 2,4 bilhões de francos suíços. Como uma empresa familiar a Bühler sente-se especialmente comprometida com a sustentabilidade.*” (fonte: <http://www.buhlergroup.com/southamerica/pt/sobre-a-buehler/perfil.htm#.V7yJCjVrO2n>)

Quadro 4-2 - Perdigão - atividades e empresas adquiridas

Ano	Local	Empresa	Atividade
1934	Videira-SC	Ponzoni, Brandalize e Cia.	Comércio de « secos e molhados »
1937	Luzerna-SC	Ponzoni, Bonato e Cia	Comércio em geral
1939	Videira-SC	Sociedade de Banha Catarinense	Fábrica de produtos suínos
1940	Videira-SC	Sociedade de Vinhos Catarinense	Vinho e outros derivados de uva
1943	Videira-SC	Sociedade Curtume Catarinense	Industrialização de couros e peles
1947	Tangará-SC	Ponzoni, Brandalize e Cia.	Serraria e fábrica de caixas
1955	Videira-SC	Expresso Perdigão	Transporte de mercadorias
1955	Videira-SC	Ponzoni, Brandalize e Cia	Fábrica de rações
1957	Videira-SC	Transporte Aéreo	Transporte de produtos perecíveis
1962	Videira-SC	Perdigão S.A.	Abate e industrialização de frangos
1965	Videira-SC	Perdigão Serviços Ltda.	Gráfica e serviços em geral
1968	São Paulo várias cidades	Filiais comerciais	Comercialização dos produtos Perdigão
1971	Joaçaba-SC	Empório de Couros S.A.	Industrialização de couros e peles
1972	Videira-SC	Soc.Esportiva e Recreativa Perdigão	Lazer para os funcionários
1973	Videira-SC	Supermercado Perdigão	Vendas a varejo
1973	Videira-SC	San Raphael Palace Hotel	Serviços de hotelaria
1974	Videira-SC	Perdigão Alimentos S.A.	Produção de ração, farelo e óleo de soja
1974	Marau-RS	Perdigão Alimentos S.A.	Produção de ração, farelo e óleo de soja
1975	Videira-SC	Abatedouro exclusivo para aves	Abate e industrialização de aves
1977	Salto Veloso-SC	Frigorífico Unifrico S.A.	Abate e industrialização de suínos e aves
1979	Medianeira-SC	Armazéns Medianeira	Atividades de armazenagem
1979	Catanduvas-SC	Fábrica de rações	Produção de rações para aves e suínos
1979	Fraiburgo-SC	Nodarisa Empreend. Florestais	Cultivo de maçãs
1980	Videira-SC	Perdigão S.A. Comércio e Indústria	Ações na Bolsa de Valores
1980	Herval d'Oeste-SC	Agropecuária Confiança	Atividades agropecuárias
1980	Capinzal-SC	Indústrias Reunidas Ouro	Abate e industrialização de aves e suínos

Ano	Local	Empresa	Atividade
1982	Videira-SC	Perdigão S.A. Ind. e Com.	Lançamento do Chester®
1984	Orleans-SC	Suely Avícola S.A.	Granjas de matrizes, rações e incubatórios
1984	Criciúma-SC	Frigorífico Canta Galo	Abate de aves
1985	Aratiba-RS	Coop. Triticola Taperense	Compra de cereais
1985	Marau-RS	Grupo Borella	Abate e industrialização de suínos e aves
1986	Lages-SC	Frigorífico Planalto	Abate e processamento bovino
1988	Serafina Corrêa-RS	Sulina Alimentos	Abate de aves
1989	Francisco Beltrão-PR	Perdigão S.A.	Abate e industrialização de aves
1989	Santo André-SP	Swift Alimentos	Swift Alimentos
1989	Mococa-SP	Frigorífico Mococa S.A.	Frigorífico Mococa S.A.
1989	Capinzal-SC	Joint Venture com Mitsubishi	Joint Venture com Mitsubishi
1995	Marau-RS	Perdigão S.A.	Perdigão S.A.
1998	Rio Verde-GO	Complexo Agroindustrial	Complexo Agroindustrial
2000	Carambeí-PR	Frigorífico Batávia	Frigorífico Batávia
2000	Londres- Ing	Perdigão S.A.	Escritório
2000		BRF Trading	Perdigão e Sadia
2001	Campinas	Perdigão	Centro Distribuidor
2002	Dubai- Emirados Árabes Unidos	Perdigão S.A.	Escritório
2002	Londres-Ing	Perdigão	Escritório em Centro de Negócios
2004	Cingapura	Perdigão	Escritório de Vendas
2004	Tóquio-Jap	Perdigão	Escritório de Vendas
2004	Marau-RS	Perdigão	Centro de Distribuição
2004	Curitiba-PR	Perdigão	Centro de Logística e Distribuição
2005	Brasília-DF	Prontodelis Industrial e Comercial de Alimentos	Margarinas e Bovinos
2005	Nova Mutum-MT	Abatedouro Mary Loise Indústria de Alimentos	Abatedouro de aves
2005	Nova Mutum-MT	Mary Mary Loise Indústria	Fábrica e comércio de rações
2005	Cachoeira Alta-GO	Arantes Alimentos Ltda. (arrendamento)	Abatedouro de bovinos para exportação
2007	Mineiros-GO	Perdigão S.A.	Fábrica de rações, abatedouro de indústria de perus e frangos
2007	Bom Retiro do Sul-RS	Sino dos Alpes Alimentos Ltda., subsidiária da Grandi Salumifici Italiani (GSI) - Itália	Fábrica de embutidos de aves e suínos
2007	Holanda	Plusfood Groep BV	Frigorífico de aves e bovinos

Ano	Local	Empresa	Atividade
2007	Mirassol do Oeste-MT	Valore Participações e Empreendimentos Ltda.	Frigorífico de bovino
2007	Jataí-GO	Paraíso Agroindustrial S.A.	Abate de aves, fábrica de rações
2007	Bom conselho-PE	Perdigão S.A.	Complexo industrial lácteos, indústria de embutidos de carne e Centro de Distribuição
2007		Batávia	Compra total das ações
2008	Lajeado-RS, Porto Alegre-RS, Dourados-MS, São Gonçalo dos Campos-BA	Eleva	Abatedouro de aves e laticínios (marca Elegê)

*FONTE: (TASSALA; 1996) (DALLA COSTA; 2005),(BRF FOODS S.A.;2009) (BRF; 2016)
Organizado pelo Autor*

A diversificação dos negócios do grupo empresarial é uma das características a partir da década de 1940. A empresa cria em 1943 a Sociedade de Vinho Catarinense para aproveitar a produção de uvas das pequenas e médias propriedades rurais da região. Entra no ramo de madeira em 1947 com a compra de pequena empresa no município de Tangará-SC. O crescimento do negócio foi decorrente da presença de matéria prima, a floresta nativa, e ao elevado consumo de madeira para a construção civil e posteriormente para a confecção das caixas para embalar e transportar os produtos da marca Perdigão para os mercados mais distantes e, as madeiras menos nobres eram utilizadas pela indústria para abastecer as caldeiras à vapor. A produção de caixas foi tão expressiva que os Ponzoni e Brandalise foram considerados os maiores produtores de embalagens de madeira do país por alguns anos ao ponto de fornecer para as empresas do mesmo segmento produtivo de carne e banha de porco. (TASSALA, 1996) (DALLA COSTA, 2005)

O aumento do consumo dos produtos Perdigão nas regiões Sul e Sudeste fez a necessidade de criar a Expresso Perdigão em 1955. No início da atividade os caminhões não eram dotados de câmaras frigoríficas com motores individuais, as cargas eram acomodadas em caminhões baú revestidos de lonas térmicas para manter a temperatura dos produtos para garantir sua conservação até a chegada nos mercados consumidores. Segundo Tassara (1996), o transporte rodoviário foi escolhido devido à demora do deslocamento dos trens até a cidade de São Paulo. Apesar do sistema rodoviário ser mais rápido que o ferroviário, as condições das estradas até os mercados consumidores não eram boas e em 1957 a empresa compra dois aviões, usados das forças aéreas dos Aliados, DC-3 (Foto 4-1) com capacidade de transporte de 3 toneladas. Os carregamentos aéreos de produtos frescos de suínos eram de carré, lombo,

filezinho e a costela. O deslocamento de Videira até São Paulo, por exemplo, de 24 horas via rodoviária passou para 2 horas pela via aérea. A articulação da malha viária no governo de Juscelino Kubitschek fez melhorias significadas na região Sul, com destaque para a BR 116, principal via de acesso do Sul até São Paulo. Isto levou a desativação do transporte aéreo, pois o transporte por meio de caminhões frigorificados (

Foto 4-2) tornou-se viável tecnológica e economicamente. Esse novo segmento empresarial fez a Ponzoni e Brandalise S.A. Comércio e Indústria mudar sua razão social para Ponzoni Brandalise S.A. – Comércio, Indústria e Transporte.

Foto 4-1: Avião e caminhão da Perdigão: detalhe das caixas de madeiras para transporte dos produtos e caminhão sem motor refrigerado (1957)



Fonte: Tassala(1996,p. 68)

Foto 4-2: Caminhões frigoríficos da Perdigão em 1966



*Fonte: Tassala (1996, p. 69)
Organizado pelo Autor*

Entre os anos de 1954 e 1956 os investimentos para melhoria da matéria prima dos frigoríficos deu-se com a importação de matrizes de suínos das raças Duroc Jersey (EUA), Landrace (Suécia), Berchshire, Wessex, Sandblack e Hampshire (Inglaterra) (

Figura 4-8). Para viabilidade técnica da genética construiu-se a Granja Santa Gema no município de Videira com 12 baias, 2 cercados destinado um para as fêmeas gestantes e o outro dividido em receber os leitões. O primeiro nascimento de matrizes foi composto por 10 matrizes e 12 reprodutores. (TASSALA, 1996) (FIB;2008)

A melhoria genética dos suínos foi essencial para as transformações da linha de produção da empresa. A gordura ainda tinha seu importante mercado consumidor, mas a concorrência dos óleos vegetais exportados pelos EUA e países europeus, colocavam em xeque o uso da tradicional banha de porco. O crescimento do mercado consumidor das cidades brasileiras provocou a busca por oferecer mais carne fresca e derivados defumados. Os primeiros eram transportados nos aviões, produtos curados (salames, salaminhos, copas etc) eram enviados por caminhões não refrigerados e os produtos frescos como linguças tipo toscana e calabresa, salsichas entre outros tinham seu comércio nas proximidades da unidade industrial de Videira. (TASSALA, 1996) (DALLA COSTA, 2005) (FIB, 2008)

As melhorias genéticas das raças acima citadas não atingiram os resultados esperados e na década de 1970 a empresa faz parceria de melhoria genética com as empresas Agroceres (líder na produção de sementes de milho) e PiG-Pic Improvement Company¹³. Para melhorar a conversão alimentar a alimentação dos suínos baseada em abóbora, milho e pasto foram substituídos aos poucos por ração elaborada pela empresa. A criação em semi confinamento, estilo chiqueiros, foi gradativamente retirado para a introdução do sistema de confinamento. No final da década de 1970 e início dos anos 1980 a produção integrada de suínos foi consolidada. A produção de suínos é transformada no ano de 1976 com a construção da Granja São Roque, a primeira a introduzir o sistema de produção em confinamento, a qual deveria abastecer a unidade industrial com a produção de 9,6 mil matrizes. O excesso de animais matrizes impediu seu funcionamento, obrigando o alojamento de 5 mil matrizes e a engorda dos leitões oferecida aos produtores integrados (TASSALA, 1996). Esses números já demonstram a necessidade de pulverização da produção de suínos em outras localidades para atender não apenas as leis ambientais (poucas e nem tão eficientes na época), mas para reduzir problemas sanitários (doenças) promovidos pela concentração de animais da mesma espécie.

¹³ “A Agroceres PIC é a empresa que reúne a maior tradição de conhecimentos e inovações em desenvolvimento genético de suínos. Nasceu em 1977, através da parceria entre a Agroceres e a PIC - PIG Improvement Company, da Inglaterra, em operação que começou com a transferência de um núcleo genético de animais de elite, para o Brasil.” Fonte: <http://www.agrocerespic.com.br/index.php/quem-somos>

Figura 4-8 - Raças de suínos importadas pela Perdigão na década de 1950



Duroc Jersey*



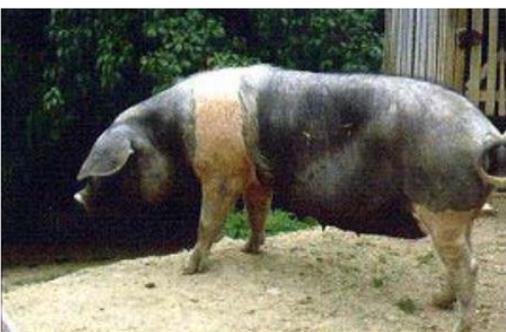
Landrace*



Berkshire**



Hampshire*



Wessex*



Sandblack*

Fontes: *https://docs.ufpr.br/~marson/suinocultura/aula04e_classifica_2.pdf

** <http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/raca-berkshire/>

Organizado pelo Autor

Apesar do cenário desfavorável ao consumo de suínos a Perdigão entre os anos de 1980 e 1982 aperfeiçoa o sistema integrado de suínos com a divisão de cria, recria e engorda. Em 1979 inicia o processo de inseminação artificial das matrizes (Figura 4-9). A empresa produz as matrizes (avós) que geram as matrizes produtoras de leitões e estes são destinados para o abate. O sistema é dividido em sistema produtor de matrizes, SPL (Sistema de Produção de Leitões) e SVT (Sistema Vertical de Terminação de Leitões). As matrizes são produzidas e tratadas pela empresa na granja São Roque e os produtores integrados ficam responsáveis pela produção do SPL e SVT. Esta divisão foi importante para a empresa, tanto para o aumento da produção e da produtividade dos animais tipo carne, como dividir a produção a produção em vários produtores e assim não depender de apenas alguns fornecedores de matérias primas para suas indústrias. Esse sistema é mantido até o momento na atual BRF.

Figura 4-9 - Coleta de sêmen de suíno



Fonte: Perdigão (1998, p.14) <http://www.revistaagropecuaria.com.br/2012/01/13/difusao-da-tecnica-de-inseminacao-artificial-em-suinos/>
Organizado pelo Autor

A produção de aves é iniciada nos anos 1950, a produção e o consumo de frango no país ainda não eram significativos, os preparos de pratos com essa ave eram sinônimo dieta das pessoas doentes ou idosas. Entre 1956 a 1960 a empresa investiu na importação de matrizes da raça New Hampshire¹⁴ (Foto 4-3) e técnicas de produção dos EUA. Em 1957 entrava em funcionamento a Granja Santa Gema (

¹⁴ “New Hampshire - É uma raça americana de pele amarela, e ovos de casca marrom. Apresenta cor vermelho claro e crista serra. Por muitos anos foi utilizada para a produção de frangos de corte. Mais tarde passou a ser utilizada para cruzamentos com outras raças de corte na produção de frangos. Atualmente apenas poucos criadores se dedicam à comercialização desta raça. Esta raça foi utilizada em muitos cruzamentos que formam os atuais híbridos de corte, principalmente em função da habilidade de produção de grande quantidade de ovos com alta eclosão. A presença de uma mancha branca ou clara na asa dos pintos machos (pinto) e sua correspondente

ausência nos pintos fêmeas (pinta) favorece a identificação dos machos e fêmeas com um dia de idade.” Figueiredo et al. (2003, p.5)

Foto 4-4) considerada uma das mais modernas da época. Mesmo com o investimento na produção de frango o abate em 1960 se resumia a 120 aves por semana e realizado de forma artesanal por duas funcionárias na antiga fábrica de banha da empresa. Em 1961 o abate cresceu para 200 aves/semana e em 1962 para 500 aves/dia. A produção era enviada para São Paulo na forma de aves resfriadas, estas eram inspecionadas pelos laboratórios de controle microbiológico e físico-químico da unidade industrial construído em 1963. (TASSARA;1996) (FIB; 2008) (DALLA COSTA; 2005) (UBABEF; 2011)

Foto 4-3 : Ave da raça New Hampshire



Fonte: <http://www.criargalinha.com.br/wp-content/uploads/2014/11/casal-de-galinhas-new-hampshire11.jpg>

Foto 4-4 : Granja Santa Gema município de Videira-SC



Fonte: Tassala (1996, p.64)

Em 1967 a empresa abatia um aviário por dia, ou seja, 1.500 aves as quais eram vendidas em forma resfriada para o mercado paulista e paulistano. O frango catarinense tinha a concorrência dos produzidos nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde estavam as maiores granjas da época em decorrência de fatores históricos como: 1. Primeiras áreas de influência europeia que introduziram as aves; 2. Produziam para abastecer as regiões mineradoras e; 3. Rio de Janeiro, em 1885, foi introduzida pela primeira vez aves de raças para o melhoramento genético com vistas ao aumento da produção e atender a demanda. O sistema de produção de aves no país era diferente do adotado atualmente (sistema de granjas fechadas com controle de temperatura, luminosidade, umidade, ração, vacinas aplicas por exemplo), na década de 1960 as granjas produziam frango em sistema de semiconfinamento. (UBABEF, 2011).

O aumento da produção e produtividade eram necessários na competitividade no mercado nacional, a Perdigão implanta na década de 1960 o sistema de integração, porém este foi inicialmente recusado pelos produtores rurais. O sistema de integração consistia na relação comercial, inédita na época, na qual a empresa dava a custódia dos pintinhos para os produtores que tinham a função de ter um galpão simples para alojar as aves e alimentá-las conforme as orientações técnicas dos funcionários da empresa. Pelo que consta, a ração, milho, era do próprio produtor rural. Este era remunerado conforme a produtividade do peso final dos

animais. O sistema de integração conforme Tassala (1996) só conseguiu sua consolidação após uma década de experiência junto aos pequenos produtores rurais que não aceitam determinadas norma de produção e comercialização das aves.

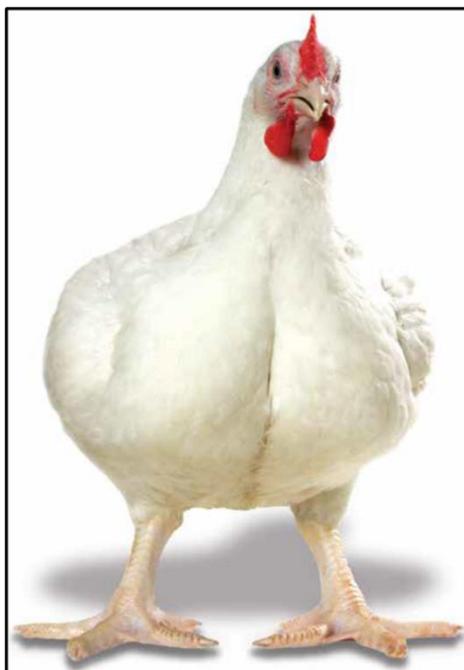
A modernização do sistema produtivo na década 1960 ocorre com a importação e introdução de máquinas de processamento principalmente na linha de produtos de suínos e posteriormente na de frangos. Também foram construídos os laboratórios de análises clínicas e microbiológicas para verificar índices de conversão de ração em carne e a própria qualidade da banha e da carne dos suínos. Nestes laboratórios analisavam-se as rações e suas matérias primas na busca de padronizar os produtos finais e reduzir as diferenças entre os lotes produzidos.

O aumento do consumo da carne de frango na década de 1970 obrigou a empresa a intensificar o sistema produtivo de aves. Reduziu até eliminar os pintos de um dia vindo de granjas de terceiros, essa prática visava padronizar as aves e controlar a condições sanitárias dos animais, reduzir a mortalidade e assim ganhar produção e produtividade. Foram construídas as Granjas Liberata (Fraiburgo-SC) (distante 25 de Videira) e Rio das Pedras (Videira) para a produção de ovos para abastecer o incubatório Rio das Pedras. (TASSALA, 1996) (ULLER, 2002) (LUDKEVITCH; 2005), (FLECK; LUDKEVITCH, 2007), (BRF FOODS S.A.; 2009) (BRF; 2016)

O congelamento de aves em 1971 é um marco das mudanças de hábitos alimentares da população brasileira, até então as carnes de aves eram preferencialmente consumidas frescas ou resfriadas. O preço do frango congelado é menor devido a facilidade de armazenamento, transporte e maior prazo de validade e assim aumentou o consumo per capita e o número de consumidores. A empresa segue a tendência de crescimento do consumo da proteína de frango e no ano de 1975 inicia as atividades da fábrica de Videira construída exclusivamente para este tipo de produção.

As etapas da produção do frango nas granjas foi dividido entre a empresa e os integrados. A primeira produzia as matrizes das matrizes (avós), matrizes (poedeiras) e os pintos de um dia. Os integrados recebiam os pintos e os engordavam segundo as especificações e orientações dos técnicos da Perdigão. No período foram introduzidas novas linhagens de frangos como Indian River[®], Hubbard[®], Ross[®], Cobb[®] (Figura 4-10), Anak e Shaver e vale destacar que essas raças são marcas registradas de empresas norte-americanas. (TASSALA, 1996) (ULLER, 2002) (LUDKEVITCH; 2005)

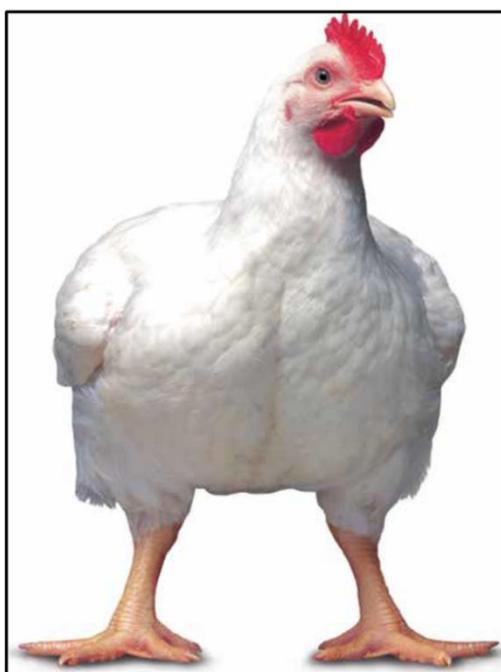
Figura 4-10 - Raças Indian River®, Hubbard®, Ross® e Cobb®



A – Indian River®



B – Hubbar®



C – Ross®



D – Cobb®

A- Indian River® Fonte: <http://pt.aviagen.com/indian-river-meat/>

B Hubbard® Fonte: <http://www.hubbardbreeders.com/pt/produtos/femeas-convencionais/7751-hubbard-h1.html>

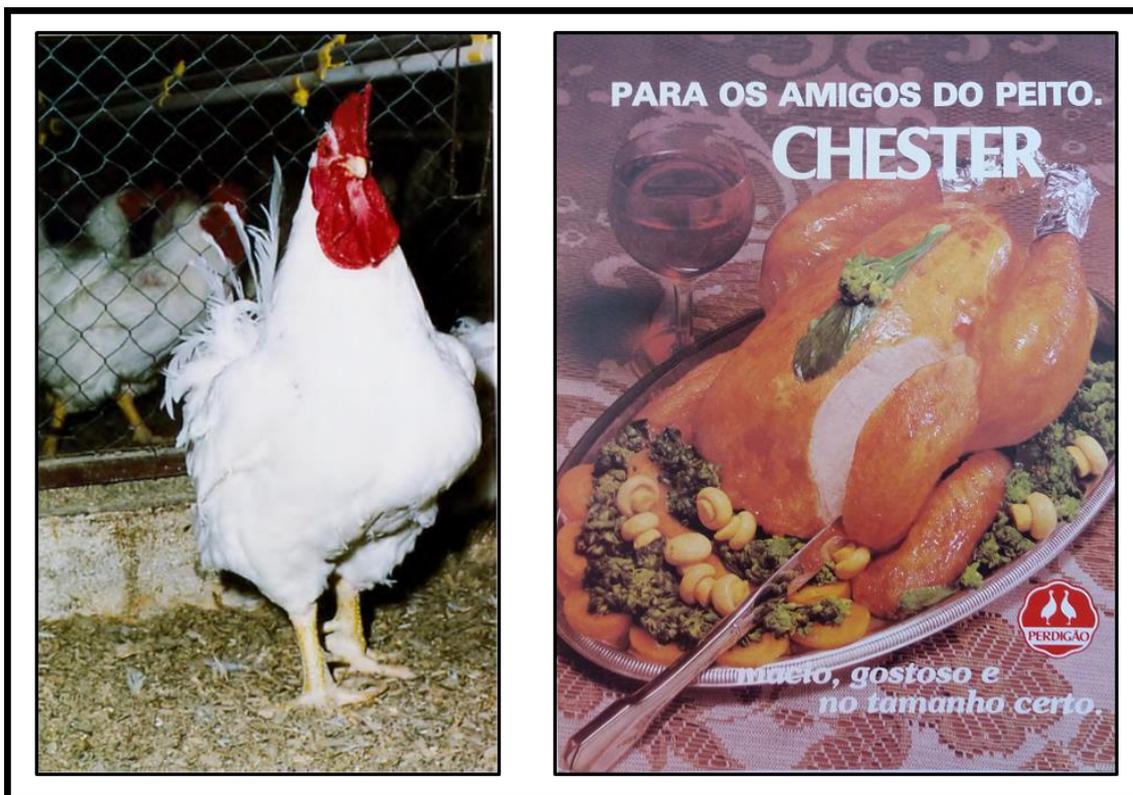
C – Ross® Fonte <http://pt.aviagen.com/ross-308/>

D – <http://www.cobb-vantress.com/>

Organizado pelo Autor

As transformações do mercado consumidor nacional exigiam aves com portes maiores, mais quantidade de carne e qualidade de maciez e sabor. O produto de maior impacto da Perdigão no segmento de aves festivas foi o lançamento da ave Chester® (Figura 4-11) para concorrer com o peru da Sadia, pois tinha 70% de carnes concentradas no peito, coxas e sobrecoxas com maciez e suculência maiores. O processo de produção genético da ave começou com a importação, em 1979, de matrizes da espécie *Gallus gallus* linhagem Roaster dos EUA. O produto foi lançado no mercado consumidor nacional em 1982 com altos investimentos em propaganda a enfatizar as qualidades da ave remetendo a língua romana para evidenciar sofisticação e emoldurar as tradições católicas com o texto “Ave, Chester®. Nobilis avis, coxobus succulentus, pectus fartus et umidus”, parafraseando a frase HABEMUS PAPAM. Dita para divulgar a eleição do papa. O grande investimento não foi apenas na propaganda, a Perdigão investiu no melhoramento genético com a construção de novas granjas para seleção dos melhores animais, acordos de parcerias como entidades de pesquisas. Com o domínio de 11 características genéticas, a empresa conseguiu autonomia para desenvolver seu produto e não depender tanto das genéticas importadas. O processo de sexagem, por exemplo, foi beneficiado com a introdução de característica facilitadora de separação dos pintos de 1 dia, assim ocorreu a economia aproximada de US\$700 mil ao ano. Em 1992 instalou o centro de desenvolvimento e pesquisa da ave no município de Arceburgo (MG) composta quadro de profissionais especializados e normas sanitárias exigentes. Os principais objetivos de melhoramento visavam rendimento de carcaça, ganho de peso, conversão alimentar e reprodução (fertilidade, eclosão, pintos viáveis, etc.). Ainda, o centro buscava o melhoramento genético por via de observação e cruzamentos, atender as exigências do mercado consumidor, afinar as metodologias de estatística e avaliações de dados e ainda, equilibrar as características das aves, pois a introdução de um melhoramento genético poderia anular outro já praticado. (GIORDANO; LAZZARINI, 1995) (TASSALA, 1996) (GOIDANICH, 2009) BRF Foods S.A.; 2009) (LOPES, 2010) (BRF; 2016)

Figura 4-11 - Ave tipo Chester® e Propaganda da ave Crester®



Fonte:

Revista BRF n° 22 e Tassala (1996;.,p. 99)
Organizado pelo Autor

Em 1983 lança a linha Chester® (aves inteiras, cortes temperados, Peito Defumado, Roll-Carne Defumada, Chester® Lanche, Chester® Geórgia, Mortadela, Salsicha, Linguiça, Almondegas, Hambúrguer e Medalhão com Bacon) com características pouco conhecidas na época com a redução de gorduras na composição dos produtos e ainda, em 1989 coloca no mercado produtos com a marca Turma da Mônica (Figura 4-12) (Mini Chicken, Presunto, Mortadela, Salsicha, Hambúrguer e Filezinho,) caracterizado pela baixa condimentação destinado para crianças entre 3 a 12 anos.

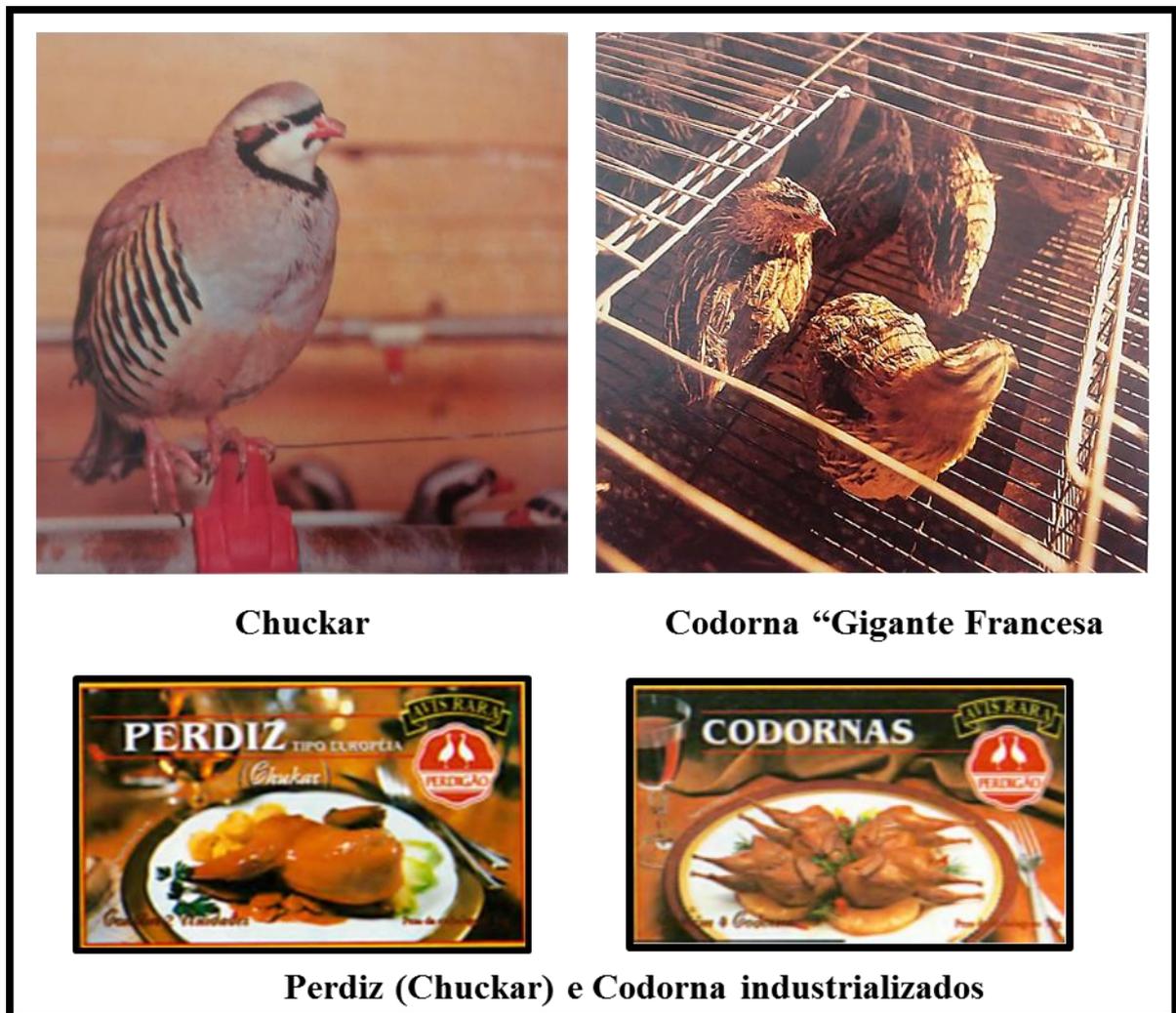
Figura 4-12 - Perdigão: Produtos Linha Turma da Mônica



Revista BRF n°40
Organizado pelo Autor

Em 1989 a Perdigão lança a linha *Avis Rara* composta por chukar (ave próxima do faisão de origem do Norte do Paquistão e Afeganistão), codorna da espécie “gigante francesa” (Figura 4-13) e faisão. A linha foi desenvolvida para atender as necessidades de vendas de produtos com maior valor agregado e ainda, atender a demanda dos produtos por restaurantes, lojas especializadas e consumidores de maior poder aquisitivo. O sistema de produção também foi o integrado na região de Videira, nesta eram produzidas as aves chukar e cordona com a genética da Faisanderies du Grand Clos., os produtores tinham rendimentos maiores, pois as aves necessitavam de instalações adaptadas com gaiolas, o tempo de alojamento era de aproximadamente 90 dias e a conversão ração/carne era menor. O abate chegou a 13 mil aves da espécie chukar e 27 mil codornas por semana. O faisão era produzido por produtores terceirizados no município de Rio Claro-SP. (GIORDANO; LAZZARINI, 1995) (TASSARA, 1996) (ESPÍNDOLA, 2001) (DALLA COSTA; 2005)

Figura 4-13 - Chukar e Cordona "Gigante Francesa": animal vivo e produto final



Fonte: Tassala (1996; p.100 e 101) Revista BRF n°6 1998
Organizado pelo Autor

O ano de 1989 ocorre a aquisição da unidade de vegetais congelados da Swift na cidade de Santo André (SP) e assim proporcionou a entrada da empresa no setor de vegetais congelados - milho verde e ervilha – e enlatados como purê e extrato de tomate, feijoada, maionese etc. No mesmo ano, fecha acordo de parceria tecnológica com a Mitsubishi Corporation (Japão) para viabilizar a produção (modernização da unidade de Capinzal-SC) e exportação de frango para o Japão atendendo as exigências sanitárias e de cortes específicos consumidos por aquele mercado consumidor. (GIORDANO; LAZZARINI, 1995) (TASSARA, 1996) (ESPÍNDOLA, 2001) (ULLLER, 2002) (DALLA COSTA; 2005) (LUDKEVITCH; 2005) (UBABEF, 2008)

O mix de produtos da Perdigão no final da década de 1990 era composto, além da linha Chester® (aves inteiras, cortes temperados, Peito Defumado, Roll-Carne Defumada, Chester® Lanche, Chester® Geórgia, Mortadela, Salsicha, Linguiça, Almondegas, Hambúrguer e Medalhão com Bacon) e Turma da Mônica, da “Vida Saudável” (batata palito, croquete de batata, couve-flor, brócolis, ervilha, milho e seleta de legumes.), Toque de Sabor, aves in natura, suínos in natura (cortes congelados e salgados) e processados (almôndegas, aperitivos, apresuntados, Avis rara, bacon a granel, ingredientes para feijoada, cortes temperados de frango, empanados, especialidades suínas, fatiados, frangos inteiros temperados, hambúrguer, kibes, linguiças curadas a granel e embaladas, linguiças frescas, linha Boas Festas (Presunto Tender Bolao e Bolinha, Presunto Tender Semi-Osso, Paleta Tender, Pernil Temperado e Desossado e Presunto Tenro Maryland.), lombos, maturados, pão de queijo, patês, pizza Apreciatta, presuntos, recheados, salames, salsichas de frango a granel e embaladas e salsichas suínas a granel.

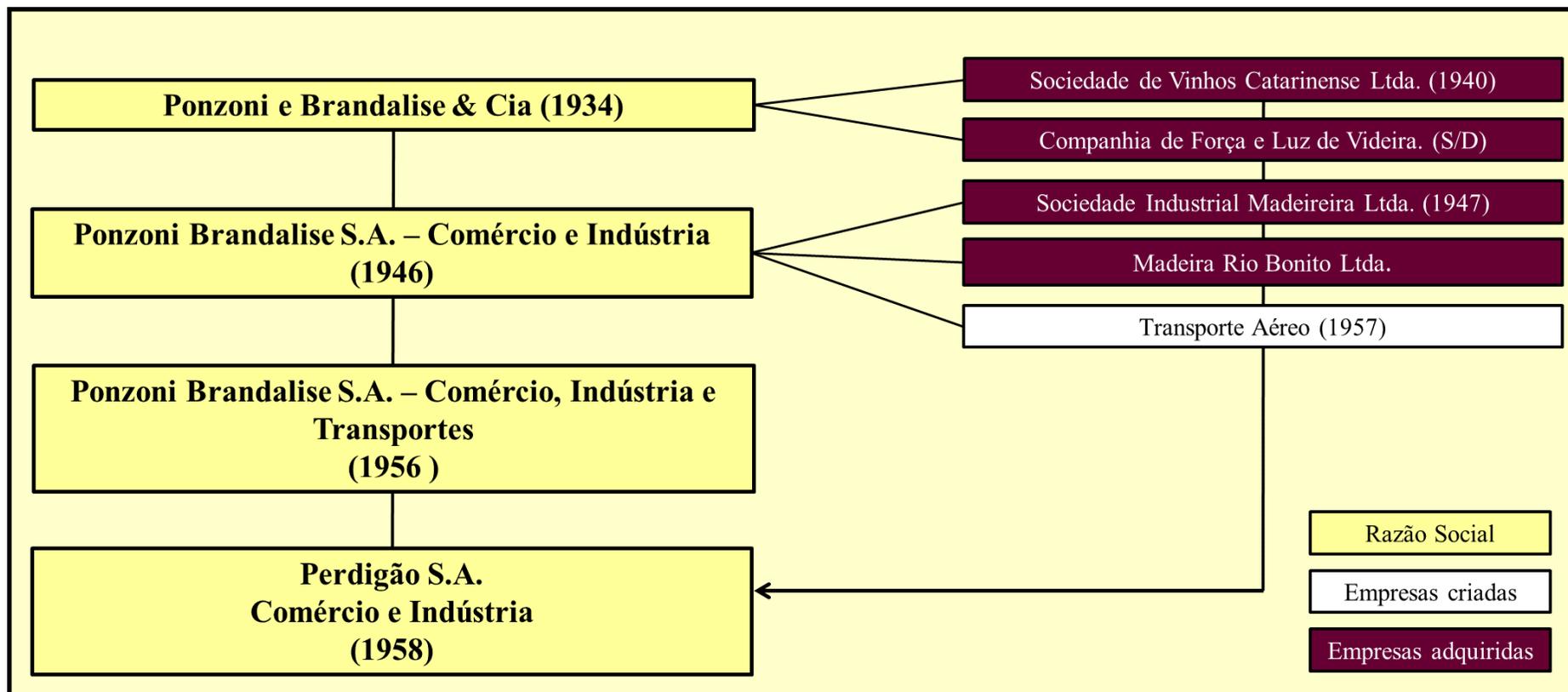
A Perdigão caracteriza sua trajetória empresarial por expandir seus investimentos com a diversificação de ramos com a compra de empresas em dificuldade econômica (

Figura 4-14 e

Figura 4-15): Sociedade de Vinhos Catarinense (1940), Sociedade Curtume Catarinense (1943), Serraria e fábrica de caixas (1947), Perdigão Serviços Ltda. – gráfica e serviços em geral (1965), Empório de Couros S.A. (1971), Supermercado Perdigão (1973), San Raphael Palace Hotel (1973) e Nordisa Empreendimentos Florestais – cultivo de maçãs (1979). Essa diversificação de negócio, ausência de especialização e profissionalização da administração, interesses familiares acima dos interesses da empresa¹⁵ prejudicaram a especialização da empresa na produção de alimentos, especificamente aves e suínos, ações menores marketing e expansão dos mercados consumidores nas décadas de 1960 e 70 na Região Sudeste do país. Ponzoni e Brandalise & Cia (1934), Ponzoni Brandalise S.A. – Comércio e Indústria (1946) Ponzoni Brandalise S.A. – Comércio, Indústria e Transportes (1954) e Perdigão S.A. Comércio e Indústria (1958). (TASSALA; 1996) (ULLER; 2002) (DALLA COSTA; 2005), (LUDKEVITCH; 2005), (FLECK; LUDKEVITCH, 2007), (BRF FOODS S.A.; 2009) (BRF; 2016)

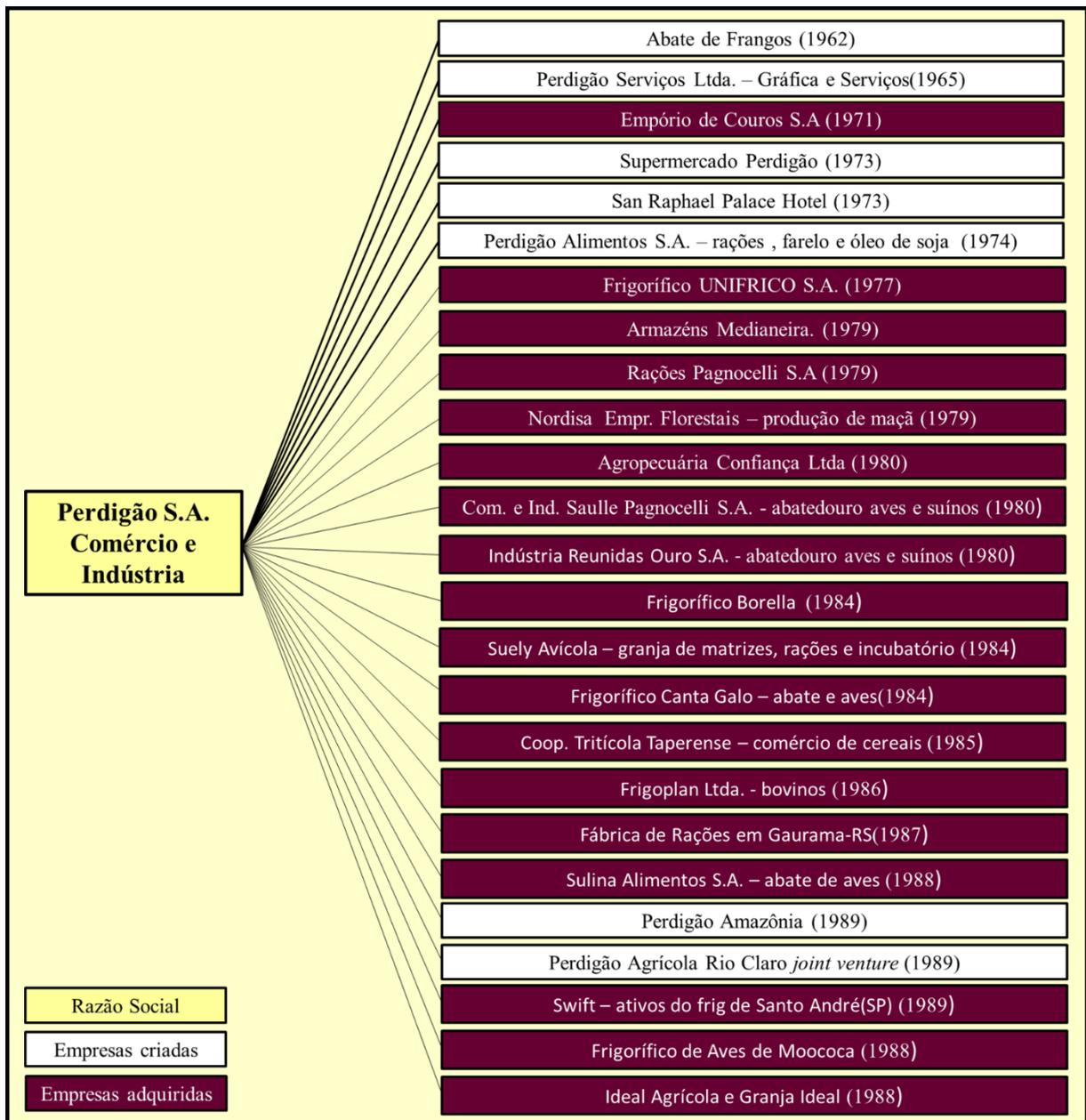
¹⁵ “Outro aspecto que talvez tenha contribuído para o endividamento foi a criação de outras empresas que orbitavam a Perdigão, tais como: Ilion Táxi Aéreo, Ilion Corretora de Seguros, fábrica de uniformes, fábrica de componentes para ração e Distribuidora de Alimentos, que tinham como proprietários os controladores da Perdigão, e que, prestavam serviços e forneciam produtos com exclusividade sem cotação de preços, e, em alguns momentos sem a qualidade devida dos produtos e serviços prestados. Forçando um superávit nas empresas satélites e déficit na Perdigão.” (ULLER, 2002; p.9)

Figura 4-14 - Perdigão: empresas criadas e aquisições durante a gestão familiar (1940-1958)



Fonte: Tassala(1996), Uller(2002), Dalla Costa(2005), Ludkevitch(2005), Fleck; Ludkevitch (2007), BRF Foods S.A.(2009) e BRF(2016)
Organizado pelo Autor

Figura 4-15 - Perdigão S.A. Comércio e Indústria: Aquisições de empresas entre 1962 até 1988



Fonte: Tassala(1996), Uller(2002), Dalla Costa(2005), Fleck; Ludkevitch (2007), BRF Foods S.A.(2009) e BRF(2016)

Organizado pelo Autor

Para Uller (2002), Ludkevitch(2005) e Fleck; Ludkevitch (2007) a Perdigão perdeu espaço de expansão no Sudeste brasileiro pela falta de profissionalização e ações de marketing, porém a empresa instalou filiais de comercialização, entre 1968-69, nas cidades de São Paulo, Bauru, Santos e Rio de Janeiro. Porém, concorrentes, principalmente a Sadia era mais eficiente

nestas ações comerciais, e assim reduziu a entrada da marca Perdigão na região, todavia lança ações na Bolsa de Valores em 1981 e abre o capital da empresa para novos investidores.

O Plano Cruzado (1985-1989) congelou os preços das mercadorias e num primeiro momento aumentou o poder aquisitivo da população a qual tinha seus salários achatado devido aos elevados índices inflacionários dos últimos anos (especialmente do governo do general João Batista Figueiredo). Os primeiros meses a população teve um ganho real do poder aquisitivo, as empresas aumentaram a produção para atender a nova demanda, porém, o congelamento de preços impedia o repasse dos custos de produção e até mesmo um aumento do lucro por parte das empresas. As empresas eram impedidas de aumentar os preços das mercadorias devido a fiscalização do governo via população, assim, as empresas começaram a produzir novos produtos e a “maquiar” produtos para driblar a fiscalização. Neste período a Perdigão teve seus investimentos congelados afetando a modernização do parque industrial e também a possibilidade de honrar compromissos financeiros das empresas deficitárias do grupo. (TASSALA, 1996) (ULLER, 2002) (DALLA COSTA, 2005) (LUDKEVITCH; 2005), (FLECK; LUDKEVITCH, 2007)

Em 1988 funda Perdigão Amazônia S.A. com objetivo de comercializar e processar soja, investe em planta frigorífica em Cuiabá, silos e armazéns no estado do Mato Grosso e; para chamar produtores rurais a entregar sua produção a empresa chega a vincular propaganda na televisão com o slogan “Perdigão e Produtor: parceria de confiança” (PERDIGÃO, S.I.). No ano 1990 a empresa tenta um joint venture para atuar no mercado europeu e se alia a Persuínos (empresa portuguesa produtora de derivados de suínos), porém a incompatibilidade de objetivos comuns encerra a relação comercial após 1 anos. (ULLER; 2002) (DALLA COSTA; 2005), (LUDKEVITCH; 2005), (FLECK; LUDKEVITCH, 2007), (BRF FOODS S.A.; 2009)

A administração familiar da Perdigão pelos Brandalise foi colocada em xeque na década de 1980 com o aumento das dívidas da empresa em virtude da alta diversificação dos negócios e atrasar a articulação produtiva industrial e comercial do principal setor do grupo que era a produção de proteína animal de aves e suínos. A deficiência de focar no segmento industrial repercutiu na atualização das plantas industriais e conseqüentemente reduzir a competitividade perante os concorrentes e, ainda, minimizar os lucros da empresa. A partir de 1985 a empresa inicia o processo de profissionalização administrativa e reformulação organizacional. As empresas de curtume, moinho de trigo, hotelaria, supermercado e fruticultura foram encerradas com objetivo de reduzir as dívidas e tentar reinvestir no segmento

industrial. (TASSALA; 1996) (ULLER; 2002) (DALLA COSTA; 2005), (LUDKEVITCH; 2005), (FLECK; LUDKEVITCH, 2007), (BRF FOODS S.A.; 2009) (BRF; 2016)

Aponta Fleck; Ludkevitch (2007; p. 9)

O crescimento da Perdigão se concentrou ao longo da década de 80, expandindo através de um intenso programa de aquisições de concorrentes em dificuldades, o que resultou em um elevado aumento da complexidade dos problemas. Esta estrutura provavelmente dificultou ainda mais a aprendizagem criteriosa e o desenvolvimento de modos sistemáticos de resolução de problemas. Porém o maior problema era o descontrole financeiro, pois a empresa não fazia o controle de seus investimentos em relação aos recursos disponíveis. Os seguidos prejuízos crescentes nos resultados financeiros foram consequência desta incapacidade de resolver os problemas.

Em 1987 é criada a Perdigão Agropecuária S.A. com a responsabilidade de gerenciar as áreas de produção e em 1990 os acionistas minoritários cobraram as mudanças mais profundas na empresa com vista a viabilidade econômica. Por outro lado, Giordano e Lazzarini (1995) descreve ação da AAVISA (Associação de Avicultores-SC) oferecer ajuda com a entrega de lotes de animais sem a necessidade de prazo de pagamento

Antes da troca do controle acionário e em uma de suas crises financeiras, alguns líderes da AAVISA contataram a sede da empresa em Videira e se dispuseram a ajudar de alguma forma, pois sabiam com toda a certeza que a sua sobrevivência dependia da saúde da agroindústria. Assim, propuseram que duas rodadas de frangos fossem colocadas na Perdigão para que esta pagasse quando pudesse. Estes líderes foram consultados se sabiam a que montante em dinheiro este "empréstimo" equivaleria e responderam que não sabiam com precisão, mas que isso também não importava. Feitas as contas, a direção da Perdigão chegou à conclusão de que eram cerca de US\$ 4 milhões. Os líderes ratificaram sua oferta. Agradecida e reconfortada por sentir o apoio de seus parceiros, a Perdigão não aceitou a oferta, mas a impressão que ficou foi de uma sólida relação de mútua confiança. Dentro de toda a crise pela qual passou, a Perdigão sempre fez questão de honrar seus compromissos (manter os pagamentos em dia) com dois importantíssimos sustentáculos de sua atividade: os funcionários e os parceiros. (p. 9)

Os resultados da gestão dos Brandalises não atendem as metas econômicas dos grupos de acionistas e a família é afastada da direção do grupo para dar credibilidade junto aos credores e bancos. Em 1993 toma posse Eggon João da Silva um dos sócios minoritários, proprietário da fábrica de motores WEG e os Brandalises vendem 70,6% das ações da Perdigão. Contudo a situação financeira da empresa era inconsistente sem a entrada de novos capitais e

assim ocorreram ofertas de compra por parte da JP Morgan uma das empresas associadas do grupo Bunge, negada pelos acionistas, e no mesmo ano a Perdigão foi adquirida por um pool de fundos de pensão (Quadro 4-3) e assim finaliza o ciclo de empresa de administração familiar.

Quadro 4-3- Perdigão: Acionistas 1995

Acionistas	%
Previ (Banco do Brasil)	17,16
Sistel (Telebrás)	17,16
Petros (Petrobrás)	13,90
Real Grandeza (Furnas)	10,30
Fapes (BNDES)	10,30
Valia (Cia. Vale do Rio Doce)	1,98
Telos (Embratel)	0,99
Weg Motores	14,81
Bradesco	6,0
Demais Acionistas	7,4

Fonte: (ULLER; 2002) (Dalla Costa; 2005), (Ludkevitch; 2005), (Fleck; Ludkevitch, 2007), (BRF Foods S.A.; 2009) (BRF; 2016)

Organizado pelo Autor

A empresa profissionaliza a administração com o primeiro diretor presidente Nildemar Secches responsável pela reestruturação da empresa, surge a “Holding – Perdigão S/A – e incorporou as ações da Perdigão S/A Comércio e Indústria. Essa, por sua vez, incorporou a Perdigão Agroindustrial S/A e a Perdigão Avícola Rio Claro Ltda., passando a usar a razão social Perdigão Agroindustrial S/A.” (ULLER;2002, p.70). Estas empresas operacionais ficaram concentradas sobre a razão social de Perdigão Agroindustrial S.A. A nova administração fez novas aquisições de empresas, reformulou os quadros hierárquicos da diretoria, traçou planos de desenvolvimento e crescimento de médio e longo prazos.

Segundo Relatório 20-F¹⁶ apresenta a transição da administração familiar para a profissional.

A Empresa acredita que a transferência do controle acionário da família Brandalise para os Fundos de Pensão ofereceu a oportunidade de redirecionar os negócios maximizando lucros. Os fundos de pensão contrataram um time de executivos para reestruturar a administração, com programas de modernização, incluindo o Projeto de Otimização e o de Expansão 2003. A nova administração promoveu uma reestruturação corporativa extensiva, reduzindo o número de empresas controladas de treze para somente três, e

¹⁶ É um relatório padronizado pela SEC (Securities and Exchange Commission) que deve ser apresentado anualmente por todas as empresas estrangeiras com ações negociadas nas bolsas de valores nos EUA. Traz um panorama de cada um dos negócios, apresentando os resultados financeiros e operacionais, fatores de risco e o andamento dos investimentos e projetos das empresas. (<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/annual-reports/20f/paginas/default.aspx>) (Adaptado pelo Autor)

enxugou a Empresa para reduzir as taxas de juros da dívida. Em 31 de março de 2001, os Fundos de Pensão possuíam 79,7% das ações ordinárias e 35,0% das ações preferenciais. As ações da Empresa são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. (PERDIGÃO, 2000; p.12-3)

Entre os anos de 1995 a 2008 a empresa realiza:

- Lançamentos de mais 250 produtos com valores agregados maiores e inovadores nos quesitos de ingredientes (Quadro 4-4);
- Investimentos na aquisição de empresas do setor de aves, suínos e lácteos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;
- Reestruturação da organização administrativa das diretorias e das unidades agroindustriais;
- Modernização e ampliação da capacidade produtiva agroindustrial de várias unidades;
- Construções e ampliações dos Centros de Distribuição;
- Implantação de escritórios de comercialização de negociações no exterior;
- Acordos com demais empresas para produção e distribuição de produtos no país e exterior;
- Sistema de Qualidade Total na linha de produção desde a compra de matérias primas das rações até a entrega de produtos ao consumidor final;
- Terceirização de serviços (limpeza, segurança, manutenção) das unidades agroindustriais, produção de matrizes de aves e suíno, distribuição de produtos, transporte de animais e rações;
- Projetos para atender demanda sociais da empresa e das cidades onde implanta novas unidades;
- Contratos de entrega de produtos com grandes redes de *fast food*,
- Ações corporativas junto aos funcionários para distribuição de lucros e;
- Lança ações na Bolsa de Valores de Nova York

Quadro 4-4 - Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Maio 1996	Perdigão	Kibe	1
Maio 1997	Perdigão	Mini Kibe	1
Maio 1997	Perdigão	Frango defumado	1

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Julho 1997	Escolha Saudável	Vegetais congelados: batata palito, croquete de batata, couve-flor, brócolis, ervilha, milho e seleta de legumes	6
Julho 1997	Perdigão	Ingrediente para Feijoada	1
Agosto 1997	Congelados	Polpetone, Medalhão Bovino, Big Chicken e Big Chicken com Queijo	4
Agosto 1997	Mudança de embalagem da linha Avis Rara (bandeja para caixa de papel impermeável) Paté de presunto e fígado de frango (condicionamento do potes em caixas impermeáveis) mudança feita a pedido realizado no SAC		
Agosto 1997	Fatiados	Copa, Presunto Cru e Salame italiano – investimento em máquinas fatiadoras e embaladoras italianas na unidade de Herval D'Oeste produção de 100 ton/ano para 800 ton/ano	3
Agosto 1997	Lançamento na Argentina	Salame Tipo Milan, Poncetto Ahumado, Lomo de Cerdo Cocido, Jamon Cocido, Bondiolo, Posto de Cerdo Cocida, Mortodelo Tipo Bologna, Jamón Cocido Tipo Europeu, Salsichon com Jamón, Fiambre de Cerdo e Salchicha Tipo Vieno.	11
Outubro 1997	Chester®	Presunto de aves Chester® (produto com menor teor de gordura)	1
Abril 1998	Linha aperitivo	Croquete de Carne, Stick de Queijo e Stick de Frango	3
Junho 1998	NaBrasa®	Frango	1
Jun 1998	Perdigão	Bacon Redondo	1
Agosto 1998	Cozinha Internacional	Peito ao Catupiry, Peito de Chester® Parmeggiana e Steak a Suíça	3
Agosto 1998	Escolha Saudável	Vagem picada e mini cenoura	2
Agosto 1998	Fatiados	presunto, apresuntado, presunto de Chester® e mortadela fatiados (embalagens easy-open (fácil abertura)	4
Agosto 1998	Linha Vida Saudável Mar	File Peixe, Hambúrguer de Peixe, Stick de Peixe e Mini Fish (produzidos pela a norteamericana Iceland SeaFood Corp.)	4
Outubro 1998		Mudança da Identificação das embalagens do frango e cortes congelados	
Fevereiro 1999	Turma da Mônica	Pão de queijo congelado	1
Fevereiro 1999	Linha Toque de Sabor	Lasanha à Bolonhesa	1
Fevereiro 1999		Mudança da Embalagem da Linha Chester®	
Abril 1999	Empanados Recheados	Napolitano, Creme de Champignon, Creme de Queijo e Brócolis (investimento de US\$ 2,5 milhões)	4
Abril 1999	Linha Escolha Saudável	Mandioca Palito – mandioca produzida e congelada pela empresa Mil Alimentos - PR	1
Abril 1999	Perdigão	Frango inteiro desossado	1
Abril 1999	NaBrasa®	Galeto	1
Junho 1999	Linha Toque de Sabor	Lasanha Quatro Queijos	1
Junho 1999	Chester®	Lançamento regional do Chester® no Tucupi para a Festa do Sírio de Nazaré (região Norte)	2

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Agosto de 1999	Nova embalagem dos produtos Big Chicken e Big Chicken Recheado com Provolone		
Agosto 1999	Linha Coquetel	Salsichas e Salsinha defumada	2
Outubro 1999	Linha Toque de Sabor	Panqueca à Bolonhesa	1
Outubro 1999	Turma da Mônica	Lasanha à Bolonhesa	1
Outubro 1999	Linha Fatiados	Bolognella (mortadela) com Pistache, Salame Hurburguês e Lombo Conodense.	3
Outubro 1999	Corte de suínos congelados e industrializados	Bisteca, Filé e Lombo	3
Outubro 1999	Chester®	Chester®ella (mortadela de Chester®)	1
Outubro 1999	Chester®	Tender de Chester®	1
Outubro 1999	Perdigão	Polpetene de 75g com 8 unid.	1
Novembro 1999	Linha Toque de Sabor	Lasanha à Bolonhesa embalagem de 1,5kg	1
Novembro 1999	Linha Toque de Sabor	Noque à Bolonhesa	1
Janeiro 2000	Perdigão	Salame Ligth	1
Abril 2000	Perdigão	Chiken Pizza	1
Abril 2000	Toque de Sabor	Lazanha Verde Bolonhesa	1
Abril 2000	Pizza Apiciatta	Pizza Apiciatta	1
Abril 2000	Perdigão	Chicken Pizza	1
Abril 2000	Perdigão	Patatitas	1
Junho 2000	Linha Toque de Sabor	Rondellini	1
Junho 2000	Perdigão	Empanadinho de Frango – pedaços de frango empanados prontos para comer	1
Agosto 2000	Perdigão	Pão de Queijo Tradicional	1
Agosto 2000	Perdigão	Empanadinhos de Calabresa	1
Agosto 2000	Turma Mônica	Mini Kibe de Frango	1
Agosto 2000	Turma da Mônica	Mini Salsicha de Frango	1
Setembro 2000	Linha Prontinho Congelados	Preto Tradicional, Feijão Carioquinha Temperado e Feijão Carioquinha Temperado	4
Setembro 2000	Aperitivos	Croquete Mandioca com Carne	1
Setembro 2000	Aperitivos	Coxinhas de Frangos	1
Setembro 2000	Aperitivos	Stick de Presunto e Queijo	1
Setembro 2000	Super Práticos	Tooping recheado de queijo	1
Setembro 2000	Super Práticos	Tooping recheado de brócolis	1
Novembro 2000	Aperitivo	Bolinho de Aipim	1
Fevereiro 2001		Linha Ligth e Elegant menores teores de sódio e a base carne peru	1
Abril 2001	Apiciatta	Mini Pizza Chester® com Requeijão	
Abril 2001	Turma da Mônica	Mini Pizza Frango com Requeijão	1
Abril 2001	Turma da Mônica	Mini Pizza Mussarela	1
Abril 2001	Linha Toque de Sabor	Panqueca de Frango	1
Agosto 2001	Chester®	Strogonoff Chester®	1
Agosto 2001	Perdigão	Hambúrguer de Carne Bovina sabor Suave	1
Setembro 2001	Perdigão	Pão de Queijo Ligth	1
Setembro 2001	Toque de Sabor	Capeletti Amatriciana	1
Novembro 2001	Toque de Sabor	Peito de Frango à Romana	1
Novembro 2001	Toque de Sabor	Frango Xadrez	1
Novembro 2001	Toque de Sabor	Strogonoff	1

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Novembro 2001	Perdigão	Peru congelado	1
Novembro 2001	Perdigão	Mortadela Bologna Ouro	1
Março 2002	Chester®	Pizza Chester®	1
Março 2002	Turma da Mônica	Mini Chicken com Cenoura	1
Mai 2002	Apreciatta	Pizza Doce– Banana com canela, Brigadeiro e Romeu e Julieta	1
Mai 2002	Apreciatta	Pizza Marguerita	1
Mai 2002	Toque de Sabor	PenneTricoloria, Quatro Queijos, Ravioli a Romanesca, Frango a Primavera e Peito Chester® Chester®® a Fiorentina	6
Mai 2002	Linha Light & Elegant	A pizza Peito de Peru	1
Julho 2002	Perdigão	Noques recheados: com Quatro Queijos e Espinafre com Ricota	2
Julho 2002	Perdigão	Patatitas recheadas: Pizza e Queijo	
Setembro 2002	Aprecitta	Pizza unidade meia calabresa e meia mussarela e Torta Palmito, Frango com Catupiry, Quiche de Queijos e Frango (produzidas em Rio Verde)	4
Setembro 2002	Linha Folhados	Frango com Catupiry®, Palmito, Presunto e Queijo e Pizza	4
Setembro 2002	Perdigão	Bolinho de Aipim com Queijo e Bolinho de Aipim com Frango	1
Novembro 2002	Fresky	Linha Freky (camarões congelados) para o mercado europeu - Holanda	1
Fevereiro 2003	Escolha Saudável:	os legumes agora são produzidos no Brasil e não mais importados da Bélgica	
Abril 2003		Mudanças no Logotipo da empresa	
Mai 2003	Folhados	chocolate, maçã com canela, banana com canela	3
Mai 2003	Apreciatta	Torta: Chocolate com coco, Limão, maçã com canela, banana com canela	4
Julho 2003	Toque de Sabor	Noque de batata recheado com presunto e queijo	2
Julho 2003	Apreciatta	Quiche queijo com legumes	1
Julho 2003	Linha Ligth e Elegance	Mortadela de peru	1
Julho 2003	Perdigão	Tirinhas de frango e Steak de calabresa	2
Setembro 2003	Escolha Saudável	Hambúrguer Vegetal, Cordon Verde Vegetal, Patatitas Vegetais, Salsicha Vegetal e Mini Kibe Vegetal	5
Março 2004	Perdigão	Linguiça Pernil Ouro pacote 1kg	1
Mai 2004	Apreciatta	Pizza de frango com Catupiry	1
Mai 2004	Toque de Sabor	Lasanha de presunto e queijo ao sugo	1
Mai 2004	Linha Aperitivos	Mini Calzone de frango e Catupiry	1
Mai 2004	Folhadinhos	Banana e canela e maçã e canela	2
Julho 2004	Linha Ligth e Elegant	Presunto de peru cozido e defumado	1
Julho 2004	Fatiados	Linha Mortadela Bolognella, Salame tipo Hamburguês e Presunto Cru	3
Setembro 2004	Apreciatta	Pizza brotinho de Calabresa	1
Julho 2004	Perdigão	Chicken Popcorn	1
Março 2005	Perdigão	Salame – Salamini	1
Março 2005	Perdigão	Linguiça Colonial Sulina	1
Mai 2005	Perdigão	Hambúrguer Bovino sabor Picanha	1

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Maio 2005	Toque de Sabor	Lasanha de Frango ao sugo	1
Maio 2005	Turma da Mônica	Hambúrguer de frango com cenoura	1
Maio 2005	Aperitivos	Croquete de Aipim sem recheio	1
Setembro 2005	Perdigão	Hot Wings -coxíneas das asas de frango (drumette), em cortes temperados, cozidos e congelados, com tempero picanle	1
Setembro 2005	Chester®	Chester® Desossado	1
Setembro 2005	Light e Elegance	Peito de peru defumado	1
Setembro 2005	Escolha Saudável	Strogonof de Vegetais	1
Setembro 2005	Toque de Sabor	Lasanha de queijo e presunto ao sugo	1
Setembro 2005	Apreciatta	Pizza meia mussarela e meio frango com Caturipy	1
Dezembro 2005	Turma da Mônica	Margarina	1
Dezembro 2005		Margarina Borella	1
Março 2006	Toque de Sabor	Lasanha de calabresa edição limitada	1
Março 2006	Apreciatta	Pizza de mortadela Bologna	1
Maio 2006	Perdigão	Frango in natura inteiro e em pedaços	1
Maio 2006	Crester	Chester® peito cozido	1
Maio 2006	Chester®	Chester® peito in natura sem foto	1
Maio 2006	Chester®	Chester® Golden Chester® empanado no formatotridimensional, similar ao das Tiritas, mas arredondado e bem crocante	1
Maio 2006	Escolha Saudável	Pizza Vegetal	1
Maio 2006	Perdigão	Hambúrguer Tenesse unidades 120g	1
Maio 2006	Perdigão	Rock Dog enroladinho de salsicha	1
Maio 2006	Perdigão	Linguiça Ouro de Lombo suíno	1
Setembro 2006	Perdigão	Quick Pizza pizza salgadinho que vai ao forno micro-ondas e fica pronto em 1 min45seg	1
Setembro 2006	Patê	Patê de peru	1
Setembro 2006	Ligth e Fibras	Lasanha á bolonhesa de peito de peru	1
Setembro 2006	Perdigão	Hambúrguer bovino defumado	1
Setembro 2006	Apreciatta	Pizza de peperoni	1
Setembro 2006	Perdigão	Stick Batata sabor calabresa	1
Setembro 2006	Perdigão	Salsicha Napolitana picante	1
Dezembro 2006	Chester®	Lasanha de Chester®	1
Dezembro 2006	Perdigão	Lasanha de Bacalhau	1
Janeiro 2007	Perdigão	Corte de suíno Costela suína Tennessee	1
Janeiro 2007	Linha Essencial Pete Care	Rações para cães	4
Maio 2007	Perdigão	Quickpizza frango com requeijão	1
Maio 2007	Linha Toque de Sabor	Molhos congelados: bolonhesa; molho ao sugo com pedaços de tomate; molho de calabresa e molho quatro queijos	4
Novembro 2007	Perdigão	Lasanha de Salmão	1
Junho 2008	Perdigão	Yakisoba congelado	1
Junho 2008	Perdigão	Parmegiana de Carne Perdigão Congelado	1
Junho 2008	Perdigão	Parmegiana de Frango Perdigão Congelado	1
Junho 2008	NaBrasa®	Espeto de carne congelado, Espeto de linguiça suína, Espeto de coração de frango e Espeto de frango	4

Perdigão: lançamento de produtos entre 1996 a 2008			
Mês Ano	Linha	Lançamento	Itens
Junho 2008	Apreciatta	Pizza de lombo com Catupiry R	1
Agosto 2008	Perdigão	Paleta Suína congelada e temperada	1
		Total	256

Fonte: <http://revistabrf.com.br/1721-2/downloads-arquivos-pdf/>

Organização o Autor

O número de lançamentos de produtos processados e ultraprocessados¹⁷ agregam valores nas matérias primas se comparados aos produtos tradicionais como os cortes resfriados ou congelados de aves e suínos. A produção exige grandes investimento em máquinas das plantas agroindustriais e a padronização das matérias primas (animais e vegetais) desde o espaço rural. Tais produtos possuem vantagens de comercialização sempre exaltadas pelas grandes campanhas de publicidade como: transporte, facilidade de preparo e de estocagem, status social, hiperpalatabilidade, maiores prazos de validade e possibilidade de ingestão entre as refeições. Os pontos positivos são questionados por Martins et al. (2013; p. 658)

Estudos em diferentes países mostram que o conjunto dos produtos prontos para o consumo, processados ou ultraprocessados, é mais denso em energia, tem maior teor de açúcar livre, sódio, gorduras totais e gorduras saturadas, e menor teor de proteínas e fibras quando comparados a alimentos *in natura* ou minimamente processados, combinados a ingredientes culinários.

Da mesma forma que parte do mercado consumidor deseja produtos mais baratos, de fácil preparo, transporte e armazenamento, outra parcela busca produtos com menores índices de sódio e corantes, por exemplo. Em 2001, lança a linha *Ligth e Elegance*[®] com teores 30% menores de sódio se comparados com os similares do mercado. A busca de novos nichos de mercados repercutiu e repercute nos processos produtivos não apenas da Perdigão (atual BRF), mas de todas as empresas de alimentos do mundo. A busca por produtos com menos índices de ingredientes artificiais, conservantes, aromatizantes, estabilizantes e demais substância tidas como não próprias para a saúde humana, apesar de legais pelas legislações, promovem o contínuo lançamento de produtos e com valores cada vez mais agregados aumenta assim o lucro e lucratividade das empresas. (Revista BRF, 1997-2013)

¹⁷ [...] alimentos *in natura* ou minimamente processados; ingredientes culinários processados; e produtos alimentícios prontos para consumo, que podem ser processados ou ultraprocessados. Os produtos ultraprocessados são essencialmente formulações da indústria, na maioria ou totalmente feitos a partir de ingredientes e contendo pouco ou nenhum alimento integral, enquanto os produtos processados são alimentos integrais preservados em sal, açúcar ou óleo. (MARTINS et al., 2013; p.657-8)

A Perdigão expande seus negócios e faz parceria com a Lactona S.A, indústria argentina de massas e lácteos em 1997 para distribuir as massas industrializadas da marca Romagnola no mercado brasileiro. Com o acordo, a Lactona S.A. distribuiu 11 produtos (Salame Tipo Milan, Poncetto Ahumado, Lomo de Cerdo Cocido, Jamón Cocido, Bondiola, Posto de Cerdo Cocida, Mortadelo Tipo Bologna, Jamón Cocido Tipo Europeu, Salsichon com Jamón, Fiambre de Cerdo e Salchicha Tipo Vieno da Perdigão no mercado argentino a atender o paladar e os costumes locais. A parceria com a Lactona foi finalizada em 1999 devido a aquisição da empresa pelo grupo Parmalat.

Fecha parceria de exclusividade com a rede de Bob's para fornecer hambúrgueres bovinos em dois tamanhos, hambúrgueres de frango, salsichas e presunto. A empresa fornecedora atendeu as exigências da contratante nos quesitos de palatabilidade, tamanhos, peso, cronograma de entregas e exclusividade dos produtos. Exige-se então da Perdigão, padronização e assim, investimentos nas linhas de produção e distribuição das mercadorias. Em 2002, o contrato com a rede Pizza Hut[®] realizado para fornecer peperoni e isso exigiu também um aperfeiçoamento dos equipamentos e da logística. Em julho de 2002 começa a fornecer cortes de frangos para Singapore Airlines e também, terceiriza a produção de matrizes de aves e suínos nos municípios de Caçador e Campos Novos, ambos em Santa Catarina. (PERDIGÃO, 1997-2013) (ALIMENTOS, 2002)

Em 2000 lança ADR¹⁸'s nível II¹⁹ ou seja, oferta ações na bolsa de valores de Nova York com visibilidade da empresa, dos produtos e de acesso de novos acionistas fora do mercado brasileiro. Em 2001 atinge o grau de Governança Nível I²⁰ da BOVESPA. Entre 2001

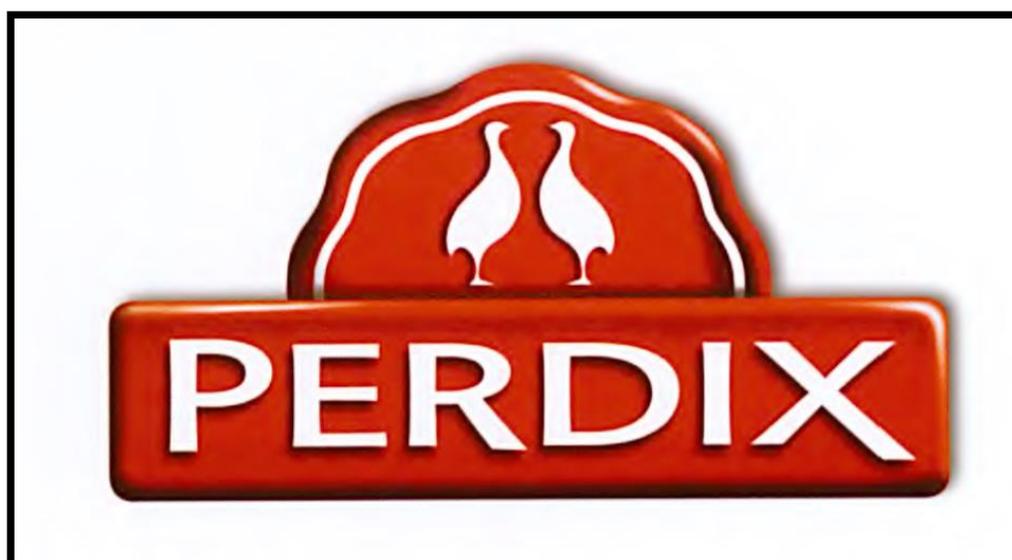
¹⁸ “Os ADRs (*American Depositary Receipts*) são instrumentos de negociação em dólares americanos, emitidos nos Estados Unidos por um banco depositário, representando propriedade de valores mobiliários estrangeiros, geralmente conhecida como ações ordinárias subjacentes. Os ADRs possibilitam a aquisição e negociação de valores mobiliários estrangeiros em dólar americano por investidores americanos, sem a preocupação com prazos diferentes de liquidação e com problemas normalmente associados aos mercados estrangeiros. Eles possibilitam também o acesso das companhias estrangeiras aos mercados de capital norte-americano, ou seja, o acesso à maior base de investidores domésticos de todo o mundo” (BRUNI, 2002; p.9)

¹⁹ “Neste caso, os ADRs são listados e negociados em uma das bolsas de valores norte-americanas acarretando, portanto, o cumprimento das formas das normas de SEC (*Securities Exchange Commission*) e dos USGAAP (United States General Accepted Accounting Principles). Os requerimentos de registros são mais abrangentes e envolvem não somente o acordo formal (*Depositary Agreement*) e demais formalidades junto ao Banco Central e CVM (Comissão de Valores Mobiliários) [...] como também o registro completo na SEC e o registro em uma das bolsas norte-americanas. Além disso, a empresa deve adaptar as suas informações contábeis aos princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA, as quais devem ser fornecidas regularmente aos investidores Após a conclusão dos ajustes contábeis necessários, o processo de implementação dura cerca de três meses” (BRUNI, 2002; p. 12-3)

²⁰ As companhias do Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária, além de cumprir as seguintes obrigações: • Informações Adicionais nas ITR (Informações Trimestrais) [...] Informações Adicionais nas DFPs:(Demonstrações Financeiras Padronizadas) [...] Informações Adicionais nas IAN's (Informações Anuais) (fonte: http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/dir/relatorio_christopher_zibordi.pdf)

e 2002 junta-se com a maior concorrente, a Sadia, para formar a BRF Trading Company S.A com o objetivo de exportar aves e suínos para mercados emergentes como Rússia e os países da Euroásia e, ainda, Egito, África do Sul, Angola, Cuba, República Dominicana; reduzir os custos de transporte com o uso comum de contêineres, centros de distribuição no exterior, ganhar competitividade nas negociações de venda em grandes volumes. Problemas com o mercado russo, o qual não permitia a venda direta no varejo da trading e diferenças nas táticas de vendas das empresas a parceria foi desfeita. A Perdigão continuou a utilizar as estruturas das BRF Trading Company S.A e passou a denominar-se BFF (Brazilian Fine Foods) e a Sadia fez parceria de exportações com a Cargill dos EUA. Em 2001, a Perdigão lança a marcar Perdix (Figura 4-16) para as exportações aos mercados europeus e asiático. (PERDIGÃO, 1997-2013) (PERDIGÃO S.A., 2000) (RIPARDO, 2002) (SEREIA; CÂMARA; VIEIRA, 2010)

Figura 4-16 - Perdix – Logomarca (2001)



Fonte: Revista BRF (1997-2013)

O ano de 2002 a Perdigão habilita-se como produtora de produtos Halal²¹ (Figura 4-17) e abre escritório de vendas em Dubai (Emirados Árabes Unidos) para atender a demanda

²¹ A palavra “Halal” significa lícito, o mesmo que permitido. Alimentos designados “Halal” são aqueles, cujo consumo é permitido por Deus. No Sagrado Alcorão, Deus ordena aos muçulmanos e a toda humanidade a comer apenas alimentos “Halal”. Halal também é a base de tudo que é lícito, no social, nos atos praticados (conduta), na justiça, nas vestimentas, nas finanças, etc., é um sistema baseado em princípios e valores que beneficiam a humanidade. (FAMBRAS HALAL, 2016)

da região leste da Ásia com proteína animal, principalmente aves. Esse processo de lançamento de produtos Halal impôs a empresa a adoção de medidas produtivas específicas como: abate devem ser Halal (com a degola com corte único) como determina a Lei Islâmica; produtos industrializados não devem conter de forma alguns derivados de porco (colágeno, sangue, enzimas, pelos, osso e gordura); livres de impurezas (najis), conforme determinado pela Sharia; e ausentes de elementos venenosos, intoxicantes e nocivos à saúde humana. (Revista BRF, 1997-2013) (FAMBRAS HALAL, 2016)

Figura 4-17 - Perdix: Produtos Halal



Fonte: http://www.revistapib.com.br/noticias_visualizar.php?id=531

A expansão do mercado asiático consolida-se com a abertura de escritórios em Cingapura e Tóquio. Esses mercados já eram atendidos desde 1989, quando realizaram a *joint venture* com a Mitsubishi Corporation para investimento em equipamentos para realizar cortes específicos consumidos naquele país. (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Os investimentos na construção e modernização dos Centros de Abastecimento e Distribuição (CAD) são marcados com as unidades de Belo Horizonte (1996), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) em 1997, Centros de Abastecimento e Distribuição de Videira (SC), Fortaleza (CE), Cubatão (SP) e Salvador (BA) em 1998, Campinas no ano 2001, Centro de Logística e Distribuição Curitiba (2004) o primeiro terceirizado da empresa, amplia os CD de Videira e Marau em 2006. (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

As ampliações, modernizações e instalações das plantas agroindustriais (Quadro 4-5) realizaram-se para atender as novas demandas dos mercados consumidores nacionais e internacionais. Visavam reduzir os custos de produção com o transporte de matérias primas,

Quadro 4-5- Perdigão: Ampliação, modernização e novas plantas agroindustriais 1996-2007

Ano	Tipo	Local
1996	Fábrica de rações 33mil ton/mês	Marau-RS
1998	Unidade de Industrializados	Marau-RS
1999	Aumento da capacidade produtiva industrial	Catanduvas-SC
2000	Início do abate de suínos em julho e aves em outubro	Rio Verde-GO
2001	Exporta para Europa e Oriente Médio	Rio Verde-GO
2004	Concentrar sua produção de salames, copas e presunto cru (tipo italiano)	Marau-RS
2002	Fábrica de Rações capacidade de 350 toneladas/dia	Gaurama (RS)
2002	Incubatório	Marau-RS
2006	Incubatório	Castro-PR
2007	Unidade Agroindustrial fábrica de rações, 140 mil aves/dia 80% para exportação	Mineiros-GO
2007	Expansão de abate de 40 mil para 280 mil aves/dia	Nova Mutum-MT
2008	Complexo de Lácteos	Bom Conselho-PE

Fonte: (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Organizado pelo Autor

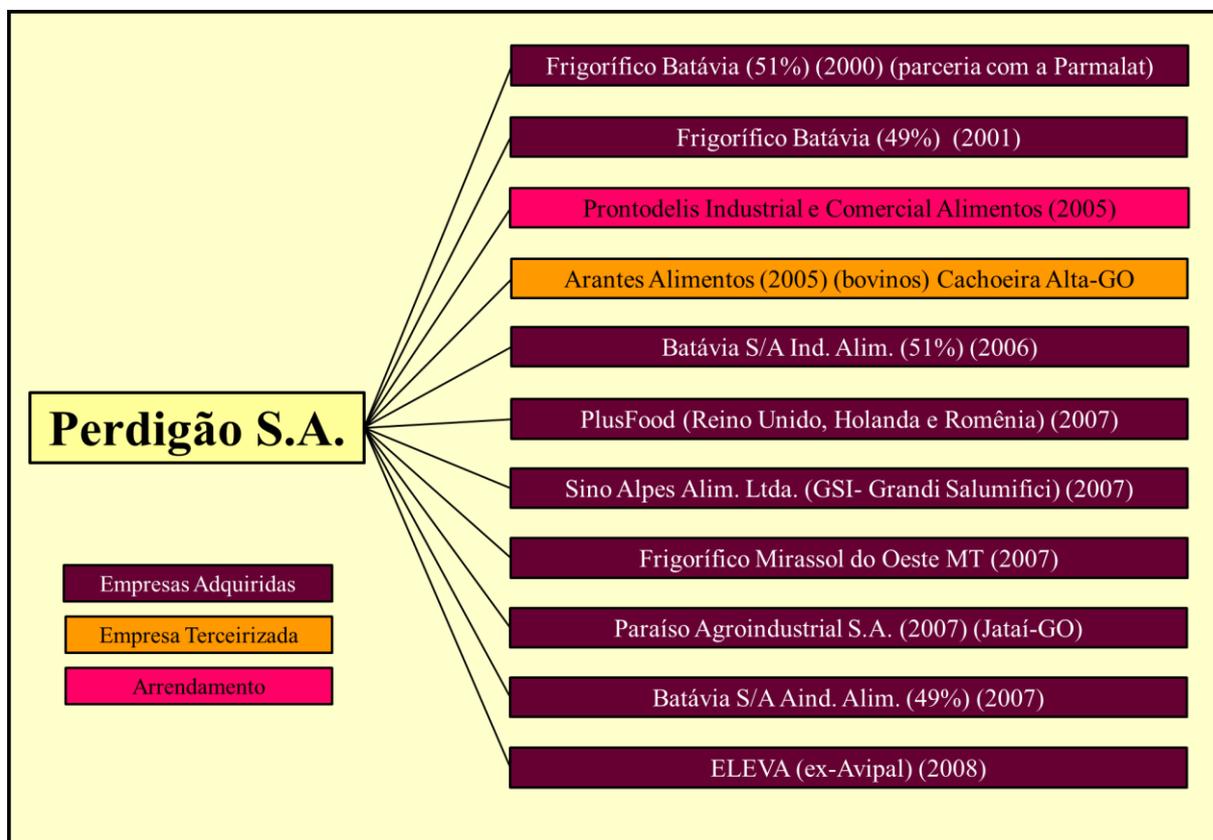
Em 2007 a Perdigão e Unilever formalizam a criação da joint-venture (UP Alimentos) para gerir as marcas Becel e Becel ProActiv. Perdigão compra, da Unilever, as marcas de margarina Dorian, Delicata e Claybom e os ativos (máquinas e equipamentos) ligados ao processo fabril das mesmas, em Valinhos (SP). (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

As ações sociais e voltadas ao quadro de trabalhadores podem ser destacadas (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016):

- 1996 Programa Educacional cuja meta é possibilitar a todos seus funcionários a conclusão do primeiro grau até o ano 2000
- 1997 Criação Programa Habitacional Perdigão-PROHAB e da Perdigão Sociedade de Previdência Privada
- 2000 nove postos de saúde e segurança do ATENDE – Centro de Serviços ao Cidadão
- 2001 programa de Participação nos Lucros e Resultados.
- 2006 Centro de Educação Infantil (CEI) Rio Verde administrado pela prefeitura

A compra de empresas do setor de aves, suínos, bovinos e lácteos intensifica-se a partir de 2000 (Figura 4-18).

Figura 4-18 - Perdigão S.A.: Aquisições 2000 até 2008



Fonte: (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)
Organizado pelo autor

A compra do Frigorífico Batávia, entre 2000 e 2001, torna a Perdigão uma das empresas mais importantes do setor de aves e suínos. O frigorífico detinha a marca Batavo® importante na região Sul e Sudeste do Brasil. A incorporação da empresa possibilitou a entrada da Perdigão no segmento de peru e derivados e entra em concorrência direta, novamente, com a Sadia. A Batavo era controlada pela Parmalat e assim a empresa volta a atuar no mercado argentino de alimentos processados. Em 2005 arrenda as instalações da unidade da Prontodelis Industrial e Comercial de Alimentos, localizado em Santa Maria-DF, exclusivamente para fabricação de produtos cozidos à base de carne de frango, peru e bovino para exportação (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Compra em 2005 a Mary Loize Indústria de Alimentos Ltda e Mary Loize Indústria e Comércio de Rações Ltda. O negócio de envolveu unidade industrial em Nova Mutum-MT

com capacidade de abate de 120 mil frangos/dia com capacidade, incubatório, armazém, fábrica de ração, granja de matrizes e unidade desativadora de soja. (PERDIGÃO S.A., 2006)

O acordo de terceirização da empresa Arantes Alimentos S.A. (2005), frigorífico de bovino, no município de Cachoeira Alta no Sudoeste Goiano aumentou a produção de produtos de cortes para o mercado interno com a marca NaBrasa® e para as exportações com a Perdix. A participação crescente no mercado de bovinos concretiza-se com a compra de frigorífico em Mirassol do Oeste no estado do Mato Grosso. (PERDIGÃO, 1997-2013) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Em 2006, a Perdigão recebe duas ofertas de compra das suas ações por parte da Sadia S.A. e as rejeita

Em julho, a Sadia S.A., nossa principal concorrente, deu início a uma oferta primária para adquirir 100% das ações de nosso capital, pelo preço de R\$ 27,88 por ação. Tal oferta estava sujeita a diversas condições. A Perdigão divulgou fato relevante comunicando que a ofertante não apresentava condição à aplicação do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia e anunciou que recebeu declarações rejeitando a oferta de acionistas representando 55,4% do capital. A Sadia aumentou o preço para R\$ 29,00 por ação e manteve as demais condições, o que foi novamente rejeitado. A CVM emitiu comunicado de que a oferta encontrava-se sem efeito e a Sadia desistiu da oferta. (PERDIGÃO S.A., 2006; p. 20)

No Sudoeste Goiano, município de Jatai, compra o incubatório Paraíso e mais uma granja no valor de R\$ 8 milhões, com a dívida de R\$ 39 milhões e o ativo em R\$ 31,8 milhões. Ainda em 2006, a Perdigão entra no mercado de lácteos com a aquisição por R\$ 110 milhões a Batávia S/A Indústria de Alimentos e em 2007 compra da Cooperativa Central Agromilk, Cooperativa Agropecuária Castrolanda, Batavo Cooperativa Agroindustrial e Capal Cooperativa Agroindustrial, pelo valor de R\$155,1 milhões os demais 49% da empresa Batávia. O laticínio atuava com intensidade nos segmentos de iogurtes, bebidas lácteas, achocolatados e queijos. (PERDIGÃO S.A., 2006; 2007)

Março de 2006 compra a Sino Alpes Alimentos Ltda. Localizada em Bom Retiro do Sul-RS da empresa Italiana GSI (Grandi Salumifici Italiani) por R\$ 85 milhões com objetivo de concentrar a produção de produtos de maiores valores agregados, destinados para consumidores de elevado poder aquisitivo. No negócio são absorvidas as marcas Senfter e SinoSul e ainda, a empresa desafoga a produção e a distribuição de embutidos no Rio Grande do Sul. (PERDIGÃO S.A., 2007)

Em março de 2007 adquire a Plusfood Groep BV, por R\$44milhões, empresa subsidiária da Cebeco Groep BV com unidades industriais na Holanda, Romênia e Reino Unido. A empresa produz derivados de carnes de aves e bovino, proprietária das marcas Fribo (marca de hambúrgueres) e Friki (produtos derivados de aves). O uso da marca ficou restrito até o ano de 2013. A produção industrial das unidades girava em 20 mil ton/ano com faturamento aproximado de € 70 milhões e os principais mercados consumidores Reino Unido, Itália, Holanda, Espanha, Alemanha e França. Entre as finalidades da aquisição fomenta os ganhos dos mercados de varejo e *food service*²², reduzir os custos de transportes das mercadorias e agilizar a entrega de produtos ao consumidor europeu. (PERDIGÃO, 1997-2013) (PERDIGÃO S.A., 2008) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

O frigorífico no município de Mirassol D'Oeste foi comprado em junho de 2007 da Valore Participações e Empreendimentos S.A. por R\$110 milhões, a capacidade de abate de 2.000 cabeças/dia. O frigorífico já tinha autorizações para exportação de carne bovina para os mercados da Rússia, Emirados Árabes, Angola, Kuwait, Geórgia e países do Caribe, a Perdigão investiu na modernização fábrica para possibilitar exportações para a UE e demais países. No mesmo ano, no mês de julho, compra por R\$28,7 milhões a Paraíso Agroindustrial empresa do ramo de aves e rações no município de Jataí-GO com capacidade de abate de 65mil aves/dia. (PERDIGÃO, 1997-2013) (PERDIGÃO S.A., 2008) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Em agosto compra, por R\$ 78 milhões, o setor de margarinas da Unilever e 100% das cotas da AVA Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., proprietária das marcas Delicata e Claybom. Da Unilever foi comprada a marca Doriania e a unidade industrial na cidade de Valinhos-SP. O objetivo da aquisição foi complementar a linha de produtos refrigerados e congelados da empresa. Ainda, faz acordo joint venture com a Unilever para realizar a gestão das marcas das margarinas Becel e Becel ProaActiv. (PERDIGÃO, 1997-2013) (PERDIGÃO S.A., 2008) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

Fevereiro de 2008 adquire a Eleva (ex-Avipal) pelo valor de R\$1,7 bilhão sendo 764 milhões em espécie e R\$911.6 milhões em troca de ações da Eleva por ações da Perdigão. O grupo Eleva inicia as atividades em 1959 com a razão social Aviário Portoalegrense Ltda., em 1973 troca a razão social para Avipal S/A (indústria, Comércio, Avicultura e Agropecuária e no ano seguinte compra em leilão público o complexo avícola COOPAVE (Cooperativa Avícola Vale do Taquari Ltda.) com as instalações de abatedouro (9 mil aves/hora) em Lajeado-

²² “Food Service: compreende as vendas geradas nos mercados Brasil e Internacional para clientes dessa categoria tais como, bares, restaurantes, cozinhas industriais, entre outros.” (BRF S.A., 2014; p. F-46)

RS, Arroio do Meio-RS com fábrica de rações (40ton/h rações e armazenagem 22mil ton de grãos), incubatório (7,2 milhões pintos/mês) e 3 granjas e em 1976 funda com ações majoritária a Granóleo S/A. Incorpora em 1985 o Frigorífico Porto-Alegrense Ltda (abate de frango e fábrica de ração), 1986 constitui a Avipal S/A Alimentos e entra no ramo de suínos. Constitui em 1991, com sociedade com a Granóleo S/A parceria para entrar no mercado de óleos vegetais no Mercosul. O complexo industrial da COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.) em Dourados-MS composta por abatedouro de aves, fábrica de aves e armazém graneleiro é adquirida. Entre 1996 e 1997 compra 99,65% das ações da Elegê Alimentos S/A pertencentes do Laticínios CCGL S/A e torna-se líder no segmento de leite e derivados no Rio Grande do Sul e, ainda, em 1997 constitui a Avipal Nordeste S/A para produção de ovos e frangos de corte no estado da Bahia. A aquisição do Grupo Eleva a Perdigão passou a ser maior empresa de alimentos do Brasil, atuando nos mercados de aves, suínos, bovinos e lácteos. (SILVA et al., 2004) (PERDIGÃO S.A., 2008)

A última aquisição da Perdigão antes da denominação BRF Foods foi o Laticínios Cotochês (Maroca e Russo Indústria e Comércio Ltda) pelo montante de R\$ 51milhões mais R\$15 milhões de dívidas. (PERDIGÃO S.A., 2008) (BRF FOODS S.A, 2009) (BRF, 2016)

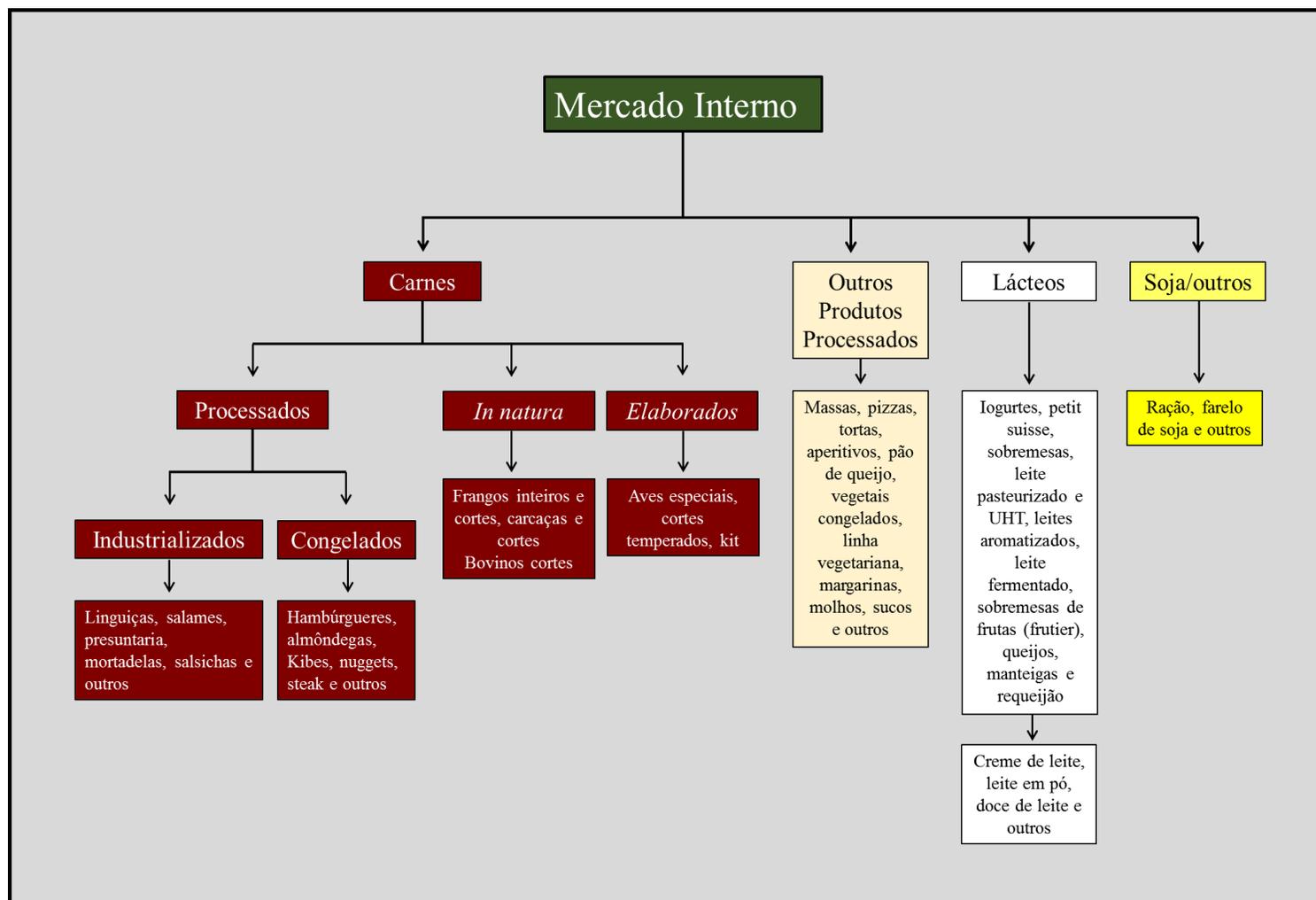
A Perdigão amplia seus mix de produtos, redes de distribuição, introduz novas tecnologias desde a produção das matérias primas até a chegada dos produtos ao consumidor final. Investe em marketing, inovações de produtos e ainda, aumenta a competitividade no mercado por meio de redução de custos, transparências administrativas para garantir os preços das suas ações nos mercados internacionais, assim

A competitividade de uma empresa que atua no sistema agroindustrial se relaciona a capacidade de gerir o processo de desenvolvimento tecnológico em cada um de seus elos e no sistema como um todo. Desta forma, a inovação tecnológica em produtos e processos é responsável pela obtenção e manutenção da competitividade na empresa. (SEREIA; CÂMARA; VIEIRA, 2010; p.5)

A situação da Perdigão no ano 2008, anterior da aquisição dos efetivos da Sadia S.A., demonstram que a empresa passou de familiar ao patamar de multinacional. Nesse ano, produzia mais de 2.500 itens destinados para o mercado interno (Figura 4-19) e mais de 110 países (Figura 4-20). O principais produtos eram frangos inteiros e cortes congelados, corte de suínos e bovinos congelados e alimentos processados (frangos inteiros e cortes congelados marinados, aves especiais (Chester e perus), produtos industrializados (presuntos, mortadelas,

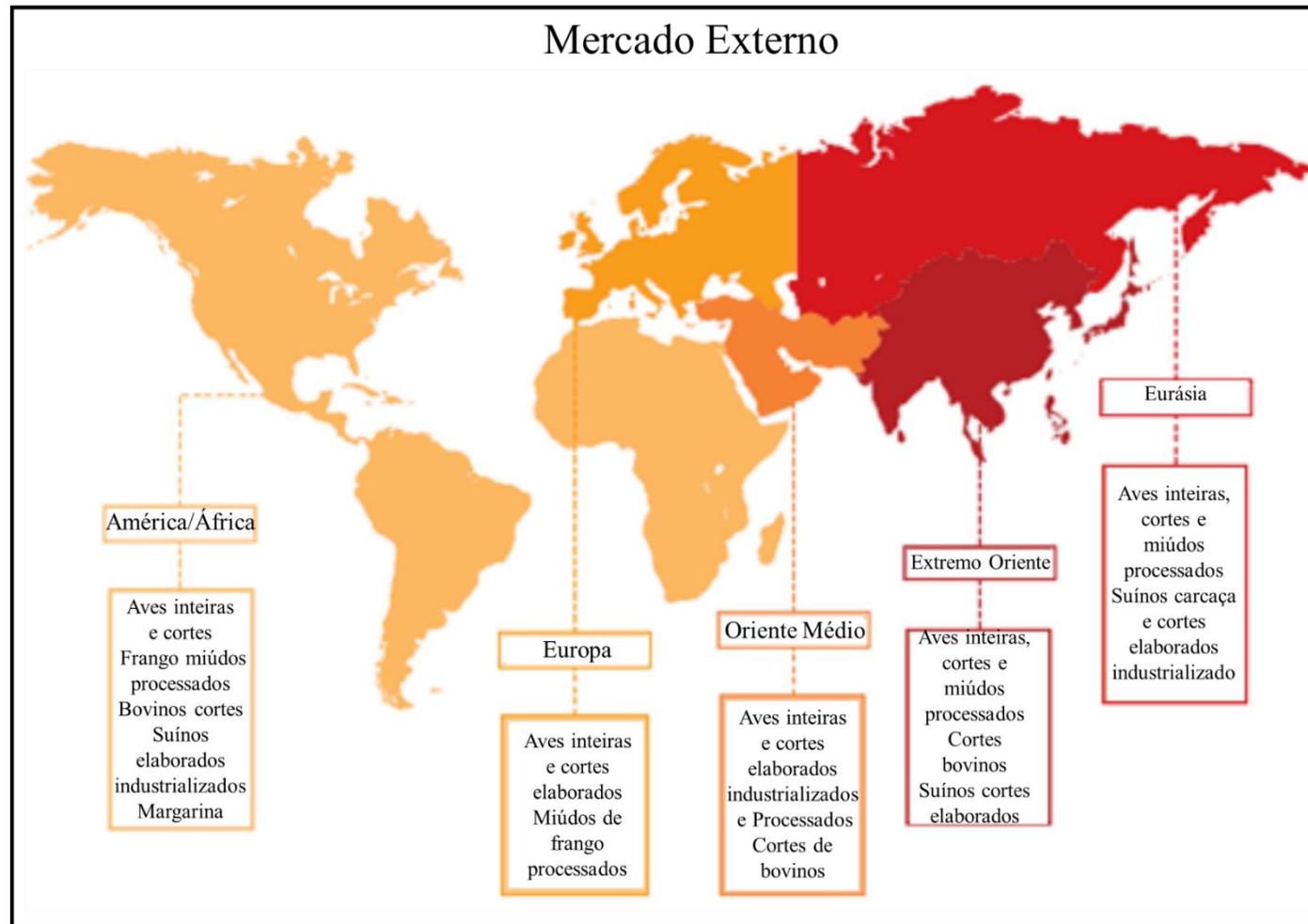
salsichas, linguiças, bacon, defumados e salames), carnes processadas congeladas (hambúrgueres, empanados, kibes, almôndegas e linha vegetariana); pratos congelados (pizzas, vegetais, pão de queijo e tortas); produtos lácteos (queijos, leite em pó e iogurtes); sucos, leite de soja, suco de soja e margarinas; leite e farelo de soja, farinha de soja refinada e rações animais. (PERDIGÃO S.A., 2008)

Figura 4-19 - Perdigão: Tipos produtos no mercado interno



Fonte: Perdigão S.A. (2008; p. 18)
Organizado pelo Autor

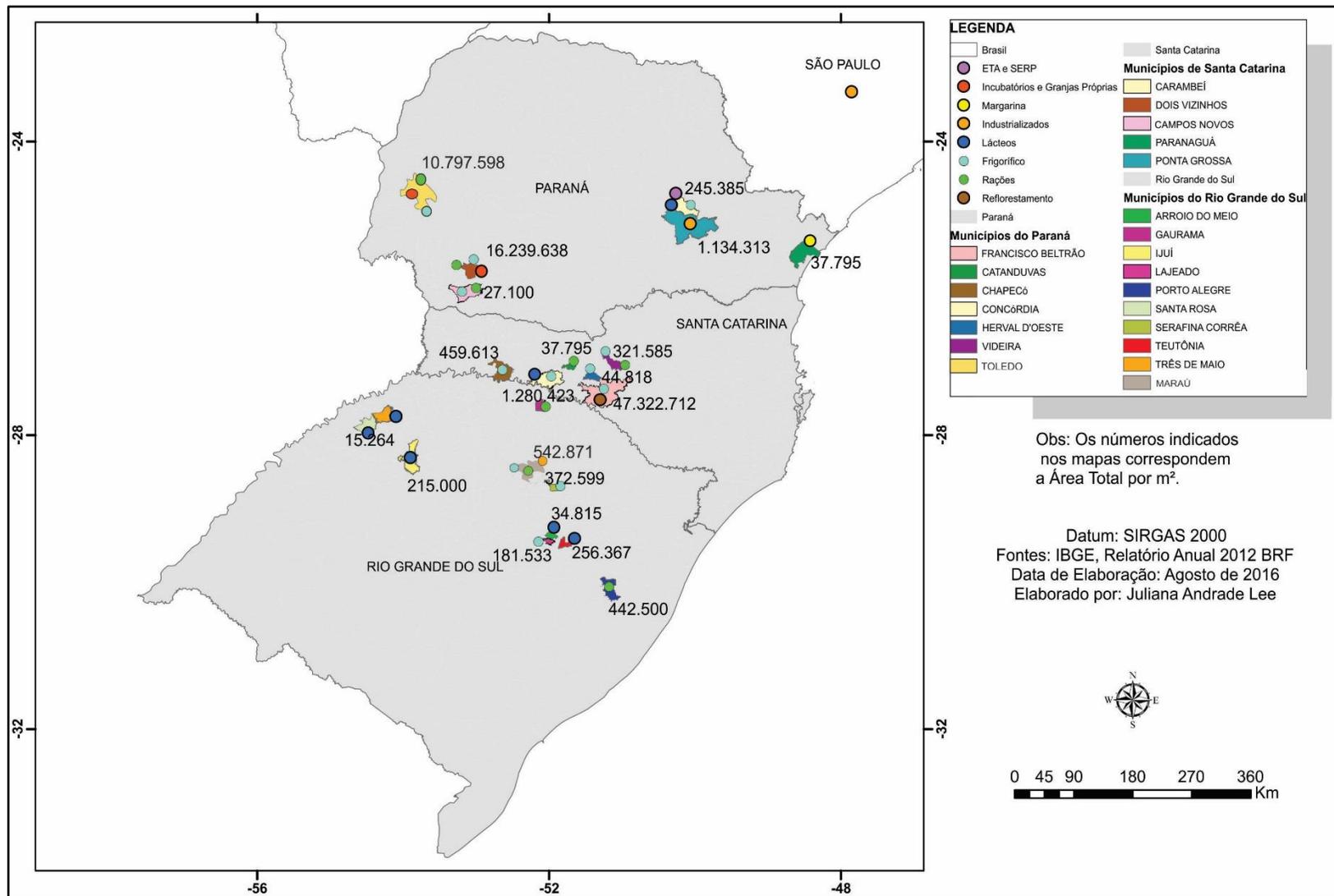
Figura 4-20 - Perdigão: Mercado Externo e Tipos Produtos



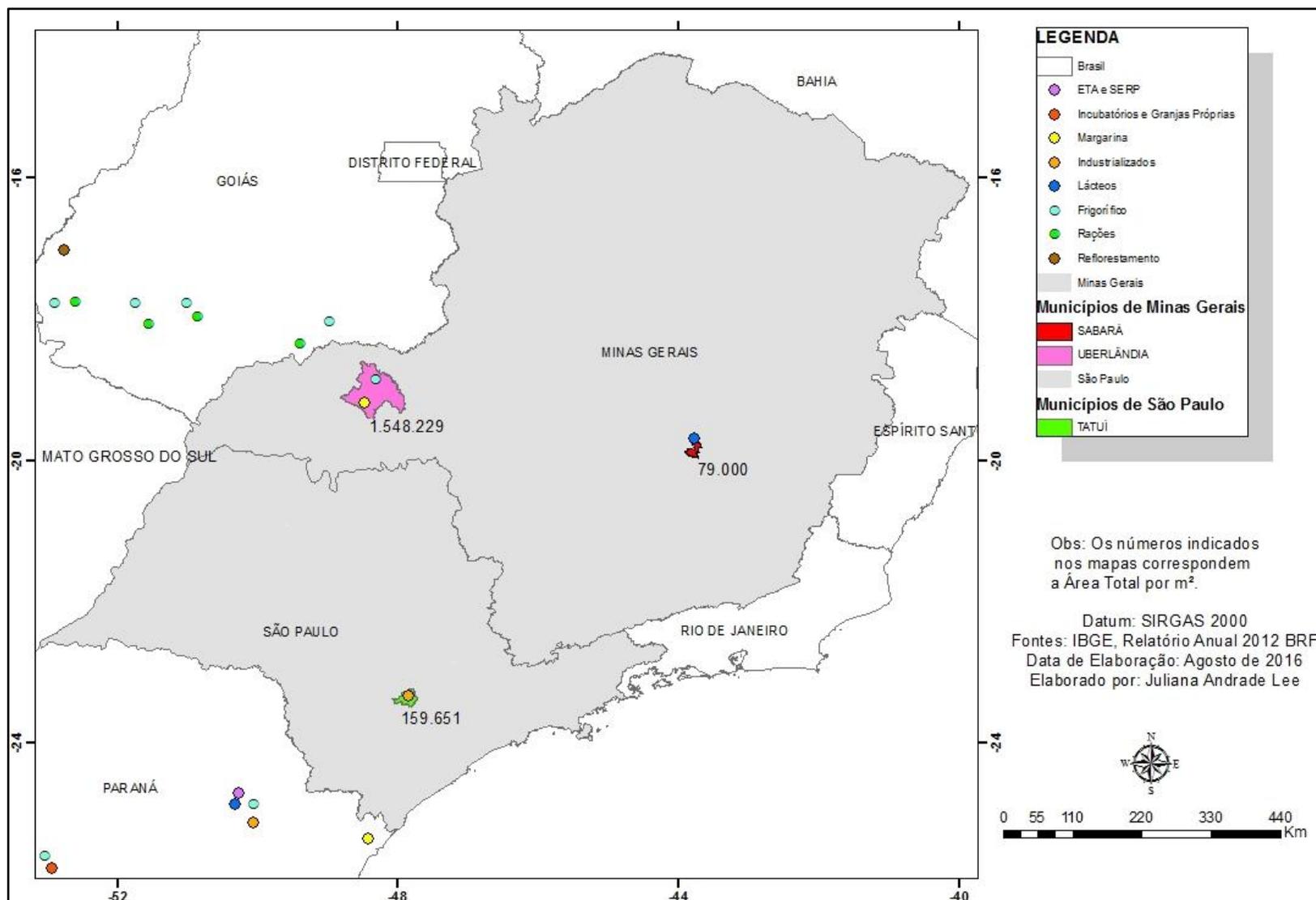
Fonte: Perdigão S.A. (2009; p. 17)
Organizado pelo Autor

A distribuição e o crescimento da estrutura produtiva da empresa (Mapa 4-2, Mapa 4-3, Mapa 4-4 e Mapa 4-5) foram resultados das construções de novas unidades industriais e aquisições de empresas do ramo. A diversidade de produtos, a entrada no setor de lácteos, por exemplo, pretendiam atuar nos mais diversos segmentos de alimentos. Fica claro que os investimentos nos alimentos ultraprocessados, de fácil preparo dominaram os principais lançamentos no mercado consumidor. Essa tática empresarial visava tanto agregar valores nos produtos, como facilitar o transporte e armazenamento dos mesmo desde as unidades industriais até as residências dos consumidores finais.

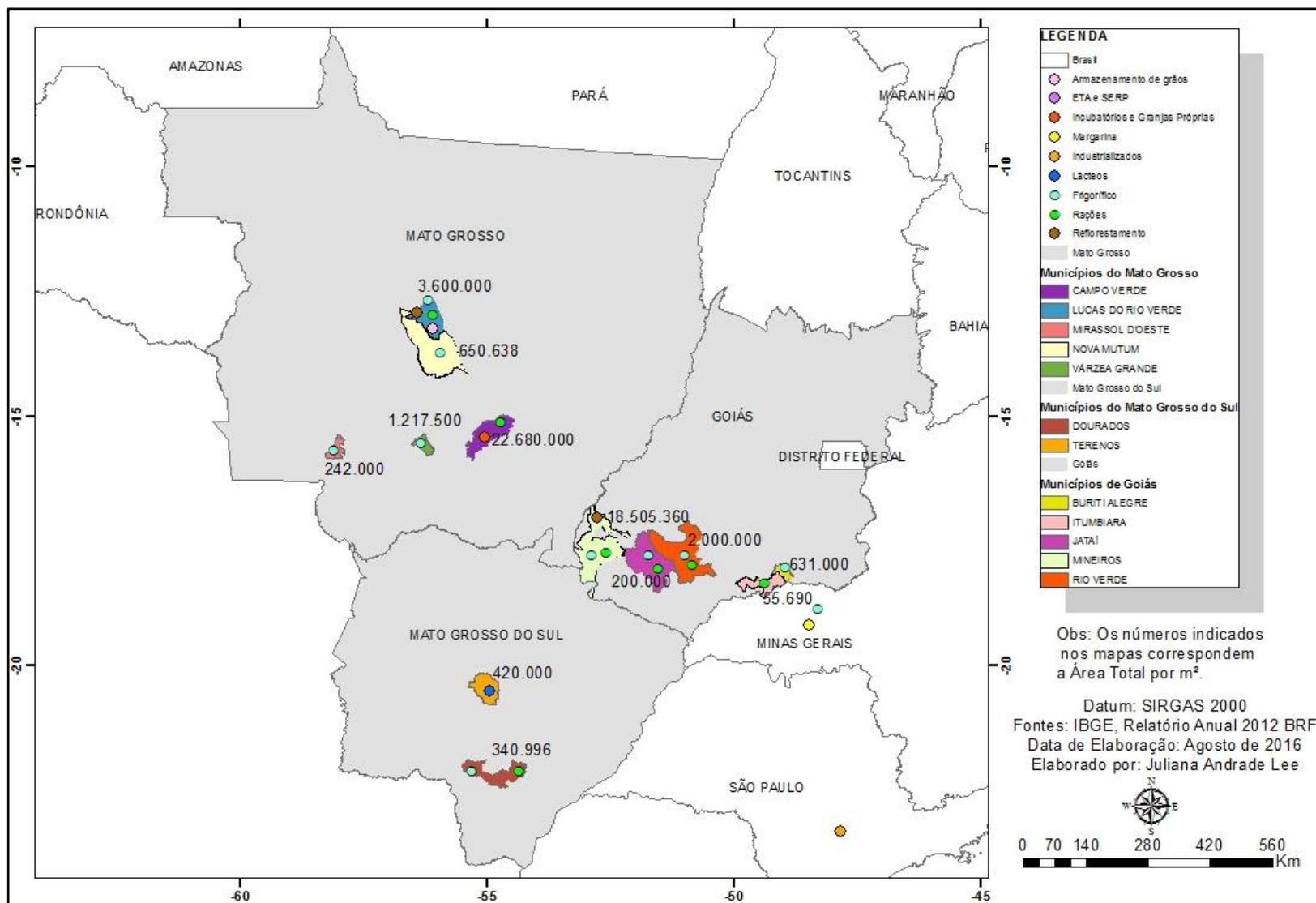
Mapa 4-2 : Unidades da BRF – Região Sul (2008)



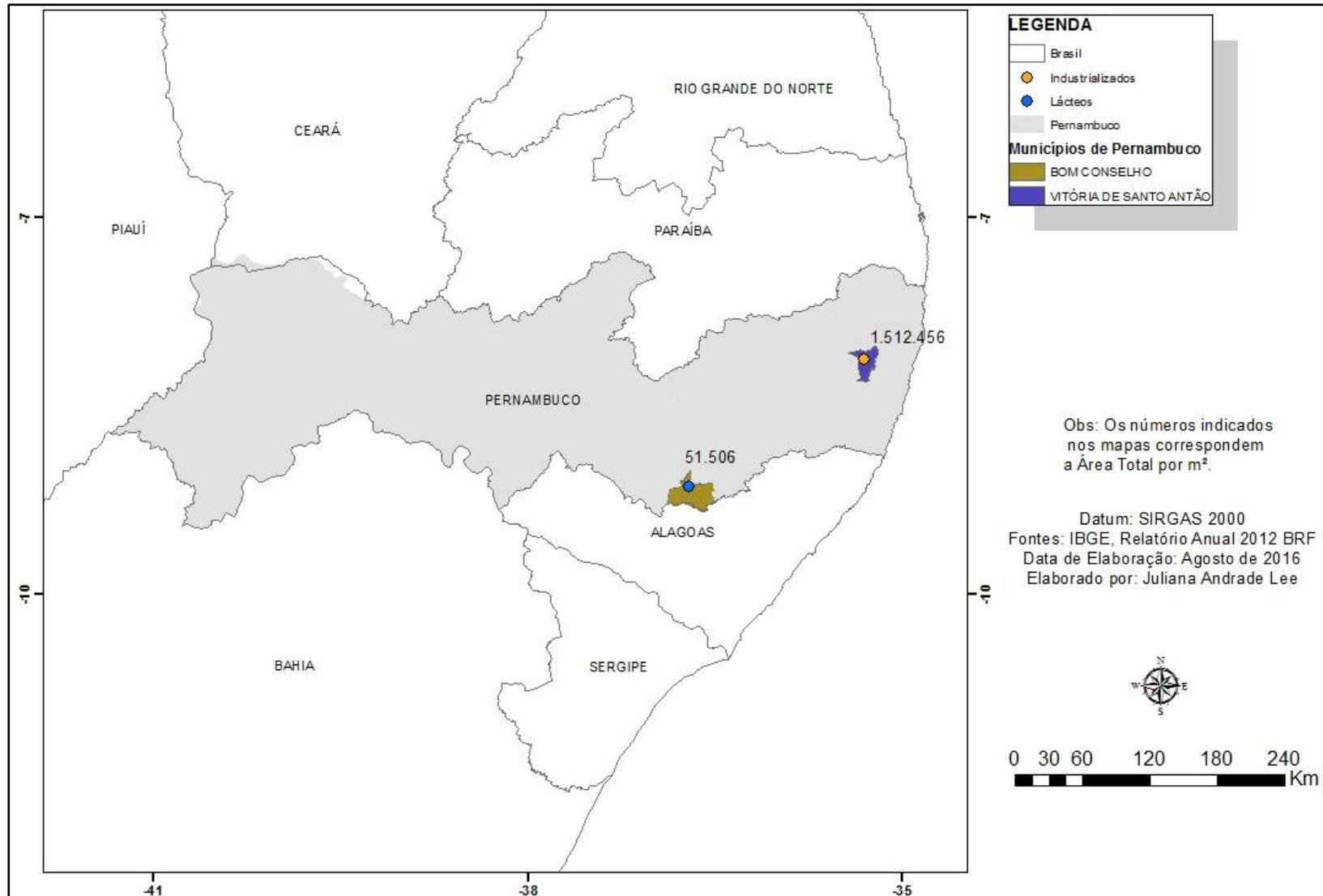
Mapa 4-3 : Unidades da BRF – Região Sudeste (2008)



Mapa 4-4 : Unidades da BRF – Região Centro-Oeste (2008)



Mapa 4-5 : : Unidades da BRF – Região Nordeste2008)



No período de 1998 até 2008 os números do crescimento são expressivos (Tabela 4-1). A produtividade por funcionário (ton) passa de 26 para 36,1 ton/funcionário, ou seja, aumento de 38,84%. O quadro de funcionários aumentou 752%, de 15.192 em 1998 para 129.504 funcionário em 2008. As unidades fabris mais que duplicaram, de 12 foram 25. O mesmo ocorreu com as fábricas de ração, em 1998 eram 6 e em 2008 passaram a ser 13. A venda de produtos frigorificado teve os seguintes índices de crescimento: 11,60% (1998-99), 17,04(1999-2000), 16,30 (2000-01), 13,27 (2001-02), 9,72 (2002-03), 14,9% (2003-04), 11,22% (2004-05), 19,15 (2005-06), 19,84 (2006-07) e 74,56 (2007-08). Este índice destoante refere-se as atuações de vendas dos produtos de aves, suínos e lácteos do Grupo Eleva. A Perdigão tornou-se em 2008 a segunda maior exportadora brasileira de aves e a primeira exportadora de suínos. As exportações são destinadas para grandes distribuidores, redes de restaurantes e empresas de processamento de alimentos. Foi líder na venda de leite UHT (embalagem longa vida) e uma das principais do país na venda de leite em pó. O *mark share* (participação no mercado) dos produtos da empresa apresentavam os seguintes dados: processados lácteos (14%), margarinas (18%), industrializados de carnes (25,7%), pizzas congeladas (34,5%), congelados de carne (35,55%) e massas (37,4%). (PERDIGÃO S.A., 2000, 2000A, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2005A, 2006, 2006A, 2007, 2008, 2008A)

Tabela 4-1 : - Perdigão: Estrutura Produtiva 1999-2008

Perdigão: Estrutura Produtiva 1999-2008										
Ano										
Estrutura	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Unidades Industriais Carne	12	13	13	13	13	13	16	16	18	25
Unidades Industriais lácteos/sobremesas	-	-	-	-	-	-	-	3	3	15
Unidade Margarinas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Unidades Industriais Soja	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Fábrica de Rações	6	7	7	6	7	6	7	7	9	13
Incubatórios	11	14	14	13	13	12	12	15	17	23
Produtores Integrados Aves	3.260	3.659	3.862	3.973	4.123	4.176	4.392	4.379	4.476	6.252
Produtores Integrados Suínos	3.069	759	2.379	1.752	1.663	1.501	1.509	1.597	1.695	2.444
Total de integrados	6.329	4.418	6.241	5.725	5.786	5.677	5.901	5.976	6.171	8.696
Funcionários	15.192		22.337	24.163	27.951	31.406	35.556	39.048	44.752	129.504
Produtividade por Funcionários (ton)	26	27	29	33	35	36,6	35,9	37,3	36,6	36,1
Faturamento por Funcionário (R\$ mil)	94,5	91,4	108,8	120,7	136,9	155,5	144,7	133,4	148,2	193,1
Centros de Distribuição	4	21	20	20	18	16	16	24	27	37*
Escritório Exterior	s/d	s/d	3	3	3	4	6	7	13	10
Distribuidores. Terceirizados	10	10	10	10	10	13	7	9	12	9
Clientes Ativos - Mercado Interno	69.100	57.900	60.500	63.000	73.000	83.500	84.700	90.000	s/d	s/d
Clientes Ativos - Mercado Externo	216	260	276	350	500	744	814	850	s/d	s/d
Filiais de compra de grãos	s/d	s/d	22	25	27	27	22	32	21	27
Entrepósitos de Coleta de leite	-	-	-	-	-	-	-	7	s/d	13

*28 próprios e 19 terceirizados

Fonte: (PERDIGÃO S.A., 2000, 2000A, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2005^a, 2006, 2006A, 2007, 2008, 2008A)

Organizado pelo Autor

Entre os anos 1996 a 2000 a empresa instala o software SAP R/3 com a finalidade de integrar os dados operacionais da cadeia produtiva agroindustrial (fábricas, fábricas de rações, incubatórios, granjas próprias, filiais de compra de grãos). A informatização permitiu aumentar os controles produtivos (equipamentos, manejos etc.), a produção (total produzido) e produtividade e, ainda, melhorar as ações de planejamento da empresa para ações futuras. Exemplo das ações repercutiu nas vendas tanto no mercado interno como no externo (Gráfico 4-1)

Gráfico 4-1 : Perdigão: Vendas Mercado Interno e Externo 1998-2008



Fonte: (PERDIGÃO S.A., 2000, 2000A, 2001, 2002A, 2003, 2004, 2005, 2005A, 2006, 2006A, 2007, 2008, 2008A) Organização o Autor

A fabricação de produtos refrigerados (Tabela 4-2) também tem expressivos aumentos. Em 2002 há a recomendação das autoridades europeias em não importar carne suína e de aves brasileiras devido a barreiras sanitárias impostas pela UE, alegação do uso de produtos proibidos, aumento dos preços da soja e milho (responsáveis por mais de 80% dos custos das rações) e a queda dos preços dos suínos no mercado externo. (PERDIGÃO S.A., 2008)

As questões sanitárias relacionadas à exportação para a União Européia, com a alteração dos critérios de análises dos produtos e as mudanças nas regras de importação dos produtos salgados, provocaram a diminuição de vendas e aumento de despesas relacionadas com a logística e com o armazenamento dos produtos direcionados àquele continente. Essas mudanças levaram a Empresa a elevar o processo de controle e rastreabilidade dos animais, implementando um sistema dos mais rápidos e efetivos do mercado, que permite o total acompanhamento de todas as etapas do processo produtivo.

A Perdigão efetuou a retirada e destruição dos lotes de frangos, nos quais as análises realizadas na Europa detectaram a presença de nitrofurano. A Empresa reafirma que não utiliza qualquer medicamento à base de nitrofurano, para qualquer fim ou mercado, desde 18.04.2002, antecipando-se à proibição do governo no Brasil.

Tabela 4-2 - Perdigão: Produção de Produtos Frigorificados de Suínos/Bovinos e Aves 1994-2008

Perdigão: Produção de Produtos Frigorificados de Suínos/Bovinos e Aves 1994-2008					
ANO	Suínos/Bovinos	%	Aves	%	Total
1994	s/d	s/d	s/d	s/d	317
1995	s/d	s/d	s/d	s/d	342
1996	s/d	s/d	s/d	s/d	412
1997	206	42,9	274	57,1	480
1998	244	45,6	291	54,4	535
1999	265	43,5	344	56,5	609
2000	297	43,4	387	56,6	684
2001	366	44,9	450	55,1	816
2002	41	7,2	526	92,8	567
2003	403	41,0	581	59,0	984
2004	461	41,3	654	58,7	1.115
2005	532	42,3	727	57,7	1.259
2006	557	41,8	774	58,2	1.331
2007	902	60,9	580	39,1	1.482
2008	697	34,2	1342	65,8	2.039

Fonte: : (PERDIGÃO S.A., 2000, 2000A, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2005^a, 2006, 2006A, 2007, 2008, 2008A)
Organização o Autor

A Perdigão, como todas as empresas produtoras de alimentos, possui fragilidades nos mercados como

O nosso negócio é em grande parte dependente do custo e fornecimento de milho, farelo de soja, soja em grãos, suínos, bovinos, leite in natura e demais matérias-primas, bem como do preço de venda dos nossos produtos de aves, suínos, bovinos, produtos lácteos e processados, bem como de produtos protéicos que com eles concorrem, todos os quais são determinados pelas forças de mercado de oferta e demanda em constante mutação, e outros fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, mesmo na ausência de uma crise econômica e financeira global. Esses outros atores incluem flutuações nos níveis de produção de aves, suínos, bovinos, leite in natura, doméstica e global, regulamentação ambiental, conjuntura econômica, condições climáticas, doenças de animais e safra de grãos, custo do frete internacional e flutuações das taxas de câmbio. Nosso setor econômico, tanto no Brasil quanto no exterior, também é caracterizado por períodos cíclicos de preços e

lucratividade mais altos, seguidos de superprodução, conduzindo, assim, a períodos de preços e lucratividade menores. Não somos capazes de mitigar esses riscos mediante a celebração de contratos de longo prazo com nossos clientes e com a maioria de nossos fornecedores, uma vez que esses contratos não são usuais no nosso setor. Nosso desempenho financeiro é afetado por custos de frete nacionais e internacionais, que são vulneráveis a flutuações no preço do petróleo. Talvez não tenhamos êxito ao tratar dos efeitos das variações cíclicas e da volatilidade sobre custos e despesas ou sobre a precificação de nossos produtos e, neste caso, o nosso desempenho financeiro como um todo poderá ser adversamente afetado. (PERDIGÃO S.A., 2008; p. 11-2)

A empresa busca manter o controle sanitário de todos os processos de produção, cria estoques de grãos para amenizar as altas dos preços em determinados períodos, garantir contratos de longos prazos para produzir com preços competitivos e possíveis de manter os ganhos dos acionistas, adiantar-se nas exigências sanitárias e produtivas para atender as exigências dos mercados consumidores importadores.

A estrutura para atender o mercado externo compostos por 10 escritórios sendo: Assen (Holanda), Budapeste (Hungria), Londres (Inglaterra), Moscou (Rússia), Hertogenboch (Holanda), Verona (Itália), Viena (Áustria), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Cingapura (Cingapura) e Tóquio (Japão). Quatro unidades industriais sendo Carlos Casares (Argentina-fábrica de queijos), Wrexham (Reino Unido – processamento de carnes), Oosterwolde (Holanda – processamento de recheados, empanados e congelados) e Constanza (Romênia – processamento de recheados e empanados). (PERDIGÃO, 2008A)

Em 2008 a Perdigão S.A. é considerada a 45º maior empresa do país, 49º em volume de vendas, 7º do setor de bens de consumo e a segunda maior empresa de alimentos e a 1º no setor de aves e suínos. (EXAME, 2009)

A Perdigão ao longo da sua história transforma o espaço dos espaços e regiões onde instala suas unidades agroindustriais e tais processos são determinados por ações promovidas pela necessidade de aumentar seus lucros e reduzir os custos de produção para ser competitiva no mercado nacional e mundial. A administração familiar não foi capaz de gerir um negócio de escala mundial e assim outras empresas compraram os ativos da Perdigão.

4.4 Sadia s.a.

A Sadia (S.A. Indústria e Comércio Concórdia) tem origem em 1944 com a aquisição das cotas de frigorífico na cidade de Concórdia- SC por Atílio Fontana Filho de imigrantes italianos, estabeleceu residência no ano de 1917 em Bom Retiro dos Campos Novos-SC resultado das políticas incentivadoras para a colonização do Oeste de Santa Catarina. Entrou no mercado trabalho como enfiador de alfafa e anos mais tarde comprou pequeno hotel e assim entrou no mundo empresarial. Em 1939 dirige a construção de frigorífico em Concórdia-SC o qual o transforma em unidade industrial com a finalidade de vender os produtos nos mercados dos estados da região Sudeste do Brasil. Em 1944 compra as cotas dos acionistas do frigorífico e faz investimentos na aquisição de máquinas para o processamento de trigo (24 ton/dia) e organiza uma rede comercialização e industrialização dos produtos produzidos pelos colonos locais com destaque para a banha de porco e farinha de trigo. Os trabalhadores do frigorífico eram os próprios camponeses que habitavam as proximidades da pequena unidade industrial. Em 1946 constitui-se a Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia para atender as demandas de lazer e esporte dos funcionários; 1952 é instituído o serviço médico ambulatorial permanente e em 1976 cria-se fundo de pensão dos funcionários da Sadia. Os processados de proteína animal eram comercializados apenas no mercado local devido a falta de equipamentos frigoríficos que impediam o transporte para os mercados mais distantes. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007) (TAFFAREL; GARCIAS; GERIGK; 2009)

Quadro 4-6: Sadia - Expansão das unidades (1994-2004)

Ano	Local	Unidade
1944	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Moinho de trigo e abatedouro de suínos
1945	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Fazenda e serraria. Produção de embalagens
1951	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Início do fomento de suínos
1952	São Paulo-SP	Sadia Concórdia S.A. Transporte aéreo de produtos perecíveis
1953	São Paulo-SP	Moinho da Lapa S.A. Moinho de trigo
1953	Marcelino Ramos-RS	Sadia Concórdia S.A. Moinho de trigo
1954	Concórdia-SC	« Expressinho » Transporte de produtos Concórdia - São Paulo
1955	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Jornal. Comunicação com os agricultores
195?	Concórdia-SC	Hotel Alvorada Ltda Serviços de hotelaria
1955	São Paulo-SP	Sadia SA Tran Aéreos Transporte de cargas e de passageiros
1957	Concórdia-SC	Rádio Rural Concórdia Informação e orientação aos integrados
1961	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Abate e industrialização de frangos
1964	São Paulo-SP	Frigobrás Industrialização de produtos cárneos
1964	Toledo-PR	Frigobrás Abate e industrialização de suínos e bovinos

Ano	Local	Unidade
1967	São Paulo-SP	Sadia Comercial Ltda. Comercialização dos produtos Sadia
1971	Cuiabá-MT	Sadia Oeste S.A. Abate e industrialização de bovinos
1972	São Paulo-SP	Transbrasil S.A. Transporte de passageiros e de cargas
1973	Chapecó-SC	Sadia Avícola S.A. Abate e industrialização de perus e frangos
1976	São Paulo-SP	Fundação Attilio Fontana Assistência e previdência aos funcionários
1977	Campinas-SP	Moinho da Lapa S.A. Fábrica de rações
1978	Faxinal Guedes-SC	Hybrid Agropastoril Matrizeiro e incubatório de perus
1979	Américo Brasiliense-SP	Moinho da Lapa S.A. Abate e industrialização de frangos
1979	Joaçaba-SC	Sadia Concórdia S.A. Esmagamento e extração de óleo de soja
1979	Toledo-PR	Frigobrás Abate e industrialização de frangos
1980	Concórdia-SC	Supermercado Sadia Venda no varejo
1980	Duque de Caxias-RJ	Sadia Concórdia S.A. Fábrica de linguiças, salsichas e mortadelas
1981	Dois Vizinhos-PR	Moinho da Lapa S.A. Abate e industrialização de frangos e patos
1981	Barueri-SP	Edifício sede da Sadia Centro Admin., sede do Comitê de Gestão
1982	São Paulo-SP	Sadia Concórdia S.A. Serviço de Informação ao Consumidor - SIC
	Paranaguá-PR Frigobrás	1983 Exportação. Esmagamento, extração óleo soja
1985	Barra do Garças-MT	Sudanisa Abatedouro de bovinos
1985	Três Passos-RS Polipar	Com. Rep. Ltda Criação, abate e industrialização de suínos.
1986	Itirapina-SP	Agropastoril Paulista Matrizeiros, incubatórios e produção de pintos
1986	Rondonópolis-MT	Sadia Mato Grosso S.A. Esmagamento, refino e envase de óleo de soja
1987	Barra do Garças-MT	Supermercado Sadia Venda no varejo
1988	São Paulo-SP	Loja de Varejo da Sadia Show-room produtos, atende ao consumidor
1989	Andradina-SP	Frigorífico Mouran S.A. Abatedouro de bovinos
1989	Araçatuba-SP	Frigorífico Mouran S.A. Abatedouro de bovinos
1989	Concórdia-SC	Sadia Concórdia S.A. Fábrica de presunto cozido
1989	Osasco-SP	Frigobrás Industrialização de suínos e bovinos
1989	Ponta Grossa-PR	Frigobrás Abate e comercialização de suínos
1989	Dois Vizinhos-PR	Supermercado Sadia Comercialização de produtos no varejo
1989	Frederico Westphalen-RS	Sadia Concórdia S.A. Abatedouro de suínos
1991	Francisco Beltrão-PR	Sadia Concórdia S.A. Abate e industrialização de frangos e de perus
1991	Paranaguá-PR	Frigobrás Fábrica de hidrogenados, margarinas e vegetais
1991	Itapetininga-SP	Moinho da Lapa S.A. Fábrica de massas
1992	Campo Verde-MT	Sadia Mato Grosso Fábrica de rações
1992	Várzea Grande-MT	Sadia Agroavícola S.A. Produção de pintos de corte
1992	Várzea Grande-MT	Sadia Agroavícola S.A. Abate e industrialização de frangos
1992	Campo Grande-MS	Frigobrás Processamento de soja
1993	Itapetininga-SP	Lapa Alim. (J.Macedo) Produção de massas e alimentos secos
1993	Buenos Aires	Granja Tres Arroyos Distribuição de produtos Sadia na Argentina
1998	Ponta Grossa-PR	Sadia S.A. Fábrica de pizzas e massas frescas
2000	Uberlândia-MG	Granja Rezende Abate de frangos, suínos, perus e industrialização
2000	Londres Sun Valley	Vendas de industrializados na Europa
2001	São Paulo-SP	BRF Trading Sadia e Perdigão : Exportações
2002	São Paulo-SP	Aprimus Fast food : restaurantes, padarias

Ano	Local	Unidade
2004	Distrito Federal	Só Frangos Ltda Abate e industrialização de aves e fábrica de rações

Fonte: (DALLA COSTA;2005)

Ao contrário dos fundadores da Perdigão, Atílio Fontana atuou diretamente na política com a organização do PSD (Partido Social Democrático na região Oeste de Santa Catarina e foi eleito na cidade de Concórdia para vereador (1945) e prefeito (1950), deputado federal (1955 e 1959), secretário estadual de agricultura (1961), senador federal (1963), vice-governador de Santa Catarina (1971). Deixa a vida política em 1975 e falece em 1989. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA; 2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

A Sadia em 1947/8, funda filial na zona atacadista da cidade de São Paulo para vender os produtos não refrigerados e na década seguinte expande filiais e depósitos em Bauru-SP (1956), Belo Horizonte-MG (1964), Campinas-SP (1957), Curitiba-PR (1964), Duque de Caxias-RJ (1956), Itajaí-SC (1979), Londrina-PR (1956), Manaus-AM (1977), Salvador-BA (1977), Ribeirão Preto-SP (1955) e escritório de representação comercial na cidade do Rio de Janeiro. Tal expansão ocorreu com a aquisição de frota de caminhões isotérmicos e transporte aéreo pela Sadia S.A. Transportes Aéreos (1955) – até 1958 com as melhorias das estradas desativa o transporte aéreo de cargas refrigeradas - posteriormente denominada de Transbrasil S.A. Linhas Aéreas e esta empresa independente desde 1972 do Grupo Sadia S.A.. Em 1953 funda o Moinho Lapa na cidade de São Paulo com capacidade de produção de 80 ton/dia. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA; 2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

Cria-se em 1964 a Frigobrás (Companhia Brasileira de Refrigeríficos) com capital de 94 acionistas (família Fontana, dirigentes e funcionários da Sadia), da Sadia Concórdia S.A. e Moinha da Lapa. Os objetivos da empresa era viabilizar e reduzir os custos de produção, comercialização e transporte dos produtos alimentícios produzidos. Assim foram abertas novas unidades de matadouros, industrialização de refrigerados, enlatados, carnes, gorduras, laticínios chegando até as transações de exportação. Tal empresa consolidou a marca Sadia no mercado da região Sudeste.

Algumas aquisições foram feitas para garantir o abastecimento de matérias-primas as indústrias como o Refrigerífico Pioneiro (Toledo-PR, 1964) capacidade de abater 100 suínos/dia e em 1971 passa abater 600 suínos/dia e cerca de 100 bovinos/dia e em 1964 adquire

em 1964 o Moinho Marcelinense (Mercelino Ramos-RS). (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

Cria, ainda em 1964, o Conselho de Administração, formado exclusivamente por membros da família Fontana, tal conselho era desvinculado da diretoria executiva, este responsável pelas atividades diárias de produção e o Conselho de Administração fixava as políticas de negócios da sociedade por meio metas e planejamentos operacionais. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

O setor de abate de aves da Sadia entra em operação em 1961 com a unidade industrial de Concórdia e na década seguinte inicia o abate de perus em escala industrial. A unidade exclusiva de abate e processamento de perus na cidade de Chapecó-SC com o intuito de reduzir os riscos sanitários que a produção de frangos poderia acarretar as linhas de produção de perus. O volume de 3,8 milhões de perus faz surgir em 1973 a Sadia Avícola. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

Em 1971 a Sadia abre seu capital, muda a razão social de S.A. Indústria e Comércio para Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio com controle sob 5 empresas do ramo agroindustrial e comercial. A expansão da empresa extrapola o segmento de aves e suínos e passa atuar no segmento de bovinos e para isso compra em 1971 o Frigorífico Várzea Grande (Várzea Grande -MT) e após reformas e ampliações a unidade abate .1.200 bois/dia com a finalidade de abastecer as unidades processadoras da Frigobrás e o mercado externo. Amplia as ações na cadeia produtiva de proteína vegetal e animal e em 1977 inaugura a primeira fábrica de óleo e farelo de soja em Toledo com moagem de 200 ton/dia. Dois anos mais tarde, surge a Sadia Joaçaba com processamento de 600 ton/dia de soja. Essas unidades processadoras mostram o interesse da empresa em dominar todo o processo produtivo da cadeia de aves e suínos, pois garantir ração para os animais é fundamental para garantir lucratividade e fornecimento de alimentos e ainda, é na ração que as empresas controlam a produção e produtividade dos animais conciliando com as melhorias genéticas e os ambientes de produção e reprodução dos animais. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

E, 1975 faz parceria com outras empresas do segmento de frango para viabilizar o fornecimento de aves para atender as importações da Arábia Saudita e para isso cria a Sadia Trading S.A. Exportação e Importação. A década e 1980 a Sadia entra em segmento alimentícios das massas, gelatinas e margarinas e para tal adquire unidade nas cidades de Três Passos-RS e Duque de Caxias-RJ, esta unidade para atender com maior eficiência o mercado

capixaba. Expande sua atuação no Paraná com as unidades de Dois Vizinhos com a produção de patos (maior unidade da América Latina na época na produção dessa ave) e ainda, a unidade é totalmente articulada para produção de frangos por meio do sistema de integração desde a produção de ração, pintos e engorda de frango e seu processamento. Em 1991 compra o complexo industrial da Chapecó Avícola na cidade de Francisco Beltrão que abatia na época 220 milhões de frango/ano o qual representava 47,8% os abates do SIF da época. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2 2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

Unidades industriais para produção de frangos são compradas e adquiridas com o intuito de abastecer outros mercados nacionais. A unidade de Américo Brasiliense-SP (1979) atendiam mercados do leste paulista; Várzea Grande-MT (1992) visavam abastecer os estados de Mato Grosso, Amazonas, Acre e Rondônia; compra em 2000 a Granja Rezende (Uberlândia-MG) e em 2004 compra a Só Frangos Produtos Alimentícios Ltda. (Distrito Federal). No ano de 1985 adquire a Polipar Comércio e Representações Ltda e incorpora a Três Passos Cia. Industrial de Alimentos (Três Passos-RS), Corcovado Agropastorial Ltda (Três Passos-RS) – unidades de criação, abate e industrialização de suínos, produção de rações, extração e refino de óleo de soja e a Sudanisa Cia Industrial de Alimentos (Barra do Garça-MT) abatedouro de bovinos com capacidade diária de 400 animais/dia. Em 1989 compra frigoríficos de bovinos nos municípios paulistas de Andradina e Araçatuba com abate total de 2.000 cabeças/dia. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2 2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007)

A década de 1980 é importante para a Sadia, consolida-se como a maior empresa nacional exportadora de aves, em especial para frangos. Tinha seus produtos comercializados em 5 continentes, 40 países e com mais de 70 produtos em seu mix. Em 1990 as exportações representavam 9% do faturamento da empresa, passando para 49% no ano de 2004. Assim abriu filiais comerciais em Tóquio e Milão (1991) e Buenos Aires (1992) e firma contrato de *joint venture* com a Granja Tres Arroyos empresa argentina que distribuía a marca Sadia naquele mercado consumidor varejista. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2 2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007) (SAFFNAUER; MENDES, 2005)

A transferência de gerenciamento da empresa entre a segunda e a terceira geração ocorreu antes do falecimento do fundador Atílio Fontana, já na década de 1980 os netos assumiram o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Essa nova gestão eliminou atividades não ligadas ao principal ramo do negócio de produção de alimentos, implantação do sistema de qualidade total (modelos desenvolvidos no Japão), venda de aumentar a participação

dos produtos Sadia no mercado internacional. (LUDKEVITCH, 2005) (DALLA COSTA;2005) (FLECK, LUDKEVITCH; 2007) (SAFFNAUER; MENDES, 2005)

O processo internacionalização da Sadia (

Quadro 4-7), como já foi dito, inicia-se com exportações de frangos inteiros congelados para o mercado do Oriente Médio, mas é a década de 1980 a constituição da Trading Co. com bases nas cidades de São Paulo, Paranaguá, Milão (Itália), Tóquio (Japão) e Buenos Aires (Argentina) lugares responsáveis pela distribuição e comercialização de produtos como almôndegas, cortes de frango e peru; tendo atingido a liderança nas exportações de frango no mercado japonês em 1985 e, ainda, 1989 inicia as exportações ao mercado da antiga URSS. Neste ciclo a Sadia intensifica sua participação nos mercados do Extremo Oriente, Japão, Hong Kong e o fato mais interessante é a venda de quibes congelados para o mercado árabe. Na década de 1990 são abertas filiais comerciais em Tóquio, Milão e Buenos Aires. Em 1999 implanta representações comerciais no Leste Europeu, Chile, Uruguai e nos Emirados Árabes. Vale destacar ainda que, em 1994 faz parceria de joint venture com a chinesa Sky Dragon na abertura da churrascaria Beijing Brasil com a finalidade de observar e compreender o consumo de carne local. E, em 2003, os produtos passam a ser exportados diretamente ao MERCOSUL, iniciando a exploração dos consumidores argentinos e aumentando número de suas filiais para Uruguai, Chile e Bolívia. Aumenta o número de escritórios na Itália, Inglaterra e Emirados Árabes. Importante joint venture ocorre com acordo comercial com a empresa de capital inglês a Sun Valley do grupo Cargill e cria a Concórdia Foods Limited e assim solidifica-se no mercado do Reino Unido com os produtos industrializados de aves. Antes da aquisição da Sadia pela Perdigão para a criação da BRF Foods, a empresa realizou mais uma joint venture com empresa de capital russo, a Mirotoog e assim intensifica sua participação naquele mercado grande consumidor de carne suína. Vale também que a Sadia no seu último ano de existência, 2009, registrou a exportação de 816.370 toneladas de carne de frango e assim ocupava o segundo lugar no ranking das exportadoras nacionais. (VARGAS et al., 2014) (DALLA COSTA; 2012) (SAFFNAUER; MENDES, 2005)

Quadro 4-7: Sadia - marcos importantes para o processo de internacionalização 1953-2009

Ano	Marco
1953	1ª unidade fora de Concórdia – Moinho da Lapa S.A. na capital paulista.
1967	Primeiros contatos com a exportação – venda de carne bovina e suína in natura para o mercado Europeu e Suíço
1975	Exportações de frango congelado para o Oriente Médio
1978	Líder de exportação nacional de frango para países do Oriente Médio, Emirados Árabes e Arábia Saudita.
1980	Constituição das Trading Co em São Paulo, Paranaguá, Milão, Tóquio e Buenos Aires, as quais eram responsáveis pela distribuição e vendas
1985	Maior exportador de frango para o Japão. O negócio conquistou o Extremo Oriente, Japão, Hong Kong e até o mercado árabe que passou a consumir o quibe Sadia.
1989	Entrada da carne de frango brasileira no mercado soviético;
1991-92	Filiais comerciais em Tóquio, Milão e Buenos Aires;
1994	Joint venture com a chinesa Sky Dragon, inaugurando a churrascaria Beijing Brasil.
1996	Foco no Mercosul – abertura de uma central de armazenagem e distribuição em Buenos Aires.
1999	Representações comerciais no Leste Europeu, Uruguai, Chile e Dubai. Término do século XX e início do século XXI com a empresa exportando para mais de 60 países, com filiais e escritórios na América Latina, Europa, Ásia e Oriente Médio.
2000	Filiais: Argentina, Uruguai, Chile; Escritórios: Itália, Inglaterra, Emirados Árabes; Representações: Paraguai, Bolívia, Japão. Joint venture com a inglesa Sun Valley, consolidando a industrialização no Reino Unido.
2007	Joint venture com Miratog da Rússia.
2008	Construção de uma unidade no nordeste do Brasil. Visava incluir duas novas unidades no exterior para vender produtos refrigerados fora do Brasil, o que não pode ser feito por meio de exportações.
2009	Aquisição Perdigão S.A.

Fonte: (VARGAS et al., 2014; p.11)

A crise de 2008 resultante das quebras de bancos, corretoras de imóveis e empresas de vários segmentos foi resultante de movimentos arriscados de movimentações financeiras como ADR'S e adulterações ou mesmo não fidelidade dos dados das empresas considerando suas aplicações e resultados de lucros. Estes eram minimamente auferidos por auditores os quais não tinham as devidas responsabilidades legais na apreciação dos resultados divulgados pelas empresas. A Sadia e Aracruz celulose foram os melhores exemplos de empresas e relatórios/balanços corporativos que não deixavam claras as ações financeiras especulativas no mercado norte-americano e assim, com a crise dos bancos e imobiliária de 2008 as perdas financeiras foram bilionárias sendo a Aracruz perda de mais de R\$1,4 bilhões e desvalorização de aproximadamente 34% das ações em menos de 30 dias e no caso da Sadia os prejuízos registrados marcaram a casa dos R\$ 760 milhões que mais tarde foram apurados em R\$840

milhões, números superiores ao lucro líquido de mais de 10 anos de atividades futuras da empresa. Para tanto, a única saída da Sadia foi entregar o controle acionário para a Perdigão e assim formando a BRF Foods e consolidar a maior empresa de alimentos nacional daquele momento. A Sadia deixou de existir com a baixa do seu CNPJ no dia 31 de dezembro de 2012 dando ao fim a maior empresa de proteína animal do país. Os herdeiros da Sadia, até então empresa familiar, mas com características de administração corporativa relatam suas frustrações de não continuarem a linhas sucessórias de seus antepassados nas Diretorias Executivas e Administrativas da Sadia. (NOVAES. 2009) (BARBIERI, 2013).

4.5 BRF

A BRF Foods, como vimos, é a consolidação da fusão das maiores empresas de aves e suínos do país após o término das suas respectivas administrações estritamente familiares. A Perdigão deixa de ser familiar em 2003 e a Sadia em 19 de maio de 2009 assina contrato de fusão e 22 de setembro do mesmo ano torna-se a Sadia empresa subsidiária da BRF-Brasil Foods S.A. A empresa é autorizada a exportar carnes “in natura” e janeiro 2010 há autorização das autoridades brasileiras em negociar, comprar matérias-primas e contratar serviços em “conjunto (como grãos, material de embalagem e carne bovina “in natura”), embora não a compra de aves e suínos”. (BRF BRASIL FOODS S.A.; 2010, p. 2)

A empresa iniciou suas atuações em diversos segmentos

Produtos de carne:

- frangos inteiros e cortes de frango congelados; cortes de suínos e cortes de bovinos congelados inteiros e em cortes, como carne in natura;
- alimentos processados, tais como: frangos inteiros e cortes de frangos congelados marinados, aves especiais (vendidas sob a marca Chester®) e perus;

- produtos industrializados de carnes, tais como lingüiças, derivados de presunto, mortadela, salsichas, salames, bacon e produtos defumados;

- carnes processadas congeladas, tais como hambúrgueres, steaks, empanados, kibes e almôndegas, e alimentos vegetarianos industrializados congelados;

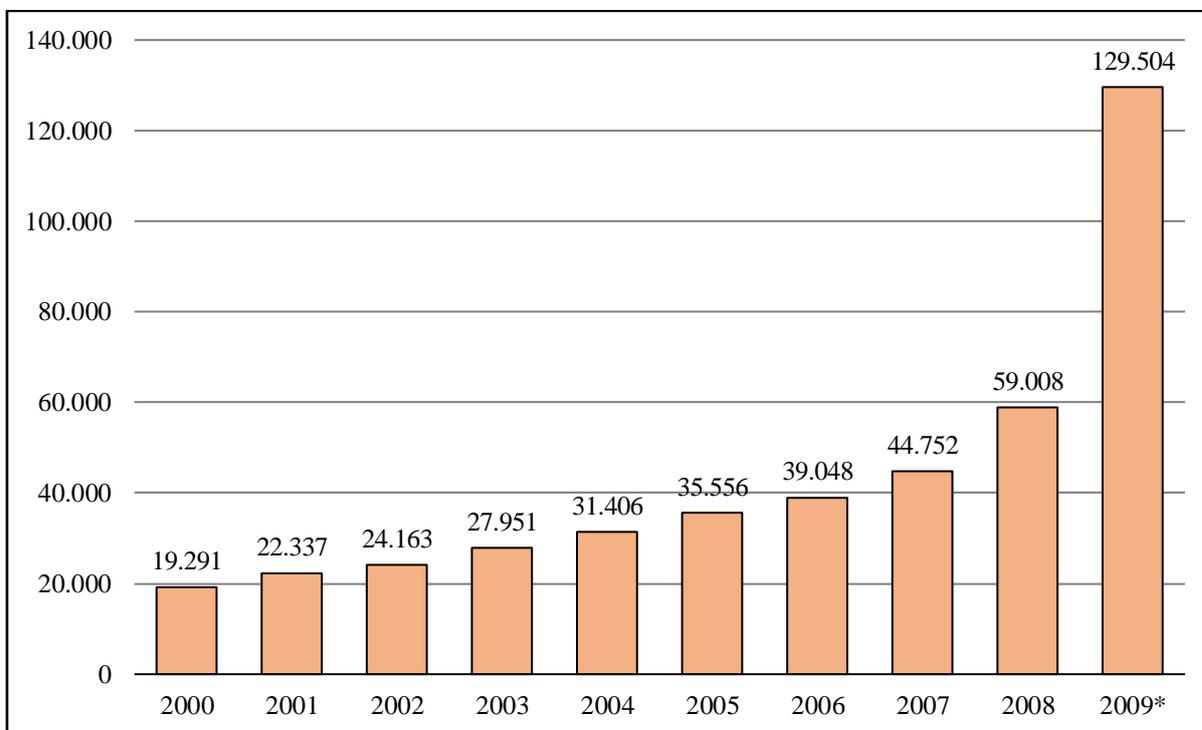
Produtos lácteos: • leites (UHT e pasteurizado); • produtos lácteos, tais como queijos, leite em pó e iogurtes;

Outros produtos processados: pratos preparados congelados, tais como lasanhas e pizzas, assim como outros alimentos congelados, inclusive vegetais, pão de queijo e tortas; sucos, leite de soja e sucos de soja; margarinas;

Outros: farelo de soja e farinha de soja refinada, bem como ração animal. (BRF BRASIL FOODS S.A.; 2010, p. 1)

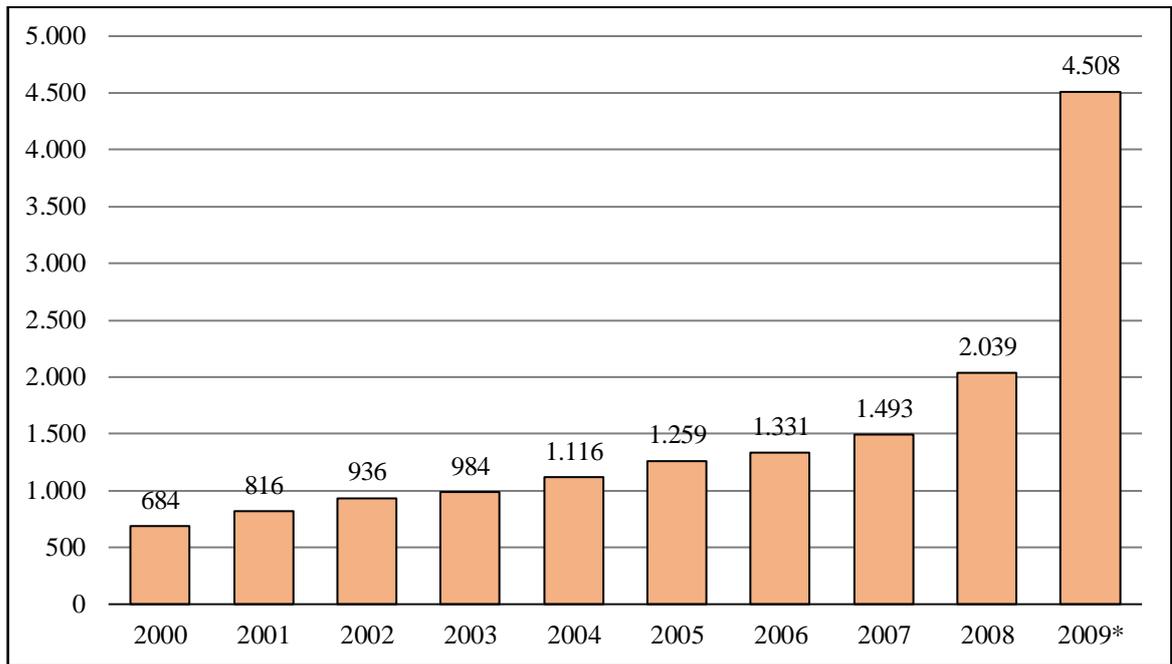
A produção de carnes da BRF inicia com 4.508 mil/ton, 129.504 funcionários, 13.135 bilhões em patrimônio, faturamento bruto de R\$ 24.426 bilhões (sendo 37,43% mercado externo e 62,57% mercado interno), vendas de 5.314 mil/ton (40,8% destinado para o mercado externo e 59,2% mercado interno), grande participação no market share nos segmentos de carnes, massas, pizzas congeladas, processados lácteos e margarinas e aumento de 322% no faturamento líquido. Esses números a torna a maior empresa do ramo alimentício do país no seu ano de surgimento. (, Gráfico 4-5, Gráfico 4-6, Gráfico 4-7 e Gráfico 4-8). A fusão com a Sadia promoveu crescimento significativo nos aspectos selecionados: contingente de funcionário foi acrescido em 119,5%, a produção de carne elevou-se 121,1%, patrimônio cresceu 219,5%, o resultado líquido saltou 322,2%, as vendas em geral aumentaram 68% (para o mercado interno 94,7% e interno 53,5%), a taxa de faturamento cresceu 85% sendo para o mercado externo atingiu a cifras de 80,8% e o mercado interno atingiu a marca dos 88,6%. Tais dados possibilitam afirmar que a empresa tornou importante no cenário mundial de carnes e no nacional passou a dominar o segmento de carnes de suínos e aves e seus industrializados. (BRF BRASIL FOODS S.A; 2009)

Gráfico 4-2: BRF: Número de funcionários 2000-2009



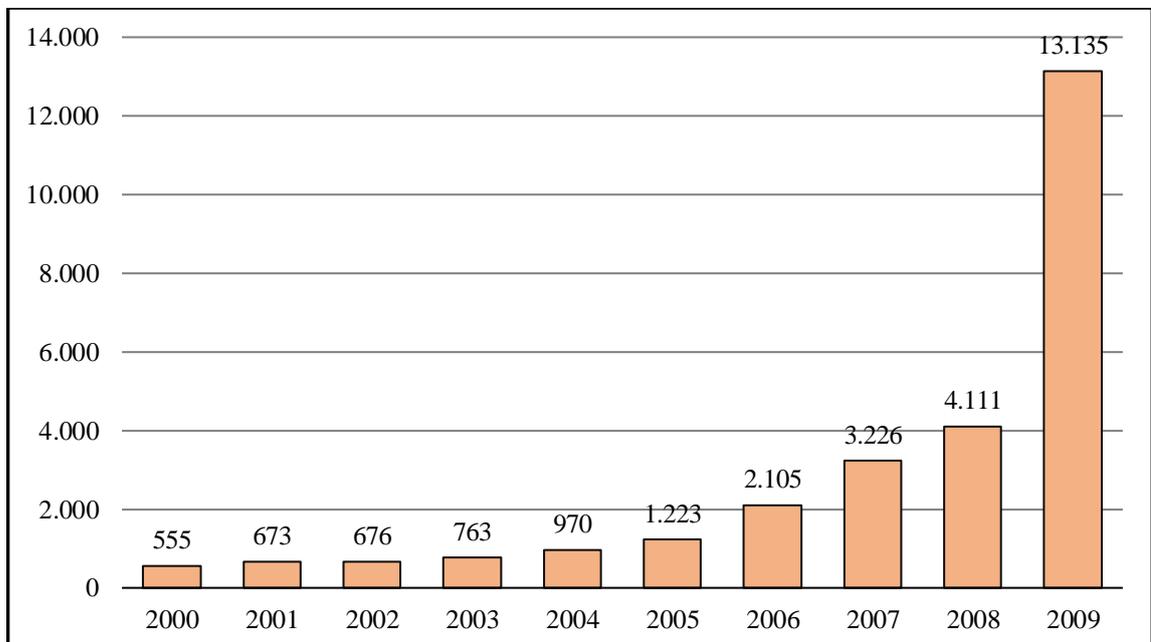
Somados quadro de funcionários Perdigão e Sadia
Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)
Organizado pelo Autor

Gráfico 4-3: BRF- Produção de carnes (mil ton) 2000-2009



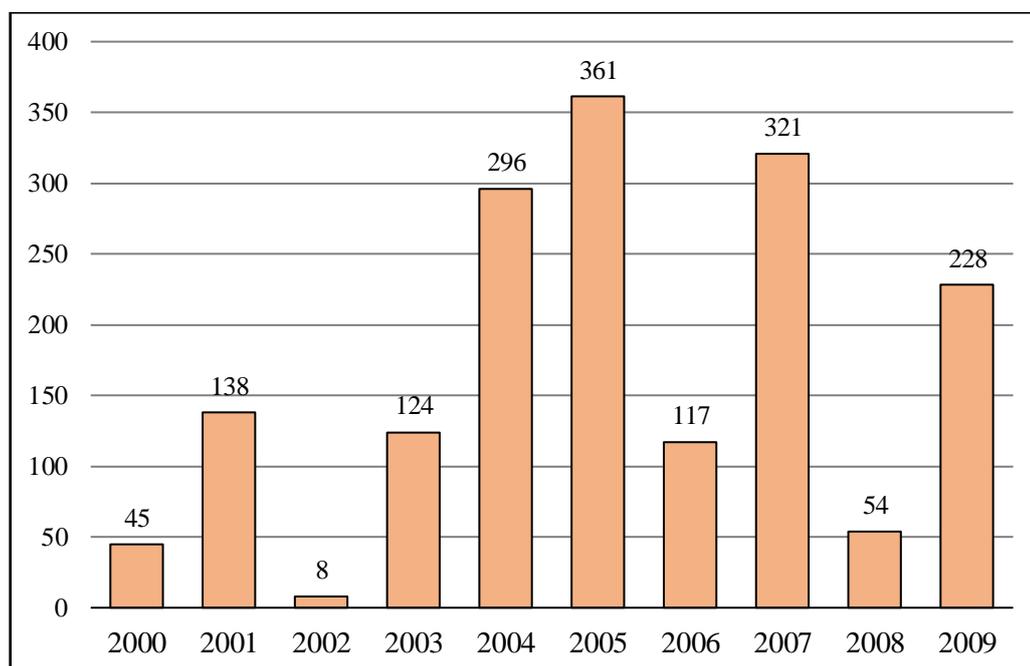
* Produções Perdigão e Sadia somadas
Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)
Organizado pelo Autor

Gráfico 4-4: BRF - Patrimônio Líquido 2000-2009



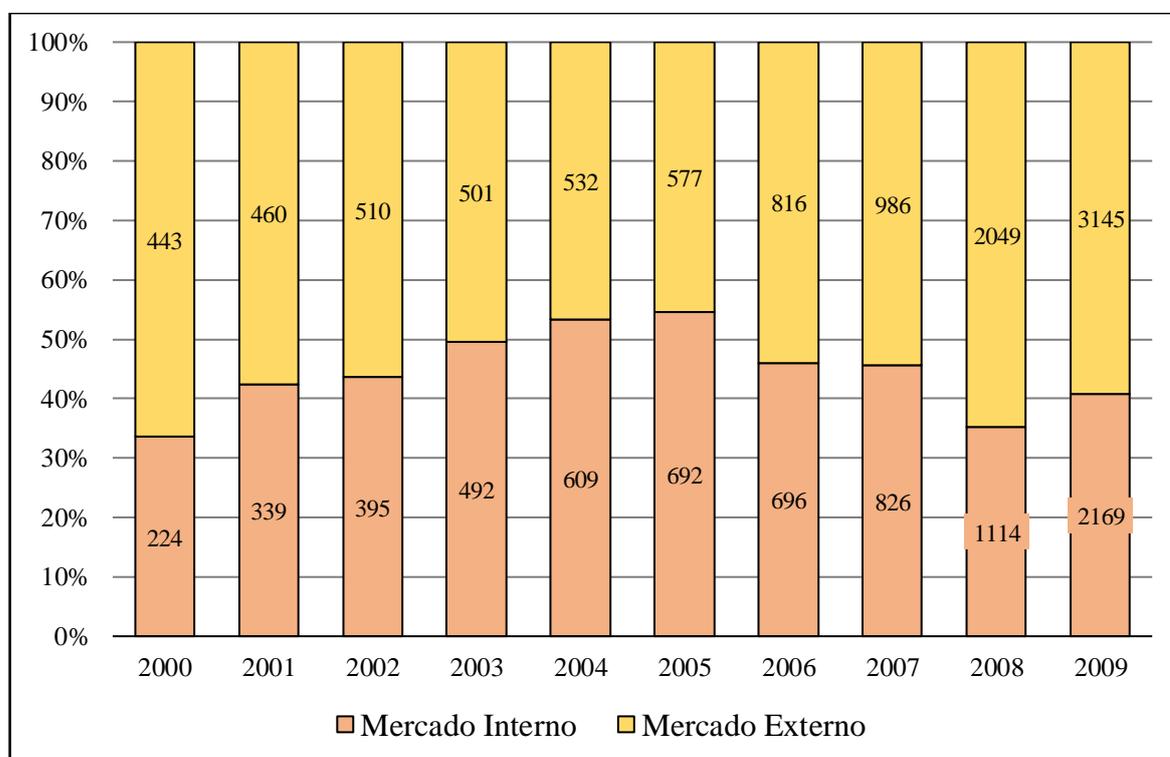
Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)
Organizado pelo Autor

Gráfico 4-5 - BRF: Resultado líquido 2000-2009



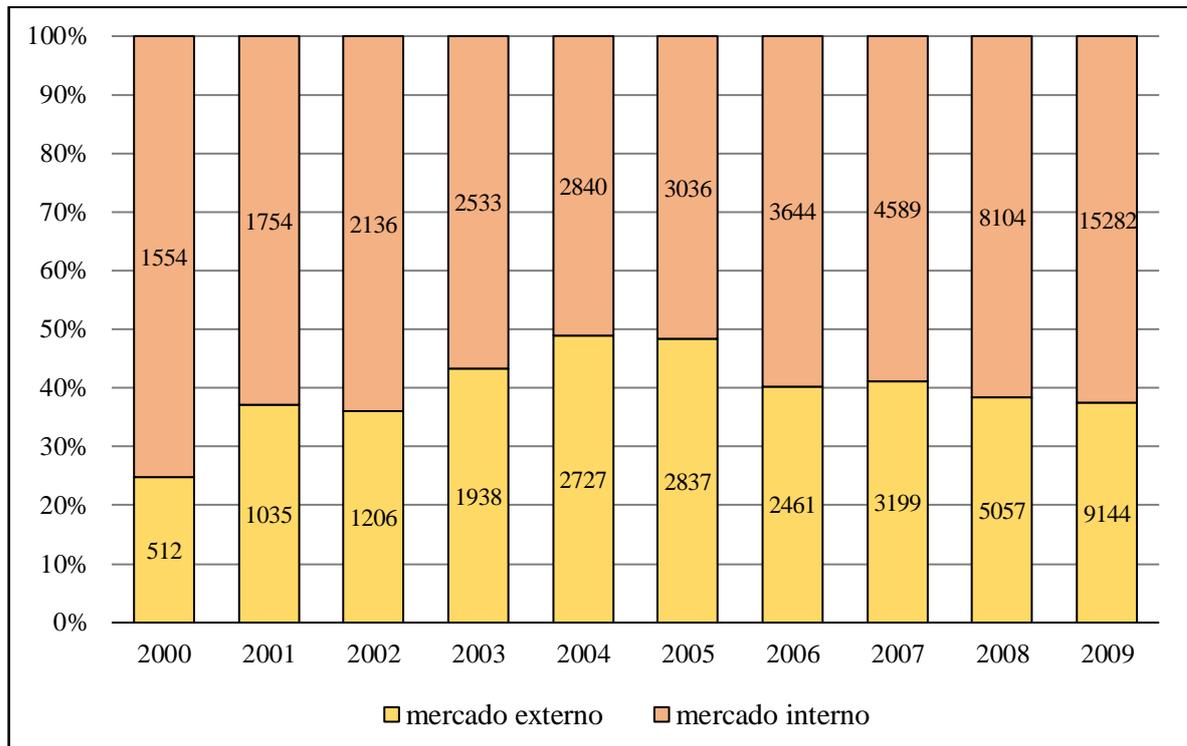
Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)
Organizaado pelo Autor

Gráfico 4-6: BRF: Vendas de lácteos, carnes e produtos processados (ton) 2000-2009



Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)
Organizado pelo Autor

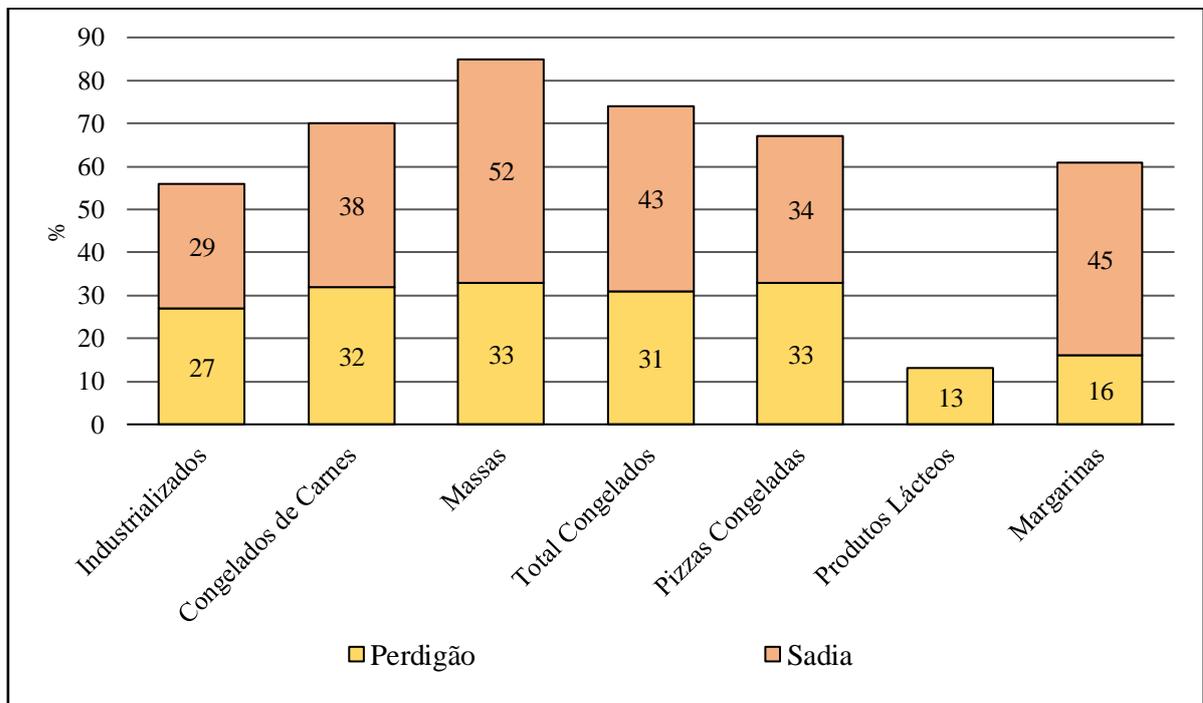
Gráfico 4-7- Faturamento líquido (R\$ milhões) 2000-2009



Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)

Organizado pelo Autor

Gráfico 4-8: BRF: Market share (%) 2009

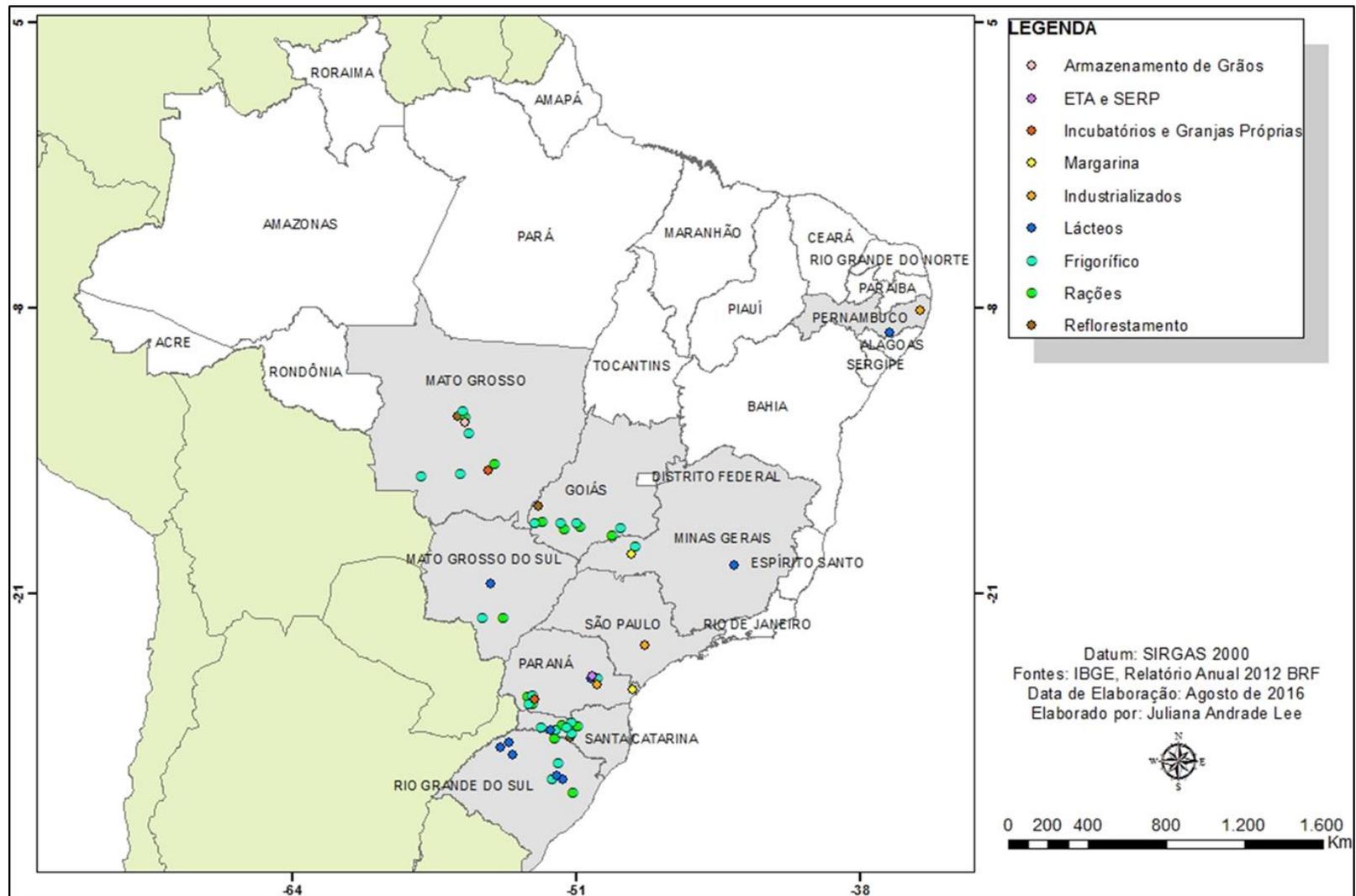


Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2009)

Organizado pelo Autor

O Processo de consolidação da BRF Foods foi lento e a SEADE (Secretaria de Acompanhamento Econômico) sugeriu ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômico Brasileiro) de exigiu da nova empresa a licença de 5 anos da retirada da marca Sadia ou Perdigão e a venda dos ativos dos produtos vendido sobre a marca ou a venda das marcas Batavo, Rezende, Confiança, Wilson e Escolha Saudável, Dorian, Claybom e Delicata..Em 2012 a estrutura da empresa (Mapa 4-6) era composta por 42 unidades de processamento de carne, sendo 36 de propriedade própria e 6 terceirizadas, 25 incubatórios (23 próprios) 23 fábricas de ração animal e 14 fábricas de processamento lácteos (9 de propriedade própria e 5 terceirizadas), duas unidades de fabricação de margarinas (1 joint venture com a Unilever), 13 pontos de coleta de leite, 1 unidade de processamento de soja e outra de fabricação de pizzas, massas, sobremesas, e produtos industrializados. A BRF era a maior exportadora de produtos de carne suína e aves. Detinha 14,8% do mercado de leite UHT, 6,2% da produção nacional de leite em pó. Os principais importadores dos produtos são destinados para distribuidores institucional (restaurantes, redes de *fast food*) e indústrias processadoras, no total eram mais de 5mil clientes distribuídos da seguinte maneira no mundo: Europa 19%, Extremo Oriente 20,9%, Eurásia e Rússia 11,3%, Oriente Médio 31,9% e os mercados Americanos, Africanos e demais áreas 16,9%. (BRF BRASIL FOODS S.A., 2010)

Mapa 4-6 - BRF: Localização das unidades operacionais por atividade 2012



A BRF descreve em seus relatórios as desvantagens do aumento expressivo das suas participações no mercado internacional devido a elevada capacidade competitiva dos produtos nacionais frente aos dos países importadores.

Em vista da participação de mercado crescente dos produtos aviários, suínos e bovinos brasileiros nos mercados internacionais, os exportadores brasileiros estão cada vez mais sendo afetados por medidas adotadas por países importadores para proteção dos produtores locais. A competitividade das companhias brasileiras levou determinados países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso das companhias brasileiras a seus mercados. As barreiras comerciais podem consistir em barreiras tarifárias e não tarifárias. Em nossa indústria, barreiras não tarifárias são uma preocupação específica, especialmente as restrições sanitárias e técnicas. (BRF, 2013; p. 17)

A Rússia, por exemplo, criou cotas para importações dos produtos brasileiros e ainda, retardam as autorizações de novas cotas e mudam as legislações de tais cotas para afetar as importações. A Ucrânia restringiu as importações de suínos para o mercado varejista por meio dos aumentos dos impostos por período de 1 ano e também abriu investigações anti-dumping sobre as importações de aves e seus cortes. A UE cobra taxas para proteger os custos mais elevados dos produtores europeus e embargou a importação de alguns cortes de bovinos e aves. Destaca a empresa, a prática do governo francês em subsidiar os avicultores locais com a finalidade de reduzir custos para exportarem seus produtos para o mercado saudita. Relata a empresa a organização de produtores e industriais de outros países para pressionar os governos locais para criar medidas protecionistas ou gerar linhas de créditos mais favoráveis para produção de aves, suínos e bovinos para competir com os produtos importados das empresas brasileiras. (BRF BRASIL FOODS S.A., 2010; 2012)

Das condições para o CADE aprovar a fusão com a Sadia, a BRF transferiu para a Marfrig a participação acionária da Quickfood S.A. (empresa de alimentos na Argentina. Em 2014 o setor de lácteos foi para Lactalis do Brasil – Comércio, Importação e Exportações de Laticínios Ltda, pertencente ao grupo Parmalat, assim as unidades industriais Bom Conselho (PE), Carambeí (PR), Ravena (MG), Concórdia (SC), Teutônia (RS), Itumbiara (GO), Terenos (MS), Ijuí (RS), Três de Maio I (RS), Três de Maio II (RS) e Santa Rosa (RS). E ainda, as marcas do segmento: Batavo, Elegê, Cotochês, Santa Rosa e DoBon foram negociadas com o valor de US\$697,8 milhões, assim a BRF deixou de atuar no ramo de lácteos no Brasil. (BRF S.A., 2015)

Em 2014 adquire a Federal Foods Limited em Adu Dhabi nos Emirados Árabes Unidos e assim aumentou a presença com mais produtos e marcas no mercado do Oriente Médio. No mesmo

ano adquiriu a AKF – Al Khan Foods com sede no Sultanato de Omã no valor de US\$ 68,5 milhões e passa a controlar a maior empresa de produtos congelados daquele país controlando os mercados varejistas, food service e atacados. Destaca-se que a AKF era empresa distribuidora dos produtos da marca Sadia por mais de 25 anos naquela região. Ainda em 2014, a BRF passou as ações da Mato Grosso Bovino S.A. para o grupo Minerva e assim a BRF ficou com 13,29% das ações votantes da compradora. Em 21 de setembro de 2014 adquiriu 75% da empresa Alyasra Food Company W.L.L. do Kuwait pelo preço de US\$ 160 milhões, a Alyasra atua no segmento de alimentos congelados, secos e resfriados para o varejo e food service e por mais de duas décadas distribuía os produtos da marca Sadia. E no dia 19 de dezembro incorporou a joint venture Sukses Makmur (IndoFood) para a distribuição e venda de aves e alimentos processados; a empresa ainda atua no setor de marcas para os consumidores finais, moagem de farinha, agronegócios, distribuição e cultivo e processamento de legumes; a parceria visa aprimorar o processamento de proteínas e para isso terá participação em 50% do controle acionário da joint venture, (BRF S.A., 2015)

Em 2015, a BRF faz novas aquisições entre as maiores estão: Cingapura onde adquire 49% das ações da Singapore Industries Pte. Ltd – SFI por meio de joint venture para a distribuição de produtos; Reino Unido faz joint venture com a Invicta Food Group Limited – IFGL com o objetivo de distribuir alimentos processados no Reino Unido, Irlanda e Escandinávia nos segmentos de food service, neste acordo a BRF ficou com 62% do negócio; na Argentina compra por US\$43, milhões as marcas Vieníssima, GoodMark, Manty, Delícia, Hamond, Tres Cruces e Wilson controladas pela Molinos Río del Plata S.A.; compra as ações da Golden Foods Siam e os seus ativos na Tailândia e Europa pelo valor de US\$ 348,7 milhões e finaliza o ano com adquire as ações da Universal Meats (Reino Unido) distribuidora de alimentos especializada no food service, o valor do negócio foi fechado em GBP 31,8 milhões. (BRF S.A., 2016)

Desde a aquisição da Sadia pela BRF ocorreram várias transformações, como vimos a venda de empresas, marcas e redirecionamentos nas estratégias de atuação nos mercados nacional e mundial. Expandiu sua participação nos segmentos de processados de aves e suínos e reduziu participações no mercado de bovinos. A empresa especializa-se no que tange ao mercado de aves e suínos com aquisições de empresas no Oriente Médio para garantir a distribuição e produção de seus produtos e expande suas ações comerciais na Ásia.

Elementos de ordem administrativa atingem diretamente o funcionamento da empresa, desde 2009 há redução de funcionários em decorrência da saída do segmento lácteo, naquele ano o quadro funcional era composto por 113.912 em 2005 esse número foi reduzido para 105.733 trabalhadores, uma redução de 7,73%. Por outro a produtividade por funcionário x ton produção de

carne foi elevada em 12,12%, passando em 2009 de 33ton x funcionário para 37 ton a partir de 2013. Os dados sobre o lucro operacional são os mais expressivos, em 2009 a empresa apresentou prejuízo de R\$ 527,00 por funcionário, mas a partir de 2010 até 2015 as cifras foram positivas: R\$13.194,00 (2010); R\$ 17.045,00 (2011); 11.976,00 (2012); R\$17.327,00 (2013); R\$33.314,00 (2014) e R\$33.998,00(2015). As variações do lucro foram decorrentes de fatores como aumento dos preços das matérias-primas em 2008, a crise cambial de 2008/9, problemas nas safras de grãos 2015/6 com a falta de milho, instabilidade econômica em países importadores como Rússia, Ucrânia e alguns membros da EU (Grécia, Portugal, Espanha, Itália por exemplo).

As unidades industriais processadoras de aves, suínos e bovinos da BRF (Figura 4-21) (**Quadro 4-8**) localizam-se Chapecó, Marau, Capinzal, Toledo, Várzea Grande, Videira, Lucas do Rio Verde, Rio Verde, Uberlândia, Concórdia, Tatuí, Vitória de Santo Antão, Herval d'Oeste, Lajeado, Ponta Grossa, Paranaguá e Rio de Janeiro. A produção de lasanhas, massas e demais pratos congelados são produzidos na unidade de Rio Verde; Tatuí-Sp produz sanduiches prontos, lasanhas, pão de queijo e produtos de massas e panificação e a unidade de Ponta Grossa-PR é a responsável pela produção de lasanhas, massas e sobremesas (Linha Miss Daisy). As 28 fábricas de ração possuem acordos comerciais com outras empresas para garantir o fornecimento de matérias-primas para a cria e engorda dos animais (principalmente aves e suínos) entre os acordos destacam-se os contratos de compra e venda de longo prazos de soja, milho e farelo com a Cargill, Bunge, ADM e Dreyfus. (BRF S.A.; 2016)

Figura 4-21 : BRF: Brasil unidades 2015



Fonte: BRF S.A. (2016, p.19)

Quadro 4-8 BRF: Unidades industriais de carnes, produtos de soja e margarinas (2016)

Cárneos		
Unidade Produtiva	Estado	Atividades
Bugio Agrop. *	Santa Catarina	Abate de aves e produtos processados de aves
Buriti Alegre	Goiás	Abate de aves
Campos Novos	Santa Catarina	Abate de suínos
Capinzal	Santa Catarina	Abate de aves e produtos processados
Carambeí	Paraná	Abate de aves
Chapecó	Santa Catarina	Abate de aves (incluindo peru), produtos processados, ração e incubatórios
Concórdia	Santa Catarina	Abate de aves, produtos processados de suínos, ração e incubatórios
Dois Vizinhos	Paraná	Abate de aves, ração animal e incubatórios
Dourados	Mato Grosso do Sul	Abate de aves, ração animal e incubatórios
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	Produtos processados
Francisco Beltrão	Paraná	Abate de aves (incluindo peru)
Garibaldi*	Rio Grande do Sul	Abate de aves
Herval D'Oeste	Santa Catarina	Abate de suínos e produtos processados
Jataí	Goiás	Abate de aves
Lajeado	Rio Grande do Sul	Abate de aves e suínos e produtos processados
Lucas de Rio Verde	Mato Grosso	Abate de aves e produtos processados de suínos
Marau	Rio Grande do Sul	Abate de aves, produtos processados de suínos, ração e incubatórios
Mineiros	Goiás	Abate e processamento de aves especiais (peru e Chester®)
Nova Marilândia*	Mato Grosso	Abate de aves
Nova Mutum	Mato Grosso	Abate de aves
Paranaguá	Paraná	Produtos processados
Ponta Grossa	Paraná	Produtos processados
Rio Verde	Goiás	Abate de aves e produtos processados de suínos
Sagrinco*	Santa Catarina	Abate de aves e produtos de suínos
Serafina Corrêa	Rio Grande do Sul	Abate de aves
Tatuí	São Paulo	Produtos processados
Toledo	Paraná	Abate de aves e produtos processados de suínos
Uberlândia	Minas Gerais	Abate de aves (incluindo peru) e suínos, produtos processados e incubatórios
Várzea Grande	Mato Grosso	Abate de aves e produtos processados
Videira	Santa Catarina	Abate de aves e produtos processados
Vitória de Santo Antão	Pernambuco	Produtos processados Produtos de Soja e Margarina
Produtos de soja e margarinas		
Paranaguá	Paraná	Margarina
Uberlândia	Minas Gerais	Margarina
Vitória de Santo Antão	Pernambuco	Margarina
Dois Vizinhos	Paraná	Esmagamento de soja
Videira	Santa Catarina	Esmagamento de soja
Toledo	Paraná	Esmagamento de soja

Fonte: BRF S.A. (2016; p.47-8)

O fornecimento dos produtos da BRF é realizado por 20 centros de distribuição (11 alugados e 9 próprios) sendo 3 no Centro-Oeste (Aparecida de Goiânia-GO, Cuiabá e Rio Verde-GO), 3 no Nordeste (Fortaleza-CE, Salvador-BA e Viso-PE), 2 no Norte (Belém-PA e Manaus-AM) e 6 no Sul (Ponta Gross-PR, São José dos Pinhais-PR, Marau-RS, Nova Santa Rita-RS, e Itajaí-SC Videira-SC) e no Sudeste mais 6 (Embú-SP, Jundiá-SP, Duque de Caxias-RJ, Ribeirão das Neves-

MG, Uberlândia-MG e Viana-ES). A distribuição geográfica das unidades industriais se dá em virtude de estratégias da empresa em não concentrar suas atividades em apenas uma região para não ter problemas de sanções de importação impostas pelos países importadores os quais sazonalmente proíbem a compra de suínos de Santa Catarina, por exemplo. (BRF S.A.; 2016)

No exterior são 13 unidades industriais (6 na Argentina, 1 na Inglaterra, 1 na Holanda, 1 na Abu Dhabi-EAU e 4 na Tailândia) (FIGURA Y), contabilizam-se 20 escritórios e centros de distribuição estão presentes no Reino Unido, França, Espanha, Itália, Áustria, Hungria, Holanda, Rússia, Cingapura, Coreia do Sul, China, Japão, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã, Kuwait, África do Sul, Argentina, Uruguai e Chile. (BRF S.A.; 2016). As ações de expansão das exportações são percebidas pela participação da receita operacional da empresa desde 2011 onde o mercado externo era responsável por 39,3% das operações e passa para 50,2% no ano de 2015. As distribuições dos principais segmentos podem ser vistas na tabela X. Esse aumento de receita é decorrente não apenas da intensificação dos resultados industriais e a comercialização dos insumos e matérias-primas para produção industrial, é resultado, destacado pela empresa, do aperfeiçoamento do processo de produção de produtos com maiores valores agregados que exigem menores perdas e precisão no ato de distribuir o produto final aos mercados consumidores.

Tabela 4-3: BRF - Receita Operacional líquida por setores 2011-2015 (%)

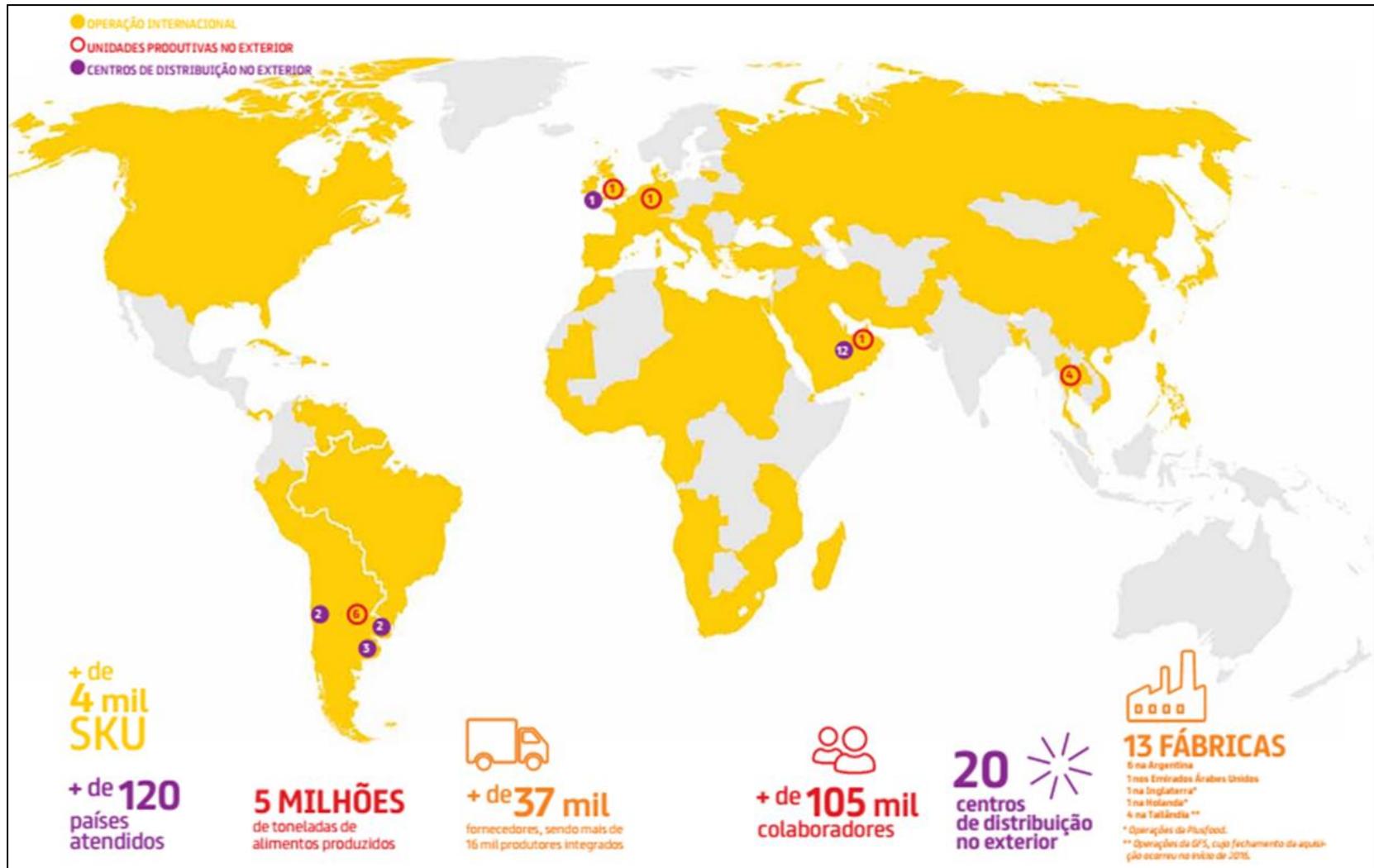
	2011	2012	2013	2014	2015
Mercado Interno	45,2	44,2	42,5	53,2	49,8
Aves	4,3	4,7	4,9	7,1	7,1
Suínos e Bovinos	3	3,2	3,1	3,6	2,3
Processados	35,7	33,2	31,4	39,3	38
Outras vendas	2,2	3,1	3,1	3,2	2,4
Mercado Externo	39,3	40,8	43	46,8	50,2
Aves	25,6	26,5	27,1	29,5	32,8
Suínos e Bovinos	6	6,5	6,2	6,4	5
Processados	7,5	7,7	9,5	10,8	12,1
Outras vendas	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4

*Fonte: BRF BRASIL FOODS S.A (2014) BRF S.A. (2016; p. 70)
Organizado pelo Autor*

A empresa afirma sempre em seus relatórios anuais a necessidade de acompanhar as tendências de mercados e os hábitos alimentares e assim, desenvolver novos produtos e variedade para atender as novas demandas e enfrentar os concorrentes do setor. Destaca ainda, a busca da manutenção e expansão das marcas via ações de marketing, propaganda e promoções junto aos

consumidores, mas isso não garante a permanência da marca e de seus produtos. Além das questões de inovações tecnológicas de produção e novos produtos, o setor de alimentos é influenciado diretamente pelas mudanças bruscas dos cenários econômicos nacional e internacional levando a perda de poder de aquisitivo das populações, aumento de impostos, aumentos dos preços dos insumos industriais. Entre os anos de 2012 a 2014 as vendas no mercado interno foram expressivas devido as boas condições de econômicas da população que tinha garantia de emprego e de salários com poder aquisitivo o qual viabilizava a compra de alimentos preparados.

Figura 4-22: BRF: Unidades no Mundo 2015



SKU “É a sigla em inglês para Stock Keeping Unit, ou Unidade de Manutenção de Estoque. Trata-se de um código identificador único de um produto, e é utilizado para controle do estoque” (<https://endeavor.org.br/sku/>)

Fonte: BRF S.A. (2016, p.20-1)

A concorrência entre as empresas do setor é considerada uma das formas de maior impacto negativo nos resultados financeiros da empresa. Destaca a BRF S.A. (2016) a concorrência de pequenos e microempreendedores que produzem e comercializam produtos com preços menores, pois, não atendem as legislações (ambiental, sanitária, trabalhista etc.). Justifica a empresa a venda de carnes congeladas para mercados externos devido a essa concorrência considerada “desleal”, por outro lado, empresas do mesmo ou maior porte conseguem fazer concorrência direta aos produtos industrializados pela BRF.

O Brasil é considerado pela empresa como ambiente produtivo positivo cujos os custos de produção são baixos em relação aos concorrentes internacionais e assim possibilita construir uma rede e expandir as relações comerciais com outras empresas nos mercados explorados e não explorados. O Quadro 4-9 mostra os acordos comerciais e as unidades industriais da empresa em 31 de dezembro de 2015. Nota-se que os mercados da Ásia e Europa são importantes para a empresa que assina contratos de compra de controles acionários de indústrias, prestadores de serviços, distribuidores e até mesmo agentes financeiros para garantir o acesso a novos recursos econômicos como os realizados nas Ilhas Cayman. O mercado Argentino tem presença da empresa via aquisição e parceria com as empresas locais devido a abundância e qualidade das matérias-primas e a tradição da qualidade dos produtos exportado seja no segmento de carne como no de leite. O MERCOSUL tem os produtos da marca Sadia exportados via acordos de comercialização e distribuição feitos com empresas locais as quais possuem conhecimento dos mercados consumidores e suas particularidades de comercialização. O mercado asiático sempre foi fértil aos produtos oriundos de aves desde a década de 1980, mas flutua em decorrência das incidências da gripe aviária que reduz o consumo mesmo não existindo casos no território brasileiros. O mercado da Eurásia, principalmente da Rússia é tradicional importador de suínos inteiros, porém as crises econômicas e as instabilidades políticas desde 2008 criam cenários irregularidades e como já foi dito, ações protecionistas do estado russo em controlar a entrada de produtos brasileiros para proteger e beneficiar os produtores locais promovem redução de ganhos e lucratividade para a BRF. (BRF; 2014) (BFR; 2015)(BRF S.A.; 2016)

Quadro 4-9: BRF – Acordos Comerciais e Unidades Industriais no Mundo 2015

País	Denominação	Atividade Industrial País	Participação
África do Sul	BRF Global Company South Africa Proprietary Ltd.	Importação e comercialização de produtos	100%
Alemanha	BRF Germany GmbH	Importação e comercialização de produtos	100%
Alemanha	Sadia Foods GmbH	Importação e comercialização de produtos	100%
Arábia Saudita	Al-Wafi Al-Takamol Imp.	Importação e comercialização de produtos	75%
Argentina	Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.	Industrialização e comercialização de derivados de leite	98,26%
Argentina	Quickfood S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	90,5%
Argentina	Sadia Alimentos S.A.	Holding	43,10%
Argentina	Avex S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	94,6%
Argentina	Flora Dánica S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	95%
Argentina	GB Dan S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	5%
Argentina	Flora San Luis S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	95%
Argentina	Flora Dánica S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	5%
Argentina	GB Dan S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	95%
Argentina	Flora San Luis S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	5%
Argentina	Avex S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	5,40%
Argentina	Sadia Alimentos S.A.	Holding	56,90%
Argentina	Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.	Industrialização e comercialização de derivados de leite	1,74%
Áustria	BRF GmbH Holding	Holding	100%
Áustria	BRF Foods GmbH	Industrialização, importação e comercialização de produtos	100%
Áustria	BRF Global GmbH	Holding e trading	100%
Brasil	Avipal Centro-Oeste S.A.	Industrialização e comercialização de leite Brasil	100%
Brasil	Elebat Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	99%
Brasil	K&S Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	49%
Brasil	Minerva S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	16,29%
Brasil	Nutrifont Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	50%
Brasil	PP-BIO Administração de bem próprio S.A.	Administração de bens	33,33%
Brasil	PSA Laboratório Veterinário Ltda.	Atividades veterinárias	99,99%

País	Denominação	Atividade Industrial País	Participação
Brasil	Elebat Alimentos S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	1,00%
Brasil	Sino dos Alpes Alimentos Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	99,99%
Brasil	PR-SAD Administração de bem próprio S.A.	Administração de bens	33,33%
Brasil	UP Alimentos Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	100%
Brasil	Vip S.A	Emp. Part. Imobiliárias Atividade imobiliária Brasil	100%
Brasil	Sino dos Alpes Alimentos Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos	0,01%
Catar	Federal Foods Qatar	Importação, comercialização e distribuição de produtos	49%
Chile	Sadia Chile S.A.	Importação e comercialização de produtos	40%
Chile	Sadia Chile S.A.	Importação e comercialização de produtos	60%
China	BRF Shanghai Management Consulting Co. Ltd.	Desenvolvimento de serviços de consultoria e correlatos	100%
China	BRF Shanghai Trading Co. Ltd.	Comercialização e distribuição de produtos	100%
Cingapura	BRF Singapore PTE Ltd.	Prestação de serviços de marketing e logística	100%
Cingapura	SATS BRF Food PTE Ltd.	Importação, industrialização, comercialização e distribuição de produtos	49%
Coreia do Sul	BRF Korea LLC	Prestação de serviços de marketing e logística	100%
Emirados Árabes	Al-Wafi Food Products Factory LLC	Industrialização e comercialização de produtos	49%
Emirados Árabes	Badi Ltd.	Holding	100%
Emirados Árabes	Federal Foods LLC	Importação, comercialização e distribuição de produtos	49%
Espanha	BRF Iberia Alimentos SL	Importação e comercialização de produtos	100
França	BRF France SARL	Prestação de serviços de marketing e logística	100%
Holanda	Qualy 5201 B.V.	Importação, comercialização de produtos e holding	100%
Holanda	BRF Holland B.V.	Importação e comercialização de produtos	100%
Holanda	BRF B.V	Industrialização, importação e comercialização de produtos	100%
Hungria	BRF Hungary LLC	Importação e comercialização de produtos	100%
Ilhas Cayman	Perdigão International Ltd.	Importação e exportação de produtos	100%
Ilhas Cayman	BFF International Ltd.	Captação de recursos	100%
Ilhas Cayman	Highline International	Captação de recursos	100%
Ilhas Cayman	Sadia International Ltd.	Importação e comercialização de produtos	100%
Ilhas Cayman	Sadia Overseas Ltd.	Captação de recursos	100%
Inglaterra	BRF Invicta Ltd.	Importação, comercialização e distribuição de produtos	62%

País	Denominação	Atividade Industrial País	Participação
Inglaterra	Invicta Food Products Ltd.	Importação e comercialização de produtos	100%
Inglaterra	BRF Wrexham Ltd.	Industrialização, importação e comercialização de produtos	100%
Inglaterra	Invicta Food Group Ltd.	Importação, comercialização e distribuição de produtos	100%
Inglaterra	Invicta Foods Ltd.	Importação, comercialização e distribuição de produtos	100%
Inglaterra	Invicta Foodservice Ltd.	Importação, comercialização e distribuição de produtos	100%
Itália	BRF Italia SPA	Importação e comercialização de produtos	67%
Japão	BRF Japan KK	Prestação de serviços de marketing e logística	100%
Kuwait	BRF Al Yasra Food K.S.C.C.	Importação, comercialização e distribuição de produtos	75%
Nigéria	BRF Global Company Nigeria Ltd	Prestação de serviços de marketing e logística	99%
Nigéria	BRF Global Company Nigeria Ltd.	Prestação de serviços de marketing e logística	1,00%
Omã	Al Khan Foodstuff LLC	Importação, comercialização e distribuição de produtos	40%
Portugal	Xamol Consultores Serviços Ltda.	Importação e comercialização de produtos	100%
Portugal	Perdigão Europe Lda.	Importação e exportação de produtos	100%
Portugal	Wellax Food Logistics C.P.A.S.U. Lda.	Importação e comercialização de produtos	100%
Rússia	BRF Foods LLC	Importação e comercialização de produtos	90%
Rússia	BRF Foods LLC	Importação e comercialização de produtos	100%
Uruguai	Sadia Uruguay S.A.	Importação e comercialização de produtos	5,10%
Uruguai	Sadia Uruguay S.A.	Importação e comercialização de produtos	94,60%

Fonte: BRF S.A. (2016; p. F-9)

O crescimento da empresa e sua expansão é medida pelos resultados financeiros e para tal existem apontamentos interessantes em seus relatórios anuais e formulários 20-F como:

- Regulamentação da segurança alimentar e o bem-estar animal que exige investimentos nas adequações das unidades industriais, aperfeiçoamentos e treinamento da mão-de-obra e assim dispendendo recursos econômicos, enfatiza as exigências específicas de alguns países importadores de forma a não padronizar todo o processo produtivo das plantas agroindustriais;
- As questões trabalhistas tanto na esfera jurídica como nas interpessoais são elementos importantes para a manter os ganhos de lucro da empresa, atualmente o custo com salários é de 15,4% e a diferença entre o maior e menor salário pago é de 44 vezes. Consideram as ações trabalhistas um obstáculo para os ganhos de rentabilidade e evitam demandas judiciais mesmo com ações em trânsito e número expressivo TAC's (Termos de Ajustes de Conduta) para reparar atos julgados inapropriados pelo poder judiciário;
- Cumprir as leis e os regulamentos ambientais é considerado como empecilho no aumento dos resultados finais da empresa. São exigidas ações para proteção de áreas de conservação, por exemplo. Há necessidade de investir constante na redução de resíduos, descargas de poluentes na atmosfera, água, solo, reduzir a poluição sonora e a limpeza de áreas contaminadas por resíduos. Se não ocorrem essas ações, a empresa paga com pesadas multas e TAC para compensar os impactos causados pelas suas atividades;
- Possibilidade de arcar com prejuízos promovidos por sinistros não cobertos por seguros;
- Necessidade constante de contratar pessoas qualificadas e retê-las nos quadros funcionais para viabilizar a implantação das estratégias inovadoras para competir no mercado nacional e internacional;
- Investimentos em reduzir as falhas de segurança dos sistemas de informática responsáveis pelo gerenciamento de toda a cadeia produtiva da empresa, além de atuar nas áreas marketing e relacionamento nas redes sociais.

É possível compreender que as grandes corporações agem baseados em números dos resultados financeiros, mas tem impactos das decisões do Estado e seus órgãos reguladores nas ações comerciais, das exigências dos mercados consumidores e dos concorrentes que disputam acirradamente cada porcentagem do mercado com inovações nos produtos e nos preços oferecidos.

As corporações que atuam em escala mundial são agentes produtores do espaço geográfico onde atuam com suas plantas agroindustriais, são responsáveis em determinar preços das matérias-primas, dos salários, os valores dos serviços prestados e, todavia, interferir de maneira direta ou indireta nas relações políticas locais, regionais e nacionais. A ciência geográfica deve se atentar ao histórico de tais corporações para compreender não apenas o espaço que produzem, mas a cultura empresarial que impõem aos seus espaços e sociedades que aí vivem. No próximo capítulo vamos abordar como a grande corporação mundial produz e interfere nas relações socioambientais do Sudoeste Goiano.

5. AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE GOIANO: A CONCRETIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE GRÃOS- AVES-SUÍNOS

O debate sobre o agronegócio e suas relações no espaço são essenciais para compreender como o Sudoeste Goiano transformou de produtor de grãos em um dos maiores produtores de aves e suínos do país por meio da instalação de unidade agroindustriais de empresa, aqui denominada, Global-Local.

Compreender o conceito de agronegócio é essencial para identificar os elementos formadores e articuladores os quais produzem o espaço para atender as necessidades da cadeia produtiva de grãos-aves-suínos. O agronegócio é o ápice atual da articulação do capital privado no espaço rural e nas cidades onde suas unidades produtivas estão instaladas. Promovem grandes mudanças na paisagem urbana e rural e, ainda, promovem novas relações econômicas e socioambientais.

5.1 Agronegócio no Sudoeste Goiano

As relações campo e indústria consolidam-se ao longo da cadeia produtiva, com destaque para a produção de alimentos intensificaram-se (BNDES; MÜLLER, BELIK; 1988, 1989, 1994) transformando o campo não apenas num consumidor de produtos industrializados como máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, como também em fornecedor de matérias primas na quantidade, qualidade e tempo exato para ser consumido pelas plantas industriais. Assim, o toyotismo consolida-se no campo brasileiro e inicia-se a formação do CAI (Complexo Agroindustrial).

Para o BNDES (1988, p.9-10) e Müller (1989. P.61-2)

O CAI é uma unidade de análise na qual a agropecuária se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos, que tem na agropecuária o seu mercado, e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agropecuárias.

A interdependência da agropecuária com a indústria fornecedora define o padrão tecnológico de sua produção, uma vez que é a responsável pela geração do progresso técnico. Por outro lado, a vinculação com a indústria compradora pressiona pela transformação da organização da produção agropecuária e pela adoção das técnicas modernas. Isso derivado do fato de que essa indústria impõe exigências sobre o tipo e a qualidade do produto e a escala de produção.

O CAI, como afirma Delgado (1985, p.185)

Uma tipologia, tendo como critério a *forma de inserção da atividade no novo padrão de desenvolvimento agrícola*, ou, se preferir a forma nos CAIs e no processo de industrialização do campo, é a seguir proposta. Privilegiamos as graúdas relações intersetoriais a montante e a jusante, porque julgamos que esse elemento é de crucial importância na determinação da produção agrícola. Assim, essa tipologia se pretende que seja não apenas descritiva, mas que sirva como ponto de partida para um novo esquema analítico da dinâmica da agricultura.

Assim conforme Leite (1990, p.11)

[...] o CAI, entendido como constituído pelo setor de máquinas e insumos para a agricultura, a agricultura propriamente dita, e o setor processador de matérias-primas e alimentos, sí tem sentido desde que incorporada a fase de industrialização da agricultura.

Com essas características de integração da produção agropecuária aos interesses das plantas industriais, que o CAI da soja (DELGADO; LEITE; MÜLLER; BELIK, 1985, 1989,1990,1994) consolida-se com a industrialização da agricultura no Sudoeste Goiano o qual tem em seu território a instalação da primeira unidade industrial esmagadora e processadora de soja da região Centro-Oeste a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) no ano de 1983 (COMIGO, 2010).

A produção de soja passa ser processada na unidade industrial da cooperativa, com a produção de farelo, óleo e demais subprodutos como sabão. A industrialização da agricultura não aumenta apenas as relações entre o campo e as unidades industriais, faz também adensar as relações entre o capital financeiro e as inovações tecnológicas com o campo. O ano de 1996 é marco importante na consolidação da industrialização da agricultura e a intensificação do agronegócio no Sudoeste Goiano com a construção da primeira unidade agroindustrial de uma empresa multinacional de capital nacional (denominaremos de Global-Local) fora da Região Sul do país. Essa empresa implanta o sistema de produção integrado de aves e suíno, até então

uma relação econômica inédita aos produtores rurais da região acostumados à produção de grãos e a comercialização destes com agroindústrias e algumas tradings como Cargill e ADM²³ (Archer Daniels Midland Company).

O sistema integrado de produção animais consiste no aprimoramento mais intenso das plantas industriais com a produção no campo. Foi através dos recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), FOMENTAR (Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás), PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) e incentivos municipais, por exemplo, permitiram as instalações das plantas agroindustriais da BRF e das granjas produtoras de aves e suínos. Assim, os produtores rurais obtiveram recursos financeiros para construir as granjas com grande capacidade de produção de animais. Para as aves existem granjas que comportam de 80mil até 96 mil e as de suínos até mil animais.

As relações comerciais são modificadas, pois os produtores não são proprietários dos animais e sim, prestadores de serviços remunerados pela relação do consumo de ração e a quantidade de carne produzida. Quanto menor a quantidade de ração utilizada para a conversão em proteína animal, melhor a remuneração do produtor. Portanto, não temos mais um produtor de aves e suínos, temos agora um prestador de serviço, remunerado pela sua produtividade.

Novas relações comerciais, trabalho, sanitárias e ambientais são introduzidas no Sudoeste Goiano. Os agentes financeiros e as políticas públicas são essenciais para a articulação desse objetivo do capital industrial de produzir proteína animal com maior valor agregado que as tradicionais lavouras de soja e milho.

Benko (1996) afirma que a nova forma de acumulação modifica o modo de produção capitalista e o consumo, as transações e os mecanismos institucionais das relações comerciais e também reestrutura o espaço e a sociedade como nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo. Portanto, desenvolvem-se zonas econômicas especializadas em explorar as melhores potencialidades naturais e transformá-las em recursos econômicos para fortalecer a dominação não apenas econômica, mas também tecnológica dos países mais articulados economicamente sob as nações menos articuladas.

²³ Archer Daniels Midland Company, fundada em 1902, é um conglomerado que mantém sua sede em Chicago, IL. ADM opera com mais de 270 plantas e aproximadamente 31 mil trabalhadores. Produz matérias-primas para indústrias alimentícias, ração animal, biocombustíveis etc. No Brasil, opera desde 1997, a partir da aquisição de várias instalações de britagem e silos de grãos. Tem em seu quadro mais de 4.400 funcionários. Atuam principalmente nos segmentos de processamento e comercialização de: soja, cacau, trigo, algodão, ingredientes para nutrição animal, proteínas, óleos e biocombustíveis.

Criam-se laços de dependência entre os tais exportadores de tecnologias e os exportadores de produtos primários e/ou baixos índices de industrialização (BENKO, PECQUEUR; 2001).

Isso é claro no Sudoeste Goiano, se até a década de 1970 a região era produtora de gado bovino no sistema extensivo, a modernização da agricultura promove um rompimento da produção “rudimentar” e inclui no espaço novas formas modernas de produção. Essa “modernidade” da produção de grãos leva a industrialização da agricultura, a reconfiguração territorial da propriedade da terra, a novos modelos de uso do solo agrícola, a reconfiguração das cidades a partir do recebimento de plantas agroindustriais e ao ápice da consolidação do agronegócio, a partir da intensificação da financeirização do campo e da cidade do agronegócio. Como foi apontado, o capital privado apropriasse do espaço do Sudoeste Goiano por meio das atividades agropecuárias com o auxílio do Estado e suas políticas, garantido a instalação, produção e reprodução do capital industrial e financeiro.

O agronegócio é a forma de agregar o espaço local na economia local por meio da especialização das regiões para atender as demandas de consumo do mercado internacional determinadas em parte pelas empresas multi e transnacionais, no caso desta tese, as empresas de produção de proteínas vegetais (soja e milho) e proteína animal (aves e suínos.). Essa forma de introduzir o espaço local na divisão do trabalho internacional é apontada como “glocalização” por Benko e Pecqueur (2001; p. 35)

[...] a “glocalização”, ou articulação crescente dos territórios locais à economia mundial. Na origem, esse neologismo foi forjado pelos administradores japoneses para designar um modo de gestão ao mesmo tempo global e local da empresa-rede no quadro da economia mundializada. Em geografia, a noção de glocalização é uma maneira de destacar a persistência de uma inscrição espacial de fenômenos econômicos, a localização dos lugares de produção de uma multinacional nos territórios.

No Sudoeste Goiano, a empresa Global-Local intensificou as relações entre o campo e a cidade. Aumentou as exportações de grãos e de produtos de origem animal *in natura* e processados tanto para o mercado nacional e internacional. Este mercado tem produtos produzidos segundo normas internacionais de higiene, bem-estar animal, monitoramento de todas as matérias-primas envolvidas na produção, boas práticas ambientais etc. É possível afirmar que a empresa Global-Local consolidou o agronegócio na região trazendo consigo inúmeras características ao espaço geográfico e suas relações socioambientais.

O agronegócio criou e consolidou relações do campo e da cidade de características de uma simbiose, uma vez que a cidade concentra as atividades de serviços, comércio e indústria, por outro lado, o campo produz as matérias-primas necessárias na complexa cadeia produtiva do agronegócio de toda a produção agropecuária e industrial e Gasquez assim define

[...] o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários, a sua transformação, até o seu consumo. Esta cadeia incorpora todos os serviços de apoio, desde a pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização, até o consumidor final. (2004, p. 8)

De acordo com esta definição o agronegócio manifesta-se no espaço do Sudoeste Goiano, com maior ênfase nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, por meio dos serviços de pesquisa e assistência técnica nas atividades agropecuárias realizadas pela COMIGO e Universidade de Rio Verde, IFGoiano Rio Verde (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano campus Rio Verde), UFG (Universidade Federal de Goiás – Jataí) IFG Jataí (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás campus Jataí). O processamento dos produtos agropecuários, com ênfase para a soja, milho, sorgo, aves e suínos, ocorre nas plantas industriais da COMIGO, BRF, Kowalski Alimentos (óleo e farelo de soja), Cargill (óleo e farelo de soja), Cereal (rações animais, óleo e farelo de soja) e Adubos Moema. Os recursos financeiros são gerenciados pelo Banco do Brasil que administra as linhas de crédito para o setor industrial, agropecuário e agroindustrial. Na mesma instituição financeira, os produtores rurais podem comercializar sua produção diretamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) de São Paulo e Bolsa de Valores de Chicago. A produção agropecuária e agroindustrial é transportada por empresas que deslocam as mercadorias a serem exportadas para os portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná) e para o mercado consumidor interno.

O agronegócio é, portanto, constituído de setores que envolvem a área de produção agropecuária até a sua distribuição ao mercado consumidor nacional e internacional. E desta forma Girardi e Fernandes (2006, p.8) afirmam que

[...] para que uma atividade agropecuária seja classificada como agronegócio ela deve apresentar características como: 1) necessidade de grandes estabelecimentos agropecuários e concentração fundiária; 2) utilização intensiva de tecnologias e máquinas em detrimento ao trabalho humano; 3) danos ambientais em grande escala; 4) utilização de grandes quantidades de água no cultivo irrigado; 5) presença de modificações genéticas para melhoria

de sementes ou rebanhos; 6) concentração de capitais; 7) gozo de facilidades de empréstimos de bancos devido à terra, possível de ser dada como garantia de pagamento; 8) predominância de relações de trabalho de assalariamento; 9) dependência de insumos e equipamentos importados e; 10) direcionamento da produção majoritariamente para mercado internacional. A soja, algodão, cana-de-açúcar, milho, laranja e carne bovina são os principais produtos do agronegócio brasileiro.

O agronegócio é a etapa mais agressiva da modernização da agricultura, impõe regras biológicas, legais, comportamentais tanto para a sociedade, como para os próprios elementos da natureza que reproduz. As viabilidades econômicas e técnicas do agronegócio são concretizadas pelas ações do Estado que legitima via leis, financiamentos e planejamento dos espaços para a reprodução dessa atividade econômica. Afirmamos que os elementos espaciais os quais Elias (2013) aplica para delimitar as RPA os quais o Sudoeste Goiano, se enquadra, com evidência para os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros. A autora utiliza os seguintes elementos para definir esse tipo de região

A especialização funcional da cidade e incremento da economia urbana; crescimento do consumo produtivo agrícola (comércio e serviços especializados para o agronegócio); a gestão urbana do agronegócio; a formação de novas horizontalidades e incremento das relações campo-cidade a partir dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas ou importante produto agrícola ou agroindustrial; aumento das verticalidades inerentes às produções agrícolas e agroindustriais hegemônicas; aumento dos fluxos diários (de matéria-prima, de trabalhadores, de capital, de tecnologia, de informação etc.) entre alguns dos espaços urbanos não metropolitanos pertencentes às Regiões produtivas do agronegócio; o crescimento da urbanização; a diminuição da população rural; crescimento da categoria do trabalhador não rural; aumento da centralidade urbana no âmbito da Região produtiva do agronegócio; reforço das grandes empresas associadas às redes agroindustriais como importantes agentes produtores do espaço agrícola, urbano e regional; o crescimento e renovação da materialidade do espaço urbano; reestruturação do centro da cidade; a formação de novas centralidades mediante instalação de novos agentes econômicos e de grandes equipamentos urbanos (shopping centers, hipermercados, locais para feiras de eventos etc.); o aprofundamento da urbanização corporativa e o aprofundamento das desigualdades sociais.” (ELIAS, 2013, p.27-8)

As cidades são bases essenciais para esse processo, nelas estão os agentes financeiros públicos e privados, os trabalhadores das plantas industriais, dos serviços, dos órgãos públicos que regulamentam as atividades do agronegócio, os centros de comercialização e de decisões que serão tomados no campo. Tal processo é explicitado por Elias e Pequeno (2005, p.15)

O dinamismo da produção do território brasileiro nas últimas décadas pode ser revelado pela reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria; pela expansão do comércio e dos serviços; pelas novas localizações da indústria, em parte propiciada pela luta dos lugares pelos investimentos produtivos; pela expansão das indústrias de base tecnológica; pelo aumento da quantidade e da qualidade do trabalho intelectual; pela expansão de novas formas de consumo; pelos intensos movimentos migratórios, entre outros.

O processo descrito pelos autores é nítido na formação do espaço geográfico do Sudoeste Goiano com destaque ao município de Rio Verde, Jataí e Mineiros. As atividades agropecuárias foram transformadas pela inserção de novas técnicas e tecnologias a partir da década de 1970, por meio da modernização da agricultura. Assim, Elias e Pequeno, (*Ibidem*, p.21) denotam que

As cidades do agronegócio no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP) são exemplos de cidades do agronegócio.

O uso dos critérios adotados por Girardi e Fernandes (2004) e Elias (2013) o Sudoeste Goiano, com destaque para as cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros, as atividades do agronegócio produzem o espaço geográfico e concretizam formas e funções para a produção das atividades da cadeia produtiva de grãos-aves-suínos. O debate de concentração fundiária de parte da definição de Módulo Fiscal determinado pelo INCRA o qual mapeia e organiza os dados sobre os registros legais e georreferenciamento das propriedades rurais do país. Define o INCRA

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. (<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>)

A determinação da área do Módulo Fiscal depende das atividades agropecuárias desenvolvidas no município as quais requerem maiores ou menores áreas para produção e conseqüente sua geração de renda que possa atender a subsistência da família a qual explora a propriedade. Observa-se no conceito de Módulo Fiscal a palavra propriedade familiar e está é definida pelo

[...] inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. O conceito de propriedade familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural. (<http://www.incra.gov.br/o-que-e-propriedade-familiar>)

Por meio desta definição e a diversidade econômica, dos usos e acessos as técnicas e tecnologias e das características naturais do país, o Módulo Fiscal é definido para cada município do país. Essa diversidade do Módulo Fiscal e sua extensão é vista quando colocamos alguns municípios para comparação. Holambra, município do estado de São Paulo, conhecido por suas atividades agrícolas voltadas principalmente para a produção de flores, a proximidade de grandes centros RM Campinas e RM de São Paulo o Módulo Fiscal é de 5 ha, já no município de Alto Paraíso de Goiás localizado na região Norte do estado, tem a predominância de solos pobres, altas declividades e médias e altas distâncias dos grandes centros consumidores nacionais e o seu Módulo Fiscal é de 90ha. Esta comparação mostra as particulares e desigualdades do espaço rural nacional. Os produtores de Holambra em apenas 5ha conseguem, pelo menos por critérios do INCRA, sustentar a família, investir na melhoria da qualidade de vida da família e dos meios de produção da propriedade e para atingir índices semelhantes desses investimentos e melhorias, os produtores de Alto Paraíso de Goiás necessitam de 90 ha ou seja, 18 vezes mais área que os produtores de Holambra.

O Sudoeste Goiano apresenta como média de Módulo Fiscal a extensão de 35,4 ha. O Quadro 5-1 mostra que dos 26 municípios da Região 76% (20 municípios) apresentam Módulo Fiscal entre 30 a 40 ha mais próximos da média. Destoam acima da média os municípios de Mineiros, Portelândia e Santa Rita do Araguaia (60 ha) e isto pode ser justificado pela presença dos solos mais arenosos da região. Municípios com menores Módulos Fiscais como Santa Helena de Goiás (20 ha), Cachoeira Alta (22 ha) e Maurilândia (22 ha) tem a cultura

de cana-de-açúcar como principal fonte de renda e esta cultura ocupa as áreas com os solos com os maiores índices de fertilidade.

Quadro 5-1: Sudoeste Goiano: Municípios e Módulo Fiscal (ha) - 2013

Município	Módulo Fiscal (ha)	Município	Módulo Fiscal (ha)
Acreúna	30	Mineiros	60
Aparecida do Rio Doce	40	Montividiu	30
Aporé	40	Paranaiguara	30
Cachoeira Alta	24	Perolândia	40
Caçu	35	Portelândia	60
Castelândia	30	Quirinópolis	30
Chapadão do Céu	40	Rio Verde	30
Gouvelândia	30	Santa Helena de Goiás	20
Itajá	30	Santa Rita do Araguaia	60
Itarumã	35	Santo Antônio da Barra	30
Jataí	40	São Simão	35
Lagoa Santa	30	Serranópolis	40
Maurilândia	22	Turvelândia	30
MÉDIA		35,4	
DESVIO PADRÃO		10,6	
MÁXIMO		60,0	
MÍNIMO		20,0	

Fonte: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>
Organizado pelo Autor e Marcelo Gomes Judice (2016)

Para definir o tamanho da propriedade rural utilizam-se os conceitos do INCRA são:

Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. (<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>)

Com base nesses dados do INCRA, o Sudoeste Goiano apresenta as seguintes áreas para: Minifúndio até 35,3 ha, Pequena Propriedade de 35,4 até 137,6 ha, Média Propriedade com 137,7 ha até 531 ha e as Grandes Propriedades as áreas com extensões superiores a 532

ha. As categorias de classificação das áreas nos Censos Agropecuários do IBGE (**Quadro 5-2**) utilizam as escalas de menos 1 ha, 1 a menos 2 ha, 2 a menos de 5 ha, 5 a menos de 10 ha, 10 a menos de 20 ha, 20 a menos de 50 ha, 50 a menos de 100 ha, 100 a menos de 200 ha, 200 a menos de 500 ha, 500 a menos de 1.000 ha, 1.000 a menos de 2.000 ha, 5.000 a menos de 10.000 ha e 10.000 a menos de 100.000 ha. E por outro lado, as categorias do INCRA não se compatibilizam o que gera dificuldades de classificação (>0 a 50 ha, <50 a 200 ha, . 200 a 500 ha, . 500 a 1.000 ha, >1.000 a 5.000 ha e > 5.000 ha) (INCRA; 2016).

Quadro 5-2:Área dos estabelecimentos rurais: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Brasil 1996

	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Sudoeste Goiano
>1 a >50 ha	43.120.026	2.154.285	1.104.946	84.820
	12,2%	2,0%	4,0%	1,9%
50 a <100ha	27.455.753	2.694.582	1.389.648	134.048
	7,8%	2,5%	5,1%	3,0%
100 a <200 ha	32.919.190	4.359.106	2.353.647	260.709
	9,3%	4,0%	8,6%	5,9%
200 a <500 ha	50.436.030	9.926.111	4.977.980	722.760
	14,3%	9,1%	18,1%	16,3%
> 500ha	199.680.246	89.375.928	17.646.427	3.219.916
	56,5%	82,4%	64,2%	72,8%
Total	353.611.246	108.510.012	27.472.648	4.422.252

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/315>

Organizado pelo Autor (2016)

Observam-se as propriedades com até 50 ha ocupavam apenas 1,9% da área total da região Sudoeste Goiano, ou seja, representariam a grosso modo os minifúndios. As pequenas propriedades, aqui consideradas até 200 ha, ocuparam 8,9% do Sudoeste, as médias propriedades tinham 16,3% das áreas dos estabelecimentos e as grandes propriedades detinham 72,8% do território do Sudoeste Goiano. Comprova-se com os dados que a região tem como característica a concentração da fundiária a qual foi consolidada, como já vimos, pela modernização da agricultura da década de 1970.

A população do Sudoeste Goiano (Tabela 5-1 e Tabela 5-2) caracteriza-se por ser urbana e essa tendência era notada desde os censos de 1970. Enquanto em 1970 64,2% da população rural viva no campo, já em 1980 a 69,9% da população já era considerada urbana e estes índices eram superiores ao brasileiro (67,9%), do Centro-Oeste (67,8%) e do estado de

Goiás (62,2%). A população urbana do Sudoeste Goiano intensifica-se desde 1991 (80,85) mas com índices semelhante do Centro-Oeste (81,3%) e idêntico ao estado (80,3%). Nos Censos seguintes, 2000 e 2010, o Sudoeste tem índices semelhantes a macrorregião e ao estado, mas superiores a do país, 89,6% contra os 84,4%.

As taxas de crescimento de população entre 1980 até 2010 são expressivas no que tange os comparativos com os índices nacionais e Goiás, quando o crescimento da população do Sudoeste Goiano aumento entre 1980-1991 é de 24%, o país e o estado apresentam taxas de 23,4% e 4,1% respectivamente. Entre 1991-2000 o Sudoeste só apresenta taxas maiores que a brasileira, mas no período de 2000-2010 os 27,9% de crescimento da população do Sudoeste Goiano é superior a brasileira (12,3%), Centro-Oeste 20,8% e de Goiás 20%. Esses números indicam o quanto a região torna-se polarizadora de população em virtude das articulações econômicas as quais necessitam de mão-de-obra e atraem novas empresas para explora a economia desenvolvida pelo agronegócio.

Importante observar a concentração da população do Sudoeste Goiano em três municípios que articulam as atividades do agronegócio da cadeia produtiva de grãos-aves-suínos são elas: Rio Verde, Jataí e Mineiros. Se em 1970 os municípios detinham 33,2% da população da região, em 1980 passou para 50,9% essa porcentagem aumentou em 1991 e passou para 53% e, entre 2000, 2010 e 2014 a população dos municípios concentradores das unidades agroindustriais do agronegócio da cadeia grãos-aves-suínos concentrou respectivamente 53,3%, 57,3% e 58,2%. O crescimento da população urbana também foi expressivo: sem em 1970 42,7% da população dos municípios era rural, nos anos de 1980, 1991, 2001 e 2010 a população urbana tornou-se maioria com os respectivos índices: 76,9%, 86%, 90,7% e 92,7%. Destaca-se no crescimento populacional e das populações urbanas o município de Rio Verde e Jataí apresentaram os maiores índices de urbanização desde 1970 até 2010 e o município de Mineiros entra para a casa dos 90% da população urbana no Censo de 2010 com 91,2%, Rio Verde com 92,7% e Jataí teve o índice de 92,1%. (IMB, 2016)

Tabela 5-1 : Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: População Total, Rural e Urbana 1980, 1991, 2000 e 2010 (milhões e %)

		1970		1980		1991		2000		2010	
Brasil	Rural	40.567.504	43,9%	38.573.725	32,40%	35.834.485	24,40%	31.947.618	18,80%	29.821.150	15,60%
	Urbana	51.774.052	56,1%	80.437.327	67,60%	110.990.990	75,60%	137.925.238	81,20%	160.934.649	84,40%
	Total	92.341.556		119.011.052		146.825.475		169.872.856		190.755.799	
Centro-Oeste	Rural	1.193.593	50,4%	2.431.280	32,20%	1.764.479	18,70%	1.548.790	13,30%	1.575.527	11,20%
	Urbana	1.172.912	49,6%	5.114.489	67,80%	7.663.122	81,30%	10.089.868	86,70%	12.482.567	88,80%
	Total	2.366.505		7.545.769		9.427.601		11.638.658		14.058.094	
Goiás	Rural	726.203	58,0%	1.459.076	37,80%	771.227	19,20%	610.905	12,20%	582.786	9,70%
	Urbana	525.607	42,0%	2.401.098	62,20%	3.247.676	80,80%	4.393.292	87,80%	5.421.002	90,30%
	Total	1.251.810		3.860.174		4.018.903		5.004.197		6.003.788	
Sudoeste Goiano	Rural	58.802	64,2%	88.742	30,10%	70.185	19,20%	56.916	13,10%	57.498	10,40%
	Urbana	32.846	35,8%	205.727	69,90%	294.988	80,80%	376.252	86,90%	496.402	89,60%
	Total	91.648		294.469		365.173		433.168		553.900	

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

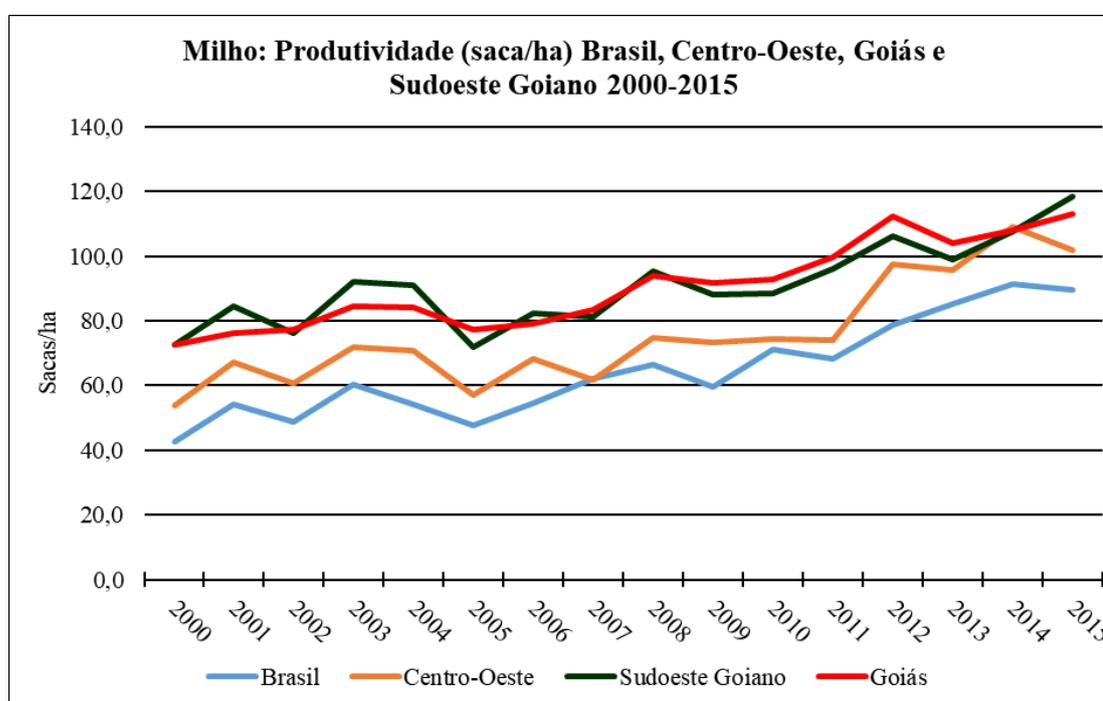
Tabela 5-2: Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano: Crescimento da População 1980, 1991, 2000 e 2010 (%)

	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	23,4%	15,7%	12,3%
Centro-Oeste	24,9%	23,5%	20,8%
Goiás	4,1%	24,5%	20,0%
Sudoeste Goiano	24,0%	18,6%	27,9%

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor

A produtividade dos grãos utilizados na cadeia produtiva de aves-suínos são principalmente o milho, soja e sorgo. O milho representa mais de 70% da composição das rações utilizadas na alimentação dos animais, portanto, é matéria-prima essencial para as empresas do ramo competirem no mercado internacional pela oferta de produtos mais baratos. A produtividade do milho (Gráfico 5-1) tem disparidades em todo o território nacional, esse grão é produzido de várias maneiras desde o sistema de subsistência até as grandes lavouras de agricultura de precisão. No Sudoeste Goiano a produtividade do milho.

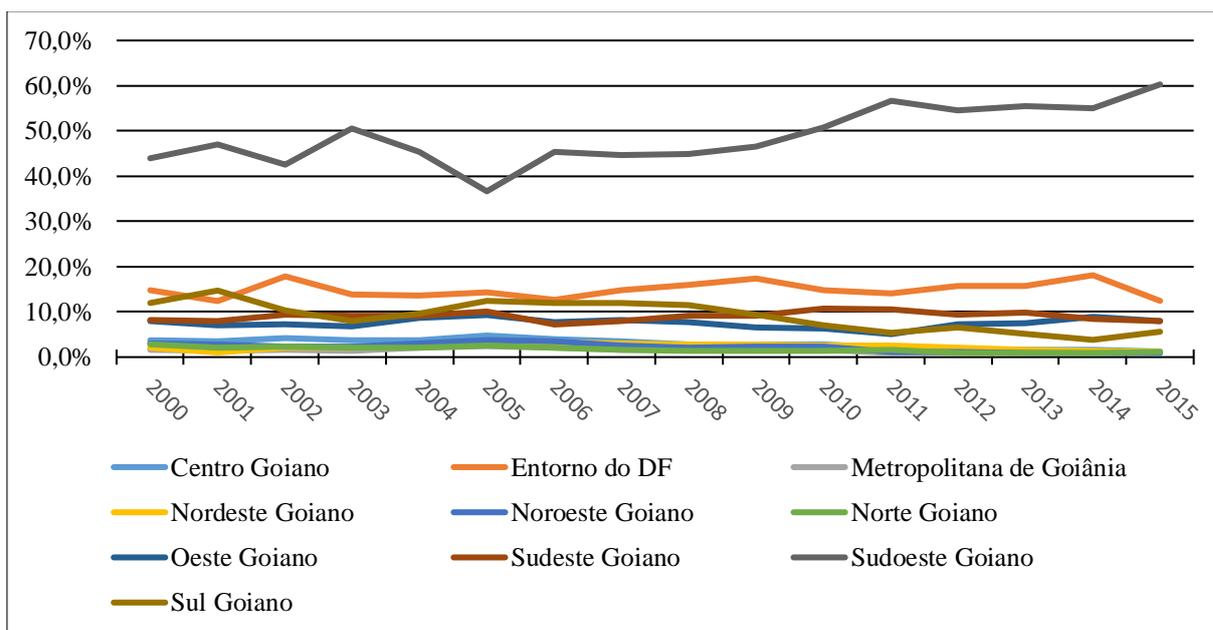
Gráfico 5-1: Produtividade do Milho (sacas/ha): Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano 2000-2015



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor(2016)

O Sudoeste Goiano e o Sudeste Goiano são as Regiões de Planejamento com as maiores produções e produtividades de milho (Gráfico 5-2) para atender não apenas o mercado externo de grãos, mas também para abastecer as agroindústrias regionais. No caso do Sudoeste Goiano, a produção de milho é comercializada por empresas como a Global-Local, COMIGO e demais empresas multinacionais de processamento e trading de grãos e derivados. Os elevados índices de produtividade do Sudoeste são resultado das ações da introdução de tecnologias e técnicas vendidas pelas empresas multinacionais do segmento de sementes, máquinas e demais insumos. Tal introdução de tecnologia e os resultados expressivos de produção e produtividade só podem ser atingidos pelas médias e grandes propriedades rurais com viabilidade econômica para contrariem financiamentos junto as instituições financeiras e tradings as quais garantem os montantes emprestados e pagos ou por moeda corrente ou por produto colhido.

Gráfico 5-2: Produção de Milho: Participação das Regiões de Planejamento na produção total do estado de Goiás (%) 2000-2015



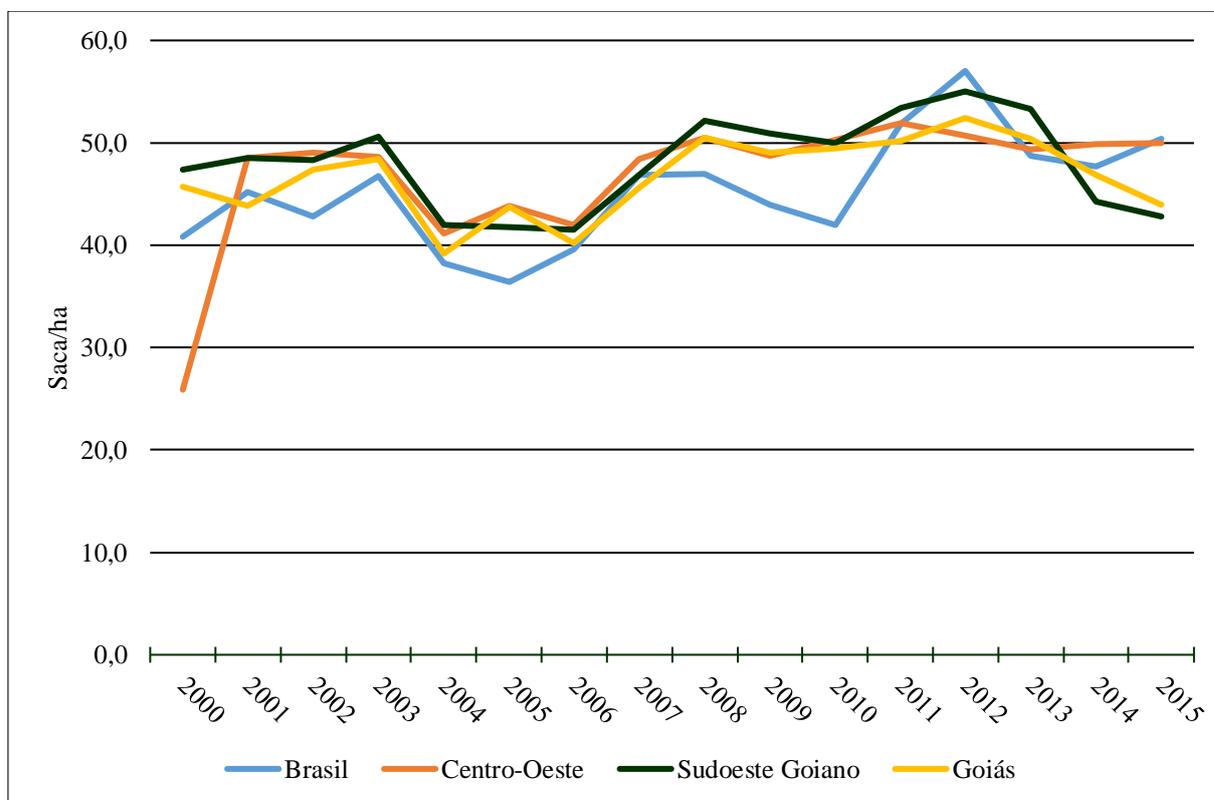
Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

O Sudoeste Goiano desde o processo de modernização da agricultura despontou como a maior produtora de grãos do estado, mas a partir dos anos 2000 essa hegemonia é consolidada com a participação de mais de 40% do total da produção goiana. Se até o ano de 2005 a região apresentou oscilações de participação, mas nunca deixando de ser a principal

produtora de milho, desde 2006 a produção aumenta até que a partir da safra de 2009-10 passa a produzir mais de 50% do milho goiano.

A produtividade da soja (Gráfico 5-3) no Sudoeste Goiano é compatível aos índices nacionais, isso deve-se a cultura não ser realizada sem os elementos dos *pacotes tecnológicos*, ou seja, planta-se soja apenas com altos investimentos em máquinas, agrotóxicos e demais insumos. Não há plantio do grão por agricultores de familiares ou da agricultura familiar. As variações dos índices de produtividades estão relacionadas diretamente os elementos climáticos, principalmente aos verões com menores índices pluviométricos presentes nos últimos de anos do Sudoeste Goiano. A produtividade da soja garante aos produtores rurais o pagamento dos empréstimos junto aos bancos e as tradings que recebem os pagamentos dos insumos diretamente em produto e este é comercializado posteriormente em momentos mais favoráveis ou mesmo para abastecer suas unidades processadoras para a produção de farelo e demais derivados da soja.

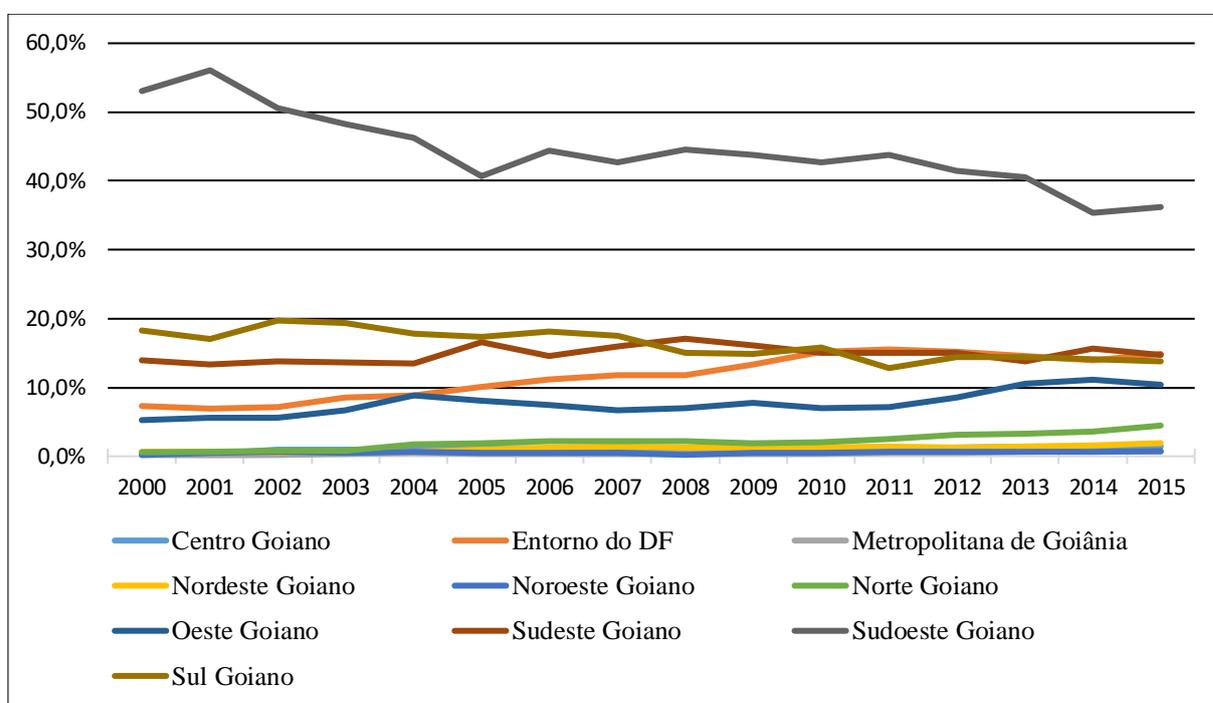
Gráfico 5-3: Produtividade da Soja (sacas/ha): Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano - 2000-2015



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

A produção de soja do Sudoeste Goiano (Gráfico 5-4) sempre foi a maior do estado de Goiás, entre os anos de 2000 a 2004 a região era responsável por mais de 50% da produção goiano. Ocorreram baixas nesses índices a partir de 2005, passando para a casa dos 36% entre 2014-2016, mas ainda mantém a liderança na produção da soja em grão. As variações desses índices são resultadas do aumento da participação da produção das regiões Oeste, Entorno e Sudeste. É possível observar que o aumento da produção de milho durante a 1ª safra (meses de novembro a fevereiro) interferiu no total produzido de soja do Sudoeste, tal fato ocorreu devido aos melhores preços e facilidade de plantio do milho.

Gráfico 5-4 : Produção Soja: Participação das Regiões de Planejamento na produção total do estado de Goiás – 2000-2015

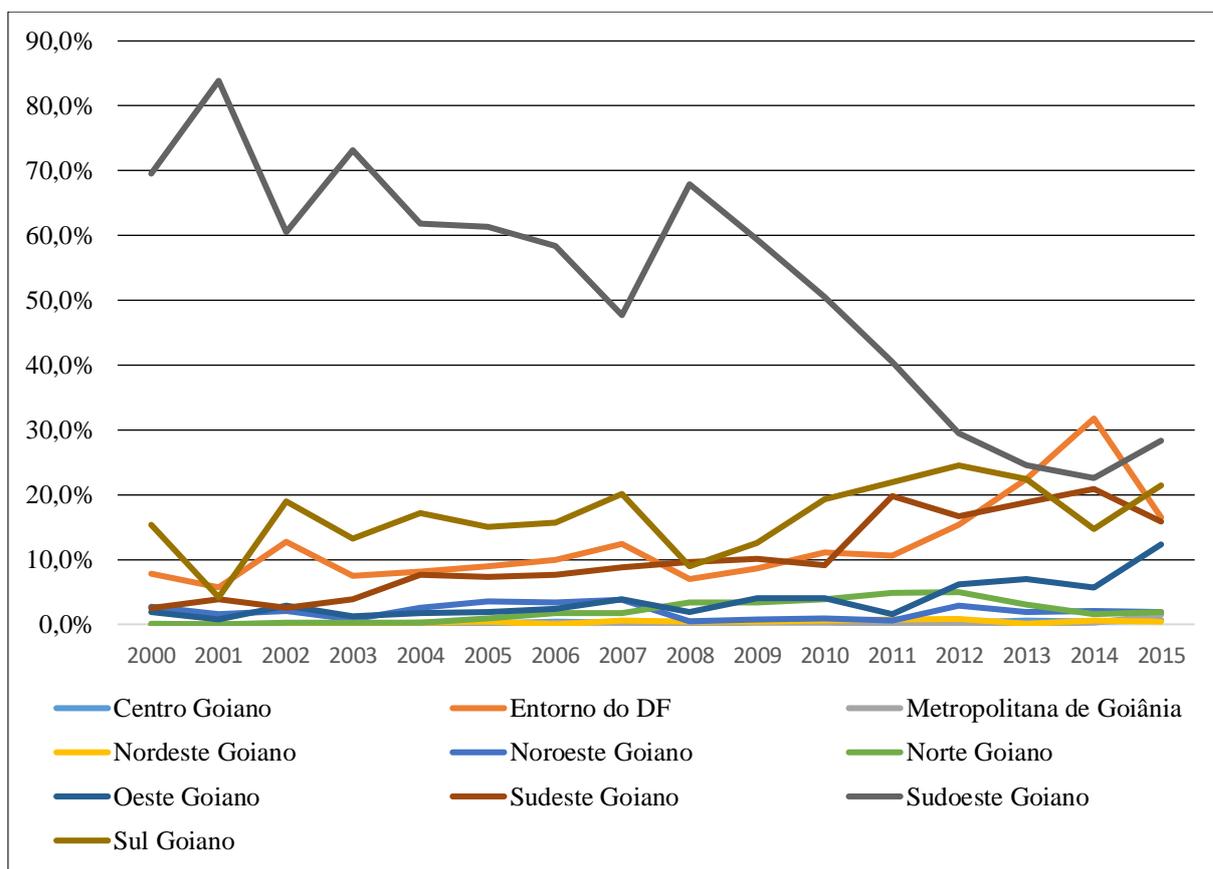


Fonte: e <http://www.imb.go.gov.br/>

A cultura de sorgo é a mais recente no cenário nacional (Gráfico 5-5), as primeiras plantações do grão ocorrem nos anos finais do século XX e o Centro-Oeste foi desde 2000 é responsável por mais de 60% da produção nacional. É importante destacar que o Sudoeste Goiano foi responsável entre 2000 a 2010 por 24,3% da produção nacional de sorgo, com destaque para os anos de 2000 (25,2%), 2003 (25,8%) e 2008 (27,6%). O sorgo é produzido na safrinha (após a primeira safra) como possibilidade de substituir a cultura de milho, segundo os produtores as vantagens do sorgo são: maior resistência a veranicos, menor número de pragas,

preço para produção é compatível com a do milho – custo de produção é de 70% do milho e dependendo do ano o preço pago ao produtor é mais vantajoso e assim aumenta seus ganhos no final da safra.

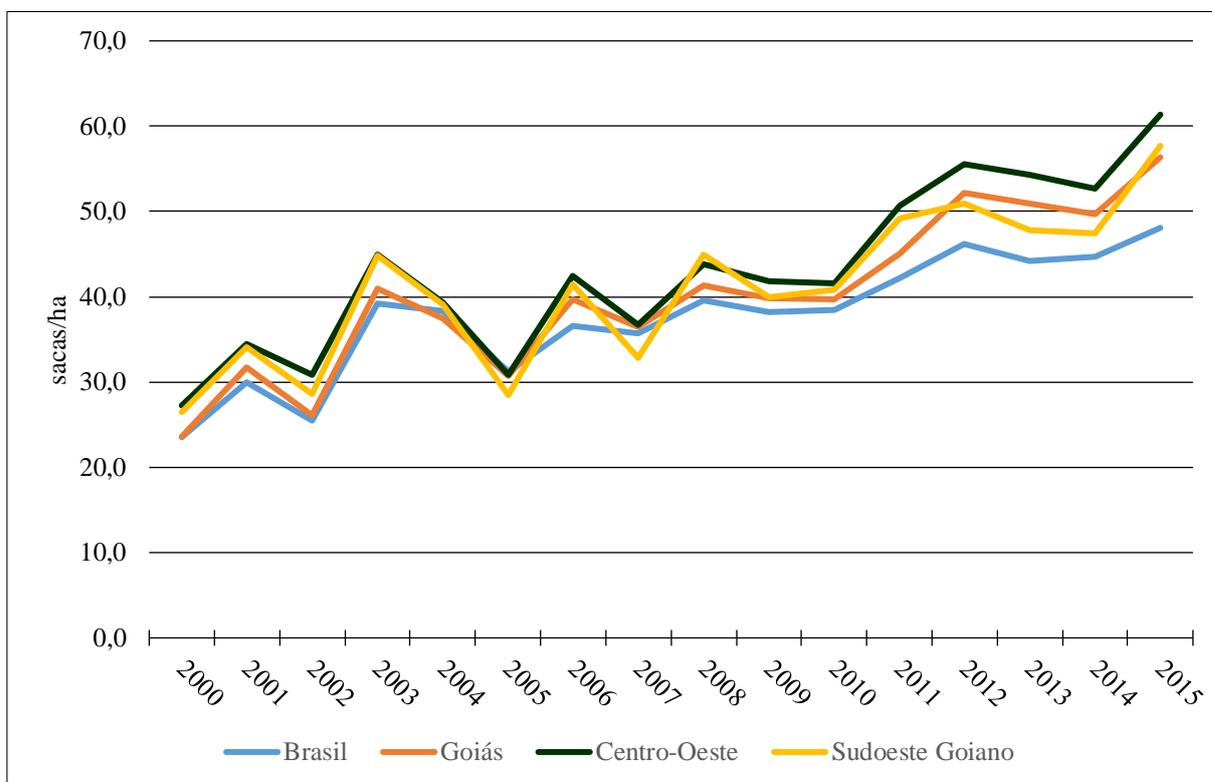
Gráfico 5-5: Produção de Sorgo: Participação das Regiões de Planejamento no total da produção do estado de Goiás 2000-2015



Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

A produtividade do sorgo no Sudoeste Goiano (Gráfico 5-6) é na maioria dos anos (2000-2015) igual ou superior as médias do Centro-Oeste e Brasil. A participação (Gráfico) do Sudoeste Goiano na produção goiano vem tendo quedas significativas, se em 2001^a região foi responsável por 85% da produção, em 2011 a participação foi menor que 40% e até a safra 2015-16 é produtora de 29%, mas ainda é o maior produtor goiano de sorgo. Apesar da queda na participação na produção do estado o total produzido é importante, o grão não substitui apenas o milho nas lavouras, mas também é importante composição das rações animais e, assim, justifica o seu plantio no Sudoeste Goiano para atender as demandas da cadeia produtiva de grãos-aves-suínos.

Gráfico 5-6: Produtividade de Sorgo (sacas/ha): Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Sudoeste Goiano 2000-2015



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/> e <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

O Sudoeste Goiano apresenta alta concentração de terras, como vimos anteriormente. A presença de grandes empresas agroindústrias como COMIGO, a Global-Local (setor de aves e suínos) com mais de 1200 granjas de aves e suínos, responsável por aproximadamente 12% da produção mundial de aves, 100.000 empregos diretos no país e mais de 12 mil nas unidades internacionais; no Sudoeste Goiano emprega diretamente próximo de 10mil trabalhadores e outros 30mil indiretos.

Internacional Papers no município de Rio Verde desde 2001 é a maior produtora mundial de papelão ondulado, seus negócios estão presentes nas Américas, Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Atua nos segmentos de produção de embalagens com produtos renováveis e reciclados destinados para transporte de frutas, objetos de valores, food services, celulose, copos de papel, recipientes para alimentos e tampas e , ainda, é líder mundial na produção de coated paperboard (papelão revestido para embalagens de produtos alimentícios). A empresa atua no segmento de papeis para impressão comercial e detém as marcas Accent[®]. Chamex[®]. Mammernill[®]. PoI[™], Reflection[™] e Rei[®]. Produz celulose tipo fluff para grandes

empresas que utilizam na produção de fraldas infantis e geriátricas, higiene feminina, fraldas geriátricas. (INTERNATIONAL PAPERS, 2016)

Foto 5-1: Internactional Paper - unidade RioVerde (2017)



Fonte: o Autor

Foto 5-2: International Paper - placa informativa de recursos do Programa Fomentar (2016)



Fonte: o Autor (2016)

A Cargill tem suas unidades distribuídas em 70 países, conta com mais de 150 mil funcionários e atua nos segmentos de agricultura com a produção, processamento e distribuição de grãos, oleaginosas e outras *commodities* destinadas à fabricantes de produtos alimentícios e produtores rurais. Tem atuações nos ramos do algodão, cacau, biocombustíveis provenientes de palmeiras, desenvolvimento genético de aves, rações animais (piscicultura, bovinos de corte e leite, geração de energia, ingredientes alimentícios industriais: hidrocolóides²⁴, acidulantes e citratos²⁵, adoçantes, amidos, dextrinas, coberturas, recheios e molhos, açúcares, lecitinas (espessantes alimentícios), malte, óleos, gorduras, preparados de frutas para uso industrial e xaropes de alta maltose (substitui o malte na produção de cerveja, por exemplo). Atua no segmento financeiro junto aos produtores rurais, indústria de alimentos, financeiras e energia gerenciando riscos nos mercados globais. (CARGILL, 2015; 2016).

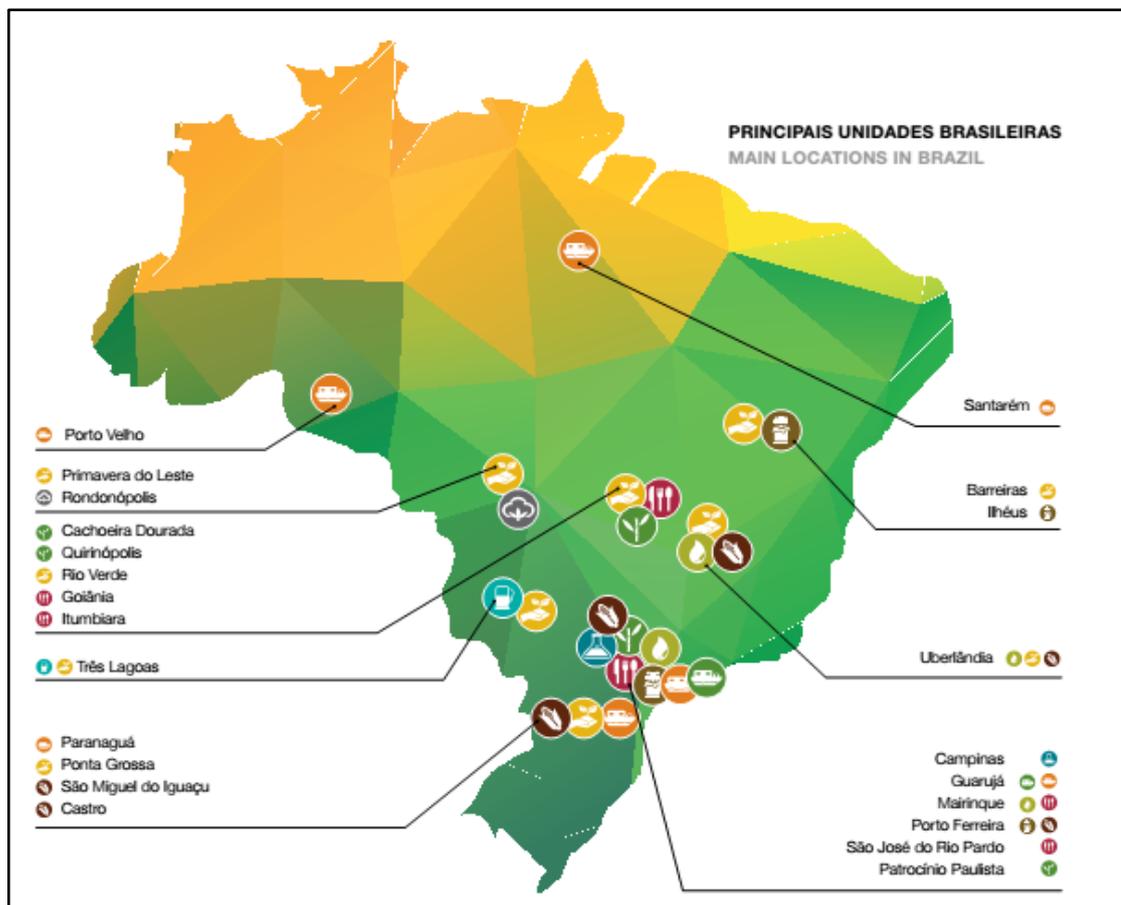
No Brasil está presente em 15 estados e 137 cidades, conta com 18 fábricas e 191 filiais e o seu quadro de trabalhadores é de aproximadamente 8.500. As principais unidades (Figura 5-1) da Cargill são: Uberlândia (MG) Processamento de soja, de acidulantes e de milho (para produção de amidos e outros ingredientes), Patrocínio Paulista (MG) (Usina de açúcar, etanol e energia.), Porto Ferreira (SP) (Produção de maltodextrinas e glicoses; fabricação de chocolates e coberturas para o mercado industrial e de Food Service.), Mairinque (SP) (Produção e comercialização de gorduras vegetais; maionese; óleos; óleos compostos; e especialidades industriais), São José do Rio Pardo (SP) (Produção de preparado de frutas para indústria de iogurte, sorvetes e panificação; caldas para sorvetes para rede de Fast Food e molho para saladas), Guarujá (SP) (porto de Exportação de grãos e açúcar), Campinas -SP (Centro de Inovação), São Paulo (Escritório Central), Castro (PR) (Processamento e produção de ingredientes à base de milho), Ponta Grossa (PR) (Moagem e degomagem de soja, Produção de óleo bruto e farelo para nutrição animal.),Paranaguá (PR) (Terminal portuário de exportação de grãos), Barreiras (BA) (Esmagamento de soja para produção de farelo; refino de óleo de soja e fornecimento para produção de biodiesel), Ilhéus (BA) (Processamento de derivados de cacau para indústria alimentícia.), Primavera do Leste (MT) (Processamento de soja, produção de

²⁴ A Cargill oferece ao mercado uma ampla gama de hidrocolóides: alginatos, biopolímeros (goma xantana e scleroglucana), carragenas, galactomanas (LBG e goma guar) e pectinas. Estas gomas são usadas em todas as áreas da indústria de alimentos e em um crescente número de farmacêuticos e aplicações cosméticas. Hidrocolóides são polissacarídeos de alto peso molecular extraídos de plantas e algas ou produzidos por síntese microbiana. (<http://www.cargillfoods.com/lat/pt/produtos/hidrocoloides/index.jsp>)

²⁵ Os acidulantes e citratos são ingredientes muito utilizados em alimentos e bebidas pelas propriedades únicas que conferem ao produto final. Há uma grande diversificação de suas funções, que podem ir desde o ajuste do pH e realce do sabor até a prevenção do escurecimento enzimático em alimentos frescos. (<http://www.cargillfoods.com/lat/pt/produtos/acidulantes-ecitrato/index.jsp>)

farelo e de óleo bruto e refinado, envase, comercialização e distribuição de óleo), Três Lagoas (MS) (Processamento de soja; produção de óleo vegetal degomado e de Biodiesel e fabricação de farelo de soja), Goiânia (GO) (Produção de atomatados), Itumbiara (GO) (Produção de gordura vegetal), Rio Verde (GO) (Moagem de soja; produção de farelo; produção de óleo bruto; refino, envase, comercialização e distribuição de óleo), Cachoeira Dourada (GO) (Usina de Açúcar.), Quirinópolis (GO) (Usina de Açúcar, Etanol e Bioenergia), Porto Velho (RO) (porto de Transbordo de grãos), Santarém (PA) (porto Exportação de grãos. (CARGILL, 2015)

Figura 5-1: Cargill - principais unidades no Brasil (2013)



Fonte: Cargill (2013)

No país tem a propriedade das marcas (Figura): Liza, Pomarola, Purilev, Mazola, Olívia, Veleiro, Pomodoro, Elefante, Maria e Tarantella.

Figura 5-2: Cargill: marcas (2017)



Fonte: Cargill (2015)

Organizado pelo Autor (2016)

No Sudoeste Goiano a unidade da Cargill de Rio Verde (Foto 5-3) foi inaugurada em 2004 com área de 22.5000m² de construção destinados para a armazenagem e processamento de soja para degomagem do óleo, produção de farelo para ração animal e refino de óleo da marca Liza e Veleiro para o consumidor final. A unidade atualmente conta com mais de 370 funcionários. As unidades da Cargill estão presentes nos municípios de Rio Verde com armazenagem de 100 mil toneladas de grãos, 8 mil toneladas de farelo, 2 tanques de 1.800 toneladas de óleo degomado, e o processamento de 1.500 ton/dia de grãos sendo 370 mil ton. De farelo de soja e 90 mil ton óleo degomado, nesta unidade ocorre a produção de óleo de soja da marca Liza[®]. Em Jataí e Montividiu são unidades de recebimentos e armazenagem de grãos. No município de Quirinópolis encontra-se a usina São João, inaugurada em 2011, de produção de açúcar uma *join venture* com o Grupo USJ com capacidade de moagem de 10,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar com finalidade de produzir açúcar, etano e cogeração de energia a partir do bagaço da cana. (POPULAR, 2004) (CARGILL, 2013. 2015; 2016).

Foto 5-3: Cargill – unidade de Rio Verde (2016)

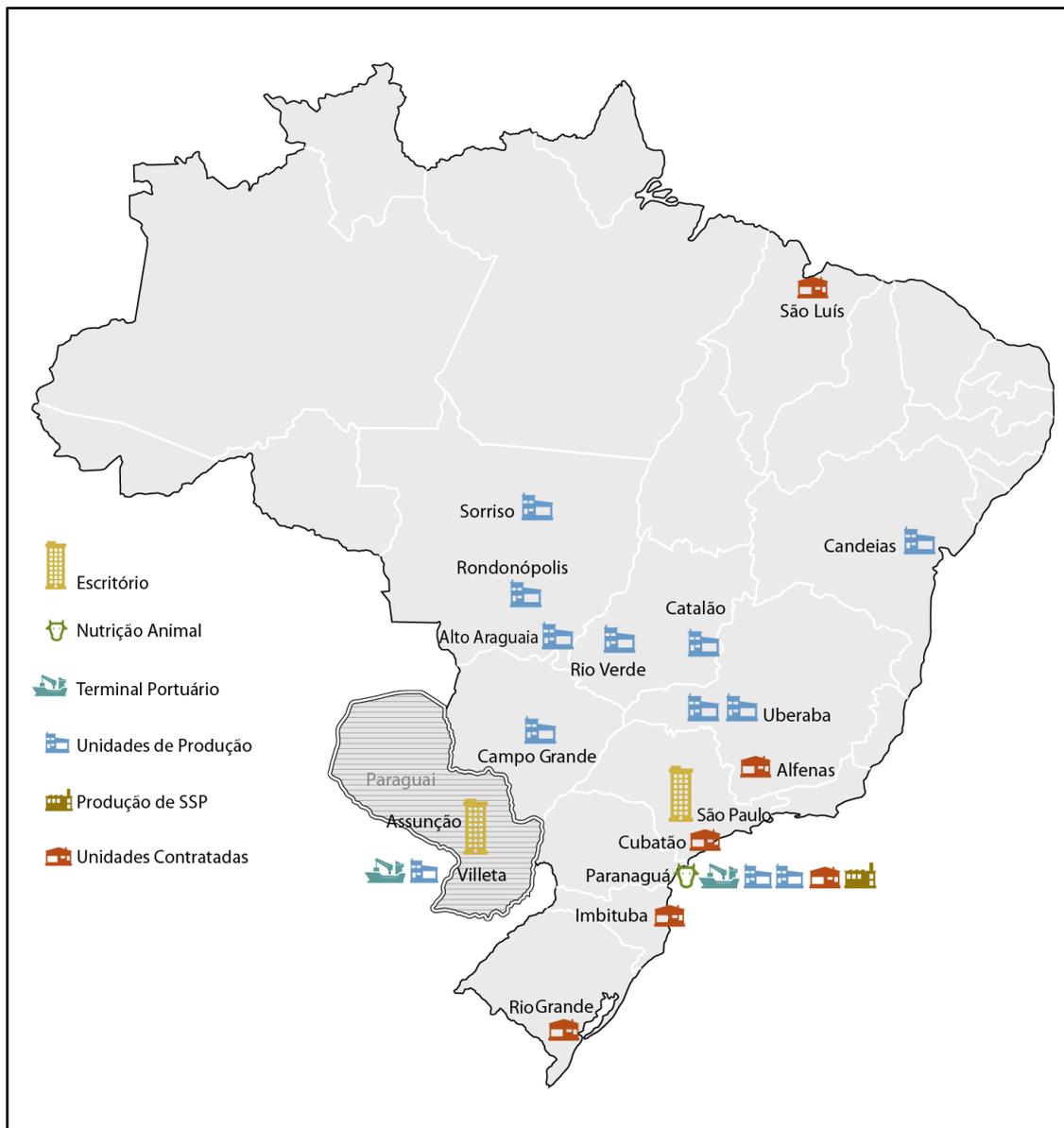


Fonte: o Autor (2016)

Outra empresa multinacional que compõem o agronegócio no Sudoeste Goiano é a Mosaic, transnacional de fertilizantes com sede em Minnesota (EUA). A empresa foi criada em 2003 com a sociedade entre a IMC Global (maior empresa de fosfato do mundo) e a Cargill. A parceria visa abarcar toda a cadeia produtiva agropecuária com o fornecimento do fertilizante até o processamento final das matérias-primas produzidas no campo. As operações ocorrem no Brasil, Canadá, China, EUA, Índia, Paraguai e atua por meio de *join ventures* no mercado chileno e saudita. É a maior extratora de fosfatos (jazidas nos EUA) e potássios (jazidas nos EUA e Canadá) combinados e atende o mercado de fertilizantes com aproximadamente 10,5 milhões de toneladas de fertilizantes comercializados, representando 13% do mercado mundial e 43% do mercado norte-americano, em mais de 40 países com mais de 9 mil funcionários em suas unidades produtoras, processadoras e comercializadoras espalhadas pelo mundo. Em 2014, a Mosaic completou a aquisição do negócio de fosfatos da CF Industries Inc. (empresa concorrente do setor de fosfatos e amônia dos EUA) e ainda, fez a aquisição da distribuição de fertilizantes da Archer Daniels Midland Company no Brasil e no Paraguai. No Brasil produz fertilizantes para as lavouras de grãos e cana-de-açúcar baseados em fosfatos, nitrogênio, fósforo, potásio e enxofre. Produz fosfatos para nutrição animal para as espécies esse produto é importado de New Wales (Florida- EUA). (MOSAIC, 2016; 2016A)

No Brasil tem um quadro de 900 funcionários distribuídos entre as unidades **(Figura)**: Candeias (BA), Rio Verde (GO) (Foto 5-4), Alfenas e Uberaba (MG), Campo Grande (MS), Alto Araguaia e Sorriso (MT), Cascavel e Paranaguá (PR), Passo Fundo e Rio Grande (RS).

Figura 5-3: Mosaic - unidades no Brasil (2016)



Fonte: http://www.mosaicco.com.br/Who_We_Are/mosaic_no_brasil.htm

Foto 5-4: Mosaic: unidade de Rio Verde (2016)



Fonte: O Autor (2016)

A Louis Dreyfus Company empresa fundada em 1851 na Alsácia (França) e atualmente presente na Ásia, Europa, Oriente Médio, África, América do Norte e América Latina comercializando as *commodities*: açúcar, algodão, arroz, café, grãos e sucos; age no mercado de laticínios, fertilizantes, fretes, financiamentos, metais e oleaginosas. Segundo a empresa, atende 500 milhões de consumidores finais, origina, produz e transporta aproximadamente 80 milhões de toneladas de produtos, tem o quadro de 21 mil funcionários e atua em mais de 100 países. No Brasil iniciou as atividades com a aquisição da Coimbra (Comércio e Indústrias Brasileiras) em 1942 e hoje tem 60 unidades industriais e de logística em 10 estado brasileiros, emprega 14 mil pessoas em tempos de safra.

A produção de grãos e derivados produzidos em Goiás, Mato Grosso, Mato do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo é realizada por rodovias, ferrovias, hidrovias Tietê-Paraná e os portos de Santos e Paranaguá O MAPOTIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) o escoamento da produção é realizada pela *joint venture* com o grupo Amaggi que transporta via rodoviária até o porto de transbordo no município de Porto Velho(RO), seguem pelo rio Madeira até o porto graneleiro de Itacoatiara (AM) no rio Amazonas e daí exportados por navios tipo panamax (embarcações aptas para atravessarem o canal do Panamá) para os mercados europeus e asiáticos. (LDC LOUIS DREYFUS COMPANY, 2016) (AMAGGI, 2016)

As unidades da Louis Dreyfus Company no Sudoeste Goiano atuam no segmento de oleaginosas sendo Chapadão do Céu, Jataí (2 unidades), Mineiros, Montividiu (2 unidades) e Rio Verde (2 unidades). Vale ressaltar que uma das unidades de Rio Verde foi adquirida do grupo Kowalski e assim entrou definitivamente no mercado de milho e derivados a partir de 2014. A empresa então processa o milho e assim fornece produtos de linhas industriais como

canjição (matéria-prima para cereais matinais, indústrias de farinhas, fubá-farinha tipo biju, farinhas flocadas, grits etc), canjiquinhas (fornecidas para indústrias empacotadoras e de salgadinhos) , grits de milho ou sêmola de milho (indústria de salgadinhos), canjica ouro (indústrias de cereais matinais, salgadinhos e vários tipos de farinhas), fubá, creme de milho, farinha pré-cozida e farinhas pré-gel todas estas com destino para as indústrias de alimentícias e comércio interno e externos. A empresa detém a marca Xodómilho com a linha de produtos (KOWALSKI, 2016)

Foto 5-5: Louis Dreyfus Company/Kowalski: produtos (2016)



Fonte: Kowalki (2016)
Organizado pelo Autor (2016)

A empresa produz rações de gatos com as marcas Felina[®] e PopCat[®] e para cães as marcas são VitalCan[®], Canitos[®], PopDog[®], Xodó[®], Poppi[®] e MaxDog[®]. As rações para pets são realizadas na unidade industrial de Apucarana (PR) desde 1996, sendo considerada ideia inovadora para época. A unidade industrial de Rio Verde (Foto 5-5) foi inaugurada em 1987 com função de armazenamento e processamento de milho. A unidade passa por reforma e ampliação da moagem e degerminação do milho e essa capacidade é novamente ampliada em 2008.

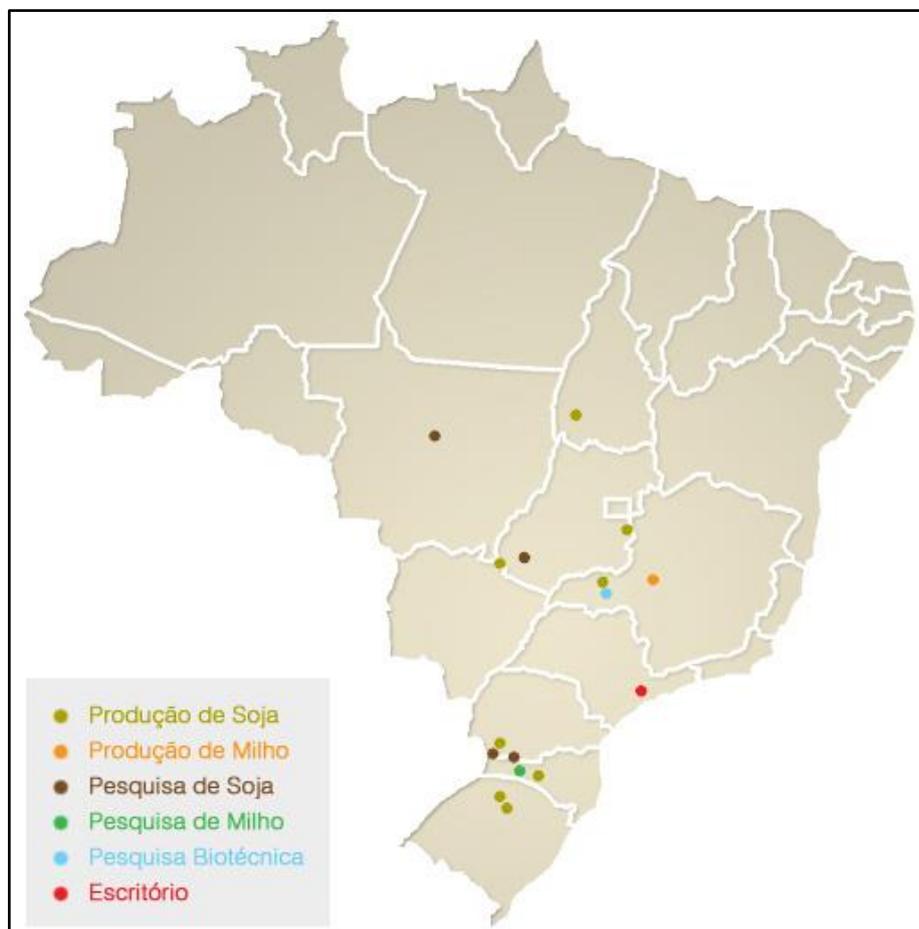
Figura 5-4: Louis Dreyffus Company - Kowalki: unidade Rio Verde (2017)



Fonte: o Autor (2017)

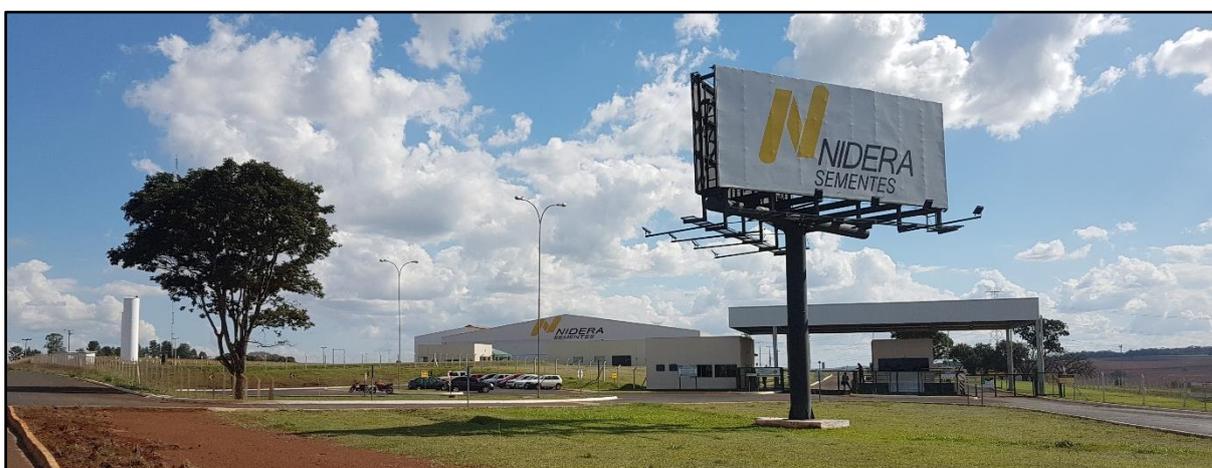
Pesquisa e produção de sementes de soja no Sudoeste Goiano é realizada pela COMIGO e a Nidera no município de Rio Verde. A empresa Nidera (Figura 5-5) é parte da estatal chinesa COFCO presente com escritórios e unidades produtoras de sementes, processadoras de grãos na Holanda, Reino Unido, Argentina, Espanha, Romênia, Uruguai, Singapura, Austrália, França, Itália, Índia, Cazaquistão, Ucrânia, Rússia e EUA. (COFCO, 2016) As unidades de beneficiamento de sementes de soja estão nos municípios de Formoso do Araguaia (TO), Rio Verde (GO) (Foto 5-6), Cristalina (GO), Uberlândia (MG) e Abelardo Luz (SC) e as unidade de beneficiamento de sementes de milho encontra-se em Patos de Minas (MG). As unidades de pesquisas são dos municípios de Abelardo Luz (SC) (milho e soja), Indianópolis (MG) (milho), Realeza (PR) (soja), Uberlândia (MG) (soja), Rio Verde (GO) (soja) e Sorriso (MT) (milho e soja). (COFCO, 2016) (NIDERA, 2016)

Figura 5-5: Nidera – unidades de pesquisa e produtivas no Brasil (2016)



Fonte: Nidera (2016)

Foto 5-6 Nidera: unidade de pesquisa e produção de sementes de soja (2016)



Fonte: O Autor (2016)

O Sudoeste Goiano apresenta alto volumes de financiamentos para setor agropecuário, dos 20 maiores captadores do FCO, por exemplo, 3 são do Sudoeste Goiano. Rio Verde (1º), Jataí (2º) e Mineiros (3º) essa concentração de tomadas de financiamentos evidencia que a região é a mais importante do setor agropecuário goiano, mas por outro lado deixa claro o quanto que as atividades desse setor devem ser articuladas e sincronizadas as demandas de matérias-primas para as plantas agroindustriais locais como as nacionais. Articular as atividades agropecuárias as novas exigências de produção, qualidade, quantidade, prazos de contrato exige dos produtores investimentos vultuosos em suas atividades econômicas, uma sequência de introdução de novas técnicas e tecnologias as quais demandas quantidade de recursos financeiros.

Os dez primeiros municípios da escala consomem 25% dos recursos do FCO Rural. Ao se analisar a base de dados completa, têm-se que os 30 maiores tomadores consomem 47% dos recursos, ou seja, os recursos são majoritariamente direcionados para uma pequena parcela de municípios, o que demonstra a má distribuição dos mesmos. Dos 246 municípios goianos apenas 30 deles (12%) concentram aproximadamente 50% dos investimentos.

Dentre os maiores tomadores cabe ressaltar a importância dos municípios de Rio Verde e Jataí, que são os dois principais consumidores de FCO no Estado e, concomitantemente, os principais produtores de soja – o principal produto cultivado em Goiás. Rio Verde é ainda o principal município produtor de suínos em Goiás, configurando como segundo no ranking nacional de municípios. (Araújo, 2016; p. 70)

A presença do capital financeiro no Sudoeste Goiano pode ser notada pela existência de 77 agências bancárias na região (Tabela 5-3). Dos 26 municípios, apenas 5 não possuem agência bancária: Aparecida do Rio Doce, Lagoa Santa, Perolândia, Santo Antônio da Barra e Turvelândia, porém estes distam em distância máxima de 35km de municípios maiores com a presença do agente financeiro.

Tabela 5-3: Sudoeste Goiano: número de agências bancárias (2007-2016)

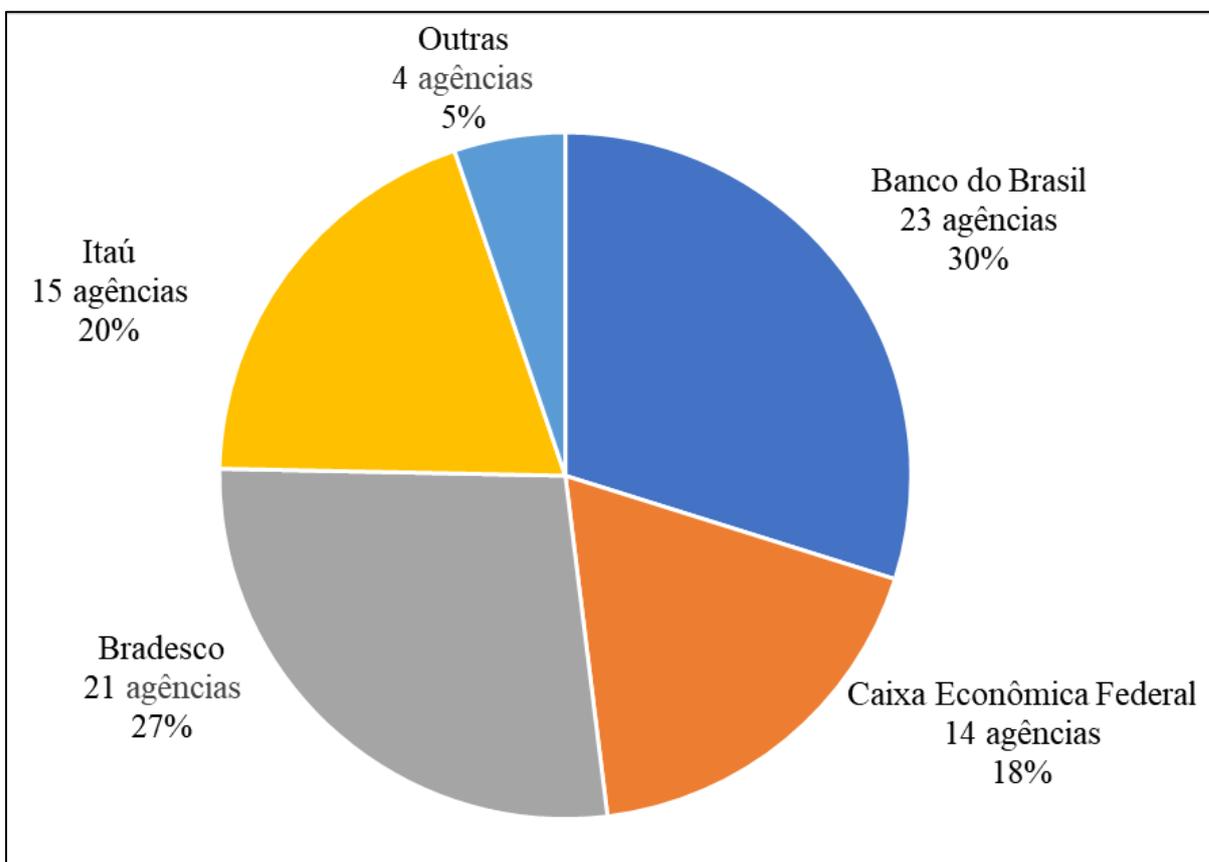
MÚNICÍPIO	2007	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Acreúna	3	3	3	3	4	4	4	4
Aparecida do Rio Doce		-	-	-	-	-	-	-
Aporé	1	1	1	1	1	1	1	1
Cachoeira Alta	1	1	1	2	2	2	2	2
Caçu	2	2	2	2	3	3	3	3
Castelândia	1	1	1	1	1	1	1	1
Chapadão do Céu	1	1	1	1	2	2	2	2
Gouvelândia	1	1	1	1	1	1	1	1
Itajá	2	2	2	2	2	2	2	2
Itarumã	1	1	1	1	1	1	1	1
Jataí	10	10	10	10	12	12	12	11
Lagoa Santa		-	-	-	-	-	-	-
Maurilândia	2	2	2	3	3	3	3	3
Mineiros	6	6	6	6	6	6	6	5
Montividiu	2	2	2	2	3	3	3	3
Paranaiguara	1	1	1	1	1	1	1	1
Perolândia		-	-	-	-	-	-	-
Portelândia	1	1	1	1	1	1	1	1
Quirinópolis	5	5	5	5	5	5	5	5
Rio Verde	13	15	16	17	18	19	19	20
Santa Helena de Goiás	5	4	4	4	4	4	4	4
Santa Rita do Araguaia	1	1	1	1	1	1	1	1
Santo Antônio da Barra		-	-	-	-	-	-	-
São Simão	3	3	3	4	4	4	4	4
Serranópolis	2	2	2	2	2	2	2	2
Turvelândia		-	-	-	-	-	-	-
Total	64	65	66	70	77	78	78	77

Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/>

O Banco do Brasil, todavia em 2016 é líder número de agências (Gráfico 5-7) no Sudoeste, detém 30% das unidades bancárias, com 23 agências sendo: 4 na cidade de Rio Verde, 3 em Jataí e Acreúna, Aporé, Cachoeira Alta, Caçu, Chapadão do Céu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Portelândia Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, São Simão e Serranópolis com 1 agência cada. O Bradesco tem o segundo maior números de agências na região com um total de 21 distribuídas da seguinte maneira: Rio Verde 5, Jataí 3, Mineiros 2, Quirinópolis 2 e Acreúna Caçu, Castelândia, Maurilândia, Santa Helena de Goiás,

Santa Rita do Araguaia, São Simão e Serranópolis com uma agência em cada município. O banco Itaú possui 15 agências sendo 4 em Rio Verde, Jataí 2, Acreúna, Itajá, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e São Simão com 1 agência. A Caixa Econômica Federal conta com 14 agências e Rio Verde conta com 4, Jataí 2 e com 1 agência os municípios de Acreúna, Cachoeira Alta, Chapadão do Céu, Mineiros, Montividiu, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e São Simão.

Gráfico 5-7: Sudoeste Goiano: Agências bancárias Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e outras (absoluto e relativo - 2016)

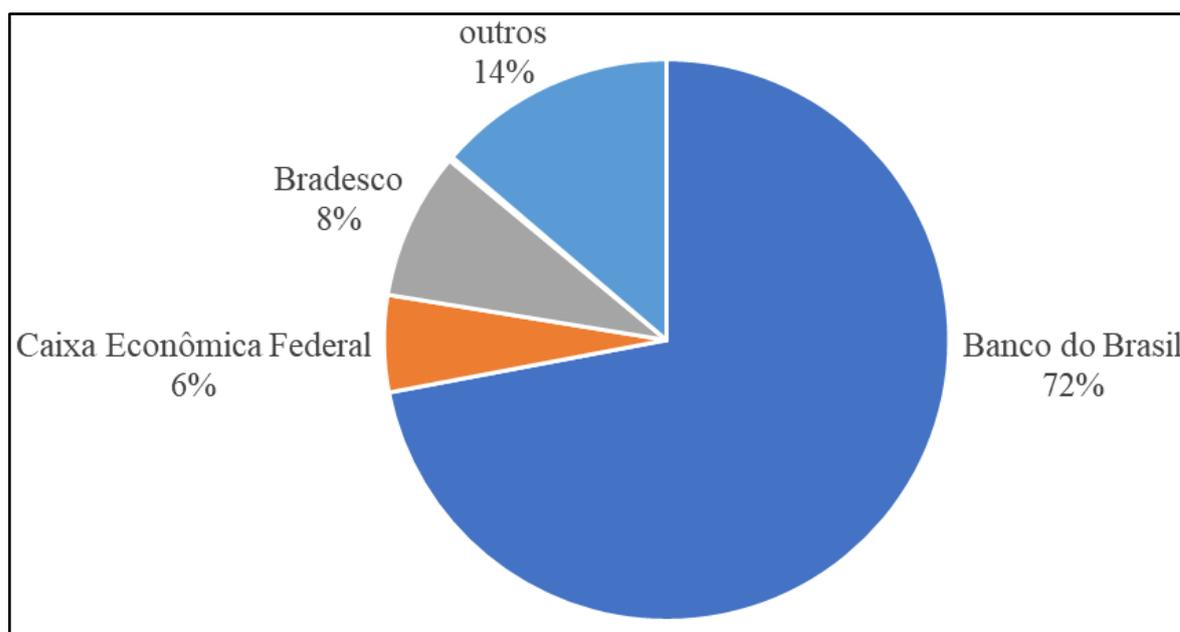


Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor (2016)

A presença do Banco do Brasil na região é resultado de processo histórico da modernização da agricultura, os recursos dos financiamentos do SNCR dos anos 1970 até o início do século XXI estavam concentrados nesta instituição financeira. Vale destacar que a agência 0221(Agência Rafael Nascimento) de Rio Verde é considerada de nível 1, ou seja, maior patamar que uma agência pode obter devido aos altos números de financiamentos, clientes com movimentações financeiras vultuosas, produtos e serviços vendidos etc. Nos anos

1980, segundo entrevista e relatos de ex-funcionários da agência, o volume de dinheiro da agência movimentado era superior a todo o movimento financeiro do BEG (Banco do Estado de Goiás) se somadas todas suas agências no estado. A agência 0221 até 2005 concentrou todos os financiamentos de granjas de aves e suínos e os agrícolas, a partir de 2006 os financiamentos das granjas foram transferidos para agência 4535 (Agência Perdigão), assim ocorreu a descentralização dos serviços e atendimento mais especializado aos contratantes do FCO. A hegemonia do Banco do Brasil no gerenciamento dos recursos para o financiamento das atividades agropecuárias e agroindustriais é atual, em 2016 (Gráfico 5-8) 72% dos recursos foram gerenciados pela instituição; as agências de Rio Verde e Jataí foram responsáveis por 22,8% e 10,4% do total dos recursos direcionados para a região. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016)

Gráfico 5-8 Financiamentos agropecuários e agroindustriais: bancos responsáveis pelo gerenciamento do crédito (2016)

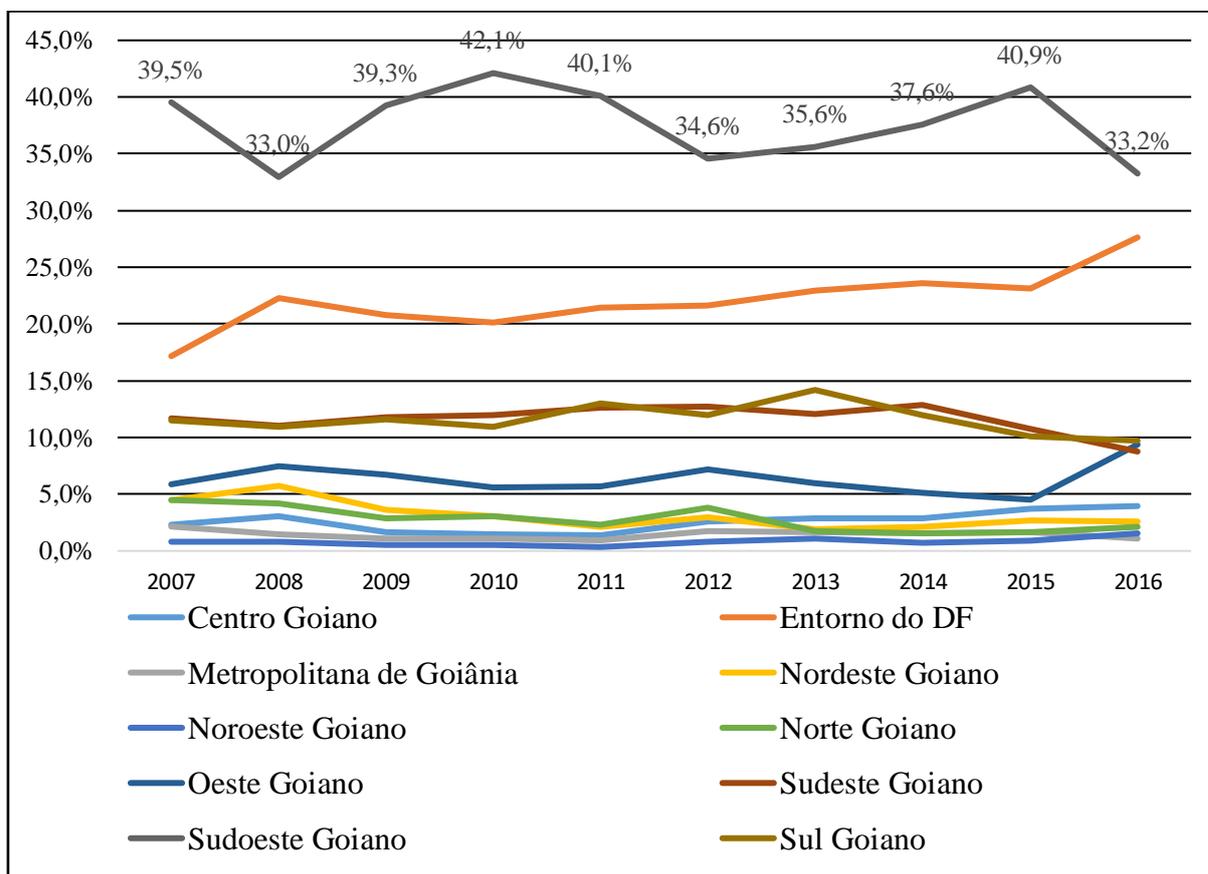


Fonte: Banco Central (2017)
Organizado pelo Autor (2017)

O uso de máquinas agrícolas de empresas multinacionais no Sudoeste Goiano é caracterizado pelas concessionárias das empresas multinacionais do segmento de tratores e colheitadeiras como Valtra (Rio Verde, Jataí e Quirinópolis), Massey Ferguson (Rio Verde, Jataí, Mineiros), John Deere (Rio Verde, Jataí e Quirinópolis), Case (Rio Verde, Jataí, Mineiros e Quirinópolis) e Agrale (Rio Verde, Mineiros, São Miguel do Araguaia)

Como visto anteriormente, a produção da cadeia grãos-aves-suínos do Sudoeste Goiano é a maior do estado e os números repercutem na balança comercial (Gráfico 5-9) da região. Entre 2007 e 2016 a região é líder na arrecadação de ICMS Agropecuário, a participação varia de 33% a 42,1%, as variações ocorrem devido as flutuações dos preços das *commodities* e as intempéries as quais repercutem diretamente na produção, produtividade e qualidade dos produtos agropecuários. Em 2008 as exportações dos produtos agropecuários e industrializados foram afetadas pela crise no mercado europeu, norte-americano e asiático, os salários perderam o poder aquisitivo não apenas no país e, ainda, as taxas de desempregos em escala mundial reduziram o consumo de alimentos.

Gráfico 5-9: ICMS Agropecuário: Participações das Regiões de Planejamento - 2007-2016



Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/>
Organizado pelo Autor

O discurso do agronegócio é permeado na participação de mais de 40% do PIB, na geração de empregos diretos e indiretos, fortalecimento do homem do campo, na produção de alimentos seguros entre outros. Essa atividade é importante para estado de Goiás, articula o Sudoeste Goiano como a 3º região de planejamento mais importante, mas deixa claro que o setor industrial de produtos com maior grau de tecnologia (farmacêutica), respectivamente a RP Metropolitana de Goiânia e a Centro Goiano, arrecadam mais impostos. A concentração da arrecadação na RP Metropolitana de Goiana, responsável por mais de 65% de toda a arrecadação goiana, evidencia a fragilidade da articulação econômica e do desenvolvimento econômico goiano parêlo. O Sudoeste apesar de ser a maior arrecadadora de ICMS Agropecuário, perde participação quando considerada a arrecadação geral (Tabela 5-4). Regiões como o Sudeste Goiano apresenta índices crescentes devido as novas unidades industriais com a Mitsubishi (veículos), expansão da FOSCAL (Mosaic) e outras empresas com maiores potencialidades de arrecadação devido aos valores agregados das mercadorias.

Tabela 5-4:ICMS Industrial: Participação das Regiões de Planejamento (%) 2007-2016

Região de Planejamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Centro Goiano	18,8%	16,5%	21,7%	22,7%	23,5%	23,9%	25,4%	25,1%	32,4%	32,5%
Entorno do DF	8,3%	7,4%	7,6%	6,1%	5,4%	7,1%	6,8%	7,5%	6,4%	7,4%
Metropolitana de Goiânia	37,3%	34,2%	34,3%	38,3%	34,4%	36,4%	37,2%	36,5%	31,7%	32,6%
Nordeste Goiano	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Noroeste Goiano	0,9%	0,6%	0,5%	0,6%	0,7%	1,1%	1,0%	0,7%	0,6%	0,9%
Norte Goiano	5,8%	2,9%	2,3%	3,3%	3,3%	2,5%	2,6%	8,4%	3,6%	3,6%
Oeste Goiano	3,2%	4,2%	3,2%	2,9%	2,8%	2,2%	3,1%	3,0%	3,6%	3,3%
Sudeste Goiano	13,6%	18,2%	16,2%	14,8%	15,7%	15,1%	10,6%	6,5%	8,9%	8,3%
Sudoeste Goiano	7,8%	11,0%	8,7%	6,4%	8,3%	6,6%	7,2%	7,7%	7,7%	5,8%
Sul Goiano	4,1%	4,8%	5,4%	4,9%	5,9%	5,1%	5,9%	4,7%	4,9%	5,5%

Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/>

Organizado pelo Autor

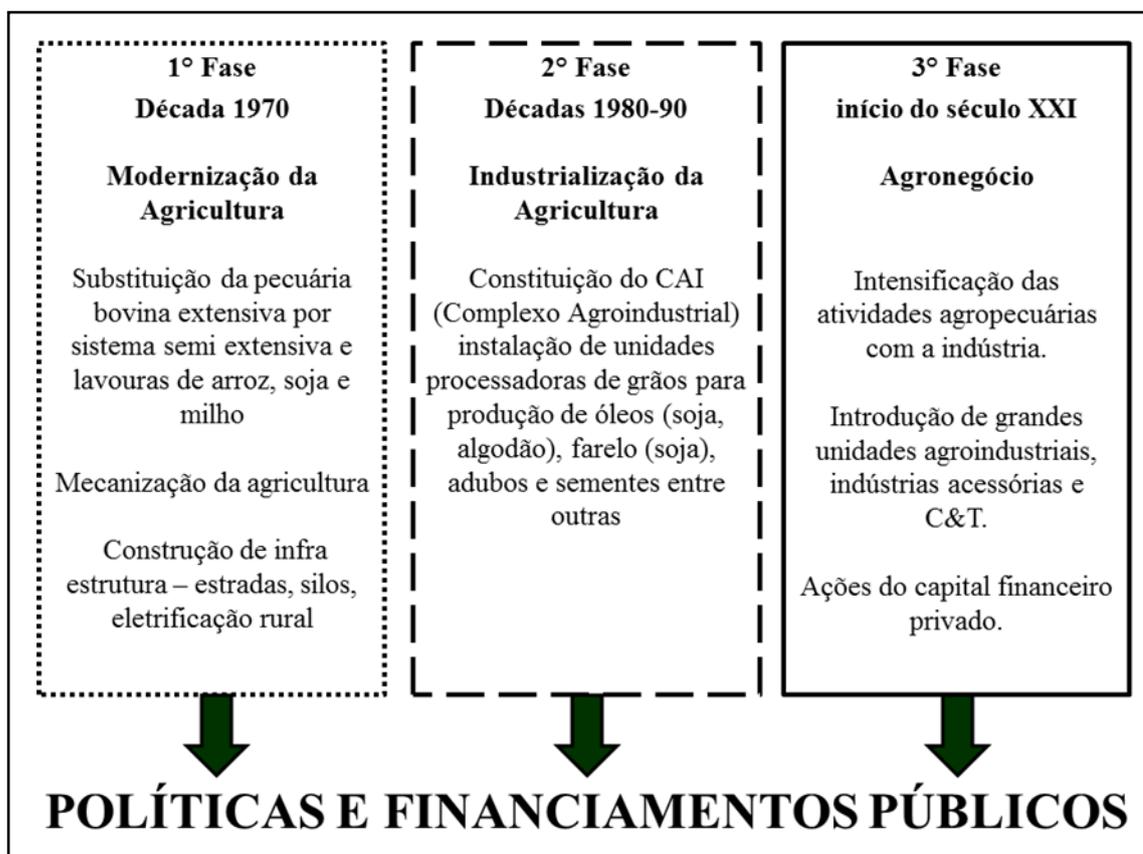
Estes elementos acima confirmam que o Sudoeste Goiano tem o agronegócio consolidado no espaço regional, para Castro (2000, p.5),

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. Operando como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio.

Conforme a definição de Castro, o agronegócio consolida-se em determinado espaço por meio das ações do Estado, suas instituições e mecanismos econômicos e tecnológicos. Este processo é nítido no Sudoeste Goiano o qual constituiu sua cadeia produtiva ao longo das décadas de 1970 a 1990. O agronegócio é a cadeia da produção agroindustrial, inserida no contexto do processo de globalização. A produção é determinada pela capacidade de consumo das unidades industriais por meio das empresas multi e transnacionais as quais inserem novas tecnologias no campo para garantir o abastecimento de matérias-primas às plantas industriais. A circulação de capitais e tecnologia no agronegócio evidencia a dependência tecnológica e econômica dos países subdesenvolvidos economicamente que ficam à mercê das inovações tecnológicas desenvolvidas pelos países mais articulados economicamente.

A Modernização e Industrialização da Agricultura fortaleceram as relações de produção agropecuária e industrial, levando à formação do agronegócio. Este, por sua vez, impõe novas relações socioeconômicas no espaço do Sudoeste Goiano, intensificando e aprimorando as relações capitalistas mundiais no espaço local e regional. A construção do Agronegócio (Figura 5-6) no Brasil e o Sudoeste Goiano não ocorrem apenas com instalação de unidades industriais processadoras de grãos, aves, suínos, leite, carne bovina e suína. Devemos compreender o Agronegócio como um processo contínuo e aperfeiçoado pelo capital em explorar os elementos do espaço/território, torná-los em mercadorias e obviamente em lucro das empresas.

Figura 5-6 - Fases da construção do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano



Autor: o Autor (2015)

Fica evidente que o Agronegócio não foi um ato planejado nos últimos anos, foi sim, um processo previsto pelo capital com ajuda de leis, financiamentos e planejamentos públicos para incorporar o espaço do Sudoeste Goiano. Podemos concluir que o processo de transformações da agricultura brasileira o Estado foi essencial para introdução dos pacotes tecnológico essenciais para transformar os campos de pecuária bovina extensiva em grandes lavouras de grãos. Estes primordiais para o abastecimento de matérias primas para as agroindústrias. Todavia a Modernização da Agricultura transformou o campo em consumidor de produtos industrializados e financiamentos gerando uma relação de dependência do campo e do Brasil com empresas multinacionais que produzem e comercializam produtos da agricultura moderna.

Legaliza-se com a Modernização da Agricultura a concentração fundiária, a expropriação da terra pelos agricultores de pequeno porte, a devastação dos elementos naturais do Cerrado, o êxodo rural e a concentração de riqueza nas mãos da oligarquia agrária. O aperfeiçoamento da produção agrícola, a padronização dos produtos finais, as altas taxas de

produção e produtividade e a possibilidade financeira e política em instalar unidades agroindustriais das cidades de Rio Verde, Jatai e Mineiros criam uma nova cadeia produtiva do CAI (Complexo Agroindustrial) de grãos (soja e milho principalmente).

As unidades industriais permitem agregar valor as matérias-primas o que leva a reduzir os custos com transporte e torna os produtos mais competitivos. Porém, a maior importância do CAI foi a consolidação da Região Sudoeste não apenas como produtora de soja e milho, mas como região capaz de suportar novas relações entre campo-indústria-cidade. Assim, o Agronegócio se apropriou dessas relações e impôs novas relações como a intensificação das pesquisas no campo agropecuário, obrigou a padronizar e aumentar ainda mais a produção e produtividade dos grãos e introduziu mais uma cadeia produtiva, a de aves e suínos. O Agronegócio e suas relações só conseguiram ter êxito no Sudoeste, com destaque nas cidades de Rio Verde, Jatai e Mineiros, pois o Estado deu aporte financeiro e legal para que estas novas unidades/empresas se instalassem. O Agronegócio é o processo atual de dominação encontrado pelo capital financeiro que possibilita os empréstimos as agroindústrias e os produtores rurais a adquirirem os equipamentos, produtos das indústrias de químicas, de insumos e máquinas agrícolas, equipamentos para granjas etc.

5.2 A CADEIA PRODUTIVA DE GRÃOS-AVES-SUÍNOS NO SUDOESTE GOIANO

O agronegócio no Sudoeste Goiano consolida-se com a instalação das unidades agroindustriais de empresa Global-Local de aves-suínos nos municípios de Rio Verde (1997), Jataí (2005) e Mineiros (2007). A unidade agroindustrial de Rio Verde foi planejada para ser a maior planta industrial da empresa e com ela foram introduzidas novas atividades econômicas no campo como a produção de aves e suínos em escala industrial, relações comerciais entre produtores rurais e a agroindústria, uso cada vez maior de incentivos fiscais e de financiamentos públicos, exigências legais sanitárias e ambientais na produção agropecuária, criação de novas associações de produtores rurais, fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio especificamente da cadeia grãos-proteína animal de aves e suínos, construção de novas vias circulação, articulação de modais ferroviário e aeroviário etc.

Segundo a empresa o Sudoeste Goiano foi “escolhida” por apresentar as seguintes características: 1. a região do Cerrado apresentou o maior crescimento agrícola e possui uma

área agriculturável de aproximadamente 8 milhões de hectares e solos favoráveis para mecanização; 2. terras planas, ou baixas declividades de textura argilosa com boa drenagem e fertilidade natural de médios e altos níveis; 3. regime de chuvas definido entre outubro e abril, além de prodigiosa disponibilidade de água (rios e do lençol freático); 4. temperaturas médias de 22°C e amplitudes térmicas anuais de 2°C a 6°C; 5. mão de obra disponível e adaptável às atividades que serão desenvolvidas; 6. disponibilidade de energia elétrica e 7. incentivos fiscais para instalação.

Faveret Filho e Paula (apud.Helfand e Rezende, 1998, p.31) afirmam que

Nos últimos anos, o padrão tradicional começou a dar mostras de esgotamento. De um lado, os custos logísticos e de gerenciamento de um grande número de integrados (a Perdigão tem cerca de 7 mil) vêm crescendo excessivamente. Levar ração, coletar frangos, prestar assistência técnica e supervisionar contratos de milhares de pequenos integrados - tudo isso é fonte de custos pouco compatíveis com um negócio de margens reduzidas.

Existe a necessidade da redução dos custos operacionais do sistema integrado de aves e suínos por parte da empresa processadora de aves e suínos. A saída para a redução dos custos é a produção integrada em propriedades rurais de maior porte que possibilitem a existência de granjas com número maior de animais, reduzindo os custos de transporte das rações, das aves e suínos. As grandes extensões das propriedades reduzem os problemas causados pelos dejetos dos animais aumentando a área de deposição e aproveitamento dos mesmos para adubação das lavouras locais de grãos. Três fatores essenciais para que este projeto não fosse instalado nas tradicionais regiões produtoras de aves e suínos do Sul do Brasil:

- não há possibilidade do aumento da produção de milho e mesmo de suínos e frangos.
- a alta concentração de aves e suínos em propriedades rurais de pequeno porte possibilita um alto risco sanitário, facilitando a disseminação de doenças.
- no caso dos suínos a produção de dejetos é vista como um problema na conservação do meio ambiente.

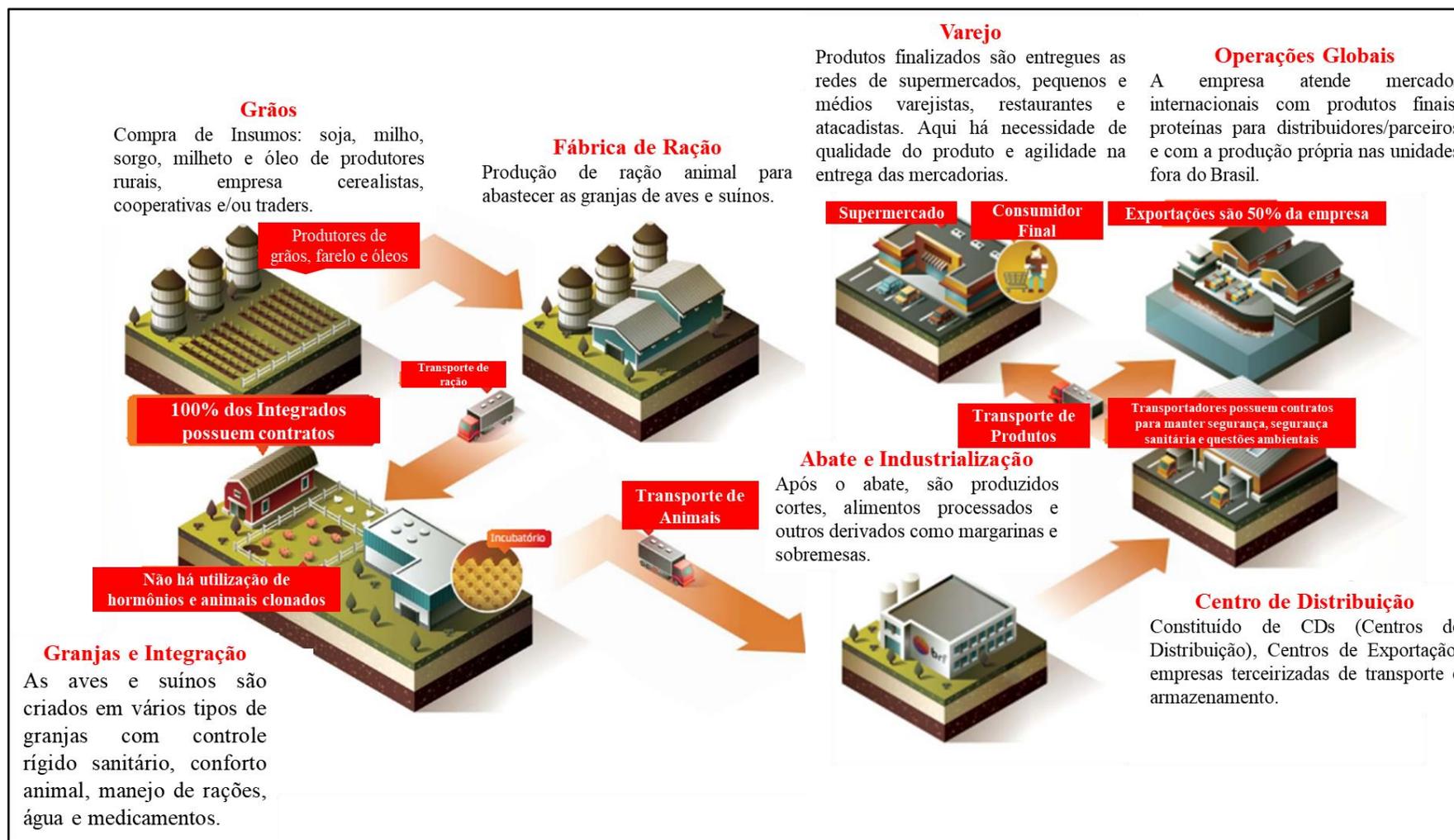
As relações do sistema de integração eram inéditas para os produtores rurais que são prestadores de serviços, tendo em vista que os animais alojados em suas granjas são de propriedade da agroindústria. A prestação de serviço é uma atividade tipicamente urbana, a partir dela é nítida a inserção de novas relações de trabalho no campo, por meio do sistema de integração.

Silva (1999, p.34) aponta que

O meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados "complexos agro-industriais" que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas.

O agronegócio como afirmamos, consolida-se no Sudoeste Goiano com a instalação da empresa Global-Local no municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros; e a introdução da suinocultura e avicultura integrada (Figura 5-7) e, assim transforma o território em sua grande planta industrial com o controle da produção dos grãos, matérias-primas das rações e dos animais que serão processados em suas unidades agroindustriais nas cidades de Rio Verde (2000), Mineiros (2007) e Jataí (2005 a 2015). Essas unidades agroindustriais impuseram novas relações de produção entre os produtores rurais e a empresa Global-Local com a imposição de padrões de produção, manejo dos animais como usos das rações, vacina, consumo de água, ventilação, luminosidade, temperatura, umidade do ar, manutenção da cama de frango, manejo de dejetos e também com as relações trabalhistas e fiscais.

Figura 5-7: Sistema produção integrado de aves e suíno (2015)



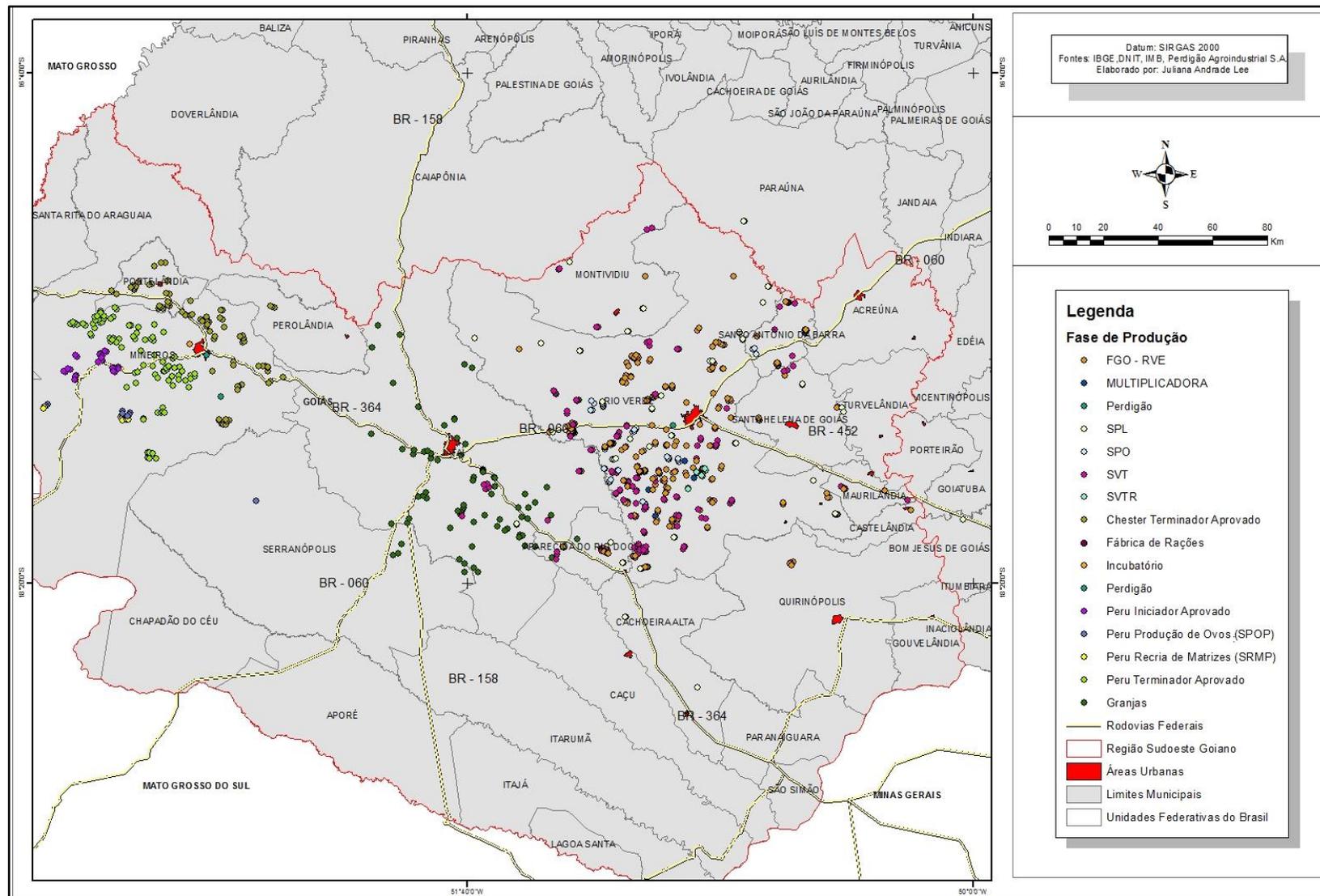
Fonte: BRF (2015; p. 6-7)
 Organizado e adaptado pelo Autor (2016)

As granjas produtoras de aves são divididas em: Produção de Matrizes (SPM), Produção de Ovos (SPO) e Criação de Frangos (FGO). Os suínos são produzidos em granjas de: Produção de Matrizes (SPMS), Produção de Leitões (SPL) e Sistema Terminal de Leitões (STL). Cada tipo de granja tem forma distintas de manejo para a produção dos animais e necessitam ter controle total por parte da empresa integradoras. As maiores preocupações dos técnicos da empresa Global-Local junto aos integrados são aumentar os índices de produtividade as aves (melhorar a conversão ração x quilo carne) e impedir os o surgimento da salmonela²⁶ a qual impede as exportações e causa prejuízos a lucratividade da empresa com a recusa dos produtos pelas autoridades dos países importadores.

A produção de rações da empresa é realizada nas unidades de Rio Verde e Mineiros com a aquisição de grãos dos produtores locais e em determinados anos, como em 2007-2008 e 2015 e 2016, foi preciso importar grãos de outras regiões devido à quebra de safra e ações de comercialização de grãos da empresa visando aumentar a lucratividade, porém, isso afetou o abastecimento de grãos para as fábricas tornando a produção próxima ao limite mínimo de rações. Segundo relatos coletados durante o trabalho de campo, até 2015 as fábricas trabalhavam com grãos adquiridos para um período mínimo de 30 dias, mas 2016 os estoques de grãos não ultrapassavam 5 dias. Isso aliado a quebra de safra e o aumento dos preços do milho e soja, repercutiram negativamente na rentabilidade da empresa. Aliada aos problemas de salmonela e aumento dos custos de produtividade, a empresa passava por enxugamento do quadro de funcionários. A unidade de Rio Verde contava com aproximadamente 8,5 mil trabalhadores e de Mineiros com 2,2 mil funcionários; segundo informações a redução do quadro funcional seria de aproximadamente 15 a 20% e assim, impactando na economia regional, segundo análise dos técnicos da empresa.

²⁶ "a salmonela é uma bactéria comum no trato gastrintestinal dos animais" e que, no caso das aves, "é um problema mundial, para o qual não existem medidas efetivas de controle que possam eliminá-la da carne crua [...].a salmonela pode causar falta de apetite, náuseas, vômitos, diarreia, dores abdominais e febre." (fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/24/lista-de-ministerio-omite-contaminacao-por-bacterias-em-granjas-da-brf.htm>)

Mapa 5-1 Sudoeste Goiano: Granjas de aves e suínos (2015)



A produção de ração de aves e suínos é realizada em unidades separadas. 75-80% das rações são compostas por grãos e os demais ingredientes são entre eles: micronutrientes, sal, ureia etc. A composição das rações é constituída por mais de 120 ingredientes, alguns importados de alto grau de especialização e concentração como determinado elementos que é colocado 3 gramas por tonelada de ração final. Há neste processo de produção preocupação com a origem dos ingredientes, todos estes possuem rastreabilidade uma exigência dos mercados consumidores internacionais. A unidade de Rio Verde fabrica o premix (concentrado de elementos nutricionais que é misturado ao farelo de grãos) para outras unidades da Global-Local que distam mais 500km.

As granjas SPM (Sistema de produção de matrizes) localizam-se no município de Rio Verde (Figura), abrigam aproximadamente 530 mil aves (80% fêmeas). As aves matrizes de ovos são geradas por aves importadas (em forma de ovo) do EUA e criadas em granjas no município de Rio Claro (SP). Os pintinhos das aves matrizes de ovos são transportadas até o município de Rio Verde por meio de caminhões climatizados os quais demoram mais de 24 horas para realizar o trajeto de mais de 900km.

Figura 5-8: Granjas produtoras de Matrizes de Frangos: Rio Verde (GO) (2016)



*Fonte: Google Maps. (2016)
Organizado pelo Autor*

A produção é realizada na propriedade denominada Granja São Tomaz, distante 16km da cidade de Rio Verde e 6km da unidade industrial da Global-Local. A granja é totalmente terceirizada, a empresa em agosto de 2015 deixou o controle de produção de matrizes de ovos e a repassou para um diretor que se aposentou. No local trabalham ao todo 76 a 80 funcionários responsáveis pela administração e manejo dos animais. Nestas granjas o controle sanitário é intenso, para entrar nas dependências de aves é necessário, tanto os visitantes tanto os funcionários, passar por duas barreiras sanitárias onde ocorrem os banhos supervisionados e a troca de todos as vestimentas. O transporte entre a entrada principal e as granjas é realizada com veículos (carros utilitários e ônibus) exclusivos, estes não saem das dependências das granjas. Veículos de carga, (animais, rações, insumos etc) ao entrarem nas dependências das granjas são desinfetados com detergentes. Equipamentos portáteis como celulares, máquinas fotográficas, ferramentas etc são fumigados em caixas de passagens com o uso de formol. Toda entrada realizada nos galpões dos animais exige-se a desinfecção das botas com sabão, escova e uso de cal virgem; as mãos são lavadas com sabonete desinfetante. Como em todas as granjas o controle das rações, água, medicamentos e temperatura é automatizado.

O ciclo de vida das matrizes é de 60 semanas, sendo 20 a 24 semanas para “amadurecimento” e 36 semanas produzindo ovos. A partir da 24ª semana as matrizes e os galos são enviados para as granjas SPO (Sistema de Produção de Ovos). O manejo dos pintinhos é iniciado com incentivo/estimulação para beber água e comer a ração, os primeiros 14 dias são essenciais para o “aprendizado” da alimentação a qual reflete na sua formação biológica e de produção de ovos. O objetivo da granja não é o ganho de peso, mas a formação de aves com característica que atendam a produção das aves de corte (70% do animal com carne no peito, coxas e sobrecoxas), porém as matrizes são de porte menor que as aves de corte. A ração e água são controlados conforme a idade e o peso das aves. Todo o processo é automatizado e requer a supervisão/manuseio por 2 funcionários exclusivos dessa granja. Só há entrada de outras pessoas/trabalhadores no caso de reparos emergenciais ou devido manejos de grande porte, como a coleta das aves para transferência para as granjas de SPO. A rotina de trabalho diário se dá com a chegada no complexo às 8h, fazem as etapas de desinfecção e o trabalho na granja é iniciado por volta das 9h. Inicialmente são verificados os equipamentos de água e ração antes do fornecimento dos mesmos para as aves. A alimentação é dada apenas no período matutino e a água é cortada ao final do expediente por volta das 16h45min.

Em determinadas semanas o manejo das rações é modificado para 6 por 1 (seis dias com ração e um dia sem ração) ou 5 por 2. A rotina de trabalho também exige a verificação dos

galpões para retirada dos animais mortos e seu descarte na composteira. Ainda são descartados/eliminados/sacrificados animais com anomalias físicas (por exemplo, bico torto) que impeçam o ganho de peso e o amadurecimento. Os comedouros e bebedouros são compostos por fios levemente eletrizados para que as aves não empoleirem e estraguem os equipamentos que são sustentados por cordas e assim evita-se e retira-se o instinto natural.

As granjas de matrizes possuem piso de concreto para impedir a entrada de insetos (vetores por exemplo da salmonela) e de umidade que podem causar a perda de qualidade ambiental para o desenvolvimento das aves. A cama é composta por maravalha de pinus ou eucalipto e deve ser mantida seca para evitar calos nas patas. Com a saída das aves para o SPO as granjas passam por um processo de limpeza e desinfecção composta por:

- retirada da cama (não se repete a cama de frango, por isso a mesma é dada para produtores que a utilizam como mistura com outros dejetos para fertilização de lavouras de grãos.
- os equipamentos são totalmente desmontados para limpeza com formol,
- as instalações (piso, teto) são desinfetados;
- o vazio sanitário dura entre 55 a 60 dias, período que feito a desinfecção.
- A composteira também é esvaziada e desinfetada.

A granja passa por uma transição de comando, foi arrendada pela Global-Local um ex-diretor da empresa. Este procedimento é uma forma de manter pessoas estratégicas vinculadas para garantir que os mesmos não sejam assediados por concorrentes. A maioria dos trabalhadores continuou na granja, foram desligados da Global-Local com todos seus direitos trabalhistas pagos e contratado pela nova empresa. Não foi possível saber se os trabalhadores estão confiantes ou não com a nova relação de trabalho que seguirá os mesmos conceitos do sistema de integração que prevê prêmios (ganhos extras) devido as metas atingidas e exigidas pela empresa contratante.

As granjas SPO (Foto 5-7, Foto 5-8, Foto 5-10 e Foto 5-11) são as responsáveis pela produção dos ovos que dão origem aos frangos de corte. O Controle de acesso de pessoas e veículos é idêntico ao das granjas produtoras de matrizes, são necessários 2 banhos supervisionados e a troca de roupas 2 vezes ao entrar nas dependências das granjas. Em média cada granja, 6 galpões, possuem 200 mil aves e a para cada macho há 10 fêmeas. O controle de postura dos animais é realizado por funcionários os quais monitoram desde os comportamentos dos animais, como formação corporal, anomalias congênitas, doenças, quantidade e qualidade dos ovos produzidos. Os animais que não estiverem nos padrões produtivos são descartados

(sacrificados) e depositados na composteira. Os ovos são selecionados (Foto 5-12) e armazenados (Foto 5-13 e Foto 5-14) conforme os critérios de avaliação feita individualmente. Os ovos produzidos e fora da conformidade para gerarem pinto de qualidade são separados e posteriormente vendido para empresas do ramo alimentício. Os integrados produtores de ovos são remunerados pela produtividade de ovos por ave, as medidas de controle sanitários são intensas, caso haja contaminação por qualquer tipo de doença (em especial a salmonela) os lotes de animais podem ser descartados e os vazios sanitários (períodos entre o alojamento de um lote e outro) pode ser drástico, já ocorreram casos no Sudoeste de vazios sanitários de seis meses, sendo que o tempo médio é de 30 dias.

Foto 5-7: Granja de Produtora de Ovos: Vista da entrada (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Foto 5-8: Granja Produtora de Ovos: Vista geral (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Foto 5-9 Granja Produtora de Ovos: Composteira e controle de roedores (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Foto 5-10 Granja Produtora de Ovos: controle de pragas e insetos por uso de cal virgem (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Foto 5-11: Granja Produtora de Ovos - visão interna (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-12: Granja de Produção de Ovos: seleção de ovos (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-13 Granja Produção de Ovos: manejo de ovos (2016)



Fonte O Autor (2016)

Foto 5-14: Granja de Ovos: Armazenagem de ovos (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Os ovos após a postura, seleção, embalagem e armazenamento são transportados até a planta industrial da empresa Global-Local onde são novamente selecionados e acomodados em prateleiras as quais são acomodadas em estufas. Entre o 2º e 3º dia no incubatório os ovos são vacinados por meio de micro agulhas. O equipamento e os medicamentos utilizados na vacinação dos ovos pertencem a PFIZER, inclusive o manejo e as manutenções são realizadas por profissionais da empresa, sendo que a Global-Local apenas fiscaliza o trabalho e emite relatórios para a empresa prestadora de serviços.

O incubatório da unidade de Rio Verde tem capacidade de produção diária de 560mil pintos (processa no total 660mil ovos tendo a taxa de eclosão de 84%). A unidade abastece as granjas de Uberlândia, Mineiros, Nova Mutum (MS), Carambeí (PR) e Dourados. As práticas sanitárias no interior do incubatório são intensas e rígidas. Além dos banhos supervisionados, nenhum equipamento externo por parte de visitantes e funcionário é permitido adentrar nas dependências do incubatório. Os ovos após 19 dias de incubação e 2 dias de nascimentos passam por sexagem (separar machos e fêmeas por observação das pontas das

asas) e seleção de qualidade e os animais com más formações (bicos desalinhados, pernas tortas, falta de algum membro etc) são descartados em balde e posteriormente triturados e transformados em elementos para ração.

Os pintos de 1 dia (considerados após saírem do incubatório) são transportados em caixas de plástico e caminhões gaiolas (44 mil pintos por caminhão) terceirizados que os distribuem para as granjas no Sudoeste Goiano (distância média de 60km até a unidade industrial). Nas granjas de frango de corte (Foto 5-15) passam por 7 dias de adaptação, funcionários (média de 3 por granja de frango de corte) administram as rações e “ensinam” os pintinhos a se alimentarem. Após o período de adaptação as aves mudam o tipo de ração (ao todo são 3 tipos: inicial, crescimento e finalização) e passam a ganhar peso rapidamente, entre os dias 14 e 21 de alojamento ocorrem as maiores taxas de mortalidade de aves e estas são descartadas nas composteiras. A segurança sanitária dos aviários do frango de corte são rígidas, mas menores que nas demais granjas (produção de ovos e matrizes), não há exigência de banhos para entradas, mas é vedada a entrada de pessoas que tenham visitado granjas a menos de 7 sete dias. Nas granjas de aves de corte, o controle de umidade, iluminação, alimentação e água é totalmente informatizado. Não há contato manual com a ração ou água utilizada, esta é tratada com cápsulas de cloro ao entrarem nos reservatórios.

Foto 5-15: Granja de Frango de Corte: vista geral (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-16: Granja de Frango de Corte - visão interna (2016)



Fonte: O Autor (2016)

As granjas possuem capacidade de alojamento de 86 a 104 mil aves (estas são as mais modernas e foram instaladas nos últimos 3 anos na região). O manejo dos animais é realizado durante os 38 a 42 dias de alojamento por 3 funcionários, estes remunerados com salário fixo (entre 1,3 a 2,5 salários mínimos para o gerente) mais bonificação por atingir metas predispostas pela empresa. Essa bonificação varia de 15 a 30% a mais pago pelo proprietário da granja, ou seja, se a granja teve bonificação de R\$ 8.000,00, os funcionários terão um bônus de R\$2.400,00 divididos entre eles. Segundo as convenções trabalhistas entre os donos das granjas e os granjeiros (trabalhadores das granjas) não há pagamento de horas-extras, moradia (Foto 5-17), água, luz e cestas básicas não são computados no final dos contratos de trabalho ou para pagamento de férias e 13ºsalário. Destacamos que o trabalho dos granjeiros é essencial para os resultados pretendidos pela agroindústria, mesmo com automação dos equipamentos. São relatadas dificuldades em encontrar mão-de-obra para o trabalho nas granjas, apesar dos salários serem maiores que a média para este tipo de atividade rural, a jornada de trabalho é intensa. Nos primeiros sete dias, os trabalhadores devem estar presentes 24 horas por dia no interior das granjas. As folgas são condensadas durante os períodos de vazios sanitários (período entre um lote e outro) e chegam até 7 dias contínuos. A rotina dos granjeiros é composta em verificar a funcionalidade e manutenção preventiva dos equipamentos, manutenção da cama de frango (revirar a palha de arroz ou maravalha bases para acomodar as aves), retirada de animais mortos e depositá-los nas composteiras, observar a presença de animais silvestres (roedores, aves, cobras etc) que possam diminuir o plantel ou mesmo contaminá-lo com doenças. Dois dias antes ao processo de recolhimento dos animais pela agroindústria, ocorre a redução gradativa de ração e água para limpar o intestino e o papo, elementos não desejados na linha de produção. A coleta dos animais ocorre manualmente, granjas com 100 mil, por exemplo, são utilizadas equipes terceirizadas compostas por mais ou menos 20 pessoas, as atividades por volta das 23h e terminam o trabalho até as 12h do dia seguinte.

Foto 5-17: Granja de Frango de Corte: residência dos funcionários (2016)



Fonte: O Autor (2016)

A cama de frango é uma fonte de renda para o proprietário da granja, essa massa orgânica é utilizada no manejo de lavouras e pastagens; é rica em nutrientes, mas é vedado o uso para alimentação animal (principalmente ruminantes) por promover doenças como a “vaca louca”. Além da cama de frango o material depositado nas composteiras (Foto 5-18) também é comercializado e utilizado na adubação. Caso o proprietário da granja não a utilize em sua propriedade, os valores dessa cama são expressivos e são considerados bons para a maior parte dos produtores.

Foto 5-18: Granja de Frango de Corte – Composteira (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Em entrevista com presidente de associação de produtores integrados de frangos, a relação com a empresa Global-Local ocorre dentro do contratado, ou seja, a empresa cumpre com a assistência técnica, fornecimentos de medicamentos e rações e transporte. Os pagamentos dos lotes de animais produzidos são pagos nas datas combinadas, porém, desde 2015 as dificuldades econômicas mundiais repercutiram na demanda por produtos e algumas granjas apresentaram vazios sanitários de mais de 30 dias. Essa ruptura no alojamento das aves, segundo o presidente, atinge não apenas os produtores integrados, mas toda a cadeia produtiva. Ocorre a redução de trabalhadores fixos nas empresas prestadoras de serviços, na rentabilidade anual das granjas, queda dos ganhos adicionais dos granjeiros, por exemplo. A associação, segundo o entrevistado, é um braço de fortalecimento das relações entre os produtores e a agroindústria integradora, porém, é necessário ressaltar que este presidente é um ex-funcionário da empresa que se desligou para gerenciar granjas integradas. Outros integrados comentaram que a associação poderia ser mais atuante na questão do pagamento dos bônus pagos as metas atingidas e superadas pelos integrados, para alguns produtores a associação faz muito “jogo de cintura” para anemizar futuros embates.

O sistema de integração de aves no Sudoeste Goiano trouxe novas relações comerciais para a própria empresa Global-Local. Na região Sul onde atua a mais de 70 anos, os

integrados são de pequeno porte, as granjas não ultrapassam 50mil aves e a atividade avícola é essencial para essas pequenas propriedades. No Sudoeste Goiano os produtores integrados possuem propriedades na qual a granja é um complemento da renda e não a atividade principal, essa característica traz maior autonomia na tomada de decisões dos integrados, principalmente com o fim dos contratos de financiamento o qual obriga a parceria com a empresa Global-Local.

A afirmação que o sistema integrado foi uma inovação nas relações comerciais no campo com formas de inéditas para os produtores do Sudoeste Goiano pode ser comprovado com fatos que ocorreram nos anos iniciais da implantação da atividade como: uso de rações por parte dos integrados para alimentação de outros animais na propriedade, venda do excedente de ração, tentativa de criar outras aves na propriedade (isso é proibido via contrato para evitar a contaminação do plantel por doenças como a salmonela), venda de animais antes da retirada do lote da granja (os produtores integrados possuem uma cota de 20 a 30 frangos por lote para destinar para consumo próprio, estes animais são abatidos e congelados na própria granja e na maioria das vezes são utilizados para a alimentação dos funcionários).

As aves são enviadas para as unidades de Rio Verde e Mineiros onde são processadas em diversos cortes e produtos. Os caminhões com as aves chegam nas unidades industriais (Foto 5-19) e passam por cerca de 40-60min de descanso em local fresco e com umidade controlada. Este procedimento garante a redução da mortalidade de aves e maior aproveitamento dos mesmo na linha de produção, a Global-Local enfatiza que faz parte dos procedimentos de bem-estar animal e atende as exigências dos contratos firmados com seus compradores. As aves são retiradas das caixas de transporte e colocas em suportes na posição de ponta cabeça, com movimento uniforme, não ferem suas patas. O frango é abatido individualmente com o degolamento realizado por funcionários devidamente uniformizados e com uso de EPIs (equipamentos de Proteção Individuais). Posteriormente são depenados com a passagem em túneis com água quente e o restante das penas é retirado por máquina e elimina 100% das penas. Após o processo de depenação, ainda no mesmo gancho de movimento contínuo são desviscerados mecanicamente e neste momento ocorre a fiscalização por parte dos servidores e funcionários terceirizados do SIF (Sistema de Inspeção Federal). Caso encontre-se alguma anomalia, a carcaça do animal e as vísceras são submetidas a exames laboratoriais. Carcaças fora do padrão de peso, perda de algum membro ou hematomas são separados e destinados para a produção de subprodutos como rações. Observam-se na unidade industrial uma gama imensa de máquinas responsáveis pelos cortes dos animais, mas os trabalhos mais minuciosos de corte, como coxinhas de asas, filé de peito e sassami, por exemplo, são realizados

por trabalhadores. O ambiente de trabalho na linha de produção de aves é caracterizado por ser extremamente úmido (vapor d'água, água corrente etc), temperaturas abaixo dos 20°C e emissão de ruídos insuportáveis sem os protetores auriculares. Todos os trabalhadores são obrigados pelas normas da empresa à utilização dos EPIs sobre o risco de demissão por justa causa, pois consta no contrato de trabalho o uso dos equipamentos.

Foto 5-19 Global-Local: estabilização de umidade e temperatura de frangos (2016)



Fonte: o Autor

Não há produção de frangos inteiros nas unidades, são produzidos cortes (coxas, sobrecoxas, asas, coxinhas das asas, peito, filé de peito etc) para o mercado interno e externo. Frango desossado é produzido para o mercado dos países baixos e este deve ter exatos 2,5kg permitido a presença de 1 ou 2 peças de sassami (pequeno filé interno do peito do frango). Nesta linha de produção é nítido observar os movimentos repetitivos dos trabalhadores, são 24 pessoas que realizam determinado corte na ave e ao final este é totalmente desossado e embalado. A precisão dos cortes deve ser idêntica ao porte dos animais produzidos nas granjas para atingir o peso exato que o importador exige, os 2.500 gramas. Cortes não comuns aos consumidores

brasileiros são de grande importância nas exportações da empresa, os pés de frango destinados principalmente para China não devem ter a formação de calos (resultado do manejo inapropriado nas granjas pelos granjeiros). Nestes exemplos prova-se que o campo e sua produção deve ser totalmente sincronizados com toda a cadeia produtiva e determinada na maior parte das vezes pelos mercados consumidores de maior poder de compra.

A unidade de Rio Verde abate 420 mil aves dia e possui aproximadamente 8mil trabalhadores. Os turnos de abate são de segunda-feira a sábado, divididos entre 4h até 14h e das 14h até 24h; e entre as 24h e 3h30min a fábrica passa por manutenções e limpeza geral dos equipamentos e dos ambientes de trabalho. Os trabalhadores contam com plano de saúde, refeitório, vale-transporte, cooperativa de crédito, loja de produtos da empresa com preços mais baixos que os praticados no mercado convencional e clube recreativo. Existe, segundo vários relatos de funcionários e ex-funcionários, a divisão do trabalho na empresa em dois tipos: os imigrantes nordestinos (Bahia, Maranhão e Piauí principalmente) são a maioria esmagadora na linha de produção, os chamados trabalhadores de “chão de fábrica” responsáveis pelas atividades mais pesadas e de menor remuneração e os chefes e diretores da empresa (salários maiores) são oriundos, por exemplo, de Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

Os produtos finalizados nas linhas de produção (cortes e industrializados) são armazenados em câmaras frigoríficas a temperatura -17°C , toda a produção das fábricas são passíveis de rastreabilidade. Os produtos são destinados ao CD de Rio Verde e lá despachados para os mercados consumidores. Podemos exemplificar a trajetória de um frango exportado para o Japão com a seguinte cronologia: 21 dias para nascer, 42 dias para engordar, 1 de processamento, 7 de estocagem e 60 dias para chegar num porto do Japão, 20 dias para chegar ao consumidor final. Temos, portanto, 132 dias (2 meses e 12 dias) para um produto de frango chegar a ser consumido no Japão. O escoamento da produção do Sudoeste Goiano com destino para o mercado europeu e asiático é feito pelos portos de Santos (SP) e Itajaí (SC) e a mercadoria é totalmente monitorada por meio da rastreabilidade dos veículos, estabelecimentos/dependências físicas, dos trabalhadores e containers utilizados no transporte.

O Sistema integrado de suínos é formado por granjas Sistema de Produção de Matrizes (Foto 5-20, Foto 5-21, Foto 5-22, Foto 5-23, Foto 5-24), Sistema de Produção de Leitões e Sistema Terminal de Suínos; toda a produção de suínos é processada na unidade de Rio Verde que abate cerca de 6.000 animais por dia. A produção de matrizes é realizada por produtores independentes que entregam matrizes para a produção de leitões para engorda. As granjas produtoras de leitões (Foto 5-20) são responsáveis pela produção de leitões desde a inseminação até os leitões atingirem a idade de 60 dias. Nas granjas produtoras de leitões o controle sanitário não é tão intenso como nas granjas de aves, devido a maior resistência dos animais às doenças e sua proliferação. Porém os cuidados com os dejetos são mais intensos devido suas características mais tóxicas e fácil propagação por serem líquidas.

Foto 5-20: Granja Produtora de Leitões - vista frontal (2016)



Foto; O Autor (2016)

Foto 5-21: Granja de Produção de Leitões – embarcadouro (2016)



Foto: O Autor (2016)

Foto 5-22: Granja de Produção de Leitões: vista lateral (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-23: Granja de Produção de Leitões: vista lateral e corredor de passagem de animais (2016)



Foto: O Autor

Foto 5-24: Granja de Produção de Leitões - residências dos funcionários (2016)



Foto: O Autor (2016)

Foto 5-25: Granja de Produção de Leitões: visão interna (2016)



Fonte: o Autor

As matrizes são inseminadas artificialmente (Foto 5-26) e para aumentar a probabilidade da fecundação é utilizado um suíno macho chamado de cachaço, este animal é passado pelos corredores onde as fêmeas estão confinadas e em seguida os funcionários da granja realizam os procedimentos de inseminação. A fecundação ocorre entre 116 a 120 dias e são ministrados os procedimentos de alimentação, medicação e hidratação para atingir as melhores taxas de nascimentos por animal. As fêmeas que por algum motivo são acometidas por aborto são descartadas do plantel, são consideradas improdutivas e passam a pesar nos custos finais de produção. A média de leitões nascidos por matriz é de 12 unidades os quais passam por processo de identificação por meio de marcação tipo tatuagem (Foto 5-27).

Foto 5-26: Granja de Produção de Leitões: inseminação de leitoas (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-27: Granja Produção de Leitões: marcação do lote do leitão recém-nascido (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-28: Granja Produção de Leitões: berçário (2016)



Foto; O Autor (2016)

Os leitões são separados conforme idade e peso em locais chamados creche e alimentados com rações determinadas pela empresa integradora. O manejo dos leitões tem que seguir as normas pré-estabelecidas, pois, a remuneração do proprietário das granjas é feita pelo número total de leitões entregues. Os trabalhadores das granjas também participam no rateio dos ganhos extras obtidos pela produção e assim, segundo os gerentes das granjas e os técnicos da empresa Global-Local ocorre maior engajamento dos funcionários na redução de custos, nas práticas de bem-estar animal, na ministrarção precisa de água e rações, por exemplo.

Foto 5-29: Granja Produtora de Leitões: creche



Foto; O Autor (2016)

Os leitões ao atingirem os 60 dias e aproximadamente 15kg são transferidos para as granjas do Sistema Terminal de Leitões onde ficarão por aproximadamente 90 até atingirem o peso médio de 120kg. As Granjas Terminadoras de Leitões recebem 1.000 animais e o seu tempo de permanência varia de 120 a 150 dias, quando estão prontos para o abate e processamento.

As granjas de suínos de terminação de suínos com 1.000 animais, segundo técnico da empresa Global-Local, consomem em média o equivalente a cidade de 20 mil habitantes. A ração chega as granjas em formato granulada a ser dissolvida em água e posteriormente distribuída via dutos aos comedouros dos animais.

A granja tem dois funcionários fixos, sempre são contratados casais, os quais são responsáveis por todo o processo de manuseio dos animais, porém são contratados trabalhadores diaristas nos dias que os animais chegam e nos 2 ou 3 dias destinados para o embarque dos animais para o abate. A remuneração dos trabalhadores é baseada em salários que chegam 4 salários mínimos ao casal, mais moradia, energia elétrica, água, cesta básica e

mais os rendimentos adicionais provindos das metas alcançadas na melhor conversão de ração x kg animal e ainda, na redução da mortalidade de animais. Os trabalhadores entrevistados relatam que os rendimentos são bons e qualidade de vida da família melhorou com a volta ao campo. As crianças são atendidas pela escola rural e o transporte ocorre diariamente sem, segundo os entrevistados, problemas que afetem a frequência nas aulas.

Foto 5-30: Granja de Terminação de Suínos: casa do granjeiro (2016)



Fonte: O Autor (2016)

Foto 5-31: Granja de Terminação de Suínos: vista frontal (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-32: Granja de Terminação de Suínos: visão interna (2016)



Fonte: o Autor

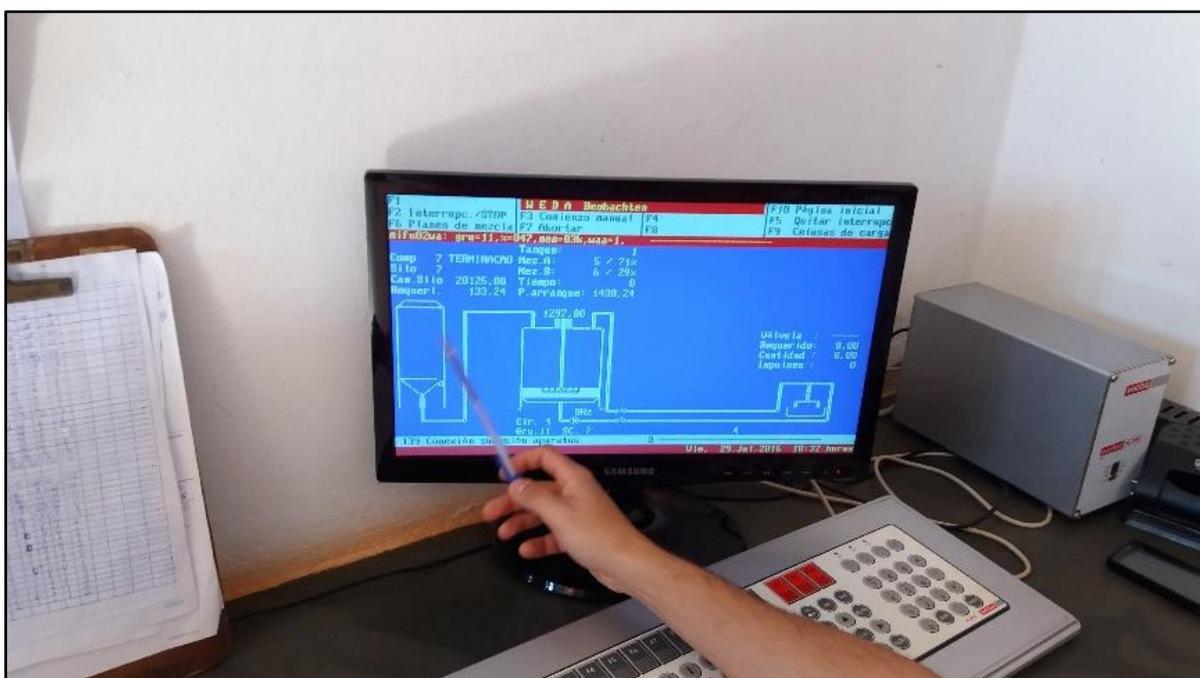
Foto 5-33: Granja de Terminação de Suínos: visão interna (alimentação) (2016)



Fonte: o Autor

Como nas granjas das aves, a manipulação das rações não tem contato manual, os equipamentos são de origem alemã²⁷ (Foto 5-35 e Foto 5-36) e de fácil manipulação. Ocorre a precisão das dosagens de água e dos medicamentos, quando ministrados. Os equipamentos, segundo os granjeiros entrevistados, são de fácil manipulação, apesar de muitos comandos estarem na língua alemã. Quando ocorre algum problema com maquinários ou sistema de informática, os granjeiros entram em contato com os técnicos da empresa Global-Local os quais providenciam os reparos/manutenções necessárias para o processo de engorda dos leitões não ser prejudicado.

Foto 5-34: Granja de Terminação de Suínos: computador de controle de manejo das rações e medicamentos (2016)



Fonte: o Autor

²⁷ WEDA “Fundada como empresa de produção de geradores de energia movidos à lenha ou gás, a Weda tornou-se líder mundial no mercado de alimentação líquida para suínos. Na qualidade de empresa de portfólio completo em suinocultura, a Weda atende não apenas os seguimentos de tecnologia de alimentação e instalação interna, mas também os de ventilação e de tratamento de dejetos.” (<http://www.weda.de/br/sobre-weda>)

Foto 5-35: Granja de Terminação de Leitões: Misturador de rações e medicamentos (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-36: Granja de Terminação de Suínos: central de distribuição de rações prontas para os comedouros (2016)



Fonte: o Autor

Os dejetos dos suínos são depositados em lagoas de decantação (Foto 5-37 e Foto 5-38) e ficam em repouso em média 45 a 60 dias, esse tempo é necessário para eliminar componentes não desejados para o uso de fertirrigação, principalmente em pastagem para bovinos nos meses de seca (abril até setembro); há também o uso nas lavouras de grãos. Os dejetos dos suínos sempre estiveram no centro dos debates dos prós e os contras da instalação da empresa Global-Local.

Os prós destacavam que os dejetos são ganhos financeiros aos produtores, estes podem vender ou ministrar os dejetos em suas lavouras e pastagens (Foto 5-39) e assim reduzir custos de produção e depender menos das empresas de fertilizantes. Os contra alegam os perigos da negligências no manejo com a poluição dos mananciais e a própria contaminação dos solos pelo excesso do uso da fertirrigação de dejetos. Deve-se destacar que as granjas têm seus projetos aprovados desde que os proprietários das granjas tenham projetos de uso e/ou contrato de venda/doação dos dejetos para terceiros. Desde o início das atividades da suinocultura integrada no Sudoeste Goiano, não há registros de derramamentos de dejetos em rios/córregos/lagos ou mesmo os primeiros indícios de contaminação dos solos.

Foto 5-37: Granja Terminação de Suínos: vista lateral e lagos de dejetos (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-38: Granja de Terminação de Suínos: detalhe da lagoa de dejetos (2016)



Fonte: o Autor

Foto 5-39: Pastagens com e sem uso de fertirrigação (2016)



Fonte: O Autor (2016)

A produção de suínos na unidade agroindustrial de Rio Verde abate em média 6.000 animais diários. Mais de 70% da produção é destinada ao mercado europeu, em especial ao russo o qual tem preferência por carcaças inteiras. Segundo informação da empresa, os importadores russos compram grandes volumes da produção e assim conseguem preços melhores e ainda, revendem o produto para outros países.

O processamento dos suínos é iniciado com o carregamento dos animais nas granjas, este procedimento não se dá de forma constante como nas granjas de frangos. Os lotes são carregados em até 48 horas, os suínos são mais sensíveis as trocas de ambiente e segundo o granjeiro entrevistado, os animais sentem/percebem as mudanças das rotinas diárias das granjas. Os animais são transportados de preferência nas primeiras horas do dia e no entardecer, evitam-se os horários mais quentes para não prejudicar a hidratação e a mortalidade dos animais durante o transporte. Os suínos são descarregados na unidade agroindustrial com no mínimo 12h de antecedência do abate, são confinados em baias semelhantes das granjas, mas em ambiente sem luz natural e recebem hidratação oral até 6 horas antes do abate. O abate ocorre com a entrada dos animais em pequena câmara de gás CO₂ e são enganchados e amarrados com correntes pelas pernas traseiras; depois recebem corte preciso no pescoço e são sangrados; passam por grandes lança-chamas para retiradas dos pelos; passam por túneis de água quente para retiradas total dos pelos e desviscerados. Da mesma forma que as aves, todos os órgãos internos do animal são analisados visualmente por fiscais do SIF e os animais suspeitos de alguma anormalidade/insanidade as carcaças são separadas para análises mais precisas. As carcaças ao meio por trabalhadores que utilizam equipamentos de corte semelhantes a motosserras. O corte da carcaça dá origem a duas bandas, estas são armazenadas em câmara frigorífica em temperatura média de 10 a 12°C por 24 horas antes do congelamento e

embalagem e a produção de cortes. Os grandes cortes das bandas são realizados por máquinas e os menores são processados manualmente. A empresa realiza cortes especiais para empresas de redes de alimentação as quais exigem peso e número exato de ossos, por exemplo. Esses produtos são realizados em locais específicos da planta industrial para não ocorrem erros no momento da embalagem e prejudicar a entrega dos produtos conforme solicitados pelo contratante.

Observa-se que a produção de suínos tem exigências sanitárias rígidas, mas nem tão restritas como a produção de aves. A entrada nas granjas de suínos foi exigida apenas um banho e o mesmo não foi supervisionado. Observa-se que os trabalhadores da fábrica de suínos mesmo com ritmo de trabalho intenso o mesmo é menos tenso tanto pelo número de animais processados, mas é um trabalho mais pesado devido ao porte dos suínos.

A empresa tem como prioridade divulgar ao público que sua produção de aves e suínos é realizada dentro dos mais exigentes padrões de produção que abrangem desde as questões ambientais com o cumprimento da legislação ambiental, leis trabalhistas, boas maneiras no ato de produzir alimentos/segurança alimentar e o bem-estar animal. Vale destacar a ênfase em campanhas publicitárias, entrevistas de gestores da empresa, trabalhadores e até mesmo pessoal terceirizado em reforçar que a empresa não utiliza nenhum tipo de hormônio ou substância ilegal para produção das aves. Todo processo de desenvolvimento e aumento da conversão alimentar é resultado de animais obtidos por pesquisas genéticas e da melhoria da alimentação das aves. Segundo gerentes de responsáveis pela produção das aves, o uso de hormônios ou substâncias ilegais são inviáveis economicamente e restringiriam ou mesmo proibiriam o consumo dos produtos caso esses elementos fossem ministrados na alimentação das aves.

Sobre as questões ambientais a empresa teve que realizar TAC (Termos de Ajuste de Conduta), o caso mais famoso o qual atingiu 93% da população urbana de Rio Verde ocorreu no dia 03 de outubro de 2007 com a contaminação dos mananciais e a estação de tratamento de água da cidade por detritos industriais – cerca de 400m³. Com esse acidente todos consumidores da cidade foram orientados a esvaziar e limpar seus reservatórios/caixas d'águas, o transtorno durou 3 dias. A empresa na época foi autuada em mais de R\$15 milhões pela Agência Estadual e a Municipal de Meio Ambiente. Em 21 de março de 2009, o Centro de Distribuição da unidade de Rio Verde foi atingida por incêndio de grandes proporções no dia 10 de dezembro de 2015, ocorreu o vazamento de amônia que intoxicou 15 funcionários, as vítimas foram atendidas pela

brigada local e o Corpo de Bombeiros. (BÄCHTOLD, 2007) (AGÊNCIA ESTADO, 2009) (MARTINS, 2015)

Foto 5-40: Global-Local: Incêndio Centro de Distribuição Unidade de Rio Verde (2016)



Fonte: <http://alvonoticias.blogspot.com.br/2009/10/depois-do-incendio.html>

A empresa Global-Local constituiu um espaço de produção baseado nos elementos históricos da formação do Sudoeste Goiano (Figura 5-9). A pecuária extensiva foi decisiva para constituição da estrutura agrária baseada na grande propriedade e as próprias políticas públicas essenciais para a introdução das atividades econômicas da pecuárias e as relações capitalistas até então inexistente na região. A modernização da agricultura tornou o campo do Sudoeste num produtor de grãos, a introdução dos *pacotes tecnológicos* e suas técnicas e tecnologias permitiram criar uma produção de grãos capaz de articular o CAI e produzir farelo e óleo responsáveis por um acúmulo de capital tanto por parte dos produtores rurais, como das empresas locais (ex. COMIGO) e construíram plantas industriais, sistemas de armazenamento e rede de comercialização dos produtos para o mercado exterior. A consolidação do CAI de grão é a principal característica da industrialização da agricultura a qual permitiu consolidar uma base produtiva para instalação da empresa Global-Local importante no cenário mundial na produção de aves e suínos.

Figura 5-9: Sudoeste Goiano: da pecuária extensiva do século XIX até o atual agronegócio elementos históricos de formação



Fonte: O Autor (2016)

A este processo denominamos de Agronegócio responsável pela introdução maior de novas tecnologias na produção agropecuária e, também, de relações comerciais mais complexas como o imposto pelo sistema de integração de animais. A empresa Global-Local consome o espaço e a produção agropecuária do Sudoeste Goiano criando impactos socioambientais significativos como movimentos migratórios de populações (crescimento populacional superior à média do país, do estado e do Centro-Oeste, concentração de capitais, arrecadações de impostos, inchaço de cidades (Rio Verde, Jataí e Mineiros por exemplo)).

A região Sudoeste tem aproximadamente 1.100 granjas de aves e suínos ligada a empresa Global-Local e produtores independentes que deixaram o sistema de integração e montaram sua própria rede produção de animais (no caso suínos), foram criados distritos industriais para abrigar as unidade de processamento dos animais, das fábricas de rações, indústrias fornecedoras de insumos industriais (embalagens plásticas, papelão etc), empresas prestadoras de serviços de transportes animais, rações, produtos refrigerados, manutenção industrial, manutenção de veículos refrigerados, construtoras, revenda de equipamentos e manutenção de granjas entre outros serviços indiretos desse setor produtivo. A empresa Global-Local é importante peça articuladora do espaço do Sudoeste Goiano, emprega em suas unidades mais de 9 mil trabalhadores diretos e, segundo informações de agentes da empresa, outros 27 mil são resultantes da atividade da empresa.

CONSIDERAÇÕES PARA OUTROS DEBATES

A sociedade constrói - especialmente sua classe dominante - o espaço geográfico conforme as necessidades, interesses, viabilidade técnica e tecnológica que dispõem em determinado momento histórico. O espaço não é construído de forma aleatória, é resultado das características e interesses dos valores culturais, econômicos, políticos e sociais e estes se modificam ao longo da história. As necessidades da sociedade são mutantes em suas formas, mas são simples em sua essência, por exemplo, o ato de alimentar-se é vital, comum a todos os seres vivos, mas a sociedade humana transforma esse ato em consumo de produtos com elaborações mais complexas, sejam em ingredientes, sejam em processos industriais.

As atividades agropecuárias tiveram impactos das inovações tecnológicas das revoluções industriais, aos poucos os campos começaram a produzir alimentos em grandes escalas e as unidades industriais impuseram padrões de qualidade e quantidade à produção agropecuária. O campo como sinônimo de atraso tecnológico é transformado em moderno com a introdução dos *pacotes tecnológicos* da modernização da agricultura. No Brasil esse processo foi realizado pelo Estado e suas políticas para atender os interesses do capital privado nacional e internacional, o Cerrado e seu bioma e biodiversidade foi destruído e substituído por grandes lavouras de grãos.

As grandes extensões de campos monocultores exigiram elevadas somas de recursos financeiros oferecidos ao grande capital privado com juros subsidiados e a construção da rede de infraestrutura (rodovias, redes de energia, telecomunicações, silos etc.) com recursos públicos para atender as demandas das corporações agroexportadoras. O uso de máquinas, sementes e agrotóxicos favoreceu as grandes empresas multinacionais com a venda de seus produtos aos grandes e médios produtores de grãos do Sudoeste Goiano, por exemplo.

O Estado brasileiro nas décadas de 1970 até 1985 atendeu com fartos recursos os setores agrícolas e agroindustriais da cadeia produtiva das *commodities* agrícolas dos CAIs de grãos, sucroalcooleiro, café entre outros. As grandes propriedades rurais utilizadas para a produção de matérias-primas destes CAIs são atendidas com recursos públicos financiadores privilegiados e se consolidam ainda mais no cenário rural nacional. As pequenas propriedades perdem espaço, são tragadas pelas grandes empresas rurais de alto poder econômico e torna o campo cada vez menos diversificado.

A modernização da agricultura viabilizou a industrialização da agricultura, as plantas industriais exigiram mais qualidade, quantidade e padronizações dos campos produtores de matérias-primas. Os produtos agropecuários destinados para as empresas dos CAIs exportares foram exigidos em atender maiores exigências sanitárias determinadas pelos países e corporações importadores. O uso maior de tecnologia começa a tornar o campo em espaço moderno e modernas são suas relações com outros setores produtivos, serviços e financeiros. O campo a partir da safra 1989-90 tem redução drástica da oferta de recursos públicos com juros subvencionados e obriga os tradicionais fazendeiros a tornarem-se empresários rurais. Toda a produção precisa ser administrada em todas as etapas desde a compra dos insumos até a comercialização final. As grandes corporações da cadeia do agronegócio expandem seus tentáculos para maximizar os lucros com a venda de insumos e ganham juros com os financiamentos junto aos produtores rurais. Este processo cria maior dependência dos produtores tanto das plataformas tecnológicas quanto das financeiras. As grandes corporações ganha/acumulam/concentram capitais em várias frentes e fomentam cenário favorável para determinar a produção, quantidade e qualidade das *commodities* e mais, determinam os preços a serem pagos pelas matérias-primas essenciais para suas atividades agroindustriais.

Da modernização da agricultura até a consolidação do agronegócio no Sudoeste Goiano o Estado foi o responsável por viabilizar econômica e juridicamente a transformação do espaço geográfico em região produtora para o agronegócio. O Estado brasileiro, independente das posturas ideológicas dos grupos temporariamente ocupantes dos cargos máximos de direção administrativa e legislativa, atendem os interesses dos grandes capitais e corporações por meio de empréstimos e leis para facilitar as instalações das suas unidades produtivas ou dos seus agentes financeiros com o fim de aumentar seus lucros e apropriar e controlar o espaço e seus elementos socioambientais. O Estado e as políticas públicas são responsáveis por construir, administrar e organizar o espaço sob sua responsabilidade, elabora e executa – na maioria das vezes – políticas com vistas para explorar os recursos socioambientais de determinadas áreas e assim introduzi-las no cenário mundial de apropriação e expropriação feito pelas grandes corporações dos segmentos produtivos e financeiros.

O Estado tem suas políticas públicas legalizadas nas votações realizadas nos plenários do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara de Vereadores. Estes legisladores são eleitos por processo eleitoral com voto individual, as campanhas são possíveis apenas com volumes bilionários de recursos econômicos, estes são provenientes das grandes corporações e capitalistas. Os legisladores

passam de representantes do povo à despachantes das leis de interesses dos seus patrocinadores das campanhas eleitorais. As leis tendem na sua essência atender as necessidades e interesses do grande capital, por outro lado deixam de atender as demandas sociais das populações mais vulneráveis. O Estado aplica leis de incentivos e renúncias fiscais, aumenta exigências sanitárias para reduzir o número de empresas fabricantes de produtos concorrentes das grandes empresas (se fez isso com o vinho na década de 1930 no Rio Grande do Sul, por exemplo). Enfim, se o povo vota a cada 4 ou 2 anos, as grandes corporações e os capitalistas votam todos os dias nas sessões das Câmaras Legislativas de todo país para garantir e aumentar seus privilégios na exploração do espaço, por exemplo. Saramago (2012) nos aponta

“A democracia está como se fosse uma espécie de santa do altar de quem não se quer mais um milagre, mas que está aí como uma referência e não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada e amputada. Porque o poder do cidadão, de cada um de nós limita-se na esfera política a tirar um governo que não gosta por um que venha a gostar.”

Temos uma democracia e suas leis sequestradas, condicionada e amputada para atender o capital. Isso é nítido quando vemos as políticas pública aplicadas neste processo de transformação do Cerrado em região produtora do agronegócio. O Cerrado e sua biodiversidade foram apropriados pelas corporações mundiais do segmento agrícola e agroindustrial. A modernização da agricultura substituiu a biodiversidade do bioma por lavouras monocultoras de grãos, interessava as empresas os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, as terras com baixas declividades e fácil correção da acidez dos solos para impor novos produtos e necessidades aos produtores e populações locais. O Cerrado passa atender as necessidades da produção de grãos para abastecer de matérias-primas e produtos semielaborados as plantas agroindústrias do país e do mundo. Os produtores rurais do Cerrado e do Sudoeste Goiano passam a ser consumidores dos *pacotes tecnológicos* utilizados da preparação do solo até a comercialização dos produtos finais e são as empresas do setor as mais privilegiadas economicamente, pois vendem produtos, serviços e até no financiamento das safras futuras. Essa “fidelização” dos produtores cria um ciclo de dependência a uma rede produtiva e fortalece as grandes corporações.

A cadeia de grãos-aves e suíno aumenta a dependência dos produtores rurais junto as grandes corporações do agronegócio. A instalação da empresa Global-Local no Sudoeste Goiano é a prova que a modernização e industrialização da agricultura atingiram seus objetivos

de especializar a região em produtora de matérias-primas e produtos semielaborados. Os produtores rurais e suas médias e grandes propriedades foram captados pela cadeia do agronegócio de grãos-aves e suínos para produzir animais conforme as normas impostas pela empresa e esta atende as exigências dos seus mercados consumidores. O sistema de integração aumenta as relações entre o campo, plantas industriais e setor financeiro com contratos mais exigentes e específicos para a entrega das matérias-primas a entrarem nas agroindústrias do Sudoeste Goiano. A empresa Global-Local, como já abordamos, faz um controle e rastreamento quase total da produção de grãos (essencial para fabricação das rações), dos animais e o manejo de produção. A segurança fitossanitária exigida segue os padrões internacionais elaborados para atender, num primeiro momento, a segurança alimentar e a saúde dos consumidores finais; por outro lado podemos apontar que tais exigências só podem ser cumpridas por grandes corporações capazes de investir valores monetários milionários nas suas linhas de produção. Até mesmo as grandes corporações possuem dificuldades em atender tais regras e isso foi detectado com o relato de representantes da Global-Local da perda de licenças/autorizações para exportar seus produtos para determinados países e grandes empresas de fast food.

A produção de alimentos pelo agronegócio de grãos-aves e suínos apresenta fragilidades como a oferta de grãos e as variações climáticas incidentes diretamente na produção, produtividade e preços, concorrência internacional de grandes corporações, dependência de grandes corporações do segmento de genética dos animais e assim os planteis são homogêneos e obrigam adotar medidas sanitárias extremas para não afetar os planteis, demandas dos produtos dependentes do cenário econômico mundial – os primeiros alimentos cortados dos orçamentos familiares em tempos de redução da massa salarial são as proteínas animais e processadas e incentivos fiscais interferem diretamente nos lucros das empresas, doenças como gripe aviária e suína que impedem as exportações e reduzem o número de consumidores finais. Desde a década de 1980, evidente no caso da gripe suína do final da década de 1970, os Estados nacionais possuem mecanismos de controlar os preços dos produtos agroindustriais por meio de práticas aqui denominadas de *protenciosantiárias*. Quando os Estados dos países mais articulados economicamente são pressionados por empresas do setor e produtores rurais para garantir melhores preços e lucros aos agentes nacionais são tomadas as medidas *protenciosanitárias* para reduzir ou proibir a entradas de produtos agropecuários e/ou alimentos industrializados de outros países concorrentes– o Brasil é maior exportador mundial de aves e processados, portanto as empresas com unidades industriais no país são os principais alvos dessa medidas – são exigidos exames e vistorias minuciosas das cargas importadas,

criação de lista de produtos ou elementos proibidos no processo produtivo, reduzir os índices/porcentagens de determinadas partículas nos produtos finais, doenças são listadas como fatores de risco mesmo que controlados etc.

O segmento de grãos-aves e suínos criam espaços produtivos extensos, grandes campos produtores de grãos e granjas produtoras de animais. As aves e suínos são resultados de melhoramento genético e suas patentes são privadas, estes animais são frágeis no que tange a saúde. Por serem planteis homogêneos, criados em ambientes praticamente esterilizados e seus ciclos de crescimento serem rápidos são organismos frágeis e susceptíveis a proliferações rápidas de doenças em casos de infestação por doença. Para manter o controle dos ambientes de produção as normas sanitárias são extremas, todos os agentes envolvidos e equipamentos são monitorados e desinfestados no processo de produção. A partir destes procedimentos podemos indicar que os espaços do agronegócio além de homogêneos por processos produtivos são também *espaços pasteurizados*, isto é espaços criados para combater qualquer tipo de contaminação que venha promover em toda a cadeia e comprometer os resultados econômicos das empresas envolvidas. Claras são as necessidades das empresas em controlar todo processo da cadeia produtiva, mesmo com a prática de terceirizar atividades dentro da cadeia, as grandes empresas controladoras impõem seus padrões e exigências de produção. Pasteuriza-se inclusive as empresas concorrentes, as grandes corporações do segmento de grãos-aves e suínos tentam e, muitas, atingem o êxito de acabarem com a “contaminação” da concorrência por meio da compra total ou parcial de ativos, *joint ventures* e parcerias na busca de estabilizar as flutuações do mercado e assim garantir o aumento da lucratividade.

A tese explica como o capital, o Estado e suas políticas públicas transformaram o Cerrado do Sudoeste Goiano em região do agronegócio da cadeia de grãos-aves e suínos. Aqui foi visto como o capital fez seus movimentos e articulações atender seus interesses das grandes corporações. Porém, esta tese e a maior parte das pesquisas geográficas e seus pesquisadores não sabe bem quais as transformações da tecnologia, da política e economia irão ser fundamentais para entender o espaço daqui 20 anos.

Consegue-se explicar e compreender como o agronegócio foi constituído, construído por meio do Estado e as políticas públicas a partir da modernização da agricultura e sua posterior industrialização. O agronegócio sem o aval e recursos públicos para se consolidar e explorar cada vez mais o espaço do Sudoeste Goiano. Explica-se existe por meio dos acontecimentos e elementos consolidados.

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. 151 p.

AGÊNCIA ESTADO. **Após incêndio, Perdigão retoma operação em GO dia 30.** 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1053504-5598,00-APOS+INCENDIO+PERDIGAO+RETOMA+OPERACAO+EM+GO+DIA.html>>. Acesso em: 16 out. 2011.

AGUIAR, Ronaldo Conde (1986). **Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília CNPq.

ALIMENTOS, Brasil (Ed.). **BFF estima salto de 30% nas exportações.** 2002. Disponível em: <www.signuseditora.com.br/ba/pdf/17/17 - Movimento.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

AMAGGI. **Divisão Navegação.** 2016. [Http://amaggi.com.br/divisao-navegacao/apresentacao/](http://amaggi.com.br/divisao-navegacao/apresentacao/). Disponível em: <<http://amaggi.com.br/divisao-navegacao/apresentacao/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ARAÚJO, Karla Mendonça de. **FCO Rural no municípios goianos:** um estudo acerca de seus impactos socioeconômicos de 2008 a 2012. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEw6zUAhUKgpAKHVZcARwQFggqMAE&url=https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6744/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Karla%20Mendon%C3%A7a%20de%20Ara%C3%BAjo%20-%202016.pdf&usq=AFQjCNErOD7OLec1k7j40vUqEYOetHhRgQ&cad=rja>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013. 224 p. (Coleção Funape).

ARROYO, Mônica. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (organizadora). Al. **Território brasileiro:** usos e abuso. Campinas: Edições Territorial, 2003. (p.428-57)

ASFORCE. União Européia (Org.). **A Peste Suína Africana (PSA) ameaça espalhar-se pela Europa:** esteja atento!. Lisboa: S.i, 2012. 4 p. Disponível em: <<http://asforce.org/flyers/asforce-pt.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

AVISITE. O que você sabe sobre premix? **A Revista do Avisite**, Campinas, v. 67, n. 1, p.14-16, nov. 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiNg9aS3pvQAhXD15AKHTWpB4wQFggBMAA&url=http://www.avisite.com.br/revista/pdfs/revista_edicao67.pdf&usq=AFQjCNFq3ytNX0zhRbiD62Lux1cOu9B2pA&sig2=9CBiTfCxAe8fAIX3Tc3iNQ&bvm=bv.138169073,d.Y2I&cad=rja>. Acesso em: 19 maio 2015.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da Modernização da Agricultura brasileira. **Campo-território**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística Bancária Mensal por município**. 2016. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2017. BARBIERI, Cristiane. **Os órfãos da Sadia**. 2013. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2013/03/os-orfaos-da-sadia.html>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BARBOSA, Altair Sales. **Andarilhos da Claridade**: Goiânia: Universidade Católica de Goiás – Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; FRANZEN, Douglas Orestes; FRANZEN, Tiones Ediel. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 5, p.86-104, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/445>>. Acesso em: 7 maio 2016.

BÄCHTOLD, Felipe. Detritos de fábrica da Perdígão caem em rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 04 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410200724.htm>>. Acesso em: 25 out. 2013.

BELUSSO, Diane; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Evolução da avicultura brasileira e seus efeitos territoriais. **Percurso**, Maringá, v. 2, n. 1, p.25-51, jun. 2010. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/9855>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, p.31-50, jul. 2001. Tradução Elson Manoel Pereira. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução a história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Goiânia: UCG, 1988. 146 p. (Cinquentenário da Marcha para o Oeste).

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: Brasília: Solo, 1994. 270 p.

BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Ucg Ufg Solo Editores, 1996. 260 p.

BEZ, Leonardo. **Inserção econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe na rede urbana de Santa Catarina**. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/?q=alto+vale+do+rio+do+peixe+sc>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052010-090028/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 493 p. Tradução Rosa Freire d'Aguiar.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. . **I Plano de Desenvolvimento Econômico: 1972-1974**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1972. 76 p.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. . **II Plano de Desenvolvimento Econômico: (1975-1979)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1975. 149 p.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. . **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. 35. ed. Brasília: Câmara do Deputados, 2012. 454 p. (Edições Câmara). Disponível em: <file:///D:/data user/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos: paisagem e uso comum da terra. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.303-322, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000100303>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, [s.l.], v. 23, n. 45, p.43-64, 20 nov. 2008. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2008v23n45p43>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p43/11762>>. Acesso em: 10 jul. 2016. BRF FOODS S.A. (Org.). **Cronologia**. 2009. Disponível em: <<http://www.brf-br.com/cronologia.cfm>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BRF (Brasil). **Cronologia**. 2016. Disponível em: <<http://imprensa.brf-global.com/release-detalle.cfm?codigo=42&idioma=pt>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BRF. **Relatório Anual 2015**. São Paulo: Assertiva Mindfulness Editora, 2015. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=CAE2C62B-F7B7-4D84-A9B4-5716603E59CF>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRF FOODS S.A. (Org.). **Cronologia**. 2009. Disponível em: <<http://www.brf-br.com/cronologia.cfm>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BRF BRASIL FOODS S.A.. **Formulário de Referência**: 2014. São Paulo: Brf, 2014. 453 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=6291D4F1-D5C5-4792-B660-917CEE3700CC>. Acesso em: 14 out. 2015.

BRF BRASIL FOODS S.A.. **FORMULÁRIO 20-F 2010**: Relatório anual segundo artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act 1934. São Paulo: S.i., 2010. 274 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158&id=0&submenu=0&img=0&tpArq;=&ano=2008>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRF BRASIL FOODS S.A.. **FORMULÁRIO 20-F 2011**: Relatório anual segundo artigo 13 ou 15(d) do Securities Exchange Act 1934. São Paulo: S.I., 2011. 274 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158&id=0&submenu=0&img=0&tpArq;=&ano=2008>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRF BRASIL FOODS S.A.. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**. São Paulo: Burti, 2009. 62 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id_arquivo=325723>. Acesso em: 07 jun. 2014.

BRF S.A.. **FORMULÁRIO 20-F**: 2014. Nova York: Bolsa de Valores de Nova York, 2015. 306 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=C067D766-7200-4CF1-993D-534470C8830A>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRF S.A.. **FORMULÁRIO 20-F**: 2015. São Paulo: Bolsa de Valores de Nova York, 2016. 292 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=16568145-1791-4318-9FD2-A0146A91A482>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRF S.A.. **Relatório Anual 2015**. São Paulo: Assertiva Mindfulness Editora, 2016. 153p. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjOhdfB4tPTAhXHkZAKHcXICXIQFggrMAE&url=http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=cae2c62b-f7b7-4d84-a9b4-5716603e59cf&usg=AFQjCNFAwlrJYfViG2EPCzXjoCUscIh76Q>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRUNI, Adriano Leal. **Globalização financeira, eficiência informacional e custo de capital: uma análise das emissões de ADRs brasileiros no período 1992-2001.** 2002. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-31102003-203934/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Institui o novo Código Florestal. **Lei Nº 4.771:** de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-normaatualizada-p>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde: histórico.** São Paulo: Edigraf, 1971. 172 p.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa Pessoa. Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado: apontamentos para uma preocupação estratégica. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. **Cerrados: perspectivas e olhares.** Goiânia: Vieira, 2010. p. 93-111. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwYzu7LfMDVVOzdXnwA3jhHP8XQ&cad=rja>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CANEVER, Mario Duarte et al. **A cadeia produtiva do frango de corte no Brasil e na Argentina.** Concórdia: Embrapa Cnpa, 1997. 150 p. (Documentos). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/433669/1/doc45.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CARDOSO, Murilo Raphael Dias; MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; BARROS, Juliana Ramalho. Classificação Climática de Köppen-Geiger para o Estado de Goiás e o Distrito Federal. **Acta Geográfica,** Boa Vista, v. 8, n. 16, p.40-55, fev. 2014. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/actageo/article/download/1384/1480>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

CARGILL. **Relatório Anual 2013.** São Paulo: Braspor, 2013. 100 p. Disponível em: <http://www.cargill.com.br/wcm/fragments/csf_brazil_mag_resources/relatorio-anual-2013/port/index.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CARGILL (São Paulo). **Relatório Anual 2015.** 2015. Disponível em: <<http://projetos.riccar.com.br/clientes/cargill/2015/pt>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CARGILL. **Visão geral da Cargill.** 2016. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/sobre-cargill-brasil/perfil-global/index.jsp>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 17. ed. Campinas: Papirus, 2013. 344 p. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC- Campinas.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Denis; ARRAIS, Tadeus Alencar. ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM GOIÁS-BRASIL. 2012. Simposio Internacional, Innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cCastilho_Electrificacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

CASTRO, Ana Célia e FONSECA, Maria da Graça. **A dinâmica do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995

CASTRO, Millades de Carvalho. Fatores econômicos e desmatamento do Cerrado goiano. **Conjuntura Economica Goiana**, Goiânia, v. 23, n. 1, p.22-31, dez. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj23/artigo03.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CHANDLER, Alfred Dupont. **Strategy and Structure: Chapters in the history of the Industrial Enterprise**. Washington, D.c: Beardbooks, 2003. 463 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=mKfjhPZTkB8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad. Goiânia: capital do Sertão. **Revista da UFG: Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia**, Goiânia, n. 6, p.100-110, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2013.

COBB. **Quem somos**. 2016. Disponível em: <<http://www.cobb-vantress.com/pt/about-cobb/who-we-are/our-history>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

COFCO. **Our locations**. 2016. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/about-cofco-international/our-locations/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 17, n. 34, p.53-74, 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881997000200003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200003>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COMIGO. **COMIGO**. 2010. Disponível em: <<http://www.comigoserver.com.br/index.php#/abrePagina=principal>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos. **Fronteira Sul: Ensaio Socioeconômico**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 59-90. Disponível em: <www.apec.unesc.net/.../TRAÇOS DA FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA...>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, Nars Fayad; RIBEIRO, Paulo R.. **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ucg, 2001. p. 75-121.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987. 93 p. (Série Princípios).

COUTINHO, Leopoldo Magno. O bioma do cerrado. In: KLEIN, Aldo Luiz. **Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 77-91. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/up000017.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DALLA COSTA, Armando João. A Sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira. **História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.109-144, jul. 1998. Semestral. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path\[\]=42](http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path[]=42)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DALLA COSTA, Armando João. A Perdigão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESA, 6., 2005, Conservatória. **Anais do Evento**. Conservatória: Cd-rom, 2005. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13869661-A-perdigao-a-passagem-do-poder-e-a-profissionalizacao-nas-empresas->>. Acesso em: 12 jun. 2016.

DALLA COSTA, Armando João. A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares. **Economia e Tecnologia**, Curitiba, n. 19, p.1-23, jan. 2005. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

DEUS, Thaís Ferreira de. **A conjuntura política-econômica dos parques nacionais no Brasil**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Recursos Florestais, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Niversidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-25042013-161345/pt-br.php>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 400 p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 25, p.13-33, jul. 2005.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, Boa Vista, p.13-32, set. 2013. EISSN 2177-4307. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwju6tid5srUAhWIF5AKHeVbCS4QFggguMAE&url=https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/>>

view.php?id=1060755&usg=AFQjCNGwzPUPzKwsEryiQaLcUKh7bJclPg&cad=rja>.
Acesso em: 09 jun. 2015.

ESPÍNDOLA, José Carlos. Reestruturação técnico-produtiva na cadeia de frango do Sul do Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago. **Anais...** . Santiago: S.i., 2001. p. 1 - 19. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografi aeconomica/17.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

EXAME: Maiores e Melhores. São Paulo: Abril, set. 2009. Disponível em: <<https://issuu.com/exame/docs/mm-2009>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

FAO. **FAOSTAT.** 2016. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/browse/T/TP/S>>. Acesso em: 10 maio 2016.

FAMBRAS HALAL. **O que é Halal?** 2016. Disponível em: <<http://www.cibalhalal.com.br/>>. Acesso em: 04 maio 2016.

FAVARET FILHO, Paulo; LIMA, Erikson Teixeira; PAULA, Sérgio Roberto Lima de. O papel do BNDES no financiamento ao investimento Agropecuário. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p.77-92, set. 2000. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2962/1/BS_12_O_papel_do_BNDES_no_financiamento_ao_investimento_agropecu%C3%A1rio_P.pdf>. Acesso em: 06 maio 2013.

FERRREIRA, Laerte G. et al. Dinâmica agrícola e desmatamento em áreas de Cerrado: uma análise a partir de dados censitários e imagens de resolução moderada. **Revista da Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto**, Brasília, v. 2, n. 61, p.117-127, ago. 2009. [Http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/346](http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/346). Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/346>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FIB. Food Ingredients Brasil. Do coração do Brasil para o coração do mundo. **Revista Fbi**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.26-31, maio 2008. Bimestral. Editora Insumos Ltda. Disponível em: <http://revista-fi.com/edicoes_materias_todas.php>. Acesso em: 14 set. 2015.

FIGUEIREDO, Elsio Antonio Pereira de et al. **Raças e linhagens de galinhas para criações comerciais e alternativas no Brasil.** Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2003. 8 p. (Comunicado Técnico). Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/racas_linhagens_para_criacoes_comerciais_alternativas_brasil_000fzmpevcn02wx5ok0cpoo6auntz8o9.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FLECK, Denise Lima; LUDKEVITCH, Iuri Filus. Page 1 1 Sadia e Perdigão: Semelhantes Trajetórias, Diferentes Destinos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 3., 2007, São Paulo. **Anais...** . São 7: S.i., 2007. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=3&cod_edicao_subsecao=255&cod_evento_edicao=30&cod_edicao_trabalho=6686>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FLEURY, Lorena Cândido. **Cerrado para ser o quê? ::** representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14898/000669903.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

FRANÇA, Levy Rei de. **Evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil:** transformações, determinantes e impactos. 2000. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000. Disponível em: <<http://levy.blog.br/arquivos/artigo-download/downs-33-0.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2014.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado:** expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. 260 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A ocupação do cerrado:** alguns aspectos do POLOCENTRO. Belo Horizonte, v. 15, n.º 5/6, maio, junho julho e agosto, 1985.

GARCIA, Fanuel Nogueira; FERREIRA, Laerte Guimarães; LEITE, Juliana Ferreira. Áreas Protegidas no Bioma Cerrado: fragmentos vegetacionais sob forte pressão. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 15., 2011, Curitiba. **Anais... .** Curitiba: Inpe, 2011. p. 4086 - 4093. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0361.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

GEIGER, Pedro Pinchas. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global: um ensaio. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 9., 2013, Rio de Janeiro. **Anais... .** Rio de Janeiro: Anpur, 2013. p. 1745 - 1755. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2312/2259>>. Acesso em: 11 out. 2015.

GIORDANO, Samuel Ribeiro; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. **Perdigão:** ecologia e Reformulação dos Negócios. São Paulo: S.i., 1995. Disponível em: <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/221200813843_ec95_perdigao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização da produção de soja no Brasil:** 1990-2002. In: 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Gramado-RS : UFRGS, 2004. v. 1.

GOIÁS. Superintendência de Recursos Hídricos. Secretaria de Meio Ambiente Edos Recursos Hídricos. **Proposta de instituição dos Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios do Sudoeste Goiano:** CBH Sudoeste Goiano. 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&ved=0ahUKEwjG24->

G2rDTAhXF6yYKHdkBDqwQFghDMAg&url=http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-11/cbh-afluentes-goianos-do-baixo-paranaiba---proposta-de-instituicao.pdf&usg=AFQjCNFow4zF18MfsqJCgkYUDnhNkrVWFQ>. Acesso em: 5 maio 2016.

GOIDANICH, Maria Elisabeth. Diz-me se no Natal serves Chester ou Peru e te direi quem és. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.104-119, jan. 2009. Disponível em: <Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis>. Acesso em: 19 jun. 2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p. (Estudos Históricos).

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.977-1007, jul. 2006. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/2049>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**, [s.l.], v. 24, n. 48, p.103-128, 28 abr. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2009v24n48p103>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2009v24n48p103>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ibge, 1942. 49 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/divisaoregionalbrasil.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012. 396 p.

HARVEY, David. **Enigma do capital**. São Paulo-P: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p.8-39, 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/30>>. Acesso em: 19 set. 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2012a.

HESS, Dora Rodrigues. A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, vol. 49, nº 1, p.197-257,1987.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 328 p. Tradução Luciano Cavani Matorano.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981. 227 p. (Coleção Retratos do Brasil).

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986. Edição, revista e atualizada.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 135 p. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=uma+área+individualizada+em+uma+Unidade+da+Federação+que+apresenta+formas+de+organização+do+espaço+geográfico+definidas+pelas+seguintes+&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&ei=NEpEWcO1C8SNwgTsr7PYAQ#>. Acesso em: 05 set. 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Ibge, 2002. 35 p. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 261 p. (Documentos para Disseminação Memória Institucional). Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

IBGE. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015 (atualizado às 18:00h do dia 28/08/2015)**. 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2972>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

IMB (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Meso e Microrregiões do estado de Goiás 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/mesomicrorregioesibge/2013/mesomicroregioes2013.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

IMB (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Mapeamento das Áreas Irrigadas por Pivôs Centrais no Estado de Goiás. **Informe Técnico**, Goiânia, v. 14, n. 1, p.1-5, jan. 2014. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/pub/informestecnicos/1-Mapeamento das Áreas Irrigadas por Pivôs Centrais no Estado de Goiás-201401.pdf](http://www.imb.go.gov.br/pub/informestecnicos/1-Mapeamento%20das%20Áreas%20Irrigadas%20por%20Piv%C3%B4s%20Centrais%20no%20Estado%20de%20Goi%C3%A1s-201401.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2015.

IMB. **Estatísticas Municipais**. 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Cadastro Rural**. 2016. Disponível em: <http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/cafir-cadastro-de-imoveis-rurais/copy_of_total-de-imoveis-ativos-no-cadastro-de-imoveis-rurais-cafir-da-rfb-sao-7-442.515>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ISAAC, Fábio Lucheta. **As exportações de carne bovina do Brasil e a taxa de câmbio**. 2006. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96585/isaac_fl_me_jabo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2016.

INTERNATIONAL PAPERS. **Negócios Globais**. 2016. Disponível em: <www.internationalpaper.com/pt/empresa/negocios>. Acesso em: 15 nov. 2016. JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola Rio-Grandense. **Ensaios Fee**, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p.229-247, jun. 1991. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1419/1784>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

JESUS JUNIOR, Celso de et al. A Cadeia da Carne de Frango: Tensões, Desafios e Oportunidades. **Bndes Setorial**, Rio de Janeiro, v. 26, p.191-232, set. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Agroindustria/200709_9.html>. Acesso em: 24 set. 2014.

KAGEYAMA, Angela (coordenadora). O novo padrão agrícola brasileiro: J. In. DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa (organizadores). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA1990. P113-223.

KOWALSKI. **Linha Industrial**. 2016. Disponível em: <<http://www.kowalski.com.br/Home>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

LAZZARI, Martinho Roberto. Avicultura de corte no Brasil: uma comparação entre as Regiões Sul e Centro-Oeste. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p.259-290, fev. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/234/405>>. Acesso em: 19 maio 2014.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 214 p. (Acadêmica).

LIMA, Jaldir Freire; SIQUEIRA, Sandra Helena Gomes de; ARAUJO, Debora Valadão. **Relatório Setorial**: Avicultura. Rio de Janeiro: S.I., 1995. 43 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Relatos_Setoriais/199508_1.html>. Acesso em: 01 maio 2013.

LOPES, Eliana da Cunha. A língua dos Romanos utilizada e perpetuada ainda no século XXI. **Philologia**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 16, p.29-43, set. 2010. Trimestral. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/48/02.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LUDKEVITCH, Iuri Filus. **Trajetórias de crescimento dos grupos Sadia e Perdigoão: um estudo comparativo**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Iuri_Ludkevitch.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Rev. Saude Publica**, [s.l.], v. 47, n. 4, p.656-665, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-8910.2013047004968>. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-89102013000600656&lng=en&tlng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2016.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In. ARANTES, Antonio A (organizador). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/GEOGRAFIA%20SOCIAL%20E%20POL%20CDTICA/DOREEN%20MASSEY%20-%20SENTIDO%20GLOBAL%20DO%20LUGAR.pdf> Acessado 14.set.2013.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Vanessa. **Funcionários de fábrica passam mal após vazamento de amônia, em Goiás**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/funcionarios-de-fabrica-passam-mal-apos-vazamento-de-amonia-em-goias.html>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos). Tradução Luis Claudio de Castro e Costa.

MATOS, Patrícia Francisca; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.290-322, jul. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2456>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MESQUITA, Helena Angélica de. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes, os sabores do Cerrado Brasileiro?: o agro/hidronegócio comeu!. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 33, p.17-33, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/293>>. Acesso em: 06 maio 2015.

MONTAÑEZ GÓMEZ, Gustavo. Razón y pasión del espacio y el territorio. In: MAHECHA, Ovidio Delgado et al. **Espacio y Territorios: Razón, pasión e Imaginarios**. Bogotá-colombia: Editorial Unibiblos, 2001. p. 15-32. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/33/2/352_-_1_Prel_1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. 175 p. (Coleção espaços). Tradução Manuel Fernando Gonçalves Seabra.

LDC LOUIS DREYFUS COMPANY. **Nossos Negócios**. 2016. Disponível em: <<http://www.ldcom.com/br/pr/nossos-negocios/nossas-plataformas/oleaginosas/visao-geral/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 63, n. 3, p.27-29, jul. 2011. ISSN 0009-6725. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300011>. Acesso em: 12 mar. 2015. LIMA, Jorge Enoch Werneck; SILVA, Euzébio Medrado da. Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro. In: SCARIOT, Alcidir; SOUSA-SILVA, José Carlos; FELFILI, Jeanine M.. **Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação**. Brasília: MMA, 2005. Cap. 2. p. 63-72. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Estimativa+da+produção+hídrica+superficial+do+Cerrado+brasileiro&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&ei=mXhEWfDeIsuBmQHt2ZmgCw#>. Acesso em: 06 maio 2015.

LIMA, Ronei Coelho de. **O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em Mato Grosso**. 2015. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Pós-graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LUDKEVITCH, Iuri Filus. **Trajatórias de crescimento dos grupos Sadia e Perdígão: um estudo comparativo**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Coppead, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKzt-Do8XTAhWEWpAKHedQD4AQFggiMAA&url=http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Iuri_Ludkevitch.pdf&usq=AFQjCNFJNirU4fZ8jkQy_Op-44fB8OF-lw>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARTINS, Renato Adriano et al. ESPACIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO DO PIVÔ CENTRAL NO CERRADO GOIANO. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garça, v. 4, n. 2, p.221-245, jul. 2014. Semestral. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/87/pdf_1>. Acesso em: 10 out. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO NOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/I: MONITORAMENTO DO BIOMA CERRADO 2009-2010**. Brasília: Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração Luís Eduardo Magalhães – Cid Ambiental, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_cerrado_2010_fi nal_72_1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MOSAIC. **The Mosaic Company**. 2016. Disponível em: <http://www.mosaicco.com/Who_We_Are/overview.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MOSAIC. **Quem somos?** 2016 (A). Disponível em: <http://www.mosaicco.com.br/Who_We_Are/fatos_e_numeros.htm>. Acesso em: 12.dez.2016.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 149 p. (Estudos Rurais).

NATIONAL CHICKEN COUNCIL. **U.S. Chicken Industry History**. 2016. Disponível em: <<http://www.nationalchickencouncil.org/about-the-industry/history/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

NIDERA. **Produção e Pesquisa**. 2016. Disponível em: <<http://www.niderasementes.com.br/conteudo/pesquisa-e-producao.aspx>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

NOVAES, Ana. **DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA: O CASO SADIA – CORRIGINDO O QUE NÃO FUNCIONOU**. 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6fa9y1cZ_ksJ:www.economia.puc-rio.br/mgarcia/Seminario/textos_preliminares/101705%20Derivativos%20e%20Governan%C3%A7a%20Corporativa.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OCDE. **Meat consumption**. 2016. Disponível em: <<https://data.oecd.org/agroutput/meat-consumption.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste**. Plaejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008. 274 p.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Chapadões Descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p.311-336, maio 2014. Bimestral. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/31734>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Editora da Ucg, 1994.

PAULA, Sérgio Roberto Lima de; FAVARET FILHO, Paulo. Exportações de Carne Bovina: desempenho e perspectivas. **Bndes Setorial**, Rio de Janeiro, v. 14, p.27-46, set. 2001.

Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2964/1/BS 14 Exportações de carne bovina_desempenho e perspectivas_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2964/1/BS_14_Exportações_de_carne_bovina_desempenho_e_perspectivas_P.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2014.

PERDIGÃO e Produtor: parceria de confiança. S.i.: S.i., S.I. vhs, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yLIAXn66vwI>>. Acesso em: 14 maio 2016.

PERDIGÃO: Hoje. São Paulo: Rmc Comunicação Ltda., (1997-2013). Bimestral. Disponível em: <<http://revistabrf.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PERDIGÃO S.A.. **Demonstrações Financeiras Padronizadas 2002.** São Paulo: S.I., 2002. 60 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PERDIGÃO S.A.. **Formulário 20-F 2000:** Relatório anual conforme a seção 13 ou 15 da Lei de Mercado de Capitais de 1934. São Paulo: S.I., 2000. 150 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158>. Acesso em: 30 maio 2015.

PERDIGÃO S.A.. **Formulário 20-F 2005:** Relatório anual conforme a seção 13 ou 15 da Lei de Mercado de Capitais de 1934. São Paulo: S.I., 2005. 163 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158>. Acesso em: 30 maio 2015.

PERDIGÃO S.A.. **Formulário 20-F 2006:** Relatório anual conforme a seção 13 ou 15 da Lei de Mercado de Capitais de 1934. São Paulo: S.I. 2006. 189 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=52158>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PERDIGÃO S.A.. **Formulário 20-F 2008:** Relatório anual conforme a seção 13 ou 15 da Lei de Mercado de Capitais de 1934. São Paulo: S.I., 2008. 270 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52158&conta=28&id_arquivo=325418>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 1998.** São Paulo: S.I., 1998. 37 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2000.** São Paulo: S.I., 2000A. 13 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2001.** São Paulo: S.I., 2001. 16 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2002.** São Paulo: S.I., 2002A. 39 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2003**. São Paulo: S.I., 2003. 66 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2004**. São Paulo: S.I., 2004. 74 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2005**. São Paulo: S.I., 2005A. 77 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2006**. São Paulo: S.I., 2006A. 82 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2007**. São Paulo: S.I., 2007. 74 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2008**. São Paulo: S.I., 2008A. 75 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015

PERDIGÃO S.A.. **Relatório Anual 2009**. São Paulo: S.I., 2009. 62 p. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PINTO, Mirian Plaza; DINIZ-FILHO, José Alexandre Felizola. Biodiversidade no Cerrado. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: Editora Vieira, 2005. p. 115-128.

POPULAR, O. **Cargill anuncia novos investimentos em Goiás**. 2004. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/2160/cargill-anuncia-novos-investimentos-em-goias>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

QUINTELA, Antón Corbacho. Os sucessos urbanos da colonização agrária de Goiás. **Revista da Ufg: Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia**, Goiânia, n. 6, p.52-62, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/>. Acesso em: 13 dez. 2014.

RASFFETIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Temas). Tradução Maria Cecília França.

RATTS, Alecsandro J. Prudêncio. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J. Prudêncio (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48.

REVISTA BRF. São Paulo: Printcom, 1997 a 2013. Mensal. Disponível em: <<http://revistabrf.com.br/1721-2/downloads-arquivos-pdf/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

REVISTA EXAME. **Ranking do setor bens de consumo em 2016**. 2016. Disponível em: <<http://mm.exame.abril.com.br/empresas/filtrar/2016/bens-de-consumo/Todos>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

RIPARDO, Sérgio. Parceria com Sadia fracassa e Perdigão cria a BFF. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 29 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57950.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2006.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 36, n. 18, p.205-226, jun. 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/31639/20169>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SAFFNAUER, Tatiane; MENDES, César Miranda. O DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA SADIA S.A. NO TERRITÓRIO NACIONAL. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Edusp, 2005. p. 13116 - 13130. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/46225143-O-desenvolvimento-da-empresa-sadia-s-a-no-territorio-nacional.html>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SALIM, Celso Amorim. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, v. 22, n. 3, p.297-342, maio 1986.

SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. 371 p. (Coleção Documentos Goianos,24).

SANO, Edson Eyji et al. **Mapeamento de cobertura vegetal do Bioma Cerrado: estratégias e resultados**. Planaltina-df: Embrapa Cerrados, 2007. 33 p. (Documentos). Disponível em: <http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2007/doc/doc_190.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

SANO, Edson Eyji et al. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 43, n. 1, p.153-156, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-204X2008000100020&lng=pt&nrm=iso&tlng=p>. Acesso em: 09 dez. 2015.

SANTA CATARINA. PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. (Ed.). **Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.videira.sc.gov.br/site/conteudo_historico.php>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SANTOS, Anderson Alves. Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.141-162, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/122/68>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 384 p.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>>. Acesso em: 24 maio 2007.

SARAMAGO e a falsa democracia. [s.i.]: S/d, 2012. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SCHLINDWEIN, Madalena Maria; KASSOUF, Ana Lúcia. Análise da influência de alguns fatores socioeconômicos e demográficos no consumo domiciliar de carnes no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 44, n. 3, p.549-572, set. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032006000300009>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a09v44n3.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

SCOPEL, Iraci et al. Compartimentação geomorfológica do Sudoeste de Goiás e relação com a situação de áreas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 6., 2006, Goiânia. **Anais...** . Goiânia: Edufg, 2006. p. 1 - 10. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiVkb611_nSAhXCEpAKHd3cBIUQFggcMAA&url=http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/sinageo/articles/595.pdf&usg=AFQjCNGzISJrBmRqvFJmAWW6SGuWWu2RDA>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SEREIA, Vanderlei José; CÂMARA, Márcia Regina Gabardo da; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio. A TRAJETÓRIA COMPETITIVA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA PERDIGÃO. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: S.I., 2010. p. 1 - 15. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=474>. Acesso em: 26 maio 2016.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

SILVA, Caio Abércio da et al. Contexto Social da Suinocultura Brasileira. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 19, n. 1, p.94-98, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias/article/download/5014/4415>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVA, Tânia Nunes da et al. ANÁLISE DA ESTRUTURA INDUSTRIAL AVÍCOLA DA EMPRESA AVIPAL S/A SOB A ÓTICA DE “FILIÈRE”. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 1., 2004, Internet. **Trabalhos Apresentados**. Internet: S.I., 2004. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/563>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

SILVA, Elaine Barbosa da. **Taxas de desmatamento anuais no bioma Cerrado: uma análise de dados MODIS para o período de 2003. 2009.** 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwidnMLNubDTAhUEziYKHXLpBaEQFggvMAE&url=https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1904/1/DISSERTACAO%20ELAINE%20BARBOSA%20DA%20SILVA%20-%202009.pdf&usg=AFQjCNFT11R0azAsL1HedwYOuqxTsiba2A>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988. Tradução Eduardo de Almeida Navarro.

SPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. 263 p.

STEINBERGER, Marília (org). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília-DF: LER Editora, 2013.

TAFFAREL, Marines; GARCIAS, Paulo Mello; GERIGK, Willson. Sadia S.A. e Perdigão S.A.: análise da trajetória e do desempenho que antecederam o seu processo de fusão. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa: RECADM**, S.i., v. 8, n. 1, p.59-69, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/80>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

TASSARA, Helena. **Perdigão: uma trajetória para o futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996. 140 p.

TAVARES, Luciano de Paulo; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa. Desenvolvimento da Avicultura de Corte Brasileira e Perspectivas Frente à Influenza Aviária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p.79-88, mar. 2007. ISSN: 2238-6890. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/150>>. Acesso em: 15 maio 2014.

TAYLOR, Peter J; FLINT, Colin. **Geografia Política: economia-mundo, estado-nación y localidad**. Madrid, 2002

TEHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação do Taquari**. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. p. 100-119. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gepac/arquivos/livros/agricultura_familiar_a_mesal.pdf#page=99>. Acesso em: 13 jun. 2015.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da pecuária goiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, n. 20, p.19-57, 2009. Disponível em: <<http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista> do IHGG N 20.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

TOKARNIA, Carlos Hubinger et al. O surto de peste suína africana ocorrido em 1978 no município de Paracambi, Rio de Janeiro. **Pesq. Vet. Bras.**, [s.l.], v. 24, n. 4, p.223-238, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-736x2004000400010>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-736X2004000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 jun. 2015.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado: Permanência históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo**. 2008. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/.../TONONEloy.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2001**. Brasília: S.i., 2001. 51 p. Disponível em: <<http://abpa->

br.com.br/files/publicacoes/1ee91c65c7752a5548bb5ca4c5af50b6.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2002**. Brasília: S.i., 2002. 18 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/ff916512477a7dd029a7672cb41045bf.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2004/5**. Brasília: S.i., 2005. 87 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/e889ff03a5fb678626087eb8302debad.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2005/6**. Brasília: S.i., 2006. 76 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/e889ff03a5fb678626087eb8302debad.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2006/7**. Brasília: S.i., 2007. 80 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/2625bbd8c2fda02619c5bc3c4095804b.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2007/8**. Brasília: S.i., 2008. 84 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/4b55f27044eef0c36e4e1c43489aa419.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2009**. Brasília: S.i., 2009. 37 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/74f2947d86449020f9146239308dc852.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2010/11**. Brasília: S.i., 2011. 72 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/bf03265d81def3449cc962c36dabdd8d.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2012**. Brasília: S.i., 2012. 57 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/d58c2a0e028750489d80eaeb3c7b12a2.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2013**. Brasília: S.i., 2013. 57 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/74f2947d86449020f9146239308dc852.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

br.com.br/files/publicacoes/732e67e684103de4a2117dda9ddd280a.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

UBA (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **Relatório Anual 2014**. Brasília: S.i., 2014. 55 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/8ca705e70f0cb110ae3aed67d29c8842.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

ABIEC. **Exportações Brasileiras de Carne Bovina**. São Paulo: S.i., 2016. 19 p. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/anual-310816.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

ABPA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL). **Relatório Anual 2016**. Brasília: S.i., 2016. 136 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/c59411a243d6dab1da8e605be58348ac.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

UBABEF (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **A presença japonesa na avicultura brasileira de exportação**. São Paulo: Abef, 2008. 55 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/1b601d2d758e21df6473fef77e43dde1.pdf>>. Acesso em: 25 Não é um mês valido! 2015.

UBABEF (UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA). **A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango**. Rio de Janeiro: Insigth, 2011. 120 p. [coordenação Sergio Costa tradução Vice Versa Tradução Escrita e Interpretação]. Disponível em: <http://insightnet.com.br/publica/LIVRO_A_saga_do_frango_site.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ULLER, Reginaldo. **Profissionalização na empresa familiar: o caso da Perdigão Agroindustrial S/A**. 2002. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82451/185617.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VARGAS, Katiúscia Schiemer et al. A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE CARNES: A EXPERIÊNCIA DA SADI S.A.. In: FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 3., 2014, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Ufsm, 2014. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2014/arquivos/artigos/ECO121.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

VIANA, Francisco Cecílio. **História e memória da Peste Suína Africana no Brasil, 1978-1984: passos e descompassos**. 2004. 171 f. Tese (Doutorado) - Curso de Veterinária, Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br/.../c_pia_de_tese_de_doutorado_de_francisco_cec_lho_v...UhaIEmPT2U59Ug&cad=rja>. Acesso em: 4 jun. 2015.

WELLS JUNIOR, Louis T.. Third World multinationals: Third World multinationals: A look back. In: RAMAMURTI, Ravi; SINGH, Jitendra V.. **Emerging Multinationals in Emerging Markets**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 23-41. Disponível em: <<http://ebooks.cambridge.org/ebook.jsf?bid=CBO9780511576485>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

WWF BRASIL. **Cerrado**: berço das águas. 2012. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_factsheet_cerrado_pt_web.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2015.

ZUIDHOF, M. J. et al. Growth, efficiency, and yield of commercial broilers from 1957, 1978, and 2005. **Poultry Science**, New York, v. 93, n. 1, p.1-13, 19 ago. 2014. [Http://dx.doi.org/10.3382/ps.2014-04291](http://dx.doi.org/10.3382/ps.2014-04291). Disponível em: <<http://ps.oxfordjournals.org/content/early/2014/09/26/ps.2014-04291.abstract>>. Acesso em: 15 maio 2016.